

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Thaisa Ragone Azevedo

Paulo Guedes: estudo do intelectual público

Juiz de Fora
2024

Thaisa Ragone Azevedo

Paulo Guedes: estudo do intelectual público

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Jorge Gomes de Souza Chaloub

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Azevedo, Thaisa Ragone.

Paulo Guedes : estudo do intelectual público / Thaisa Ragone
Azevedo. -- 2024.
197 f.

Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Paulo Guedes. 2. Neoliberalismo. 3. Intelectual Público. I. Chaloub, Jorge Gomes de Souza, orient. II. Título.

Thaiza Ragone Azevedo

Paulo Guedes: estudo do intelectual público

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Jorge Gomes de Souza Chaloub - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Felipe Maia da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFJF (PPGCSO - UFJF) que não apenas me permitiu uma bolsa, o que viabilizou a minha formação acadêmica de qualidade, como também por todo apoio proporcionado, especialmente através da Camila.

Agradeço também ao meu orientador, Jorge Chaloub, pela paciência e leitura (e releitura) de diversos capítulos, sempre colaborando para o meu crescimento acadêmico.

À todas as meninas maravilhosas, que, em curto espaço de tempo, tornaram-se confidentes e amigas. Obrigada por todo amparo e força: Mônica, Izabella, Júlia, Luma e Marina.

Também por toda assistência oferecida para que eu iniciasse o mestrado, à minha mãe, Marileia, e à minha irmã, Vanessa.

Mas, principalmente, eu dedico esse trabalho às políticas públicas educacionais que tornaram possível a sua existência e resistiram a tudo, inclusive ao neoliberalismo.

RESUMO

A presente dissertação busca analisar os discursos de Paulo Guedes na condição de colunista do jornal “O Globo” (2005-2016) e da revista “Época” (2007-2011). Baseado no conceito de intelectual público, em um diálogo com as obras de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said, observa-se Guedes como indivíduo que tem em suas colunas um debate sobre o mundo das ideias, cuja tomada de posição em relação à realidade possibilita que ele realize uma análise de seu entorno. Diante de sua trajetória anterior às publicações, ressaltando-se o seu PhD na Escola de Chicago e atuação como um dos “Chicago Boys” no Chile de Pinochet, o trabalho opta por analisar os discursos sob o aspecto ideológico do neoliberalismo. A pesquisa se concentra em responder: como pode ser lida a trajetória discursiva do intelectual público? Quais são os valores e ideologias presentes? Como objetivo geral, pretende-se identificar, descrever e correlacionar o discurso de Paulo Guedes com o modelo político social e econômico neoliberal. Assim, acolhe-se uma vasta literatura contemporânea sobre o neoliberalismo com objetivo de demonstrar o debate em torno do conceito e as variações das noções sobre a racionalidade dessa ideologia. De forma a problematizar e traçar limites do referencial teórico proposto, utiliza-se tanto concepções foucaultianas quanto interpretações marxistas. O presente estudo de caso, em uma abordagem qualitativa, desenvolve dois esforços teórico-metodológicos para analisar o discurso presente nas colunas catalogadas. Em primeiro lugar, para compreender a trajetória, posições e tomadas de posição de Paulo Guedes, a pesquisa, dentro de seus limites analíticos, elabora como a linguagem neoliberal está expressa nos princípios pelos quais o objeto da pesquisa pretende legitimar a construção política de uma nova ordem. Busca-se também as relações estabelecidas entre esse intelectual e seu público, de forma presumida, através das configurações de sua identificação, das disputas travadas e dos tipos de produção simbólica em seus textos. Contemplam-se as suas análises dos cenários internacional e nacional. Por meio desse trabalho, sustenta-se o argumento de que o intelectual público se enquadra em uma representação sócio-política que coincide com grandes empresários brasileiros orientados para a implementação de um “liberalismo radical” desde a Assembleia Constituinte. Anota-se que, nos contextos analisados, Guedes elabora suas ideias de acordo com a construção e desenvolvimento histórico do pensamento político neoliberal, especialmente com interesses políticos e econômicos que constituem essa vontade política de uma ruptura do atual sistema. Através da reiteração de noções mercadológicas e financeirização de todos os aspectos políticos e sociais, identifica-se

que seus ideários próximos ao libertarianismo moral, que exige um Estado ultramínimo, firmado em suas funções básicas e sem abraçar dimensões sociais de qualquer tipo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Paulo Guedes. Intelectual público.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze Paulo Guedes' speeches as a columnist for the newspaper "O Globo" (2005-2016) and the magazine "Época" (2007-2011). Based on the concept of public intellectual, in a dialogue with the works of Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu and Edward Said, Guedes is seen as an individual who has in his columns a debate about the world of ideas, whose position in relation to reality allows him to carry out an analysis of his surroundings. Given his trajectory prior to publications, highlighting his PhD at the Chicago School and acting as one of the "Chicago Boys" in Pinochet's Chile, the work chooses to analyze the speeches from the ideological aspect of neoliberalism. The research focuses on answering: how can the discursive trajectory of the public intellectual be read? What are the values and ideologies present? As a general objective, the work intends to identify, describe and correlate Paulo Guedes' speech with the neoliberal social and economic political model. Thus, a vast contemporary literature on neoliberalism is used to demonstrate the debate surrounding the concept and the variations in notions about the rationality of this ideology. In order to problematize and outline limits of the proposed theoretical framework, both Foucauldian conceptions and Marxist interpretations are brought forward. The present case study, in a qualitative approach, develops two theoretical-methodological efforts to analyze the discourse present in the cataloged columns. To understand Paulo Guedes' trajectory, positions and stances, the research, within its analytical limits, elaborates how neoliberal language is expressed in the principles through which the object of the research intends to legitimize the political construction of a new order. The research finds the relationships established between this intellectual and his audience are sought, presumably, through the configurations of his identification, the disputes held and the types of symbolic production in his texts. In this way, his observations about the international and national scenarios. Through this work, the argument is supported that the public intellectual fits into a socio-political representation that coincides with large Brazilian businesspeople oriented towards the implementation of a "radical liberalism" since the Constituent Assembly. It is noted that, in the contexts analyzed, Guedes elaborates his ideals in accordance with the construction and historical development of neoliberal political thought, especially with political and economic interests that constitute this political will to rupture the current system. Through the reiteration of market notions and financialization of all political and social aspects, it is identified that their ideas are close to moral libertarianism, which demands an ultra-minimal State, established in its basic functions and without embracing social dimensions of any kind.

Keywords: Neoliberalism. Paulo Guedes. Public intellectual.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Da Sociologia dos Intelectuais	13
1.1.1	Os intelectuais brasileiros.....	18
1.1.2	Intelectuais de direita.....	22
1.2	Do estudo discursivo de Paulo Guedes	26
1.2.1	Da obtenção dos discursos.....	28
2	CAPÍTULO 1: NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA	30
2.1	O nascimento da racionalidade neoliberal	32
2.1.1	Ordoliberalismo (Escola de Friburgo) e austro-americanos: os ideais fundadores do pensamento neoliberal.....	34
2.1.2	Escola de Chicago e libertarismo: do aprofundamento da racionalidade neoliberal	41
2.2	O neoliberalismo como política mundial	44
2.2.1	Um breve resumo da experimentação no Brasil	50
2.3	Dos impactos na organização do Estado	57
3	CAPÍTULO 2: A VISÃO DO COLUNISTA SOBRE O MUNDO AO SEU ENTORNO	65
3.1	Dos sistemas e conceitos de utilidade	65
3.1.1	A evolução para a “Grande Sociedade Aberta”	66
3.1.2	A revolução neoliberal e o <i>homo oeconomicus</i>	73
3.2	O problema da bolha imobiliária	80
3.3	O risco da China de capital aberto	90
3.4	Socialdemocracia e o euro	95
3.5	A representação da América Latina	104
4	CAPÍTULO 3: SOBRE O BRASIL IDEAL	116
4.1	Da retórica do atraso à modernização	116
4.2	Reformas do Estado (política, administrativa e fiscal)	123
4.3	Reformas sociais (trabalhista, da Previdência Social e tributária)	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS	171
	ANEXO I - Publicações O Globo	181
	ANEXO II - Publicações Época	195

1 INTRODUÇÃO

Paulo Roberto Nunes Guedes nasceu no Rio de Janeiro em 1949, possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutorado na Universidade de Chicago. Sua última formação o proporcionou aulas com Milton Friedman, que conquistou o prêmio Nobel de 1976, Gary Becker (laureado em 1992), Robert Lucas Jr. (1995) e Thomas Sargent (2011).

Após, tornou-se um empresário conhecido por atuar em várias empresas, tais como: Ibmecc (1983-2003), Banco Pactual (1983-1998), JPG Investimentos (1999-2006), Instituto Millenium (2005-2009), BR Investimentos que se tornaria, posteriormente, Bozano Investimentos (2008-2018)¹.

Para além de sua atuação no mercado financeiro, Guedes parece exercer um tipo de alcance maior no campo da disputa de poder. Acerca de sua vivência política, atuou na ditadura de Pinochet, com as reformas comandadas pelos “Chicago Boys”, na década de 1980, embora tenha permanecido como professor da Universidade do Chile por apenas seis meses². É também um influente representante e cofundador de um *think tank*³. Ademais, já participou de planos políticos diversos, como ao coordenar a elaboração do programa econômico de Guilherme Afif Domingos em 1989 e auxiliar Luciano Huck na sua pré-candidatura⁴.

Salienta-se que é figura politicamente relevante também por meio do seu desempenho como colunista em jornais e revistas de grande circulação. Isso porque, ao longo dos anos, se tornou um influente “debatedor público”. Neste papel, ele legitimava certos processos e ações políticas, de forma que suas justificativas e conceitos são repercutidos por organizações e ajudam a difundir um determinado programa social por intermédio da opinião pública (Brandão, 2005).

Pode-se dizer que a notoriedade de Guedes se firmou pelas suas críticas contundentes e ferozes em desfavor do Plano Cruzado do Presidente Sarney, do confisco realizado por Collor

¹ Exame. **Bozano já tem plano para saída de Paulo Guedes**. Revista Exame. Negócios. Publicado em 06 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/bozano-ja-tem-plano-para-saida-de-paulo-guedes/>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

² Infomoney. **Paulo Guedes: a trajetória do fiador econômico do governo Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/perfil/paulo-guedes/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

³ O termo *think tank*, oriundo de uma terminologia militar para representar um centro de reflexão ou locais de discussões estratégicas sobre questões vitais, denomina uma associação da sociedade civil que atua no processo de consolidação de ideias tanto de figuras políticas, como também da sociedade em sua totalidade.

⁴ Costa, Ana Clara; Bustamante, Luisa. A cabeça de Bolsonaro. Quem é o economista com grande ascendência sobre o líder das pesquisas em questões econômicas. *IN: REVISTA VEJA*, 22 de agosto de 2018, edição nº 2596. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-cabeça-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 01 abr de 2023.

nas poupanças brasileiras e, com um tom mais moderado, até mesmo do Plano Real. Ademais, sua participação em grandes empresas faz com que possua expoente financeiro suficiente para torná-lo um membro ativo da elite econômica do país, próximo a empresários como Abílio Diniz, David Feffer, Rubens Ometto, entre outros⁵.

Portanto, entender Paulo Guedes como intelectual público parece relevante para observar a perspectiva da ideologia sociopolítica e econômica a qual ele filia seus discursos e contribui para a sua manutenção no contexto brasileiro. Nesse sentido, os discursos a serem pesquisados incluem publicações em jornais e revistas com ampla divulgação.

A análise recairá sobre as linguagens políticas mobilizadas e não o seu ator, ainda que seja ele importante para o processo. Isso porque não seria crível admitir que Paulo Guedes conjuga apenas uma única linguagem política e, ainda que o fizesse, dentro de cada uma dessas linguagens há margem para usos diversos por grupos sociais distintos. Assim, não se defende um vínculo de exclusividade entre as linguagens e seu ator (Chaloub, 2020).

Inicialmente, a pesquisa observa certa preponderância de linguagens utilizadas nos discursos a serem analisados, inserindo-os em determinados meios e personagens. Logo, para delimitar a análise dos discursos que a pesquisa pretende, tem-se na própria formação do objeto da pesquisa e nos autores mobilizados a indicação da ideologia a ser perquirida.

A Escola de Economia de Chicago, última formação acadêmica de Guedes, nasce voltada à propagação e fundamentada nos valores neoliberais, em uma formação propiciada por Hayek, e adepta por Friedman, sobre uma nova forma de se pensar a economia, por intermédio da “logística do Projeto Mercado Livre” (Horn; Mirowski, 2009).

Nesse sentido, observa-se as noções fundamentadas na *Société Mont Pèlerin*, organização internacional fundada em 1947 com o objetivo de promover o liberalismo econômico, promulgando valores e princípios como a liberdade de expressão, o livre mercado, entre outros que eram comungados por diversos intelectuais e ideólogos que visavam reverter a ordem estabelecida nos países ocidentais de pacificação através da seguridade social, que darão origem a diversas escolas divergentes entre si (Horn; Mirowski, 2009).

Logo, admite-se que Guedes possua visibilidade por meio da propagação de ideais neoliberais, por meio do estudo de suas publicações e discursos acerca do mesmo tema. A observação consistirá na conciliação dos valores da Escola de Chicago, fazendo uma adequação ao seu campo de atuação da agenda política, econômica e social neoliberal à realidade política brasileira.

⁵ Idem o anterior.

A pesquisa se concentra em responder: como pode ser lida a trajetória discursiva do intelectual público? Quais são os valores e ideologias presentes?

Como objetivo geral, pretende-se identificar, descrever e correlacionar o discurso de Paulo Guedes com o modelo político social e econômico neoliberal.

Em seus objetivos específicos, encontram-se:

- a) compreender a trajetória, posições e tomadas de posição de Paulo Guedes a partir da bibliografia acerca do neoliberalismo referenciada em seus discursos;
- b) a análise das relações estabelecidas entre esse intelectual e seu público, de forma presumida, através das configurações de sua identificação, das disputas travadas e dos tipos de produção simbólica em seus textos.

Dessa forma, entende-se como mais adequado para a presente proposta, que objetiva desenvolver uma análise de como a questão dos discursos e contextos – e dos sujeitos que a encenam – são concebidos na/pela sociedade, realizar pesquisa qualitativa, em uma análise de caso, investigando diferentes variáveis em profundidade (Mahoney; Goertz, 2006).

Tratando-se de documentos publicados em meios de grande circulação nacional, são eles “fatos sociais, que são produzidos, compartilhados e usados de modos socialmente organizados” (Bowen, 2009, p. 27).

Conforme Gerring e Cojocar (2015), trata-se de um estudo de caso, pois focaliza o âmago de um caso específico e que, potencialmente, pode lançar luz sobre uma população mais ampla. Ademais, em vista do escopo da pesquisa, o seu foco será na análise documental, observadas as publicações de Paulo Guedes em uma revisão, avaliação e interpretação sistemática destes documentos.

A pesquisa pretende, inicialmente, realizar um exame superficial dos textos; seguido por uma leitura mais cuidadosa; e, por fim, um exercício interpretativo aprofundado (Bowen, 2009). Firma-se o compromisso da observação da integralidade do discurso e não apenas frases isoladas, bem como da perquirição não-verbal da apresentação (ação e interação da fala), incluindo os contextos sociopolíticos e econômicos e dos conceitos teóricos participantes da retórica (linha argumentativa, modelos mentais, conceitos utilizados).

Compreender o autor em seus próprios termos, por intermédio de um preceito historicista, torna possível a sua identificação no mundo social a qual pertence e que representa. Ou seja, não se trata apenas de contextualizá-lo, no tempo e local em que se situa, mas abranger sua visão de futuro e o encaminhamento de sua retórica.

Para abarcar todo o esforço sobre a literatura, será necessário dividir o trabalho em três partes. A primeira parte trará o referencial teórico, observada a utilização do neoliberalismo como a linguagem política a ser analisada. Nesse sentido, pretende-se abranger a definição conceitual de neoliberalismo e das racionalidades que se desdobram da ideologia, como o ultraliberalismo e o anarcocapitalismo. Também importante o percurso desse modelo socioeconômico, utilizando como bibliografia principal os principais nomes desde a Escola de Friburgo, Escola de Chicago, Escola Austríaca e libertarianismo, como Walter Eucken, Milton Friedman, Friedrich Hayek, Murray Rothbard e Ludwig von Mises).

Haverá, na primeira parte, uma preocupação em conceituar o que é um discurso neoliberal, admitindo-o como hegemônico na seara da economia mundial a partir da década de 1980. A investigação irá se desdobrar para sua inserção no Brasil, além de incorporar as críticas trazidas pela sua prática.

Na segunda parte, investiga-se as percepções da economia global pelo intelectual público. Serão observados os elementos que Guedes considera essencial para a prosperidade, em uma apresentação de seus ideais para o funcionamento da economia de mercado. O ponto principal da análise percorrerá a crise econômica decorrente da bolha imobiliária norte-americana de 2008. O exame dos discursos e posições será dividido pelas suas colocações sobre os EUA, a China, a Europa e a América Latina.

Na terceira parte, apresenta-se as perspectivas do intelectual para o contexto brasileiro. Em primeiro lugar, tem-se a inserção sócio-política de Guedes, especialmente através das noções de atraso do país trazidas por ele. Em seguida, as reformas políticas que entende como necessárias, sobretudo para o combate da corrupção, sua falta de representação política na democracia do país e sua visão acerca do processo de descentralização administrativa. O embasamento das reformas sociais será firmado sobre o peso do Estado social incidente nos regimes da Previdência social, trabalhista e tributário.

1.1 Da Sociologia dos Intelectuais

Em vista do conceito “intelectual” carregar em si múltiplas acepções, cada qual com implicações políticas distintas, a presente subseção apresenta uma discussão teórica sobre esse conceito de forma que consiga perceber o colunista Paulo Guedes como um intelectual público e não apenas um economista que escreve de forma analítica. O fio condutor da formulação a ser desenvolvida e aplicada ao objeto social da pesquisa é a função social desempenhada pelos intelectuais, a partir dos escritos de Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said.

Conforme destaca Passiani (2018), o conceito de “intelectual” pertence a uma categoria social permeada de imprecisão. O autor defende, tal como Altamirano (2006), se tratar mais de uma noção do que propriamente um conceito, sobretudo porque sua classe depende da forma de organização social a que está ligada. Isso porque cada uma de seus conjuntos possui os seus próprios profissionais, que, de alguma forma, lidam com a dimensão simbólica do tecido social, seja através do pensamento ou da cultura ou mesmo da escrita (Passiani, 2018).

A forma de se nomear o intelectual variará conforme a cultura, podendo assumir diversas designações (profeta, escriba, guru, sábio, etc.), assim como a carga semântica se transformará pelo contexto de sua utilização, podendo impregnar uma noção pejorativa (pedante, ineficaz) ou como uma maneira de engrandecer seu intelecto (culto, gênio) (Passiani, 2018).

Não se trata de nomear “profissionais do pensamento”, como alerta Passiani (2018), referindo-se a um grupo, de certa forma homogêneo, surgido na modernidade. Os intelectuais são aqueles dotados de autoconsciência, cujo trabalho está voltado para a produção de uma crítica de sua própria tradição. Nesse sentido, há uma carga moral nas suas conjurações, seja ela crítica ou autocrítica (Passiani, 2018).

Conforme Said (2005), o intelectual pode ser caracterizado pela liberdade de pensamento, em uma postura moral que o define, tendo como principal preocupação falar a verdade ao poder, sem nenhuma amarra política, confrontando dogmas e corporações. Essa impertinência, ao ser confrontar uma pauta culturalmente aceita e hegemônica, deve-se ao sentimento que carrega, de um exilado, um estrangeiro em sua própria terra (Altamirano, 2006).

Essa noção, contudo, não satisfaz a todas as representações do intelectual. Passiani (2018) observa um senso prático e lúdico nos intelectuais, pois esses se engajam em valores que consideram transcendentais. Assim, cabe a perquirição de quais serão os valores escolhidos pelo intelectual.

Se a propriedade dos meios de produção econômica possibilita o domínio dos meios de produção do saber, conforme Gramsci (2000), aqueles que exercem essa função devem ser observados a partir de sua classe social. Logo, a figura do intelectual está amplamente relacionada com o seu pertencimento de classe, observado o campo econômico de sua atuação. Portanto, para definir o intelectual, por meio de um critério unitário, não se deve buscar sua distinção na própria atividade, mas “no conjunto geral das relações sociais” (Gramsci, 2000, p. 4).

Bourdieu (1998) amplia a noção de capital para além do econômico, que reduz o poder manifestado no tecido social por meio da acumulação de bens e riquezas econômicas, ao adotar também o fenômeno social e cultural em uma dimensão simbólica como parte integrante das relações estabelecidas.

Nesse sentido, para análise do intelectual, devem ser inseridos os seus elementos constitutivos (relações sociais e os recursos de seu grupo), os benefícios obtidos pelos indivíduos na medida de sua participação em grupos ou redes sociais, além das formas de sua reprodução. As redes sociais em que o indivíduo se insere (escola, família) dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento ao grupo, bem como permitem obter benefícios materiais provenientes de sua participação (Bourdieu, 1989).

Para Gramsci (2000), a categoria dos intelectuais está intrinsecamente ligada à função social da classe profissional dos intelectuais, embora se considerem autônomos e independentes da classe dominante. O autor italiano adverte que, para merecer o título, o intelectual ganha a formação de uma nova categoria especializada no mundo moderno, formando-se por sua conexão com grupos sociais mais importantes (Gramsci, 2000).

Nesse sentido, ao se analisar os dois planos superestruturais (sociedade civil e política), o intelectual exerce duas funções que devem estar organizadas e conectadas. A primeira é atuar como correspondente do grupo dominante, hegemônico, representado pela sociedade política ou o Estado, de sorte a reforçar a sua hegemonia, o domínio direto que possui sobre a sociedade como um todo. A atuação do intelectual, portanto, funda-se na hegemonia social, permitindo um consenso espontâneo através de seu prestígio com as grandes massas. Em um segundo aspecto, o aparato de coerção estatal é apontado para assegurar que toda a sociedade, especialmente aqueles que não são alcançados pelo consenso produzido, de forma a deter crises no comando (Gramsci, 2000).

Said (2005), por meio dessas concepções, reforça o papel público na sociedade que exerce o intelectual, que não pode ser reduzido a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe que se destina a cuidar de seus próprios interesses. Com isso, deve o intelectual ser atribuído de uma vocação para representar e veicular uma mensagem, um ponto de vista não apenas direcionada ao público, mas por um público, representando todas as pessoas e problemas esquecidos, denunciando e combatendo ortodoxias e dogmas (Said, 2005).

Logo, a figura do intelectual privado não existe, pois tudo que é publicado ingressa no mundo público, bem como depende de sua constituição para dar sentido aquilo que foi veiculado. Trata-se de uma figura representativa de uma certa demanda social, de um modo de

viver ou de se interpretar um movimento, uma causa ou uma posição, que é reconhecida publicamente (Said, 2005).

Perlatto (2015) ressalta que é importante diferenciar o intelectual público, pois esse não está, necessariamente, inserido no meio acadêmico, mas divulga suas opiniões acerca de assuntos públicos em diversas mídias, tais livros, artigos em revistas e jornais. Isto é, conforme Said (2005), o intelectual público procura dirigir-se ao maior número possível de leitores e ouvintes, tendo a sociedade de massas como parte de seu público.

Observada a noção de intelectuais até aqui, é preciso ressaltar a crítica a essa abordagem que foca nas propriedades estruturais mais gerais e não se preocupa em historicizar o campo de produção simbólica em que o sujeito atua (Passiani, 2018).

Deve-se, de acordo com Said (2005, p. 28), para compreender o intelectual, expurgar a noção do profissional como um “pregador monótono moralista”, possuindo um caráter falível e complexo. Deve ser interpretado em conformidade com o seu próprio tempo e lugar, suas tensões pessoais, dos conflitos sociais em que se envolve, pois é o que permitirá entender qual estilo de vida representava, o seu desempenho social (Said, 2005).

Essa concepção, portanto, passa ser analisada através dos fatores históricos, pois:

São arrebanhados pelas políticas de representações para as sociedades massificadas, materializadas pela indústria de informação ou dos meios de comunicação, e capazes de lhes resistir apenas contestando as imagens, narrativas oficiais, justificações de poder que os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, fazem circular— e não só os meios de comunicação, mas também correntes de pensamento que mantêm o status quo e transmitem uma perspectiva aceitável e autorizada sobre-a atualidade —, oferecendo o que Mills chama de desmascaramentos ou versões alternativas, nas quais tentam dizer a verdade da melhor forma possível (Said, 2005, p. 34-35).

Contudo, pontua-se que são as atuais transformações históricas que passam a provocar dúvidas sobre o papel da importância dos intelectuais, repercutindo em uma crise nesse círculo. Passiani (2018) enumera os fatores que levaram a essa crise, admitindo a relação entre eles. O primeiro está relacionado ao desenvolvimento do campo intelectual, trazendo uma especificidade tamanha na área desenvolvida por cada sujeito. Isso torna a sua atuação em esfera pública inviável, pois não mais se volta ao debate de temas amplos e inteligíveis a quem não possua o seu grau de certificação acadêmica (Passiani, 2018).

A crise funda-se também no desenvolvimento tecnológico ao trazer consigo uma ampliação de meios de propagação, assim como de sujeitos que expõem suas opiniões, pois tornou o intelectual uma figura sob suspeita, inibindo a sua atuação. Todo esse volume cria um acirramento da competição pela opinião pública, tornando ainda mais injusto e desigual o

acesso dos profissionais intelectuais aos meios de comunicação, que lhe exigem recursos econômicos em meio a várias figuras (Passiani, 2018).

Por fim, deve-se ainda ao engajamento político e acrítico de alguns intelectuais, que passam a reproduzir certo campo de poder, filiando seus argumentos, opiniões e avaliações a uma ideologia política, descaracterizando a noção de intelectual desde o seu princípio (Passiani, 2018).

Gramsci (2000), contudo, expõe com naturalidade o pertencimento dos intelectuais aos partidos políticos, em que divide a problemática em dois aspectos. O primeiro se concentra na representação do que é um partido político. Para os grupos sociais que o formam, ele representa a elaboração de sua própria categoria de intelectuais. O segundo, mais abrangente, observa o escopo do partido político na sociedade. Apresenta-o como um mecanismo que, na sociedade civil, possui a mesma função do Estado no sentido de fundir os intelectuais do grupo dominante e os demais (Gramsci, 2000).

Nesse sentido, a função social de um partido político é, precipuamente, elaborar os elementos de um grupo social “econômico” até transformá-los em intelectuais políticos qualificados. Dessa forma, os intelectuais que passam a pertencer a um partido político confundem-se com os formados dentro daquele grupo originário. Ou seja, todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais, pois a função exercida por eles, quer sejam originários ou não, é de natureza diretiva e organizativa e, portanto, educativa, intelectual (Gramsci, 2000).

Seriam, então, duas categorias de intelectuais. O orgânico provém de sua classe social de origem, mantendo-se vinculado à ideologia e ao interesse dessa, enquanto o tradicional se adere a determinado grupo social, instituição ou corporação, garantindo a hegemonia do grupo dominante (Gramsci, 2000).

Ademais, o intelectual, de acordo com Said (2005), sofre, além das pressões governamentais, a pressão, como indivíduo, de um sistema que recompensa a conformidade intelectual, bem como a participação espontânea nos objetivos estatais, ou seja, quanto mais adequados ao sistema, maior a fatia de mercado que alcançam.

Cabe, ainda, o aspecto de sua própria audiência, em que se questiona se está lá para ser satisfeita, trazendo o intelectual apenas aspectos de consenso, ou se existe para ser desafiada, em uma oposição direta ou mesmo mobilizada a exercer uma maior participação social (Said, 2005).

Independentemente de qual forma ele se dirija ao poder hegemônico ou mesmo ao seu público, bajulando-os ou criticando-os, não há como ele se desviar da autoridade ou mesmo do poder. Contudo, ao exercer sua profissão em prol de um governo ou de uma identidade política, ganhando as recompensas com sua posição, não exerce a função de intelectual, já que não possui autonomia da análise de pensamento crítica própria da contribuição dessa categoria (Said, 2005).

Perlatto (2015) é claro ao salientar que, independentemente de como a configuração do intelectual tenha se alterado nas últimas décadas, é importante ressaltar a permanência da relevância do intelectual público nas sociedades contemporâneas, de modo geral, e no Brasil, em particular.

Os intelectuais públicos, sobretudo quanto à polarização política e a criação de bolhas de conhecimento e de alcance somada a uma ausência consistente do debate público amplo, torna-se mais fundamental para emergir questões que atingem a toda coletividade (Perlatto, 2015).

1.1.1 Os intelectuais brasileiros

Como já exposto em alhures, a contextualização para entender melhor o papel do intelectual em cada sociedade é de suma importância. Dessa forma, Bhabha (1998) propõe o estudo crítico da herança cultural do país, de forma que o intelectual tenha a responsabilidade de subverter e substituir as teorias importadas. Não se trata aqui da mera tradução, mas de ressignificar de acordo com as realidades sociais e históricas locais (Bhabha, 1998).

Isso porque os limites entre o campo da política e do poder simbólico não pode ser traçado de forma clara nos países colonizados, pois, em vista de sua própria formação histórica, trazem consigo a noção de autonomia política misturada à cultural. O esforço de dominação estrangeiro, do colonizador ou adjacente do imperialismo mercantil, submete as nações a uma conquista política e cultural, tratando da libertação política também o campo da atuação do intelectual (Bhabha, 1998).

De acordo com Miceli (2001), da relação entre intelectuais e política no Brasil, de suas relações com o Estado, tem-se, desde os reformistas liberais de finais do Império, positivistas republicanos, críticos conservadores, radicais da República, modernistas, os que se sucederam, uma justificativa constante da sua própria missão civilizatória ou nacional.

Essa característica marcante traz consigo uma auto atribuição aos intelectuais de portadores especiais dos interesses gerais da sociedade, em uma feição que só pode ser

observada em sociedades que possuem uma experiência social ampliada pelo desenvolvimento retardatário do capitalismo. No plano cultural, portanto, persiste o tema do atraso, corroborado pela obra dos intelectuais nacionais (Miceli, 2001).

Miceli (2001) critica essa repetitiva representação dos intelectuais brasileiros sob a ótica das relações entre origens sociais e posições nas estruturas de poder, especialmente no âmbito do Estado, de forma que não admite como verdadeira a noção de que haja, de fato, uma desvinculação social dos intelectuais.

Isto é, há uma lógica das regras habituais das táticas de inserção e de viabilização das carreiras dentro dos marcos institucionais dominantes no Brasil. Evidencia-se as alterações ocorridas quanto ao recrutamento dos intelectuais pelo poder. Enquanto na Primeira República bastavam as relações sociais e familiares, na década de 1930, quando já haviam universidades no país, serão adotados marcos distintivos. Esses últimos contemplavam desde títulos acadêmicos até as posições internas (hierárquicas e diferenciadas) dentro das próprias origens sociais (Miceli, 2001).

Essa visão, contudo, não é uníssona, pois as relações dos intelectuais brasileiros com o Estado também podem ser observadas através de uma visão de que não há uma promoção dos interesses individuais daqueles, mas uma forma de expressar sua leitura do mundo a partir da ação política. Nesse sentido, seria o seu envolvimento com a política, na verdade, um mecanismo de libertação de todas as compressões sociais que não são automaticamente transmutáveis em “pedágio político”. Assim, embora possuam laços com as classes dominantes, os intelectuais brasileiros, de acordo com esse viés, devem ser enquadrados na definição de classe social autônoma, livre de vínculos (Miceli, 2001, p. 376).

Essa suposta liberdade “da carga oligárquica do passado, de seu enraizamento clientelístico e dependente na estrutura social” é amplamente questionada por Miceli (2001, p. 376), assim como a aptidão dos intelectuais em estabelecer e ostentar o projeto de comando de Estado por essa razão.

Candido (2001) discute a apreciação de Miceli (2001), refletindo que esse último confunde a verificação do intelectual, que, por razões óbvias, se constituirá em conformidade com o seu papel social, a situação da classe à qual pertence, sua dependência burocrática e mesmo sua ideologia política, mas isso não pode servir de avaliação de seu papel.

Essa perspectiva de Miceli (2001) sobre a centralidade da relação entre intelectuais e Estado aponta, na verdade, para a ausência de uma separação mais rígida entre as esferas públicas e privadas no Brasil. Ainda nos anos 1930, era possível anotar premissas que

constituíam um campo intelectual mais conexo como parte da emergência de uma classe média urbana, cujos marcos circundariam sua luta pela hegemonia política e de um processo de racionalização (Miceli, 2001).

Embora discorde de suas conclusões, Candido (2001) ressalta que a constatação de Miceli (2001) não pode ser ignorada, pois a troca entre as forças sociais que se organizam no Estado e o trabalho exercido pelos intelectuais é determinante para a constatação da identidade, as pretensões e mesmo o reconhecimento destes últimos.

Embora devam ser precisamente qualificadas, os laços pessoais, familiares ou sociais dos intelectuais, criam uma dependência histórica se sua atuação, tanto para aqueles que servem ao poder, quanto os que se vendem a ele (Candido, 2001).

Nesse sentido, partimos da análise de Paulo Guedes inserido dentre os grandes empresários brasileiros. Ao escrever para o grupo “O Globo”, editora responsável pelo jornal de mesmo nome e a revista “Época”, tem-se um contato diferente de um mero contratado pela grande imprensa como colunista econômico. Em primeiro lugar, havia uma relação societária que envolvia sua participação no grupo da Editora Abril, possuindo uma relação pessoal com a família Civita, expressa abertamente na coluna publicada pelo “O Globo”, em 03 de junho de 2013, intitulada “Roberto Civita”.

Embora as editoras “O Globo”, onde Paulo Guedes publicava, e a “Abril”, que mantinha participação societárias sejam concorrentes, elas mantinham uma relação próxima, imbuídas muitas vezes nos mesmos projetos culturais e sociais⁶. Dessa forma, o tratamento dado a Paulo Guedes não deve ser confundido com um mero acaso ou uma escolha fortuita de um economista para descrever o Brasil. Pelo contrário, Paulo Guedes mantinha relações próximas com as famílias mais ricas do país e, através desse contato, teve o espaço aberto para as suas colocações, seus ideais.

Ademais, as colunas de Guedes no jornal “O Globo” estavam inseridas na seção de “Opinião” e não sobre um aspecto específico de comentarista de atributos da economia brasileira. Logo, escrevia em uma página opinativa para fazer suas ideias políticas circularem para um público amplo. Mesmo na revista, em que o caderno de suas colunas era intitulado

⁶ Nesse sentido, recomenda-se: DE MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino. O que querem as grandes empresas de comunicação com a educação? Panorama sobre a atuação da Fundação Roberto Marinho e Fundação Victor Civita. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura-Eptic**, v. 19, n. 3, p. 223-239, 2017. Destacamos como ponto principal desse trabalho o esforço comum das duas Fundações, que comandam as respectivas editoras, de traçar um projeto educacional com o escopo o desenvolvimento neoliberal.

como “Nossa Economia”, não tinha como fundo noções técnicas sobre suas análises, ainda que sua titulação importasse para fundamentar suas opiniões.

Logo, o trabalho do colunista não estava limitado por seu trabalho como economista ou mesmo empresário, que o excluiria de assuntos de política como um todo. Pelo contrário, ele escreve sobre assuntos mais amplos, demonstrado estar instigado por compromissos além de uma análise técnica ou formal da economia.

Conforme Said (2005) sobre o intelectual público, se, de um lado, tem-se um especialista; de outro, há um formador de opinião. Essa distinção entre o trabalho intelectual e o papel social dele é o que permite Paulo Guedes possuir suas validações como economista, mas não se limitar a essas.

Em outros termos, o intelectual público não está limitado por sua especialização, pois intervém na esfera pública em debates que não dizem respeito especificamente à sua especialidade. O seu papel social está presente também como um especialista convocado pela mídia também como formador de opinião (Said, 2005).

A sua intervenção no meio social não pode ser lida como restritiva quanto à sua especialização, tratando dos mais diversos temas. Contudo, ser economista, com PhD na Escola de Chicago, é importante para que Paulo Guedes transcenda sua especialização na esfera pública a ponto de se tornar um formador de opinião.

Sua formação acadêmica e sua atuação no mercado financeiro e no meio político, amplamente marcadas em suas colunas, serão necessárias para a sua reverência e aumento do seu reconhecimento social. Só será possível analisar Paulo Guedes como um intelectual público quando observado que ele será tratado como uma autoridade em sua área de conhecimento, como um economista e empresário “bem sucedido”. Suas condições objetivas e subjetivas de atuar como um formador de opinião na esfera pública dependem da construção da carreira pregressa a de intelectual no Brasil e suas condições para o alcance do público.

Portanto, firmado nessa subseção de que se trata Paulo Guedes de um intelectual público, cuja posição depende de sua formação como economista e empresário, passa-se a tratar o agente sob os dois aspectos. Não para diferenciá-los, mas para inseri-los dentro de um mesmo escopo: o de legitimação de suas posições. O intelectual público só é possível porque existe um economista e empresário que tem em sua trajetória meios de travar as discussões que pretende.

É necessário ainda pontuar que essa pesquisa se preocupa apenas com o conteúdo das colunas do economista, sem tentar compreender a lógica de sua intervenção na esfera pública

conforme a natureza delas. A observação busca, pela própria noção de intelectual público, o debate amplo, voltado para as noções políticas, ideológicas presentes.

Nesse sentido, a pesquisa não se volta para a análise das colunas em contextos extremamente específicos temporalmente. Não há o escopo das razões específicas que incentivaram ou influenciaram Paulo Guedes a escrever sobre determinado assunto. O objetivo é entender como o economista conciliou seus ideais com o contexto geral dos aspectos políticos e econômicos imediatos.

Esse aspecto é importante para entender o colunista como parte integrante de um movimento maior que surge no Brasil: os intelectuais de direita. Assim, para análise dos discursos de Paulo Guedes, entende-se como necessária a conceituação de quem são esses intelectuais de direita e de que forma eles se apresentam no cenário nacional, apresentados na próxima subseção.

1.1.2 Intelectuais de direita

De acordo com Cepêda (2018), o fenômeno de intelectuais com posicionamento político filiado à direita não se trata sequer de uma classificação externa, mas de uma colocação realizada através das obras daqueles, que atribuem essa escolha como resultado da experiência pessoal ou como um afastamento da principiologia da esquerda.

Os intelectuais aos quais Cepêda (2018) se refere são autores, intelectuais qualificados e preparados para o debate. Em primeiro lugar, são formados e atuam na área de humanidades, além de possuírem títulos de pós-graduação em instituições proeminentes e estão inseridos no campo intelectual e acadêmico.

Contudo, o ponto chave está no protagonismo de cada um na formação da opinião pública, constituindo-se como intelectuais orgânicos. A produção desses intelectuais da nova direita circula em grupos sociais amplos, quer seja por meio de jornais ou mídia social, mas isso de forma alguma lhes retira a legitimidade acadêmica (Cepêda, 2018).

Cepêda (2018), assim como Chaloub e Perlatto (2016), reforça que, embora se utilizem dessa denominação de “nova direita” para tratar desses intelectuais, não se trata de um todo monolítico, embora, muitas vezes, gostem de discursar como se fossem, sobretudo em relação a determinadas agendas.

Chaloub e Perlatto (2016) destacam que as diferenças devem ser tão bem observadas quanto as semelhanças, pois tornam possível que haja uma compreensão mais clara dos ideais e movimentos desses atores no cenário político atual. Basta uma breve análise do seu conjunto

para observar a diversidade de trajetórias para perceber que não se trata de um único grupo, embora possam ser tratados como, desde que reconhecidos as limitações e os riscos de simplificações de quaisquer tipos de classificação (Chaloub; Perlatto, 2016).

Contudo, os autores apresentam as características capazes de unir essas diferentes vertentes. O primeiro fator em comum está no posicionamento em favor do extremado liberalismo econômico, além do reforço de uma retórica antiesquerdista de suas teses e percepções centrais. Assim, seria a política de esquerda responsável pela manutenção das principais mazelas do país, teimosa em não se filiar a uma moral. Apontam, portanto, que não se trata apenas de um equívoco, mas de uma vilania tamanha que é considerada defeito de caráter a quem se filia a essa ideologia (Chaloub; Perlatto, 2016).

Esses intelectuais de direita costumam apontar falhas e traições na retórica trazida pela “esquerda progressista”, demonstrando uma decepção após o exame racional, teórico e histórico do que é proposto por essa ideologia política (Cepêda, 2018). As críticas quanto a ideologia filiada ao espectro político à esquerda constitui, no meio acadêmico, principalmente, pela sua excessiva abstração, faltando um viés prático em seus ideais, de forma que lança apenas projetos normativos e idealistas. É atribuída à esquerda a improdutividade de uma classe privilegiada incapaz de se provar no mundo real, sem qualquer funcionalidade para o cotidiano público, embora usufrua de seus recursos como parasitas (Cepêda, 2018; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018).

Sob esse novo ideário, os intelectuais estariam preocupados com o mundo produtivo, que deve ser entendido como mercado competitivo, sem a comodidade do isolamento propiciado pela atuação nas universidades (Cepêda, 2018). Não apenas a produção intelectual das universidades é questionada, como também a sua própria existência. Isto é, não se trata apenas em apontar uma espécie de monopólio ideológico daquelas, há também a acusação de sua inferioridade quanto a outros atores sociais, que seriam mais capazes de atender as demandas da população (Cepêda, 2018; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018).

Há ainda uma aversão a qualquer tipo de contextualismo, cuja crítica se funda em um viés relativista, não se preocupando em retratar a cultura e a história brasileira. Galgam, portanto, uma ruptura com o Brasil do passado, que deveria permitir abraçar a narrativa dos países centrais ao invés de tentar criar a sua própria (Chaloub; Perlatto, 2016).

Por fim, tem-se a valorização da noção de “meritocracia”, criticando acidamente a tentativa de sobreposição do social ao individual realizado pela esquerda, aderindo a uma plena conformidade entre um forte conservadorismo moral e o capitalismo ultraliberal. Ambos,

conjuntamente, combatem as agendas de reconhecimento das minorias. Com isso, os ataques ao campo da esquerda pretendem a sua desconfiguração, em uma retórica da transformação de minorias ineptas em maiorias. (Chaloub; Perlatto, 2016).

Chaloub e Perlatto (2016) apresentam, por meio de uma abordagem exploratória, seis contextos capazes de auxiliar a compreender a proeminência que esses atores sociais têm alcançado na cena cultural do país. Primeiramente, não se trata de um fenômeno nacional, mas sim de um ressurgimento global da de vertentes políticas voltadas para a direita desde a década de 1980. São elas, sobretudo, impulsionadas pela crise do Estado de bem-estar social, além do decaimento do pensamento marxista pelo fim do bloco soviético (Chaloub; Perlatto, 2016).

No Brasil, mais especificamente, esse fenômeno é atribuído pelos autores por meio do distanciamento temporal da ditadura militar, o que permitiu que os setores sociais identificados com a direita ficassem menos constrangidos para assumirem suas opiniões. Isso porque já se admite a não associação do espectro “de direita” apenas como o regime implementado a partir de 1964, como habitualmente constava na historiografia tradicional e no imaginário social (Chaloub; Perlatto, 2016).

Outro ponto também enfrentado consubstancia no impulso dos atores sociais liberais de reagir às políticas de redistribuição de renda, especialmente quanto aos governos petistas. No lugar, defendem propostas aportadas na concepção do Estado mínimo, através da articulação de empresários, economistas, e outros intelectuais em redes *think tanks*, galgando o seu espaço em diversas mídias (Chaloub; Perlatto, 2016).

Essa perspectiva coaduna com a noção já trazida aqui sobre o posicionamento à direita trazer consigo a retórica de que a hegemonia cultural universitária pertence à esquerda. Ao deter o monopólio da narrativa sobre a história nacional em seu favor, a perspectiva “esquerdista” coloca o regime militar em um papel vilanizado (Chaloub; Perlatto, 2016).

Em terceiro lugar, estariam as transformações na própria indústria cultural do país, observadas no mercado editorial. Passam a surgir livros publicados por autores que se descrevem à direita, bem como se destacam jornais de maior expressão, que passam a deixar um espaço para colunas de opinião de caráter essencialmente ideológico.

Nesse mesmo sentido, o fenômeno da expansão e a popularização da internet permite aos intelectuais uma capilaridade social infinitamente maior. Soma-se a isso os institutos *think tanks*, que veiculam e articulam os personagens que representam os seus ideais. Esses centros ideológicos vinculam a outras associações e grupos sociais, alcançando o debate público brasileiro de maneira incisiva (Chaloub; Perlatto, 2016).

A quinta conjuração acerca das razões que levam ao protagonismo dos intelectuais da “nova direita” está relacionada aos sucessos e fracassos da esquerda hegemônica no Brasil, concebida pelos anos de presidência exercidos por representantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre os sucessos estariam os programas de política pública, sobretudo os que sob algum aspecto mexeram com o posicionamento social ou privilégios das classes sociais brasileiras. Os fracassos seriam referentes aos escândalos de corrupção, deixando vaga a oposição partidária, que foi ferozmente tomada pelos defensores da moralidade e do Estado mínimo (Chaloub; Perlatto, 2016).

Por fim, toda essa conjuntura leva ao fortalecimento da retórica em desfavor da política, em uma crise do sistema partidário brasileiro. Iniciada pelas Jornadas de Junho de 2013, o movimento passa a tomar o discurso libertário como o mais apropriado em vista da ineficácia do Estado em estabelecer políticas públicas (Chaloub; Perlatto, 2016).

Sob essa perspectiva, observa-se a inserção de Paulo Guedes como Ministro da Economia de Jair Bolsonaro (2019-2022) devido a maior repercussão de suas declarações e posicionamentos. Em uma análise acerca de sua atuação na política nacional no governo Bolsonaro, Castro (2020) o define como a base que permite a dinâmica desestabilizadora de um “hiper liberalismo” econômico dentro da guerra híbrida que compõe a extrema direita.

Com “hiper liberalismo” podemos compreender, conforme Chaloub (2020b), que Paulo Guedes representa uma versão mais extrema do discurso neoliberal presente tanto no cenário público brasileiro, quanto dos ministros de grandes economias globais, pois rejeita a dimensão regulatória do Estado. Isto é:

Paulo Guedes está mais próximo de uma linhagem anarcocapitalista, próxima ou até mais radical que Nozick, com a quase restrição do Estado à regulação da moeda e à mão forte na Segurança Pública, do que da ideia neoliberal da construção de um ambiente de concorrência e de uma natureza humana empreendedora a partir do direito privado e dos investimentos em capital humano por meio da educação (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 11).

Essa percepção acerca de suas posições não é restrita ao período que o economista exerceu o cargo de Ministro da Economia. Afinal, a nomeação antecipada de Paulo Guedes foi crucial para que Bolsonaro tivesse apoio da elite econômica do país, pois havia, como houve durante todo o seu governo, uma grande desconfiança de sua conversão ao neoliberalismo (Boito, 2020).

Esse receio quanto ao ex militar deve-se ao seu histórico progresso, pois, durante grande parte dos anos em que esse foi deputado, defendia as empresas estatais e estava distante da concepção de política econômica neoliberal. Anota-se, todavia, a sua convicção em pelo menos

uma pauta: a política social de supressão de direitos do trabalho. Nesse sentido, o intelectual público é reconhecido como o pilar neoliberal esperado para suplementar a carência do candidato à presidência (Boito, 2020).

Portanto, de forma ampla, Paulo Guedes pode ser tratado como um intelectual de direita dados os aspectos relevantes que firmam sua trajetória até o governo Bolsonaro. Contudo, a forma pela qual ele se diferencia ou aproxima da conceituação apresentada nesse tópico será melhor observada no Capítulo 3, quando tratadas as suas posições sobre o cenário político brasileiro.

1.2 Do estudo discursivo de Paulo Guedes

O intelectual público possui influência de suas opiniões políticas e econômicas sobre o país e o mundo em publicações de grande alcance através das publicações em jornais e revistas que atingem um público de maior escala, que antes se restringiam ao Instituto Millenium (IMIL), do qual é fundador.

O Instituto de Estudos da Realidade Nacional, que futuramente se transformaria em Instituto Millenium, foi fundado em 2005, após o evento “Rumos do Brasil Contemporâneo”, que ocorreu durante os dias 16 e 17 de março de 2005, no Rio de Janeiro, ainda sem contar com a participação de Paulo Guedes.

O economista foi inserido em seu processo de concepção como um formador de opinião, apoiado por empresários que querem defender o avanço de certas ideias⁷. Em 2006, durante o XIX Fórum da Liberdade, organizado por outro *think tank*, o Instituto de Estudos Empresariais tem o nome Millenium efetivado, passando por uma reformulação de ideais em 2008, diversificando as suas áreas de atuação⁸.

Tem-se, portanto, o IMIL como ponto inicial para a difusão de ideais de Paulo Guedes, cuja repercussão em certos meios sociais será relevante para determinar a sua noção como intelectual público. Embora essas publicações não sejam objeto da pesquisa, sua atuação demonstra de que forma ele passa a ser referenciado dentro dessa comunidade.

O tratamento de suas posições nesse ambiente tem a premissa de um público específico e não direcionada a grandes massas. A própria configuração de um *think tank* é atuar por intermédio de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades, que rapidamente se transformam

⁷ Silveira, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do Instituto Millenium. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013.

⁸ Idem anterior.

em reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações e se consolidam como representações públicas de valor, crenças e comprometimento à causa. Trata-se, portanto, de um fenômeno característico das mudanças sociais, que se iniciam pelas alterações da realidade, repercutindo nas transformações de ações e estratégias desses institutos⁹.

O fato de ter um alvo, primordialmente, direcionado para a propagação de seus ideais não torna o instituto irrelevante. Como aponta o próprio sítio eletrônico¹⁰, a Universidade da Pensilvânia indicou o IMIL no Global Go To Think Tank Index em 2012, figurando entre os 45 maiores centros de pensamento das Américas do Sul e Central, que possuía como foco a defesa do livre mercado.

Como parte de um contexto global, a associação da qual Guedes participava coincide com a reivindicação sobre a presença direta do Estado e de defesas ideológicas. Em um formato organizacional e operações de funcionamento, o que culmina tem-se uma abordagem de autonomia e independência, sem a finalidade lucrativa, diferenciando-se de outros atores do processo político¹¹.

Esse *think tank* é mantido por investimentos privados, e, portanto, considerado como independente e autônomo, que presume uma ausência do vínculo governamental, tanto em sua constituição, quanto na manutenção de seus recursos e ideais¹².

Dentro desse universo, tem-se o objetivo único de produzir ideias a ponto de se tornarem influentes o suficiente para obter apoio e sugerir o processo de formulação de políticas. Dessa forma, esse tipo de associação modifica-se, ao longo do tempo, em instituições politicamente agressivas que procuram ativamente maximizar a credibilidade pública e o acesso político¹³.

Nesse sentido, os textos de Guedes, assim como os demais autores referenciados pelo IMIL, em pouco tempo, passam a ser publicados como colunas direcionadas a “O Globo” e à revista “Época”. Logo, o intelectual passa a escrever para grandes massas, historiando questões como as eleições, insegurança, violência, desemprego, entre outros pontos políticos e sociais

⁹ Tilly, Charles. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹⁰ Idem anterior.

¹¹ Rich, Andrew. **Think tanks, public policy, and the politics of expertise**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹² TSE, M. **A VEZ DOS THINK TANKS**. Doutora em Gestão Internacional, Margaret Tse analisa expansão do movimento. Imil é um dos destaques globais. Publicado em: 04/03/2020. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/a-vez-dos-think-tanks/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

¹³ Idem o anterior.

que se revelam como uma constante pauta, além de anotar suas preocupações e perspectivas sobre o mercado financeiro, nacional e internacional.

Como agente ideológico, é possível compreender os *think tanks*, inclusive o IMIL, a partir de uma disputa de classe, uma vez que sua atuação funciona como um centro de intelectuais orgânicos que atuam na guerra de ideais a partir da defesa dos grupos que representam¹⁴.

Guedes, então, é um representante do poder hegemônico de grandes empresários brasileiros, defendendo os valores e ideologias que conservam o *establishment*, usando argumentos de autoridade do campo acadêmico, o que lhe atribui certa consagração sobre os pontos importantes para reformar o Brasil.

Assim, o processo de legitimação enquanto intelectual público diz respeito a materialidade de suas condições sociais. Isso porque o espaço concedido a Guedes no jornal “O Globo” e na revista “Época” depende substancialmente de suas relações sociais e de sua posição econômica. Ressalta-se, contudo, que seus discursos são travados a partir da sua legitimidade como intelectual e de seus títulos acadêmicos.

É preciso indicar a sua influência política nesse aspecto, pois, conquanto deva ser observado aqui como um observador externo do Estado, não se pode dizer que não possui qualquer influência política, que está presente antes mesmo de seu papel como intelectual público, tendo em vista que, após retornar do Chile, tem o seu primeiro convite para assessorar o governo no Banco Central, quando Delfim Netto era ministro do Planejamento, em 1984¹⁵.

1.2.1 Da obtenção dos discursos

Paulo Guedes escrevia para o jornal “O Globo”, possuindo uma coluna no caderno “Opinião” todas as segundas-feiras, de 15 de agosto de 2005 a 22 de fevereiro de 2016 e para a revista “Época”, quinzenalmente, em uma coluna intitulada “Nossa Economia”, de 09 de julho de 2007 a 20 de agosto de 2012.

Para a colacionar as publicações do jornal, foram recortadas todas as colunas escritas por Paulo Guedes no período, através da busca no “Acervo O Globo”, conforme demonstra a tabela no Anexo I. É importante anotar que, em algumas semanas, Paulo Guedes não escrevia,

¹⁴ Bhatnagar, Stuti; Chako, Priya. **Peacebuilding think tanks, Indian foreign policy and the Kashmir conflict**. Third World Quarterly, 2019.

¹⁵ Gaspar, M. **O FIADOR**. A trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro. *IV*: REVISTA PIAUÍ, Edição 144, Setembro 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>>. Acesso em: 01 abr 2023.

excepcionalmente. Acerca das colunas na “Época”, a revista traz o compilado por meio da pesquisa de seus colunistas, bastando a busca com o nome de “Paulo Guedes”, que estão elencadas na tabela do Anexo II.

Anota-se aqui que tanto o jornal “O Globo” quanto a revista “Época” pertencem à Editora Globo, que pode ser apresentada como um dos meios de comunicação historicamente comprometido com a mesma causa do IMIL, em uma forma de organização e representação de classe que fomenta uma força política essencial na construção de pautas, questões e chamamentos à sociedade civil, principalmente a parcela que não possui pretensões eleitorais e se apresenta como formadora de opinião, com o escopo de uma doutrinação ideológica entre as elites brasileiras¹⁶.

¹⁶ FERREIRA, Eduardo Carvalho. Think tanks da nova direita e suas estratégias de cooptação: o caso do IMIL (Instituto Millenium) na sala de aula. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 24-40, jul. /dez. 2018.

2 CAPÍTULO 1: NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA

Esse capítulo destina-se a entender um pouco melhor a ideologia que se pretende observar as conciliações e dissonâncias nos discursos de Paulo Guedes, razão pela qual há uma preocupação em mobilizar conceitos e noções antes de passar para análise do objeto da pesquisa.

É importante compreender inicialmente que o conceito acerca da racionalidade neoliberal, implicado ainda em uma política econômica hegemônica mundial, como se verá mais adiante do trabalho, constitui-se como um grande desafio. Há uma ausência de definições taxativas, não apenas para a Ciência Política, mas como para as Ciências Sociais como um todo.

Nesse sentido, a investigação dessa pesquisa não se limita apenas a entender a análise de Paulo Guedes como intelectual público, mas também buscar as interpretações, com as suas mediações, sobre o significado político e social do neoliberalismo para o quadro brasileiro e internacional.

Ao se tratar de neoliberalismo, pode-se assumir três sentidos diferentes, embora estejam ligados. O primeiro é como o surgimento de uma nova racionalidade e uma ideologia, observada a forma de ver e julgar o mundo, o que inclui os vieses sociais, políticos e culturais (Morais, 2001).

A segunda conotação que se atribui é o estudo do movimento intelectual organizado que, desde o seu início, promove reuniões, conferências e congressos, edita publicações e, mais recentemente, cria think tanks, ressaltando-se os centros de geração e difusão de ideias e programas (Morais, 2001).

Por último, tem-se a análise do neoliberalismo como o conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores e propagadas por organizações multilaterais, como pode ser observado nos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (Morais, 2001).

Conforme aduzido por Anderson (1995), o neoliberalismo está atrelado à política, embora se deva pontuar que isso não significa que, nos sistemas neoliberais, a democracia é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para um fim. Ou seja, a democracia neoliberal não pode ser traduzida no que se espera de um Estado Constitucional, mas em um sistema voltado ao desenvolvimento de liberdade dos agentes econômicos, que possuem direitos incondicionais (Dardot; Laval, 2016).

Motivadamente, o neoliberalismo passou a ser vinculado, na América Latina, a sistemas ditatoriais como a forma ideal de governo, pois facilitariam a implementação das medidas de liberalização econômica. No entanto, aos poucos, com o avanço dos ideais sociais e a consolidação da democracia, os mecanismos de opressão baseados em sistemas ditatoriais passam a ser substituídos pela aplicação de tomadas do poder com a utilização de sistemas democráticos como plataforma, em uma mudança estratégica (Cepêda; Pinto, 2021).

Ainda assim, o que é possível observar através da inserção neoliberal na agenda política regional ao longo da História é que a sua fórmula importada é colocada como uma imposição a partir do momento em que passa a ganhar força a nível mundial. Esse plano passou a ser referência para as economias da América Latina, cujo modelo se intensificou a nível internacional, o que inclui o Brasil, que adere aos preceitos neoliberais, obrigado também pela necessidade de obter financiamento externo (Cepêda; Pinto, 2021).

No Brasil, o que se nota não é o enfraquecimento da democracia, ainda jovem e, portanto, não sedimentada, como ocorre nos países europeus. O ponto principal do neoliberalismo no Brasil é a reforma do Estado, que, após um longo período de Ditadura Militar, marcada pela centralização governamental, estava bem distanciado do que o Consenso de Washington impunha aos países da América Latina (Cepêda; Pinto, 2021).

Ademais, com a movimentação para a transição democrática de diversos setores sociais, tem-se na Constituição Federativa do Brasil um alicerce para o alcance de várias políticas públicas enquanto o cenário internacional, na mesma época, apontava para o desmantelamento de vários direitos alcançados, especialmente, pela classe trabalhadora (Filgueiras, 2000).

De tal modo, esse capítulo divide-se em um estudo da raiz ideológica do neoliberalismo já como uma racionalidade que desenvolverá uma política de Estado a ser implementada, bem como a forma que a ideologia toma no cenário internacional, em termos gerais, e em território nacional. Pretende-se observar as diversas facetas que o neoliberalismo alcança. Para que isso seja possível, a compreensão de seus significados deve ser traçada sob o foco de como e onde a doutrina/ideologia se insere.

Logo, não se intenciona focar na contraposição das disputas ocorridas nos períodos apontados para observar a implementação da política na ordem mundial ou nacional, mas sim analisar de que forma a sua racionalidade será implementada nos contextos. Insere-se aqui tanto as noções foucaultianas, para a observação da racionalidade, quanto o pensamento político marxista de forma a incorporar as noções praxiológicas, que auxiliam a compreensão das

tendências históricas que condicionam a ação política, e contribuindo para sustentar a sua hegemonia.

2.1 O nascimento da racionalidade neoliberal

Diante de uma conjuntura que soma o fim da Primeira Guerra; a ascensão dos Estados Unidos como a potência mundial, responsável por um terço de toda produção industrial; e a culminação da Segunda Guerra, resta demonstrada a fragilidade do sistema *laissez-faire*. Com isso, o globo é conduzido à necessidade da criação de uma nova ordem econômica, que abarcará duas vertentes: o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo¹⁷” (Dardot; Laval, 2016).

Como principal nome do neoliberalismo, o economista e pensador Friedrich Hayek, formado pela Escola Austríaca de Economia inicia a produção, na segunda metade dos anos 1930, de um debate acerca da eficácia da teoria neoclássica. Passa-se, então, ao questionamento de como uma economia não organizada pelo mercado poderia produzir uma situação de ótimo social (Andrade, 1997). Ante o consenso no Pós-Guerras que a doutrina do *laissez-faire* deve ser renovada, o neoliberalismo se insurge contra a ingerência do Estado, visando o combate da redistribuição de renda e da proteção social como medidas liberais (Dardot; Laval, 2016).

Do lado do “novo liberalismo”, Keynes havia desenvolvido uma teoria sobre o livre mercado repercutir em uma degradação social. Aponta ele que o índice de trabalho abaixo do nível de pleno emprego, produzirá recessão, desemprego e miséria. Todas essas sequelas sociais eram compatíveis com os efeitos da crise de 1930, que deveriam ser detidas. Assim, o economista britânico teve os seus ideais eleitos para implementar uma nova ordem mundial (Dardot; Laval, 2016).

Esse novo Estado liberal, marcado pela intervenção direta do Estado, que passa a regular as atividades econômicas, compreende um regime social democrático. Possui como ponto forte a capacidade de evitar a desordem social e política, o que protege o sistema capitalista, em meio

¹⁷ É importante ressaltar que, embora o tratamento seja sempre por “neoliberalismo”, entende-se que, desde sua criação, não se trata de um fenômeno unificado, como será observado na seção seguinte, inclusive sobre o nome dado à doutrina, dividindo-se Louis Baudin, que preferia o “individualismo”, Louis Rougier, que chamava de “liberalismo positivo”; enquanto Jacques Rueff defendia o nome de “liberalismo de esquerda”, mas, por razões estratégicas, de forma a indicar a renovação que seus ideólogos pretendiam (novo liberalismo), especialmente em desfavor do intervencionismo e em um consenso acerca da modernização da política econômica moderna, adota-se essa terminologia (Horn; Mirowski, 2009). O termo “neoliberalismo” passará a ser evitado por seus ideólogos, após as reformas de Pinochet no Chile, pois passa a ser utilizado de forma pejorativa por intelectuais e militantes, que tecem duras críticas à política econômica sintetizada pelo Consenso de Washington, e, depois, para uma série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais (Peck, 2010a).

à Guerra Fria, da ameaça socialista através de uma política expansionista estatal (Dardot; Laval, 2016).

Dessa forma, o capitalismo inicia uma nova era de regulações extranacionais, com alta intervenção estatal e de concessões de direitos sociais, incluindo os trabalhistas. Nesse sentido, o acordo de Bretton Woods representa o expoente máximo do Estado keynesiano, fazendo com que os ideais neoliberais fossem completamente ofuscados (Andrade, 1997).

Entretanto, isso não impede que o movimento ideológico de uma agenda política econômica contestadora persista entre seus idealizadores. Assim, o neoliberalismo passa a ser debatido e a tomar forma no Colóquio Walter Lippmann, na cidade de Paris, em 1938. Nesse encontro, apontam-se duas correntes¹⁸ do mesmo ideário (Dardot; Laval, 2016).

Tem-se, portanto, já uma divisão do que seria a representação dessa ideologia. O ordoliberalismo alemão (Escola de Friburgo), que será observado como uma extensão do francês, de Walter Eucken, Lippmann, Wilhelm Röpke, Louis Rougier, Auguste Detoeuf, Louis Marlio, e Alexandre Rüstow, defendia o neoliberalismo como fundamentalmente diferente, em seu espírito e seu programa, do liberalismo tradicional. Já os austro-americanos¹⁹ eram liderados por Lionel Robbins, Louis Baudin, Jacques Rueff, Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek, defensores do “velho liberalismo” (Dardot; Laval, 2016; Horn; Mirowski, 2009).

Com o sucesso dessa reunião, o debate é novamente impulsionado, em 1947, em um novo encontro com os maiores representantes contra a tendência de regulação e intervencionismo, em Mont Pèlerin – Suíça. Sob o marco do lançamento do livro “O Caminho da Servidão” (1945) de Hayek, o encontro conta também com importantes nomes, como Lionel Robbins, Karl Popper, von Mises e Milton Friedman, entre outros (Anderson, 1995).

A Sociedade Mont-Pèlerin prepara os alicerces para o que viria a ser o neoliberalismo, já inserido na proposta de ser duro e livre de regras e baseado nas insuperáveis virtudes do mercado, na liberdade e na concorrência (Anderson, 1995). Ou seja, esse prolongamento da iniciativa de 1938, aparece com um maior consenso formado e uma melhor definição das correntes alemã e austro-americana. A formação dessa ideologia impulsiona também a disseminação dos ideais neoliberais nos meios acadêmicos, como o Instituto Universitário de

¹⁸ Entretanto, já dois anos antes do encontro em Paris, em 1936, Eucken inaugura a revista “Ordo”, o que colabora na formação da Escola de Friburgo (ordoliberais), formada, inicialmente, por Franz Böhm, Müller-Armack, Rüstow e até Hayek, que passará por um exílio e passará a integrar o liberalismo americano contemporâneo (anarcocapitalismo), retornando para a Alemanha apenas em 1962 (Foucault, 2004).

¹⁹ É assim denominada porque Mises e, principalmente, Hayek, ambos austríacos, serão os nomes mais influentes da Escola de Chicago até a entrada de Milton Friedman, Paul Samuelson e Gary Becker, entre outros que o seguirão (Horn; Mirowski, 2009).

Alto Estudos Internacionais em Genebra, a *London School of Economics* e a Universidade de Chicago, além da formação da Comissão Trilateral e do Fórum Econômico Mundial de Davos (Dardot; Laval, 2016).

Ante a existência de duas correntes, que debatem sobre o fundamento desse novo liberalismo, há consenso sobre a repulsa ao coletivismo, à economia planificada e ao totalitarismo. Também compartilham da noção de que o liberalismo não pode ser confundido com o *laissez-faire*, cuja crise fará emergir o socialismo ou, de forma a tentar deter o avanço desse último, o fascismo. Para ambas, esses regimes são duas faces da mesma moeda, o que é trazido por Lippman desde o Colóquio (Dardot; Laval, 2016).

Anderson (1995) afirma que o neoliberalismo deve ser encarado como doutrina e não como ciência. A uma ausência da criação de uma teoria econômica capaz de cumprir o papel ideológico necessário para dismantelar a crença no Estado de bem-estar social. A base de sua fundamentação se basta apenas na afirmação da crença no mercado, do reforço na fé em suas inigualáveis virtudes. O mercado é apresentado como uma regulamentação geral e não apenas da economia, abrangendo todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade (Anderson, 1995).

Ademais, tem-se no neoliberalismo uma ideologia de limitação do tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir a manutenção do próprio capitalismo. Seu plano de governo deve objetivar diminuir regulações, gastos públicos, empresas estatais e qualquer outro ponto que impeça a concorrência necessária para que os produtores possam usufruir da maior eficiência e competitividade possíveis (Anderson, 1995).

Harvey (2004) aduz que, com o passar do tempo, somaram-se a essas noções, as prescrições de regras acerca da política monetária e fiscal, que dizia sobre o tratamento de juros, câmbio e finanças públicas. Foram esses acréscimos que tornaram possíveis as ofertas de recursos por corporações que lhes eram simpáticas, o que funda grupos exclusivos de pensadores chamados de neoliberais (Harvey, 2004).

2.1.1 Ordoliberalismo (Escola de Friburgo) e austro-americanos: os ideais fundadores do pensamento neoliberal

Embora os principais ideais estivessem em consonância a ponto de fundarem uma nova racionalidade política, as correntes ordoliberal e austro-americanas divergiam, especialmente, quanto ao fator que levava à crise dos anos de 1930, embora seja evidente que, para ambas, o

maior problema residiria sobre o monopólio, debatendo acerca de sua causa (Dardot; Laval, 2016).

Para o ordoliberal Röpke, a crise seria originária da concentração industrial, fator que destrói a concorrência, logo, teria sua causa no próprio liberalismo. O austríaco Mises, contudo, sustenta tratar-se de um produto do protecionismo, pois os cartéis são derivados de acordos em nível nacional, possíveis apenas pela falta de integração dos mercados. Portanto, enquanto os austro-americanos acreditavam que a causa estaria na traição crescente dos princípios do liberalismo clássico, o ordoliberalismo aponta os problemas encontrados no próprio sistema vigente (Dardot; Laval, 2016).

Os austro-americanos rebatiam que não seria possível sequer arguir uma crise do liberalismo, pois se tratava de um colapso advindo da política intervencionista. Para eles, a ingerência política é um processo cumulativo, que leva, conseqüentemente, à coletivização total da economia e ao regime totalitário. Logo, a solução eleita por esses concentrava-se na política do livre mercado, que resolve todos os problemas de coordenação das decisões dos agentes econômicos. Haveria, assim, um equilíbrio automático advindo de sua flexibilidade, o que repercute no bem-estar do indivíduo (Dardot; Laval, 2016).

Tendo divergido sobre a causa da crise, a solução também traria marcos diferentes entre as correntes. Para os alemães, a necessidade do intervencionismo jurídico do Estado no liberalismo, tendo em vista que é dentro de uma ordem legal preestabelecida que a vida econômica se insere, é a resposta para deter o colapso econômico (Dardot; Laval, 2016),

Enquanto isso, os ordoliberais atacavam a crise através de três pontos. Primeiramente, era necessário traçar medidas antimonopólio, pois seria, independentemente de sua causa, um corpo estranho no processo econômico. Em seguida, as ações reguladoras do Estado deveriam deter-se à estabilidade de preço pelo controle da inflação. Os instrumentos de política de crédito e redução tributária nunca deveriam apelar ao dirigismo planificador do tabelamento de preços, subsídios ao mercado, investimentos públicos ou da política de pleno emprego. Por fim, as ações ordenadoras do Estado seriam de suma necessidade para estabelecer a plena concorrência, intervindo nas condições estruturais e fundamentais, ao contrário das ações reguladoras (Foucault, 2004).

Partindo dessas colocações, tem-se uma nova política do liberalismo, de forma ativa, que obriga a existência de uma ordem legal para fomentar a livre concorrência. Ou seja, o intervencionismo administrativo é trocado pelo jurídico, sendo essencialmente progressista (Dardot; Laval, 2016). Conforme ressaltado por Foucault (2004), o que os ordoliberais

defendem é que seja a liberdade de mercado o princípio organizador e regulador do Estado, induzindo que esse esteja sob a vigilância daquele ao invés de seu oposto, o que será reiterado posteriormente pelos austro-americanos.

Nessa perspectiva, a ordem do mercado não é algo espontâneo, mas uma construção jurídica ativa. Passa o Estado a ter a função de proteger a economia de ameaças públicas ou privadas. Constrói-se um quadro institucional destinado a favorecer a concorrência. Necessária, desse modo, uma Constituição econômica análoga à Constituição política, com regras de direito que visem conciliar as liberdades econômicas individuais e os interesses gerais (Dardot; Laval, 2016).

Sobre esse papel do Estado, a Escola Austríaca discorda radicalmente do ordoliberalismo, pois as regras não poderiam ser resultado de uma decisão coletiva refletida ou de uma ação voluntária dos poderes públicos. Hayek afirma que se trata de um longo processo evolutivo de seleção, elevando o que é exposto no ordoliberalismo de uma mera adequação (voluntária e construtivista) para um fatalismo evolucionista (Romo, 2019).

Essa noção da Escola de Friburgo, que confia no poder ordenador do Estado, evolui para definir os fundamentos teóricos de uma constituição econômica. Essa deve ser capaz de impedir o crescimento descontrolado de todo poder econômico e político. Como será exaltado por Miksch, Böhm e Lutz, que defendem uma crescente desconfiança da intervenção estatal, devem haver reformas e dispositivos legais mais incentivadores do que repressivos, preservando a alocação ótima de recursos (Romo, 2019).

Ou seja, a noção de Estado não reside mais em seus poderes, mas propriamente na sua força de expurgar os agentes que impediriam o crescimento da economia, tal como os sindicatos e, de maneira mais geral, o movimento operário. Esses dois agentes são apontados como corrosivos para as bases de acumulação capitalista, pois é a partir de suas pressões reivindicativas sobre os salários e sua manutenção parasitária que o Estado aumenta cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995).

Nesse ponto, concordam os ordoliberais e os americanos sobre o imperativo da organização dos poderes do Estado e da sociedade a partir de uma economia de mercado. Não se limitam a estipular os limites da atuação de cada setor, mas de fazer com que todos se adaptem aos fatores econômicos (Foucault, 2004).

Para tanto, é necessário que direito privado resida acima da política. Não deve haver espaço para a deliberação pública ou mesmo para se impor como *ultima ratio* da ordem social. É preciso separar os apelos políticos (eleitorais) dos econômicos através de uma legislação que

seja capaz de proteger a propriedade privada, a liberdade de contrato, a livre concorrência, a estabilidade monetária, o equilíbrio orçamentário e a independência do Banco Central (Dardot; Laval, 2016).

Uma vez que haja atuação do Estado, independentemente se através do protecionismo alfandegário ou instauração de um monopólio, recai sobre ele a culpa, exclusivamente ou não, da limitação ou da supressão do regime concorrencial. A entidade estatal apontada como incapaz de atender o interesse do maior número de indivíduos, enquanto tem como seu principal dever interferir na ordem com o fim de estabelecer a livre concorrência (Dardot; Laval, 2016).

Esse dever de o Estado zelar por uma ordem econômica e concorrencial será observado na ordem ordoliberal em uma constante e permanente adaptação legislativa. O ordenamento jurídico deve garantir a eficiência, eficácia, produtividade, competitividade e otimização do processo de acumulação capitalista. Concomitantemente, há o combate dos privilégios, dos monopólios e dos rentistas, estabelecendo uma política sobre a vida individual e social de forma ampla, adaptando-as à divisão do trabalho (Dardot; Laval, 2016).

Para estabelecer o crescimento de uma nação, o Estado é conduzido como o principal agente para romper com o poder das associações civis que pressionam o governo para estabelecer os gastos sociais. Esse custo reflete no aumento da dívida pública, o que depõe contra a principal necessidade do governo, a estabilidade monetária. Torna-se, para o alcance dessas metas, indispensável a disciplina orçamentária. Deve haver uma contenção dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego, bem como a realização de reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (Anderson, 1995).

A necessidade de romper com as associações civis será acentuada pelos austro-americanos. Os sindicatos e demais representações são observados como um ponto de pressão contra os interesses da empresa, que são sempre lucrativos. Logo, uma vez que o Estado deveria se ater unicamente aos mecanismos de mercado, não pode ter aqueles em seu seio (Chamayou, 2018).

O americano Friedman defenderá que o agente corporativo é uma espécie de agente privado inserido no setor público, uma vez que são meramente nomeados. Propõe que o serviço deveria admitir apenas os que são eleitos pelo processo político (Chamayou, 2018). Isto é, deve o Estado estar restrito a garantir que haja um sistema livre de ameaças internas e externas. Os objetivos estatais devem concernir em conservar e estimular a lei e a ordem, promover a competição, apreciar disputas sobre interpretação das regras, reforçar contratos, resguardar a

propriedade e afetar monopólios que restringem as alternativas e inibem a efetiva liberdade de troca (Friedman, 1984).

A livre concorrência, então, é o principal mote da racionalidade neoliberal, que não é mais uma razão natural, mas deve ser engendrada em uma agenda político-jurídica. Não há independência entre a economia e as instituições sociais e políticas. Deve-se instalar uma ordem de mercado em uma dimensão institucional da organização social. O Estado deve ser protegido de chantagens e pressões de forma que garanta a igualdade de tratamento perante a lei, como também intervenha para que a economia funcione melhor (Dardot; Laval, 2016).

De tal modo, o capitalismo concorrencial deve ser tratado como uma máquina que exige vigilância contínua, no sentido de que deve antever e se adequar às necessidades do mercado. Sua regulação deve evoluir conforme as preocupações consistentes com o equilíbrio natural entre poupança e investimento, produção e consumo, importações e exportações. Essa constância é o que permitirá que se crie e preserve as funções do sistema concorrencial (Dardot; Laval, 2016).

Essa reiterada adequação reside em uma revolução permanente da ordem econômica. Há uma exigência de adaptação a cada uma de suas novas fases, que se dá também por meio de uma vida individual e social em sua totalidade. Essa aceção de política modifica o próprio homem a fim de evitar os sofrimentos morais e conflitos inter ou intra individuais oriundos da incompatibilidade com as divisões do trabalho. Torna-se a economia e a herança social um todo homogêneo (Dardot; Laval, 2016).

A coordenação das atividades econômicas liberais é descrita por Friedman (1984) através de duas frentes. A direção central e coercitiva deve ser somada à cooperação voluntária entre os indivíduos, como uma “técnica do mercado”. Ambas são caracterizadas como partes de uma transação econômica que se beneficiam dela através de uma organização bilateralmente organizada e voluntária. Essa relação de troca possibilita a coordenação sem coerção, pois está baseada na liberdade de negociar produtos e serviços em uma economia livre, fundando-se na relação entre empresas privadas em um capitalismo genuinamente competitivo (Friedman, 1984)

Essa construção implica em um conceito cada vez mais mercantil das relações sociais. O poder individual de escolha, inserido em uma sociedade concorrencial, não paira sobre bens e serviços ofertados pelo Estado. A sociedade civil e seus produtores passam a ser organizados através de parcerias e contratos, enquanto a ação pública está limitada a legitimar e favorecer as condições para a ação do indivíduo/consumidor. É individual e exclusiva a competência de

conceber planos e conduzir a própria vida em relação com os próximos, além de restarem justificadas as diversas restrições à participação popular (Dardot; Laval, 2016).

Como poder ser visto em Hayek (1977, 1985), mas principalmente em Mises (1979), há uma noção consumerista do eleitor, o que enfatiza o paralelismo entre liberdade econômica e liberdade pessoal e política de forma que são inseparáveis. Isso porque é apenas na economia de mercado que o indivíduo encontra condições de escolher os caminhos de sua vida pessoal e profissional. Nesse sentido, ao contrário do sistema socialista, não impõe um certo modo de vida através das decisões verticalizadas, determinadas por decretos e apenas comunicadas aos indivíduos (Mises, 1979).

Mises (1979, 2010), para além de Hayek (1977, 1985), descreve o que ele chama de “democracia de mercado”, em que relaciona povo a consumidor, pois as escolhas individuais não podem ser moduladas pelo Estado, sendo aquele soberano a este. Faz, portanto, um paralelismo com o que ocorre no sistema capitalista, em que os consumidores é que determinam suas predileções ou demandas de forma que a obtenção de riqueza é possível apenas quando há a oferta de boa qualidade associada a melhores preços. Isto é, a “democracia de mercado” é, na verdade, a condução dos negócios de Estado, o sistema de governo representativo (Mises 2010).

James Buchanan e Tullock, acirrando esse viés, transferem o pensamento econômico para as eleições de tal forma que criam uma Teoria da Escolha Pública, ressaltando que a democracia nada mais é que uma mera disputa entre o interesse individual dos eleitores e dos candidatos. Absorvem o viés político da democracia pelo econômico e reforçam o descrédito na atividade pública, que não só está sempre sob suspeição, mas também é vista como um negócio de políticos que usam o Estado para atender interesses privados (Romo, 2019). Logo, o governo que sofre com as interferências (caprichosas) da população, em uma intervenção generalizada e ilimitada, sofre como o enfraquecimento e a instabilidade de seu regime democrático (Dardot; Laval, 2016).

Hayek (1985) tece sua maior crítica à democracia pelo poder ilimitado conferido a maiorias organizadas que tem como único escopo proteger grupos especiais, devendo essas associações serem condenadas pela própria democracia, pois subverterem-na. Dessa forma, a livre escolha pode existir sob uma ditadura capaz de limitar a si mesma, mas não sob o governo de uma democracia ilimitada. Portanto, a liberdade política nunca será maior do que a liberdade econômica (Hayek, 1985).

Esse problema da democracia encontra-se nas instituições dessa, que institui uma maioria representativa para estabelecer as leis e administrar o governo. A racionalidade

neoliberal rechaça essa ideia, apontando-a como uma desnaturalização da correlação existente entre vontade da maioria como fonte suprema de poder. Nesse sentido, o ideário do neoliberalismo observa que a democracia não garante que não haja poder arbitrário. Defende-se, portanto, uma limitação desse poder. Sua restrição encontra-se nos campos em que são alcançados os acordos entre as minorias (Hayek, 1985) de forma a salvaguardar a paz interna e a liberdade individual (Hayek, 1977).

Mises (1979) conceitua a representação de um regime autoritário como aquele que se atribui a capacidade de circunscrição elevada à do cidadão comum. Isso ocorre quando uma democracia permite que os grupos de pressão componham o parlamento e se imputem possuidores de privilégios custeados pela nação (Mises, 1979).

Nesse ponto, Hayek (1977) define servidão pela vontade das majorias, que é apresentada como uma forma arbitrária de exercício de poder sobre minorias, obstaculizando liberdades individuais. O poder na democracia estaria constituído como ilimitado, instrumentalizando os pressupostos da vontade da maioria, do bem comum e da soberania popular em favor, na verdade, de interesses de grupos especiais, de pressão ou de minorias (Hayek, 1977).

O que se estabelece é uma nova acepção de cidadania, que não comporta mais a contestação por direitos sociais, pois o neoliberalismo outorga uma enorme confiança na ação privada dos indivíduos que se situam sob sua jurisdição. Dessa forma, os elementos do mercado se resumem aos interesses comuns dos cidadãos como consumidores (Dardot; Laval, 2016).

A força da responsabilidade individual também pode ser vislumbrada na necessidade da criação de um sistema distributivo. A ideologia neoliberal consegue trazer uma concepção muito peculiar de um “neoliberalismo social-liberal”. Há, em certa medida, a adoção de uma visão cristã e puritana. Sua acepção de solidariedade discute como um permissivo a instituição de um auxílio dirigido aos “excluídos” do sistema, como se anota no tratamento dos “bolsões” de pobreza (Dardot; Laval, 2016).

Essa noção de solidariedade será mais um ponto de divergência entre as correntes, pois, para a maioria dos ordoliberais, como Eucken, a previdência e a justiça social são questões importantes. No entanto, os austríacos as rechaçam radicalmente, como pode ser visto em Hayek, que demonstra em sua obra a futilidade do conceito de justiça social, especialmente sob o aspecto de que a solução mais eficaz será sempre o mercado e suas medidas de redistribuição, aduzindo o perigo dessa noção conduzir a medidas intervencionistas (Romo, 2019).

Anota-se que, mesmo sobre o viés ordoliberal, a política social jamais poderia ser confundida, sob qualquer aspecto, com a postura dirigista e com um imaginário keynesiano de

bem-estar. Repele-se por completo a igualdade de condições sociais como um objetivo de uma política econômica, pois são essas diferenças que constituem a boa dinâmica do mercado, da concorrência e o mecanismo dos preços (Foucault, 2004).

A ideologia neoliberal não admite que se tenha uma criação de uma dependência quanto ao auxílio proposto, mesmo quando admitido. Logo, deve ser sempre acompanhado de esforço pessoal e trabalho efetivo. Reitera-se a responsabilidade individual pelo destino do indivíduo, sem jamais se confundir com a construção de direitos sociais para todos (Dardot; Laval, 2016). O que se pretende apenas é garantir, no máximo, “um mínimo vital” para quem, “de modo definitivo ou passageiro”, tornou-se incapaz de “assegurar sua própria existência”. Em toda racionalidade neoliberal, a única política social que importa é o crescimento econômico (Foucault, 2004).

2.1.2 Escola de Chicago e libertarismo: do aprofundamento da racionalidade neoliberal

A Escola de Chicago, enquanto Simons era o diretor, teve em sua formação a presença da influência ordoliberal. Entretanto, quando Friedman, entre 1950 e 1960, ocupa o cargo, reivindica a decadência da corrente alemã, conjuntamente com Paul Samuelson, passando, nos anos de 1990, a ser influenciada também por Murray Rothbard (Romo, 2019).

Friedman é também apontado como catalisador do rompimento da escola austríaca com a americana ao se opor ao subjetivismo do empreendedor criativo, passando a desenhar um homem econômico desistoricizado e dessocializado. Inova, ainda, em sua política monetária, não só por não aderir ao movimento de desnacionalização da moeda, de forma a evitar o monopólio do Estado, como também por ignorar níveis de preços individuais (Romo, 2019).

Dessa divisão, pode-se indicar o início do movimento ultraliberal²⁰ configurado por Robert Lucas, Robert Barro, Thomas Sargent e Neil Wallace. Nessa corrente, havia a pretensão

²⁰ O termo “ultraliberal” é utilizado aqui sob o enfoque de uma política econômica decorrente do neoliberalismo, que teria acentuado as noções de diminuição do Estado, cujo marco de seu nascimento pode ser debatido. Contudo, é preciso ressaltar que, a depender da bibliografia, ele pode indicar outras conotações. No Brasil, por exemplo, os círculos ligados à pauta liberal, anteriormente autodenominados de “libertários”, passam a se chamar termo “ultraliberais”. Suas inspirações estão mais próximas da Escola Austríaca de Economia e na obra de Ludwig von Mises. Nesse sentido, recomenda-se: ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In: SOLANO, Esther e ROCHA, Camila (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 123-174. Em outro viés, a indicação de “ultraliberal” pode-se referir ao ideário neoliberal como um todo, em que se aponta que o radicalismo dos pressupostos e a ação de seus partidários é melhor representada pelo primeiro. É o que se pode anotar de: FONSECA, Francisco César Pinto da. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hicitec, 2005; FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

de maximizar a racionalidade dos agentes, redescobrir a neutralidade da moeda, tecer uma teoria sobre o equilíbrio geral da concorrência. Contudo, o seu principal ponto está na inutilidade do Estado, passando a traçar fundamentos macroeconômicos a partir do comportamento dos agentes microeconômicos (Romo, 2019).

Gary Becker aprofunda a leitura do comportamento humano ao viés financeiro, incorporando todos os fenômenos sociais em uma racionalidade infalível do homem econômico. Suas leituras obedecem a leis de otimização sob as condições de tempo e orçamento. Teoriza de forma mercantil conceitos como família, através da relação preço-qualidade desde a escolha de um parceiro; ou mesmo de crime, cujo valor utilidade (ganho versus penalidade) será analisado como vital para o aumento ou diminuição da taxa de infrações (Romo, 2019).

Destaca-se que a noção de Estado, assim como sua existência, embora ainda seja colocada pelos austro-americanos, serão cada vez mais minimizadas ao longo dos anos, especialmente pela corrente libertária anarquista²¹. David Friedman e Murray Rothbard, observado o seu livro “For a New Liberty: The Libertarian Manifesto”, serão os seus principais representantes, em que pregam um apego absoluto à soberania individual, que não deve ser cerceada por regras sob qualquer hipótese (Romo, 2019).

Essa corrente é caracterizada por um radicalismo proprietário, em que há o apego à soberania absoluta do indivíduo sobre si mesmo e sua propriedade. Isto é, a propriedade privada sob nenhum aspecto pode ser infringida ou violada, o que se aplica também às restrições estatais ou normas sociais. O próprio corpo do indivíduo também deve ser tratado como sua propriedade, não cabendo qualquer imposição sobre a forma de seu uso. Nesse sentido, tem-se um antiestatismo acentuado, em um julgamento moral e político do mal absoluto personificado pelo Estado, retirando, inclusive, o seu monopólio da coerção (Romo, 2019).

²¹ Optou-se aqui por não utilizar o termo “anarcocapitalismo” para evitar que esse fosse associado à concepção foucaultiana. Isso porque Foucault distingue muito pouco o neoliberalismo estadunidense como um todo, já que o autor não possui uma única exposição sistemática sobre o tema, não demonstrando nem mesmo de que forma ele se distingue do ordoliberalismo pela privatização da política social (Laval, 2020). Entretanto, entre os autores das diferentes escolas economicistas, sobressai a corrente libertária anarcocapitalista do próprio neoliberalismo, pois, conforme ressaltado por Hayek e Mises, que seriam considerados os inspiradores desses ideais, as noções fica demasiadamente próximas a um anarquismo, considerado pela Escola Austríaca como uma variante do totalitarismo, enquanto Rothbard considerará Hayek um “quase-socialista” por uma lista interminável de concessões das liberdades privadas ao setor público, como a instauração de salário-mínimo, redução da jornada de trabalho e manutenção de bens públicos (Romo, 2019).

Importa também anotar que as definições de libertários²² divergem, podendo ser divididos em três correntes²³. A primeira, nomeada de “libertarismo utilitarista ou pragmático”, em que a defesa do livre mercado é associada ao poder de sua produtividade em maximizar o bem-estar social de modo mais eficiente. Nesse sentido, apoiariam restrições governamentais aos direitos de propriedade para evitar, por exemplo, os monopólios naturais (Kymlicka, 2006).

O “libertarismo ético” argui que a defesa do livre mercado não está pautada na maximização da utilidade social, mas pela minimização do perigo da tirania, como exposto por Hayek. Irrelevante para essa análise que a história não justifique vínculo invariável entre capitalismo e liberdades civis. Observe-se que todos os neoliberais libertários defendem o livre mercado, entretanto, não há consenso acerca desse ser um sistema inerentemente justo (Kymlicka, 2006).

Por fim, o “libertarismo moral” por Nozick, que repousa no postulado de John Locke da propriedade de si mesmo (*self-ownership*). Trata-se de uma interpretação particular do princípio kantiano para o qual as pessoas não podem ser usadas como meios para fins de terceiros (Kymlicka, 2006). Isto é, a partir da noção de Locke sobre o estado natural, o libertarianismo evita o estabelecimento do governo ao apresentar uma solução baseada na explicação “de mão invisível” (Morresi, 2002).

Nesse processo haveria o surgimento de associações não-estatais de ajuda mútua, cujo tempo se encarregaria de eleger uma posição dominante, por meio das leis do mercado. Em um Estado Ultramínimo, nascido de uma virtude moral, que se preocupa em não violar os direitos de ninguém, o monopólio da força surge por um processo da mão invisível do mercado (Morresi, 2002).

É o que se observa na tese central de Nozick. O tamanho do Estado não pode ultrapassar as estreitas funções de proteção contra a violência, a proteção da propriedade privada e a garantia dos cumprimentos de contratos. Nesse sentido, se a apresentação estatal apresenta uma forma mais extensa, viola o direito das pessoas, vinculando a uma eterna obrigação positiva e, portanto, injustificável (Morresi, 2002).

²² Ressalta-se ainda os libertários “de esquerda”, o anarcossocialismo libertário, como pode ser observado em Noam Chomsky, em sua obra “O lucro ou as pessoas”, trazendo outras concepções do que sejam anarquismo e liberdade de mercado.

²³ O cerne da doutrina libertariana parte, contudo, da romancista russa Ayn Rand, que assentou em suas histórias e ensaios (“O manancial” e “A virtude do egoísmo”) o pensamento libertariano ao descrever um individualismo ególatra sob o prisma de um exorbitante enaltecimento da propriedade privada ilimitada e o repúdio a toda forma de coletivismo em suas obras (MORRESI, 2002).

Em comum a todas as conceituações de libertários, tem-se a noção totalitária da organização estatal, que está presente desde o surgimento do neoliberalismo. Contudo, a desconfiança ou hostilidade com relação ao Estado se acentua na difusão gradual da nova problemática governamental. Isso garante a conversão de críticas libertárias, ou mesmo as anti-institucionais, em novas concepções neoliberais. Logo, a radicalidade apresentada sobre a extirpação do Estado trata-se de acentuação de uma inclinação de todos os governos neoliberais (Laval, 2020).

2.2 O neoliberalismo como política mundial

O neoliberalismo, embora cada vez mais fundamentado e disseminado no meio acadêmico, permaneceu ao longo de mais de duas décadas como um movimento sem hegemonia. Esse cenário é alterado dada a ocorrência das duas crises do petróleo (1973 e 1979), crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação, com a elevação dos juros americanos em 1979 (Gaspar, 2015).

A crise do Estado de bem-estar social termina com a aplicação de acentuada valorização financeira, retomada do dólar americano como meio internacional de pagamento e intensificação do processo de centralização de capitais. O mundo passa então a ser direcionado para a criação de uma nova ordem econômica mundial (Gaspar, 2015).

Diante dessa crise internacional, que acirrava e elevava juros ao longo de todo o mundo desenvolvido, o neoliberalismo encontra em Margareth Thatcher uma apoiadora e difusora de seus ideais. Essa nova ordem abrangerá rapidamente também o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Harvey, 2004).

Independentemente das diferenças em sua implementação, conforme Harvey (2008), admite-se, a partir daqui, como governos neoliberais aqueles que possuem práticas político-econômicas em comum. Como proposta principal, tem-se a promoção do bem-estar humano através das liberdades e capacidades empreendedoras individuais concomitantemente a uma estrutura institucional voltada unicamente para proteger os direitos da propriedade privada, o livre mercado e comércio.

Nesse aspecto, Dardot e Laval (2016) evidenciam como característica central do neoliberalismo a necessidade de uma regulamentação e do estado de direito privado voltados à prosperidade da economia de mercado. Esses governos asseguram a organização econômica e as regras para a concorrência de forma a sempre exercer a integração das economias e a

diferenciação advinda da competitividade, adaptando e acompanhando as vicissitudes da economia concorrencial capitalista.

Ou seja, para se apontar o desenvolvimento do neoliberalismo deve-se observar a construção de um programa político que garanta a conservação e permanência da ordem de mercado e que se atualiza apenas pelas normas e regras da concorrência. Esse critério absoluto será estabelecido pela ingerência do Estado (Dardot; Laval, 2016).

Harvey (2008) assinala que são quatro os fatos históricos essenciais para a implementação do neoliberalismo no globo. Sua iniciação está contida na virada da política econômica chinesa pós-Mao, que passa a adotar um sistema de “socialismo de mercado” (1978); a modificação no comando do Banco Central dos EUA (1979); além da eleição de Margaret Thatcher (1979) e de Ronald Reagan (1980).

Anderson (1995), ao analisar os governos que se seguiram ao de Thatcher (1979), assume que o neoliberalismo se alastrou para quase todos os países do norte da Europa ocidental. Isso ocorre especialmente após a intervenção soviética no Afeganistão (1978) e a decisão norte-americana de desenvolver uma nova geração de foguetes nucleares nessa parte da Europa. A popularização do ideário neoliberal seria, portanto, consequência direta por se apresentar, centralmente, como o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra (Anderson, 1995).

Ante a divergência sobre as razões que levaram à adoção mundial do neoliberalismo, é preciso destacar que cada país obteve uma faceta diferente dessa agenda política econômica. O governo pioneiro da experiência neoliberal foi do Chile de Pinochet (1970), que serviu de inspiração aos que se seguiram, cujo programa era mais inspirado em Friedman do que em Hayek (Anderson, 1995).

O governo chileno possuía características acentuadas de desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos, além da eliminação da democracia o que incluía uma ditadura militar caracterizada por ser uma das mais cruéis do pós-guerra (Anderson, 1995).

Insere-se aqui uma importante conceituação acerca da diferenciação entre o liberalismo político e econômico introduzido na América Latina, em que esse último passa a ser a chave para o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que a democracia é negligenciada. Isto é, a ideologia liberal aplicada à periferia²⁴ passa a abandonar as pautas liberais na política,

²⁴ Considera-se economia periférica a constituída pela assimetria dos termos de trocas, constituindo-se por aquelas que são primário-exportadoras, enquanto as de centro assumem o caráter industrial, observadas no liberalismo econômico que classifica os países conforme suas vantagens comparativas e atribui a eles uma divisão

abraçando a ditadura como solução política. Esse sacrifício de sua retórica das liberdades tem como objetivo impedir o avanço do nacional-desenvolvimentismo democrático e garantir uma pauta baseada na modernização das formas de dependência em etapa industrial (Cepêda; Pinto, 2021).

Como uma das maiores referências da experimentação neoliberal dos países europeus, a Grã-Bretanha de Thatcher possuía a agenda mais ambiciosa e sistemática. Sua principal política implementada foi a monetária e fiscal. Tem-se a configuração da contração da emissão da moeda, aumento das taxas de juros, decaimento drástico dos impostos sobre os rendimentos altos, revogação de controles sobre os fluxos financeiros (Anderson, 1995).

Essas medidas somadas aumentaram, no Reino Unido, os níveis de desemprego, reduziram greves, impuseram uma nova legislação antissindical e corte de gastos sociais. Teve, ainda, como última medida, um difundido programa de privatização, desde a habitação pública até indústrias como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (Anderson, 1995).

Já os EUA, onde não vigia a política de bem-estar tal qual na Europa, teve na competição militar o seu principal ponto de ampliação do programa neoliberal, visando a quebra da União Soviética. Abrange também a redução dos impostos em favor dos ricos, a elevação das taxas de juros e a amenização da única greve séria da gestão de Reagan. Diferencia-se por desrespeitar a disciplina orçamentária, expandindo os gastos públicos (Anderson, 1995).

Diante do sucesso dessas economias, ao final dos anos 80, apenas Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa²⁵ e, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento. Enquanto isso, todos os demais países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) celebravam o êxito do neoliberalismo sobre a inflação dos anos 1970 (Anderson, 1995).

internacional do comércio, o que se constitui em uma lógica de espoliação e empobrecimento reiterativo das economias periféricas, encobertas pela implacabilidade da ordem econômica e pelo discurso de sua necessidade pelo pungente progresso (Cepêda; Pinto, 2021). É importante ressaltar também que a crise do liberalismo se dividia em duas formas diversas: “a do centro (de economias e sociedades avançadas que adernavam em momentos de irracionalismo, em crises cíclicas e estruturais da economia, no eclipse da representação) e a da borda (onde nem sequer se atingiram formas maduras da economia liberal, mas que experimentaram outras formas corrosivas de liberalismo e de seu colapso). A crise na periferia era, portanto, mais grave e mais dramática” (Cepêda; Pinto, 2021, p. 142).

²⁵ É importante destacar que a hegemonia neoliberal não ocorreu na Europa sem contestações, pois o movimento chamado de euro-socialista, tendo na França com Mitterrand o seu principal representante, insurge-se como uma vertente progressista advinda de movimentos populares ou operários. Esse movimento contrastava-se com a agenda de austeridade imposta pelos outros países da Europa através de uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social. Entretanto, de pouco em pouco, foi fracassando e aderindo à ortodoxia neoliberal, em busca de uma estabilidade monetária, limitação do orçamento público, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego (Anderson, 1995).

Nesse mesmo íterim, a China adentrava na economia de mercado capitalista²⁶, em que teve sua inserção internacional pela abertura do mercado mundial advinda do próprio neoliberalismo, ou seja, a emergência do país asiático como potência econômica global a partir da década de 1980 foi uma consequência não pretendida pelo avanço do neoliberalismo (Harvey, 2008).

A China, nesse contexto, representa tamanha potência que conseguiu evitar o desastre financeiro que assolou essa nova ordem global e produzir um espetacular crescimento econômico. Essa crise, já inserida no contexto do neoliberalismo, foi ocasionada pela “terapia de choque” de privatizações imposta pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Consenso de Washington em 1990 (Harvey, 2008).

Atingidos pela recessão econômica em 1991, os países da OCDE atribuíam o problema à incompletude da agenda neoliberal, pois viam na queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 89 a 91, o êxito do neoliberalismo. A conjuntura econômica de baixo crescimento, aumento dos gastos sociais decorrente da alta taxa de desemprego e do número extensivo de aposentados eram apresentados como os vilões (Anderson, 1995).

Isto é, ao invés de culpabilizarem a agenda neoliberal implementada, a acusação agora apontava para a dívida pública de quase todos os países ocidentais como a principal fomentadora dessa nova crise econômica. Com isso, os governos que ainda resistiam às políticas de austeridade começaram a implementá-las (Anderson, 1995).

Tem-se, portanto, a consagração da hegemonia do neoliberalismo como política, que passa a não mais estar atrelada a governos explicitamente de direita. Isto é, mesmo com a socialdemocracia como sua inimiga central, tem em seus representantes a aplicação de políticas neoliberais. (Anderson, 1995).

²⁶ Embora essa noção seja importante para a interpretação de Paulo Guedes sobre a ascensão da China como expoente econômico, ressalta-se que esse entendimento é bastante controverso. Há especificidades na política chinesa, tal como não transformar terra em mercadoria, que afastam essa noção de China “capitalista”. Ademais, as consequências da ausência de pilares fundamentais para configurá-la como uma “política de mercado aberto” também importam para a análise da constituição chinesa. Contudo, tendo em vista o objeto da pesquisa, não aprofundaremos o debate sobre qual a política adotada pelo país asiático. Ver mais em: CUNHA, A; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global. Características e implicações. In: CARDOSO JR, J.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (orgs.). Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. GAO, Q.; YOO, J.; YANG, S.; ZHAI, F. Welfare Residualism: A Comparative Study of the Basic Livelihood Security Systems in China and South Korea. *International Journal of Social Welfare*, Hoboken, v. 20, n. 2, p. 113-124, Apr, 2011. GEREFFI, G. Development Models and Industrial Upgrading in China and Mexico. *European Sociological Review*, Oxford, v. 25, n. 1, p. 37-51, 2009. JACQUES, M. **When China Rules the World The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. London: Penguin, 2012. KYNGE, J. A China sacode o mundo. A ascensão de uma nação com fome. São Paulo: Globo, 2007. ZHU, C. & WAN, G. Rising Inequality in China and the Move to a Balanced Economy. *China & World Economy*, Hoboken, v. 20, n. 1, p. 83-104, Jan.-Feb, 2012.

Ademais, na mesma época, ocorre o início do fenômeno da globalização dos mercados dada especialmente pela inserção mundial da informática, que consolida, agiliza e generaliza os processos decisórios, que se seguiu na década de 90. Em meio à crise, isso favorece a disseminação dos valores neoliberais ao reforçar a dinâmica das empresas, corporações e conglomerados (Ianni, 2000).

Portanto, trata-se de consequência direta da globalização que barreiras nacionais fossem completamente superadas e uma comunicação mais eficiente entre bancos internacionais. Com isso, se acentua o processo de enfraquecimento da soberania dos Estados-nação e a flexibilização dos direitos sociais (Ianni, 2000).

Ressalta-se que essa noção de enfraquecimento do Estado-nação deve ser traduzida no reforço da noção neoliberal acerca da necessidade da diminuição do Estado como agente produtivo e regulamentador da economia e do bem-estar social. Isso porque, ao mesmo tempo, o governo é requerido para empenhar recursos, atividades e investimentos, que não só beneficiem a economia de mercado, como também sejam capazes de ampliar a participação das empresas na economia (Dardot; Laval, 2016).

Se o fenômeno da globalização dos mercados pode ser apontado como um agente que intensifica a hegemonia neoliberal, também serviu para se tornar um dos fatores da sua próxima crise. Atribui-se como sua a repercussão rápida, em todo o cenário internacional, da crise imobiliária de 2008 dos EUA (Krugman, 2009).

Anota-se que as crises econômicas são todas decorrentes de suas soluções, que dão causa à uma nova crise, sem jamais quebrar o ciclo. Isto é, a primeira crise econômica, que adota uma solução neoliberal, na década de 1980, exigiu que a inflação fosse apaziguada pela dívida pública. Esse débito, conseqüentemente, terá um exponencial crescimento e será o alvo do próximo colapso, na década de 1990. Esse é solucionado com o retorno da disciplina fiscal e sucateamento das políticas sociais, o que repercute na substituição pela dívida privada de forma a criar uma pirâmide creditícia (Streeck, 2012).

Para responder essa nova crise, impõe-se que os títulos da dívida sejam assumidos pelo Estado para evitar a desintegração do sistema financeiro global, na década de 2000. Decorre-se daí a promoção de um novo aumento dos déficits e da dívida pública (Streeck, 2012), cuja proposta de resolução passa a ser uma onda de políticas de austeridade ainda mais acentuadas, o que ampliou a precarização dos direitos sociais. Nessa nova conjuntura, a maior parte da população passa a sofrer com o declínio econômico e a incerteza. Sua implosão institui um

descontentamento generalizado, especialmente com o sistema econômico neoliberal e seu culto do mercado autorregulado (Gerbaudo, 2017).

Assim, a desvalorização financeira de 2008 compreende tanto uma nova crise econômica do neoliberalismo, como também uma crise política a partir de 2011, representada por diversos movimentos sociais que se seguiram. Como exemplo, tem-se a Primavera Árabe nos países do Oriente Médio e do norte da África; os Indignados na Espanha; o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos; a praça Taksim na Turquia; as Jornadas de Junho no Brasil; os *Aganaktismenoi* gregos; e o *Nuit Debout* na França. Como ponto incomum, todos reclamavam diante da nova concepção de “cidadania” e do neo-anarquismo dos movimentos de globalização (Gerbaudo, 2017).

Logo, o que se observa é uma conjunção entre crise financeira, tensão de representatividade e protestos internacionais de massa, mas que foi incapaz de alterar o regime político econômico. Pelo contrário, trouxe sua pauta ainda mais aprofundada, sem qualquer proposta de reparação ou mesmo quebra da confiança de sua eficácia. Mantem-se, portanto, a sua hegemonia intacta, além de enfraquecer seus opositores pelas constantes derrotas nas urnas (Mirowski, 2014).

Logo, o neoliberalismo se construiu ideologicamente como uma “teoria da crise”, uma vez que foi criado para deter a recessão ocasionada pelo *laissez-faire* e teve como início da sua implementação o colapso do Estado keynesiano. Essa política consegue passar por instabilidades e fracassos regulatórios, marcados por sua própria contradição sistêmica, sem jamais ter os seus ideais rechaçados (Peck; Theodore; Brenner, 2012b).

Peck (2010a), assim como Dardot e Laval (2016), ressalta as contradições do neoliberalismo sob o prisma da atuação estatal. Ao mesmo tempo em que requer a aniquilação do Estado, tem nele a necessidade da implementação dos ideais do “livre mercado”. Dessa forma, faz com que, a cada fracasso, haja a responsabilização do Estado e não do próprio sistema.

Decorrente da concorrência intensa e de um acúmulo financeiro improdutivo, que bloqueia o crescimento e impede a reabsorção do desemprego, a crise é assumida como um verdadeiro modo de governo. Esse desenho de governo está reduzido às pressões da fuga de capital de tal forma que adota políticas de competitividade. É esse o mote que prepara o caminho para novas recessões, usando o argumento da salvação desse sistema tóxico para reduzir ainda mais a proteção social e os salários, em um movimento cíclico sem fim (Dardot; Laval, 2016).

Em uma análise mais abrangente, Streeck (2012) aponta que essa crise se deve também às diversas transformações pelas quais passou o “capitalismo democrático”. Em vista da agenda da política neoliberal se pautar no desequilíbrio e na instabilidade como regra, são ocasionados variados distúrbios da ordem socioeconômica desde a década de 1980. Soma-se a isso uma série de decisões governamentais que passam a ser cada vez menos políticas e, a cada crise econômica, tem-se também uma crise democrática (Streeck, 2012).

Atribui-se a essa manutenção da hegemonia da política neoliberal o viés da economização do neoliberalismo de forma que não se apresenta apenas como um projeto econômico, mas tem sua principal ingerência na conduta dos indivíduos. Ao estender as análises econômicas para fenômenos sociais, permite não só a atribuição de certa “infallibilidade” da economia, como também submete ao crivo do mercado o governo e todas as relações sociais, ainda que não mercantilizadas (Dardot; Laval, 2016).

Ou seja, a racionalidade neoliberal instrumentaliza as crises de forma que as usa para reforçar a sua própria hegemonia, favorecendo as mudanças necessárias para a sua implementação ainda mais estrutural, pois contorna as resistências políticas e morais que ainda encontrava (Dardot; Laval, 2016).

O sistema neoliberal, portanto, termina sempre por se reproduzir, se ampliar e se reforçar pelas coações que enquadram e limitam as possibilidades de escolha e de ação de todos os agentes. Esses últimos incluem Estado, instituições econômicas, organizações sociais e indivíduos, colaboram para regularizar, otimizar, aprimorar e expandir essa política através de instabilidades e desequilíbrios repetidos (Dardot; Laval, 2016).

Dessa forma, ainda que existam colapsos e críticas fundamentadas para rechaçar esse sistema, ele é sempre mantido, sobrevivendo independentemente da existência ou não da crença no livre mercado. Sua hegemonia é conduzida pelo próprio sistema ao incorporar disposições subjetivas, como uma “forma tecnocrática de memória muscular, profundos instintos de autopreservação e explosões espasmódicas de violência social” (Peck; Theodore; Brenner, 2012b, p. 70).

2.2.1 Um breve resumo da experimentação no Brasil

Para o estudo dos discursos de Paulo Guedes tem-se como necessária, além do estudo da ideologia política presente nessa corrente de pensamento, a observação da inserção das políticas implementadas no Brasil, de forma a contextualizar os seus apontamentos e refletir melhor sobre o seu posicionamento sobre a política nacional.

Gennari (2002) aduz que, excetuada a experiência neoliberal pioneira do Chile, a América Latina foi introduzida ao ideário neoliberal no Consenso de Washington, que pode ser traduzido em uma proposição sistemática. As expectativas das prescrições contornavam desde uma disciplina fiscal, com priorização dos gastos públicos, até uma reforma tributária, que permitisse a total liberalização financeira. Também incluía um regime cambial para a liberalização comercial, além de impactar em um investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação e exaltação da propriedade intelectual (Gennari, 2002).

Ianni (2000) ressalta que essas diretrizes foram apresentadas como uma fórmula de favorecer a formação de mercado emergentes, destoando de sua antiga classificação como países em desenvolvimento, ou em industrialização. Se antes os países periféricos deveriam focalizar em substituir as importações por uma economia própria, agora devem se constituir e se desenvolver através de diretrizes delimitadas ou simplesmente impostas pelas organizações multilaterais, assim como pelas corporações transnacionais (Ianni, 2000).

O Consenso de Washington apenas reafirma a condição agrária de sua economia e na incapacidade teórica do liberalismo de compreender a dinâmica do subdesenvolvimento, o que reforça a constante recusa de qualquer estratégia que escape dos automatismos de mercado. Trata-se também da inadequação dessa ideologia ao contexto brasileiro, já que, em uma etapa possível de superação dessa condição através das funções estatais, o neoliberalismo representa uma força contrária e destruidora das estratégias do imperativo planejamento e regulação estatal (Cepêda; Pinto, 2021).

Essa ausência de contextualização da doutrina neoliberal é abordada por Laval (2020) em uma perspectiva mais ampla:

[...] O neoliberalismo, no plano doutrinário, contém confusões teóricas e práticas muito graves: o fantasma do Estado sempre potencialmente totalitário não permite compreender as formas e técnicas políticas concretas que o modificaram e o levaram a se desenvolver em tais ou tais direções, segundo os períodos e os países. [...] esse tipo de denúncia retórica é incapaz de produzir a própria análise e a própria crítica, de encontrar a própria fonte e a própria lógica. Em suma, o neoliberalismo, especialmente aquele de Hayek, ignora a si mesmo como fobia do Estado e, de forma mais geral, como forma de governo sustentado e ocultado, ao mesmo tempo, pela fobia do Estado (Laval, 2020, p. 127).

Frisa-se novamente que o neoliberalismo não pode ser traduzido em uma única política, o que significa a não produção dos mesmos efeitos em todos os países e regiões em que é implementado, como alerta Boito (1999).

É interessante também anotar que o Brasil foi um dos últimos países a aderir à lógica neoliberal. Isso se deve, especialmente, pela ampliação da frente política de oposição ao regime

militar que ocasionou acordos para a eleição direta de Tancredo Neves e José Sarney. Nesse sentido, as possibilidades de política econômica a serem implementadas sofreram forte redução. Ademais, a crescente mobilização social em 1970 e 1980, primordialmente representada no Novo Sindicalismo, no MST e, posteriormente no Partido dos Trabalhadores, serviram de freio para esse movimento (Filgueiras, 2000).

Sob outra perspectiva, é possível observar que o neoliberalismo encontra um importante aliado na classe média alta e nos novos ricos, que passam a rejeitar qualquer iniciativa posta como parte integrante do Estado de Bem-Estar Social, do qual não só não se beneficiariam, sem, inclusive, recorrer a seus serviços, como também ajudariam a financiá-lo com impostos (Boito, 2006).

Ponto importante a ser elencado como a discussão travada sobre a implementação do “liberalismo radical”, que pode ser traduzido aqui como condutas neoliberais, tem como marco importante a Assembleia Constituinte implementada por Sarney durante a transição democrática. Conforme aponta Perlatto (2019), a Carta de 1988, embora conserve elementos legados da ditadura civil-militar inaugurada em 1964, foi apelidada de “Constituição Cidadã” por marcadamente assegurar e proteger direitos civis e políticos, além de ampliar significativamente o escopo e a cobertura dos direitos sociais.

Ao estabelecer direitos como educação, saúde, alimentação, segurança, previdência e assistência social, o texto constitucional os expõe como “direito de todos e dever do Estado”. Sua proteção às prerrogativas individuais e promoção das garantias sociais abrange a proteção dos “direitos coletivos e difusos”. Logo, tem também como escopo salvaguardar determinados setores da sociedade, mais fragilizados ou marginalizados (indígenas, crianças e adolescentes, idosos) (Perlatto, 2019).

Essas noções não afastam, contudo, concessões feitas pela Constituição Federal de 1988 ao modelo neoliberal. É o que se observa quando legisla a Carta Magna sobre a concorrência nas relações federativas, em que implementa a descentralização política e da autonomia conferida aos estados-membros para fixarem suas alíquotas de ICMS, cujo valor constitui a principal receita destes. Essa criação de um padrão predatório de competição não-cooperativa promove uma guerra fiscal entre os estados, que, em busca de maior competitividade, passam a oferecer isenções fiscais para empresas multinacionais e indústrias, próprias do modelo desse “liberalismo radical” (Andrade, 2022).

Ainda assim, diante da amplitude e detalhamento da Constituição sobre direitos sociais, observa-se uma vitória da conformação de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, indo de

encontro com a hegemonia das reformas neoliberais pelo mundo. Nesse sentido, há um certo fracasso dos ideais da redução do papel do Estado na regulamentação do mercado (Perlatto, 2019).

Filgueiras (2006) destaca que o processo de implantação e evolução do projeto neoliberal no Brasil pode ser dividido, no mínimo, em três fases distintas, desde o início da década de 1990, quais sejam:

uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

Nesse sentido, importa a classificação mais recente feita por Andrade (2022), em que também divide as rodadas históricas de implementação do neoliberalismo no Brasil em três fases, entretanto, de modo diferente da já exibida. A primeira onda de neoliberalização é apresentada como a globalização financeira e comercial, além da transformação da racionalidade gerencial das empresas e do Estado, de 1990 aos anos 2000 (Andrade, 2022).

Essa classificação não difere tanto do que é apresentado pelo próprio Filgueiras (2000) quando vislumbra o Plano Real como o cumprimento do que era um preceito trazido pelo Consenso de Washington que se estenderá até 1999, pois o programa de estabilização da moeda brasileira tinha como principal alvo a estrutura do Estado, redefinindo a sua forma de atuação nos campos da economia e das políticas sociais (Filgueiras, 2000).

Reestruturar, concentrar e desnacionalizar diversos setores econômicos, além das implicações nas relações internacionais, comerciais, relações trabalhistas e no próprio perfil do mercado de trabalho eram o principal alvo dessa nova política (Filgueiras, 2000).

A estabilidade monetária, apresentada como o objetivo inicial do Plano Real, passou a ser lastreada em uma abertura comercial e financeira da economia indiscriminada, repercutindo, até 1999, na sobrevalorização da nova moeda diante da exigência de taxas de juros elevadas para a sustentação da âncora cambial. Essa nova conjuntura provocou uma permanente situação de instabilidade macroeconômica, o que pode ser confirmado pela fragilização do balanço de pagamentos, na degradação das finanças públicas, no baixo crescimento e no aumento descontrolado da taxa de desemprego (Filgueiras, 2000).

O que há, portanto, é uma forte influência na construção do Plano Real desde o Plano Cruzado e a ruptura econômica promovida pelo governo Collor via políticas neoliberais que permitiram o ingresso do país na nova ordem mundial. Essas reformas na economia e no Estado,

bem como as privatizações passam a se tornar a base para um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, pois se apresentam como condição para o sucesso do Plano. Como modelo de desenvolvimento, passa a exigir a racionalização do Estado, que tem como premissa um regime fiscal sustentável, além de garantir o aumento da competitividade da economia brasileira. A promessa de retorno estaria então na atração de investidores estrangeiros, o que criaria um novo ciclo de desenvolvimento autossustentado baseado na dependência externa do país e na adoção de taxas de juros elevadas (Filgueiras, 2000).

Já a segunda onda, de 2000 até 2014, tem na formação da nova classe média o seu marco, popularizando o ethos neoliberal do empreendedorismo. Isso só foi possível pela ascensão da classe trabalhadora, sem qualificação, com pouca regulamentação de seu trabalho. Observada como a “classe C” nas pesquisas de mercado, essa nova categoria econômica passa a obter algum poder de compra, ainda que precário, além do acesso à internet, redes sociais e smartphones, que opera como um suporte para a noção subjetiva do neoliberalismo (Andrade, 2022).

Um marco desse período encontra-se nos governos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embora longe da política neoliberal ortodoxa de FHC, os petistas deram continuidade à ideologia neoliberal na política econômica e financeira, contando, por exemplo, com a aprovação do FMI, do Banco Mundial e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Ademais, esses governos mantêm os principais dirigentes do Ministério da Fazenda e do Banco Central da época FHC. Havia, em toda essa fase, um constante diálogo com os dirigentes do setor financeiro internacional, atendendo grande parte dos seus interesses, além de espelhar outras políticas também no neoliberalismo, como a educacional e a reforma agrária (Hermida; Lira, 2018).

Nesse mesmo viés, Andrade (2021) adiciona que os governos petistas, embora voltados para classes populares, estabeleceram um tripé de políticas sociais, neoliberalismo e lógica militar de guerra ao inimigo interno, o que culminou em uma experiência complexa. Como consequência, além da ascensão das classes trabalhadoras, há também aumento do trabalho formal mal remunerado e precário, a formação de uma mentalidade empresarial (empreendedorismo popular, educação financeira, teologia da prosperidade) e punitiva (violência policial) (Andrade, 2001).

É preciso destacar a noção sobre a caracterização do ciclo político dos governos do PT, observados diferentes marcos teóricos e programas políticos em disputa:

Nessa polêmica, destacam-se duas tendências mais claramente discerníveis. A primeira enfatiza o quadro macroeconômico que denota a preservação do modelo

neoliberal herdado da década de 1990, em que se destaca a prioridade ao capital bancário-financeiro, e avalia a relativa melhora em aspectos sociais como resultado de políticas compensatórias ajustadas a esse modelo. Tratar-se-ia, de maneira geral, de um social-liberalismo. A segunda tendência enfatiza as descontinuidades com o modelo neoliberal e identifica um novo desenvolvimentismo como o traço característico desse ciclo, pois, ao reorientar a ação do Estado no âmbito das políticas de investimento, de crédito e social, teria ocorrido uma inversão da lógica neoliberal anterior (Cavalcante, 2015, p. 6).

Dada a controvérsia sobre os governos petistas, Cavalcante (2015) orienta-se por uma posição que desloca essas referências, agregando o neodesenvolvimentismo, que objetivava melhorar a posição da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder, ao neoliberalismo. Simultaneamente, obtinham concessões às classes populares, com medidas anticíclicas e pró-consumo, sempre mantendo, contudo, os pilares da política neoliberal macroeconômica, nos marcos de um capitalismo internacionalmente financeirizado (Cavalcante, 2015).

Admite-se, portanto, uma grande distância entre a existência de uma frente neodesenvolvimentista e a consecução de seus objetivos, ainda que tenha produzido efeitos significativos e importantes na desigualdade social brasileira. Logo, devem ser observados os seus limites, em conformidade com a manutenção dos fundamentos que garantem a hegemonia da fração bancário-financeira, para estabelecer desde o desenvolvimento no longo prazo até projetos mais substantivos de distribuição de riqueza (Cavalcante, 2015).

Acrescenta-se que o governo Dilma foi marcado pela forte instabilidade institucional da política brasileira diante do questionamento das políticas sociais de natureza redistributiva e de inclusão social. Havia, ainda, a reclamação constante de que deveria o Estado captar recursos apenas para investimentos privados (infraestrutura, créditos subsidiados, tecnologia), sem concessões para os assalariados e o campesinato (Boito, 2018).

Essa conjuntura culmina na concretização do golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016 e na desestabilização do sistema democrático brasileiro, implementando-se o governo Michel Temer, em um retorno ao neoliberalismo ortodoxo. Nesse momento, radicaliza-se a execução das políticas neoliberais, pois retoma a privatização de empresas e serviços estatais e retira direitos históricos da classe trabalhadora (Hermida; Lira, 2018).

Em uma outra perspectiva, ressalta-se que isso não seria possível, contudo, se o discurso neoliberal não conquistasse uma fração superior da classe média para dar apoio a essas medidas, obtendo um "impacto popular" no Brasil, o que inclui setores das classes populares, como operários (Boito, 2006).

Nesse mesmo viés, é importante deixar claro que essa adesão não ocorre de forma igualitária a todos os trabalhadores brasileiros, pois não formam um bloco homogêneo. De toda forma, não restam dúvidas do estabelecimento da hegemonia ideológica do neoliberalismo sobre as classes populares, mesmo diante do caráter impopular da política econômica e social (Boito, 1996).

Acrescenta-se também a propagação de um discurso que atribui aos problemas sociais, gerados pelo próprio neoliberalismo, a fatores internacionais, que escapariam do controle da política e da população. Dessa forma, há a conjectura da necessidade de reformas para adequar o cenário brasileiro a novas perspectivas globais. É o que ocorre, por exemplo, ao se estabelecer como culpado pelo índice crescente de desemprego o processo de modernização tecnológica da indústria por um discurso amplamente publicado (Boito, 1996).

Entretanto, na realidade, o processo deve-se muito mais às novas organizações de trabalho nas empresas, das fusões e do enxugamento do setor público, tanto quanto às privatizações, à diminuição em gastos sociais e à falta de regulamentação política e prática do trabalho (Boito, 1996).

Por fim, a terceira onda neoliberal, iniciada em 2015, tem as reformas neoliberais e a uberização como principais configurações dada a crise política e econômica sofrida pelo país, caracterizada como a mais radical. Adentra-se aqui nos ideais convertidos de necessários, enquanto Joaquim Levy era ministro de Dilma, para virtuosos, notadamente sob a ótica de Paulo Guedes (Andrade, 2022).

Assim, a implementação e o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, embora possam ser apontados, não conseguem se aprofundar para afastar por completo a presença do Estado em âmbito social. As reformas mais radicais esbarram nos entraves da atual Constituição Federal, que propõe direitos sociais e políticos de forma ampla. Como a mutação de norma constitucional requer um quórum qualificado, essas mudanças exigiriam um maior consenso político brasileiro no âmbito Legislativo e Executivo para alcançá-las.

Logo, ainda que se defenda que, em um aspecto amplo, o Brasil aderiu ao neoliberalismo, observado que se trata de uma política econômica hegemônica, a presença do Estado para além do controle dos aspectos econômicos ainda pode ser vislumbrada. Ainda que diversos direitos públicos tenham sido negligenciados ou precarizados em sua aplicação, a sua garantia não pode, ao todo, ser excluída sem que haja uma quebra da ordem constitucional nacional vigente.

2.3 Dos impactos na organização do Estado

Para Andrade e Côrtes (2022), como já defendido por Aihwa Ong, Jamie Peck, Nik Theodore e Neil Brenner²⁷, o neoliberalismo se apresenta de forma diferente em cada território e cultura, não persistindo de maneira pura em um único lugar. A sua constituição se dá em uma configuração híbrida com outras formações políticas e sociais destoantes de sua racionalidade. Assim, deve ser compreendido como um fenômeno dinâmico e contraditório, que ora promove o desmonte das instituições estatais, ora promove a expansão da regulamentação para incentivar a concorrência de mercado (Andrade; Côrtes, 2022).

Com isso, se reconhece a crítica aos analistas do neoliberalismo de que, por muitas vezes, reúnem as características de seu objeto em um bloco único de normas, o que ignora a diferença das vertentes históricas, como pode ser visualizado em Dardot e Laval²⁸ ou Brown²⁹ (Andrade; Côrtes, 2022) ou mesmo Chamayou (2020). Ainda assim, tem-se como possível que sua apreciação pode ser observada através de um resumo da razão neoliberal.

São os quatro pilares principais que seriam capazes de sintetizar a racionalidade neoliberal: a necessidade de construção do mercado pelo Estado, a organização da vida pública e privada pelo modelo normativo de mercado, a necessidade de reformas do Estado que consolidem a sua racionalidade, a sua extensão por todas as dimensões da existência (Dardot; Laval, 2016).

Portanto, a presente subseção filia-se ao exposto por Laval (2020), que, ao fazer a análise das correntes neoliberais alemã e austro-americana, aponta que não é possível estabelecer diferenças categóricas, aventando-se muito mais um acirramento da subjetivação da ideologia. Trata-se, portanto, de uma espécie de funil ideológico, em que, a cada nova escola, haveria um estreitamento de seus princípios basilares.

Nesse sentido, não se ignora a dinamização de sua aplicação, mas sua flexibilidade se daria de forma pontual, em que não se vê uma alteração das diretrizes de sua razão. Dessa

²⁷ Andrade e Côrtes (2022) apoiam-se nas seguintes literaturas sobre a crítica na falta de distinção entre os modelos neoliberais: BRENNER, Neil, PECK, Jamie e THEODORE, Nik. **Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways.** Global Networks. [On-line], v. 10, n. 2, 2010, pp.1-41; ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception.** Mutations in citizenship and sovereignty. London, Duke University Press, 2006; _____. **Neoliberalism as a mobile technology.** *Transactions of the Institute of British Geographers*. Reino Unido, v. 32, 2007, pp. 3-8.

²⁸ Os autores utilizam como referência a seguinte obra: DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **La nouvelle raison du monde.** Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2009.

²⁹ A autora norte-americana é citada como exemplo de adoção de uma crítica a um neoliberalismo único a partir de suas publicações: Brown, Wendy. **Les Habits neufs de la politique mondiale.** Néolibéralisme et néo-conservatisme. Paris, Les Prairies Ordinaires, 2003; _____. **Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution.** New York, Zone Books, 2015.

forma, o hibridismo dá ao neoliberalismo uma gradação de seus efeitos em cada contexto, que podem e devem ser visualizados a partir de uma forma mais ampla, até mesmo para abranger um arcabouço maior de realidades para, posteriormente, poder-se distingui-las.

Através dessa visão mais ampla, para entender melhor as implicações da implementação do neoliberalismo, é preciso compreender antes que o seu conceito não deve ser confundido com suas políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros (Dardot; Laval, 2016).

Parte-se do conceito de que o neoliberalismo se apresenta como uma racionalidade política, globalizada e hegemônica, que consiste em impor por parte dos governos, da economia, da sociedade e do próprio Estado, a lógica do capital de tal forma que se converte na forma das subjetividades e nas normas das existências. Também será observado qual construção política permite que a sujeição do indivíduo não mais reside na troca e na satisfação de necessidades, mas na competição e no aprimoramento do capital humano, estendendo a racionalidade mercantil e gerencial a todas as esferas da existência (Dardot; Laval, 2016; Chamayou, 2018).

Bourdieu (1998), ao apresentar o neoliberalismo como programa político sem quaisquer bases em uma teoria científica, demonstra como seus idealizadores criaram as condições de funcionamento da sua “teoria”. O autor aponta que, diante da necessidade de lidar apenas com indivíduos, essa ideologia política precisa destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do mercado de forma que se perca as noções de nação, sindicatos, grupos de trabalho, cooperativas e associações (Bourdieu, 1998).

Sob esse prisma, o neoliberalismo é uma construção política da sociedade conforme o modelo concorrencial, que tem certa “fobia” do Estado, enxergando-o como a principal limitação dos mecanismos e processos próprios da sociedade civil, como a liberdade econômica e a espontaneidade do mercado. As políticas sociais ou fins sociais implementados são rechaçadas como uma variedade que permeia entre dirigismo econômico, socialismo, fascismo e totalitarismo (Foucault, 2004).

Ou seja, o discurso neoliberal pode ser traduzido em uma ideologia cultural e política, cuja norma geral cinge-se sobre as práticas econômicas em um concurso concorrencial. Sob o aspecto cultural, o modelo neoliberal é capaz de conectar produção e condução das condutas por meio de valores empresariais e mercadológicos a todos os modos de existência. Isso se estende ao Estado e a democracia, que passam a obedecer a lógica de mercado. Essa

racionalidade governamental, observa aquele como uma empresa, desde seu funcionamento interno até a sua relação com outros Estados (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2015).

Dessa forma, o neoliberalismo consegue dissolver a própria política através de sua submissão aos mercados financeiros globais. Sob a proposta de comportar uma mobilidade sem antecedentes do capital, requer a retirada das regulações, que poderiam atrapalhar a livre maximização do lucro. Com isso, há o favorecimento global da ruptura entre a economia e as realidades sociais. Trata-se da construção de um sistema lógico baseado em uma cadeia de compressões embaraçada aos agentes econômicos mundiais (Bourdieu, 1998).

Ao rechaçar a coerência do Estado como um corpo político, sem a busca efetiva de objetivos comuns, basta-lhe o cumprimento de ordens econômicas. Tem-se, dessa forma, um Estado que não governa para um povo, contentando-se em regular o fluxo de populações, agregando riqueza e capital, sem qualquer interferência sobre a cidadania social ou na distribuição de riquezas e recursos (Evans, 1998; Dardot; Laval, 2016).

A importação dessas regras concorrenciais do mercado é observada também nas instituições estatais. Essas devem funcionar de acordo com regras empresariais e a elevação da concorrência, que são apresentadas como instrumento na melhoria do desempenho de seus serviços. Sob esse o fundamento, as políticas públicas, como os sistemas de aposentadoria, educação pública e saúde, são apenas um atraso nessa competição. Implica-se, portanto, em uma lógica de austeridade que exige de seus beneficiários, cujo sucesso depende exclusivamente da adequação dos planos de vida individuais, a conformação das privações relativas a bens materiais e simbólicos (Dardot; Laval, 2016).

Sem qualquer aspiração de causar consciência nos sujeitos políticos sobre eles mesmos, rechaça quaisquer formas de direção política da economia, tal como se observa no modelo da socialdemocracia, indicada como uma grande utopia. Os aparatos governamentais, por meio dessa reconfiguração estatal, são transformados de agente da sociedade como um todo para um agente financeiro, que transfere as relações Estado-sociedade ao indivíduo. É o próprio mercado, através da lógica da competitividade, que define os êxitos pessoais e profissionais (Brown, 2015; Chamayou, 2018; Evans, 1998; Dardot; Laval, 2016).

A agenda política se reduz à diminuição dos direitos sociais, ultra individualismo e pró-mercado, intervindo na micropolítica através de condições particulares em que os indivíduos são carregados por um discurso de benefícios a curto prazo. Isto é, há o abandono do coletivo pela meritocracia. A lógica individualista é essencial para trazer a noção empresarial para todos os aspectos sociais, econômicos e políticos, de forma que a dinâmica dos mercados seria a única

restante. Entretanto, a consequência direta está na diminuição de seus direitos no longo e médio prazo, como a privatização das atribuições do poder público pela despolitização da demanda dos serviços, cujo custo social só será vislumbrado no futuro (Chamayou, 2018).

Para desmobilizar políticas públicas, tal qual como fez com as associações civis, o discurso neoliberal alega a ineficiência dessas e as culpabiliza pelo fracasso individual ao mesmo tempo em que defende o tratamento empresarial. A seleção sobre as necessidades de cada um se daria de forma natural, mercadológica, nunca através de processos públicos, o que baratearia um serviço pelo qual os cidadãos e, principalmente, as empresas seriam altamente taxadas (Chamayou, 2018).

Nesse sentido, o neoliberalismo torna o mercado auto regulador como uma utopia da teoria econômica convertida em projeto político, em que a visão idealizada do mercado é construída de maneira lógico-dedutiva na teoria pura neoclássica. Há uma redução da racionalidade à concepção estreita da lógica individual, em uma teoria dessocializada e des-historicizada, errônea e falha, mas que serve aos interesses e decisões de acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou socialdemocratas convertidos e altos funcionários das finanças (Bourdieu, 1998).

O poder das empresas aumenta à medida em que ganham a confiança, redefinindo as relações de poder com os gestores, acionistas e trabalhadores, enquanto reforçam uma dúvida constante sobre a atuação de instituições de representação coletiva. Logo, as associações civis, sem o apoio daqueles que deveriam ser parte delas, tornam-se cada vez mais fracas e incapazes, culminando em uma consequência desastrosa para a sua permanência ao mesmo tempo em que dá credibilidade e força ao discurso neoliberal (Chamayou, 2018).

A ênfase no conceito de liberdade em detrimento do de igualdade revela o darwinismo social implícito na concepção neoliberal, que não descentraliza os debates, mas desconsidera todas as lutas sociais e as vitórias históricas dos povos por igualdade de direitos. Ademais, abre caminho para a exaltação da grandeza do mais forte, e, inclusive, para a ideia de revitalização da sociedade através do sofrimento e da eliminação dos fracos (Bourdieu, 1998).

Essa biopolítica, sob uma perspectiva dupla de subjetivação, produz um tipo específico de sujeito e, simultaneamente, o assujeitamento através da política sobre a vida do contingente populacional. Tem como consequência um processo normalizador e uma vigilância em consonância com as imposições do mercado, vinculando poder estatal e econômico de forma que a racionalidade política serve para dissolver conceitos essenciais da democracia para reformulá-los em outra perspectiva (Brown, 2015).

Cria-se, assim, a figura do *homo oeconomicus*. O sujeito passa estar voltado aos interesses do capital, incapaz de pensar no coletivo, enquanto a governamentalidade do Estado estaria inserida no sentido de permitir o jogo econômico o mais livre possível. Portanto, essa nova racionalização da prática de governo não diz sobre um Estado que deve regulamentar a vida social, mas de racionalizá-lo através do estabelecimento dos limites de sua atuação. Suas ações devem ser classificadas como escassa, medida ou excessiva, o que ignora por completo de “onde estão os direitos fundamentais e como os direitos fundamentais dividem o domínio da governamentalidade possível e o domínio da liberdade” (Foucault, 2004, p. 16).

Destarte, o Estado neoliberal não só amplia e estimula a concorrência, mas se posiciona em intervir para criar condições necessárias ao seu amplo desenvolvimento em uma escala individual, social e institucional. Isso também inclui a essência da instauração de uma sociabilidade marcada pela competitividade até mesmo no nível cotidiano. Ou seja, a exigência do Estado mínimo não engloba todas as suas práticas (Dardot; Laval, 2016; Chamayou, 2018).

Observa-se, assim, que o agente estatal possui uma dualidade, cujo papel ativo está integralmente voltado para políticas de desregulamentação financeira e de repressão social. Essa permissividade dar-se-ia apenas sobre o capital e não sobre a função de violência sobre as pessoas, destoando por completo da concepção de Estado neutro trazido pelo liberalismo (Dardot; Laval, 2016; Chamayou, 2018).

Logo, há um indicativo de mudança na conceituação de mercado, que deixa de ser um dado natural e é transformado em uma realidade construída. Por essa razão, requer a intervenção ativa do Estado e um sistema jurídico específico. Nesse sentido, o papel do Estado está intrinsecamente ligado à manutenção do poder, já que sua função seria, precipuamente, reprimir as atividades de propaganda que mobilizariam as pessoas a exercer certas pressões sociais contra a própria liberdade de mercado, jamais centralizado. Enquanto isso, a figura do empresário é essencial para que haja o estabelecimento de uma ordem social puramente mercadológica, profissional e privada (Dardot; Laval, 2016; Chamayou, 2018).

Tem-se as duas chaves para a implementação do neoliberalismo: a constante “governamentalidade” do Estado pela verificação do mercado e o governo da conduta do *homo oeconomicus*. A maneira de viver, sentir, pensar e agir do sujeito competitivo neoliberal causa também efeitos nocivos na democracia, já que pretende a despolitização das esferas governamentais e das pessoas. Para impedir que soberania popular sobrepuja o indivíduo, extinguindo as liberdades, há a transformação do cidadão em consumidor (Brown, 2015, 2019).

O cidadão/consumidor pode ser definido pela limitação de sua capacidade, restringindo-se a criticar e reclamar de seus fornecedores/políticos. Sua exigência concerne apenas na transparência pública. Admite uma postura de mero espectador do processo político de decisão, convenientemente desinteressado. Sua liberdade política dá lugar a uma passividade que pode ser expressa pela ausência de interesse real sobre a política e a formação ativa da comunidade. Não só há a indisposição pelo coletivo, como também a sua falta de capacidade (Han, 2018; Brown, 2019).

Streeck (2018) adverte que é através desse processo que ocorre o fenômeno da resignação política, que diminui cada vez mais a participação eleitoral. Esse processo não ocorre por insatisfação dos eleitores, mas por um conformismo de uma política que reforça a ausência de esperança em um futuro diferente. Essa relação termina por proteger esse novo formato do capitalismo contra a democracia e consolidar a transição neoliberal, que não tem mais espaço para o bem comum, substituindo-o por um discurso individualista, de posturas politicamente apáticas e narcisistas (Streeck, 2018).

A despolitização do sujeito também se insere na acentuação da crise de representação. O discurso neoliberal afasta o sujeito da ideia de que os problemas sociais estariam inseridos na esfera pública, isolando cada vez mais o indivíduo de um mundo compartilhado, o que resulta em um processo de desdemocratização. Esse processo próprio do neoliberalismo se traduz na remoção progressiva da possibilidade de deliberações democráticas ou originárias da maioria de intervir na ordem econômica, o que permite o estabelecimento de políticas de austeridade e de retirada de direitos sociais (Dardot; Laval, 2016).

Observa-se quatro aspectos sobre a desdemocratização: (1) a desvalorização da autonomia política, (2) a transformação de problemas políticos em problemas individuais, (3) a produção do cidadão-consumidor à disposição de um grau de governança e autoridade, e (4) a legitimação do estatismo. Somados, tem-se como principal consequência o silencioso esfacelamento dos valores democráticos, haja vista que, além da disseminação de valores mercadológicos na sociedade, esvazia instituições, valores e fundamentos democráticos (Brown, 2015).

Dessa forma, essa nova razão de mundo é demarcada pela pós-democracia, cuja polarização é estabelecida entre os desistentes e os que são bem-sucedidos. Extirpa-se a solidariedade e a cidadania por meio de ideais como a abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, ou qualquer outra instituição que seja capaz de constituir o coletivo, sempre aliados a

forças multinacionais e organismos financeiros internacionais, o que obedece uma coerência de precedência do direito privado desprovida de qualquer moderação (Dardot; Laval, 2016).

Tilly (2007) reforça que o processo de desdemocratização reside na destruição de sistemas que conferem distribuição e equalização social construídos nos países de capitalismo democrático, assim como a desconfiança na política. Nesse ponto, ressalta-se que o processo de inserção de políticas de austeridade no lugar de políticas públicas não poderia ser implementado em uma sociedade onde a democracia e os seus instrumentos de participação estiverem em pleno funcionamento, afinal, haveria, de alguma forma, algum tipo de clamor social sobre a ausência de serviços públicos (Chamayou, 2018).

Através do movimento de despolitização da sociedade, que diminui, principalmente, o poder de associações civis, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, o conflito entre direitos coletivos e Estado se enfraquece. Passa-se a recorrer a empresas, que renovam sua imagem pública por meio de um processo de “governança corporativa” para estabelecer uma nova formulação em termos de agência (Chamayou, 2018).

Isto é, há um recorte do “excesso de democracia”, que torna a sociedade ingovernável. Para manter a ordem social vigente e o sistema livre para plena circulação de capitais, deve-se esvaziar o Estado de direitos sociais e admitir políticas de austeridade. Ademais, ao empobrecer o processo político, constitui-se uma racionalidade normativa que não possui qualquer ligação com a defesa das minorias. Retoma-se, portanto, a substituição da figura do cidadão pelo homem empreendedor, para o qual a sociedade nada deve, pois basta o seu esforço para atingir suas metas, em um modelo de meritocracia (Almeida, 2018; Chamayou, 2018).

Nesse sentido, a democracia não pode ser definida como expressão máxima da cidadania com ampla possibilidade de participação nas decisões políticas, garantia de direitos individuais, sociais e econômicos. Isso porque não confere legitimidade ou mesmo veracidade aos interesses coletivos que os partidos políticos ou mesmo os sindicatos, por exemplo, representam, o que transforma o pluralismo em paroxismo. Passa-se a entender o regime democrático não mais como deliberativo diante da ausência de espaço para lutas antagônicas, o que permite que sua forma política não tenha qualquer ligação com a concepção de cidadania ou de proteção social (Brown, 2015; Chamayou, 2018; Dardot; Laval, 2016).

Essa limitação da democracia funda-se a partir do arcabouço teórico do neoliberalismo que contrapõe liberalismo e totalitarismo, assim como democracia e autoritarismo. A noção acerca do regime democrático só é validada dentro de uma perspectiva econômica liberal, em um ponto em que o regime democrático não é essencial. Em primeiro lugar sempre estará a

liberdade econômica para só então, a partir dela, serem possíveis os outros tipos de liberdade (Chamayou, 2018).

Essa defesa de um liberalismo autoritário não apenas ataca a democracia, como também está atrelado a um profundo anticomunismo, justificando, inclusive, a instalação de ditaduras, especialmente na América Latina. Isso porque, quando a única liberdade que importa é a econômica, concebe-se regimes autoritários muito mais liberais do que democracias, pois estas estariam sujeitas a pressões de grupos minoritários que inviabilizariam o livre mercado e o crescimento econômico (Chamayou, 2018).

Dessa forma, essa subseção preocupou-se em observar de forma analítica os impactos do neoliberalismo na organização do Estado de forma ampla. Isto é, tem-se um desenho dos principais pontos que demonstram a implementação de políticas neoliberais, independentemente de sua contextualização.

Como visto, a literatura indica uma limitação da ideologia pertinente à falta de crítica e análise de suas convicções, não se atribuindo às suas noções uma perspectiva de tempo e espaço. Ao propagar seus ideais, a racionalidade neoliberal é apresentada por meio de uma despreocupação em destrinchar a formação política e social em que se insere. Sua narrativa circunda sobre seis pontos principais. São eles: a extensão da racionalidade a todas esferas da sociedade; a noção de superioridade empresarial; a desregulamentação dos agentes econômicos; a lógica de austeridade para todas as políticas públicas; despolitização; e desdemocratização.

A importância desses aspectos basilares para a pesquisa encontra-se em observar se Guedes abraçará os pontos abordados, defendendo-os, ou mesmo se se preocupará em rejeitá-los. Portanto, a partir do próximo capítulo, tem-se como única preocupação observar os discursos de Paulo Guedes dentro do modelo político social e econômico neoliberal já apresentado.

3 CAPÍTULO 2: A VISÃO DO COLUNISTA SOBRE O MUNDO AO SEU ENTORNO

Após o esforço do Capítulo 1 em traçar o referencial teórico que orienta essa pesquisa, passa-se a descrever, identificar e correlacionar os discursos de Paulo Guedes com a racionalidade neoliberal. Logo, não se debaterá mais sobre de que forma o conceito e noções dessa ideologia podem ser delimitados, mas em como essas aparecem nos textos pesquisados.

Assim, esse Capítulo objetiva demonstrar quais são as posições e tomadas de posição do intelectual público para o seu público presumido. Questiona-se: quais são as principais preocupações de Guedes com as configurações apresentadas pelo mundo ao seu entorno? De que forma ele debaterá com as realidades que o cercam? Quais serão as suas propostas para os problemas que apresenta?

Para que isso seja possível, inicia-se o estudo de seus discursos de forma mais ampla. Tenta-se compreender quais são os seus principais ideais, a abrangência de suas noções, a apresentação de suas constatações e de que maneira firma as suas críticas.

Nesse sentido, passa-se a observar primeiro os sistemas e conceitos de utilidade apresentados nas colunas estudadas. Posteriormente, serão inseridas as análises sobre as regiões geopolíticas retratadas pelo economista de forma a observar qual será o tratamento sobre as questões políticas e sociais representadas.

3.1 Dos sistemas e conceitos de utilidade

Para tratar acerca das representações simbólicas que Paulo Guedes traz em suas colunas, identifica-se um sistema e dois conceitos de utilidade. Ambos trazem consigo noções amplas que ajudarão a compreender melhor as posições e tomadas de posição que o intelectual público terá em contextos geopolíticos específicos.

O objetivo dessa primeira subseção, que está dividida em duas partes, é apresentar os conceitos-chave que guiarão os temas das colunas destacadas nesse capítulo. A cada subtítulo que se segue, haverá não apenas uma exemplificação de um ideal já apresentado, como também um aprofundamento das questões tratadas em cada tema.

Essa preocupação se traduz em evitar a repetição excessiva de conceitos como “democracia”, “funções do Estado” ou “ideologia”, podendo-se partir do que já foi apresentado para exames mais aprofundados posteriormente.

3.1.1 A evolução para a “Grande Sociedade Aberta”

Em um primeiro contato com a coletânea de colunas de Paulo Guedes encontra-se, de forma recorrente, um apelo para que a ordem global alcance a “Grande Sociedade Aberta”. Descrita como um caminho a ser seguido de forma natural, tem como ponto principal uma nova configuração política e social.

Esse conceito é utilizado como um prisma da civilização, correspondente ao sistema que é puramente científico, racional. Entretanto, são apontados também os inimigos, que buscam frear ou impedir a sua implementação. Dessa forma, a presente subseção procura responder: qual o conceito mobilizado pelo intelectual público para delinear a “Grande Sociedade Aberta”? Quais são os pressupostos e as dificuldades encontradas para o seu alcance?

Paulo Guedes se apresenta após completar seis meses escrevendo para “O Globo”. Nela, ele narra parte de sua trajetória acadêmica e empresarial, contudo, o que se ressalta é:

A Humanidade vai se despindo dos mitos, crenças e religiões à medida que seu conhecimento científico evolui. Mas com isso também perde referências morais. Creio, porém, na construção de princípios éticos a partir mesmo de um materialismo humanista, de um humanismo com base científica.

[...] Considero esquerda e direita conceitos ultrapassados, ante a síntese da Grande Sociedade Aberta (O Globo, “Humanismo científico”, 29/08/2005).

A reiteração de como o intelectual público rejeita ideologias e crenças, colocando-se sempre de lado quando da modernidade, de uma revolução necessária, que é puramente científica, é um tema que se repete em muitas de suas colunas.

Em “Prisões Cognitivas” (O Globo, 20/03/2006) e “Prisioneiros de crenças do passado” (O Globo, 20/02/2006), Guedes aponta as crenças como a causa do aprisionamento conceitual, em um cárcere do homem ao seu próprio tempo. Repete-se na coluna “Reflexões sobre a ciência e a fé” (O Globo, 16/12/2011), em que descreve guerras históricas como a contraposição de “obsoletas concepções antagônicas”. De acordo com o intelectual público, em “O saber liberta” (O Globo, 31/12/2011), o avanço das ideias filosóficas e científicas desmantelou as bases da ordem teológica antiga através da racionalidade crítica do pensamento moderno, como observado na descrição trazida da Revolução Científica.

O fim dessa era, que dá lugar a uma maior racionalidade na História da humanidade é reiterada em “Tempos difíceis” (O Globo, 12/08/2013). Com o término das I e II Guerras Mundiais, que se traduzem em disputas ideológicas e “aberrações culturais”, consagra a “morte das ideologias”. Assim, as disputas atuais concentram-se apenas na supremacia econômica.

A condução para a construção dessa nova sociedade encontra-se em afirmações de autores nomeados por Guedes de “biólogos evolucionistas”. Sob o prisma da ética e da moralidade, como apresentado em “A ética do bando” (O Globo, 14/08/2005), a própria evolução teria se encarregado de imprimir “as regras da moral como adaptações ‘bem-sucedidas’ que regulam o comportamento humano em sociedade”. Seriam os princípios éticos, quer de origem biológica, quer de origem cultural, os constituintes fundamentais da sociedade. As regras da moralidade, aplicáveis a grupos menores, marcados pela solidariedade irrestrita, corporativista e o silêncio da cumplicidade, se opõe a necessidade de transparência exigida por aqueles.

A utilização de argumentos evolucionistas ou retirados de trabalhos de biólogos são recorrentes, unindo-os, em algumas colunas, ao trabalho de Bárbara Tuchman, que escreve sobre a corrupção no poder e a degeneração das sociedades. É o que se vê em “Moinho circular” (O Globo, 17/04/2006), por exemplo. Em um argumento acerca do sucesso ou fracasso das sociedades, Guedes afirma se tratar de uma escolha do poder político. Nesse sentido, tece uma crítica à ausência de rompimento da socialdemocracia, que impediria essa evolução política.

A proximidade e reiteração de argumentos advindos da evolução biológica podem ser explicadas pela coluna “Darwin” (O Globo, 29/06/2008). Guedes aduz que a noção de Thomas Malthus acerca do crescimento populacional superar a produção de alimentos foi a inspiração da economia para a biologia, tratando-se o evolucionismo da “maior influência sobre o pensamento moderno”.

Soma-se a isso o uso de metáforas oriundas das noções evolucionistas. Isso ocorre, por exemplo, em “A extinção das espécies” (O Globo, 31/10/2005); “Da evolução à revolução” (O Globo, 27/07/2015); e “Espécie em extinção” (O Globo, 15/01/2007). Na última, a título ilustrativo, anota o empreendedor como destinado ao aniquilamento na socialdemocracia, que insiste em bombardeá-los com “choques sistêmicos³⁰”.

Acerca desses conceitos trazidos das ciências biológicas, tem-se neles uma premissa decorrente da própria fundação da reestruturação do liberalismo clássico, desde Herbert Spencer, no século XIX. O que se assinala nesta retórica do “utilitarismo empírico” é o uso excessivo da biologia evolucionista e malthusiana, que acusa o Estado, ao promover o bem-estar social, de terminar com o ciclo natural, erradicando a liberdade e a responsabilidade individual (Dardot; Laval, 2016).

³⁰ Para o economista, a combinação de juros altos, câmbio baixo, encargos sociais e excessos de impostos termina por derrubar os investimentos e o emprego, especialmente quando somada com a inserção de “bilhões de eurásianos nos mercados globais”, que ameaçam a desindustrialização.

É o que se anota quando o colunista aponta que o “aprisionamento cognitivo” não consegue “extirpar as crenças obsoletas” que se confrontam com a realidade natural sobre a natureza amoral e não condizem com uma “divindade benevolente”. Isto é, haveria um sacrifício de toda a sociedade para a manutenção de ideais que “aliviam a consciência” no lugar da implementação natural de uma nova ordem (O Globo, “A crença e seus sacrifícios”, 02/07/2007).

De tal modo, tem-se a ideia de competição entre os indivíduos como o próprio princípio do progresso da humanidade. Logo, aqueles não eram contemplados com algum sucesso financeiro deveriam ser abandonados à própria sorte e não auxiliados. Para Hayek, essa noção darwiniana será atribuída às regras de conduta que possibilitam a formação de uma ordem espontânea do mercado. Nesse sentido, elas seriam decorrentes da seleção a longo prazo e não da vontade humana arbitrária (Dardot; Laval, 2016).

É interessante anotar ainda uma colocação de Guedes na coluna “Consciência ecológica e criação de riqueza” (O Globo, 15/10/2007). Nela, o colunista revela que acredita no livre mercado de ideais, de tal forma que subsistam apenas as que funcionam enquanto os equívocos são gradualmente descartados. Ângulos diversos (econômico, político e cultural) são examinados, mas observa que a ciência é afastada quando envolve juízos de valor.

Em uma construção muito próxima de Hayek (1977), o intelectual público também defende que o resultado da competição não pode ser fruto da moral, mas tão somente da liberdade individual, que não pode ser contestada por nenhum valor coletivo. Como tal, afasta os princípios de conduta coletiva não podem ser obrigatórios para os indivíduos.

Essas noções morais são rechaçadas na medida em que determinam as práticas de negociação e incentivam o mito da soberania e justiça. Elas originam políticas econômicas sociais ativas, a manutenção de um Estado-providência, a manutenção do monopólio estatal sobre alguns serviços, além de fomentar grupos de privilégios, que explorarão as políticas públicas (Hayek, 1977).

Constitui-se, portanto, uma novidade inserida pela racionalidade neoliberal essa formulação de uma teoria acerca do “evolucionismo cultural”, que encontramos em Guedes. A sociedade estaria em uma adaptação contínua, pois os acontecimentos e as circunstâncias a que se submete são aleatórias, imprevisíveis. Contudo, há ainda uma lógica de “evolução convergente”, de forma que havia uma imitação consciente de certas sociedades por outras (Dardot; Laval, 2016).

O mote do intelectual também se encontra sob o aspecto da seleção das regras de conduta como a base do progresso das sociedades, deixando o tribalismo para trás, que se baseava no instinto, na proximidade e na cooperação direta, para conseguir formar os laços da “Grande Sociedade”. Nesse sentido, a liberdade³¹, quer seja ela individual, política ou de mercado, não é um dado natural ou invenção da razão, mas resultado da evolução cultural (Dardot; Laval, 2016).

O mote basilar diz sobre a concorrência no campo econômico por meio do mercado, em que o Estado teria a responsabilidade conspícua de aparelhar todas as instituições para esse fim e organizar todas as populações. Contudo, não há o mandatório de mobilizar uma “comunidade do povo” representativa de todos os indivíduos (Dardot *et al.*, 2021).

Em sentido contrário, como anota na publicação “Integridade e discernimento” (O Globo, 09/07/2012), o intelectual anota como necessários os “valores éticos como a integridade, a dedicação e a coragem”. Ele ressalta a capacidade de discernimento como uma qualidade desejável tanto para políticos, quanto para empresários, pois é a essência da liderança.

Essa noção empresarial trazida pelo colunista, em contraponto a “ideologias”, é importante para o estabelecimento da narrativa neoliberal. Isso porque, conforme Chamayou (2020), o decaimento da moral e a crise econômica trouxeram consigo a resposta do “gerencialismo ético”. Esse conceito questionava a legitimidade do poder gerencial, traduzindo-se em uma configuração onde o gestor possuía noções para além de ser um agente dos acionistas, não ambicionando apenas o aumento dos lucros.

Isto é, trata-se de uma tentativa de estabelecimento de uma nova governança, estritamente empresarial, que não apenas autoproclama a virtude dos gestores quanto à manutenção do bem-estar social, mas também cria uma espécie de carta enunciativa de direitos e deveres da administração. Essa forma de governo privado corporativo era inadmissível sob a ótica neoliberal, especialmente de Milton Friedman (Chamayou, 2020).

Esse novo mundo corporativo advém de um processo de luta ideológica, em que há uma tendência ao questionamento do sistema a partir dos anos de 1970 nos países de centro, especialmente os EUA. A atividade empresarial, o capitalismo e suas instituições enfrentavam o maior repúdio público pós crise de 1929. Essa “guerra ideológica contra a sociedade ocidental” tinha como base o “acesso da massa populacional à educação, de crença na

³¹ É importante anotar aqui que a definição de liberdade de Hayek não é irrestrita, estando mais próxima de sua noção negativa, ou seja, é a ausência de coerção exercida por outrem. Essa proibição quanto a coerção decorre da existência de regras morais transmitidas pelo costume e pela tradição (Dardot; Laval, 2016).

possibilidade de transformação social e de empatia aos miseráveis” (Chamayou, 2020, p. 133) e tem como resposta ideais muito próximas a de Gramsci.

De forma a frear essa iniciativa, tomaram os empresários o lugar de fala dos intelectuais atuantes através do estabelecimento de *think tanks*, como um refúgio intelectual dos apoiadores do sistema vigente. Com o objetivo desenvolver a agenda política conservadora, o movimento culminou na criação do Fórum Mundial de Davos e a Comissão Trilateral. Essa crise de hegemonia do capitalismo implica em dois diferentes efeitos dentro das universidades: o corte de financiamento dos empresários e o pedido para avaliar o conteúdo programático que seria custeado pela verba doada. Tratava-se de um “filtro filosófico” para determinar a quem seria distribuído o dinheiro (Chamayou, 2020, p. 138).

Nesse mesmo sentido, Foucault (2004), ao analisar o neoliberalismo americano, constata que ele se constitui em uma espécie de “foco utópico sempre reativo”, que é capaz de se instaurar de forma ambígua, atingindo todas as narrativas políticas. Em uma leitura de Hayek, o autor francês observa a vertente americana como um pensamento vivo, que não mais deixa a cargo dos socialistas a função de fabricar utopias, pois é daí que se retira a sua dinamicidade e sobrevivência no tempo (Foucault, 2004).

Nesse ínterim, quando da leitura de “O mundo sem fé (I) e (II)” (O Globo, 14/05/2007 e 21/05/2007), tem-se a fala do Papa Bento XVI criticando o materialismo e o relativismo moral como consequências do abandono de Deus. Guedes a interpreta como a descrença do Chefe do Estado do Vaticano sobre as visões de mundo formuladas na era da razão, pois o “iluminismo francês, a reação do romantismo alemão e o materialismo marxista sino-soviético produziram nos últimos três séculos violência sem precedentes”.

O intelectual continua seu raciocínio ao aduzir que, embora o mundo da fé seja marcado pela violência, não se compara às guerras da “era da razão”. Através da fala do Papa aos brasileiros “mais fé e menos ideologia” e “tanto o capitalismo quanto o marxismo prometeram encontrar o caminho da justiça e falharam”, a coluna passa a tecer o argumento de Hayek sobre o erro do socialismo em estender as regras e moralidades das famílias para toda a sociedade.

Em defesa do capitalismo, aduz que se tratar de “uma extensa ordem de cooperação social”, sob a forma de um “espelho que reflete a moralidade dos bilhões de indivíduos de sua extensa rede”. Sob a ótica de Augustin Renaudet e Fernand Braudel, ressalta que um mundo sem fé religiosa não é um mundo sem fé, pois reside a esperança na própria humanidade para melhorar e alterar o seu destino, em um constante aperfeiçoamento que é o fundamento da moralidade individual e coletiva.

Guedes argui sobre as falsas bases científicas de Marx, como um equívoco intelectual e um trágico experimento de coordenação política, social e econômica, embora o seu apelo ao instinto de solidariedade humana deva ser ressaltado de sua condenação, o que também faz em “A síntese para o progresso” (O Globo, 03/07/2006). Nessa última coluna, há a descrição do que se consubstanciaria a síntese da sociedade aberta: “democracia, mercados e ação social descentralizada do Estado”.

O ponto principal pode ser encontrado no “social-darwinismo”. Esse termo refere-se a ideologia conforme a qual a coletividade, como visto na natureza, caracteriza-se pela rivalidade geral, perpétua e até a morte entre as nações e raças. Tal como na guerra das espécies, a mais forte prevalece sobre a mais fraca. Diferente do fascismo e nazismo, o neoliberalismo não busca uma guerra militar para a anexação de territórios e não se interessa pela eliminação das espécies inferiores, elegendo culturas e afastando ideologias em seu lugar (Dardot *et al.*, 2021).

Assim, resta evidente que o abandono das crenças as quais o economista se refere não são apenas as religiosas ou advindas da tradição, mas de sistemas econômicos que rechaça, conforme o alerta de Foucault (2004). Em “Os dois grandes sistemas do mundo” (O Globo, 11/07/2011), Guedes utiliza Schumpeter, Mises e Hayek para apontar o maior erro do socialismo: “criar uma cultura e uma civilização alternativas a partir de um ambicioso racionalismo construtivista”.

Em “Semeando frustrações” (O Globo, 23/09/2007), a coluna cita a obra de Ludwig von Mises para demonstrar que a denúncia de Ali Kamel sobre os livros de História conterem um elogio ao socialismo e um ataque ao capitalismo é, na verdade, um antigo problema. Apresenta, portanto, o socialismo como uma mentira, uma ilusão que enxerga o capitalismo como um alvo para a culpa do fracasso que, na verdade, poderia ser suplementado se fosse empenhado maior esforço. Cabia, portanto, ao historiador uma postura isenta de julgamento de valor, sem qualquer parcialidade para representar corretamente os diversos sistemas econômicos.

Da mesma forma, ao narrar a forma como os intelectuais franceses tiveram um engajamento político no pós-guerra, tendendo ao comunismo, como observado por Tony Judt, Guedes ressalta se tratar de uma “parcialidade inescrupulosa”, ainda que “com as melhores intenções”. Isso porque não basta atuar em nome da solidariedade, mas também devem ser observados “os meios”, como descrito no jornal O Globo (“Do tribalismo à transparência”, 28 de maio de 2012).

Sua oposição ao sistema comunista aparece em “25 de outubro I”, “25 de outubro II” e “25 de outubro III” (O Globo, 21/10/2007, 29/10/2007 e 05/11/2007), em que narra não apenas

a Revolução Russa (1891-1924), como também percalços da União Soviética. Aponta o colunista, além de caos e despreparo dos revolucionários e de seu governo, que a desorganização do sistema produtivo, ao se apresentar como a força descentralizada para a alimentação de milhões de pessoas, é o seu ponto crítico.

A Revolução Russa volta a ser o assunto do intelectual em “A barbárie na História I e II” (O Globo, 05/10/2009 e 12/10/2009), em que identifica não apenas as “crueldades” e violências em face dos Romanov, como também atribui o fato histórico como um desencadeamento direto da Revolução Francesa. De acordo com ele, embora o sonho da “reengenharia social” francesa fosse extraordinariamente altruísta, teve seu ápice no episódio de ignorância.

Em “O gigante socialista” (O Globo, 04/08/2008), Guedes, por meio de Paul Samuelson, credita “o autor do materialismo dialético e da teoria política da luta de classes” como uma influência maior sobre a história do pensamento do que Keynes. Entretanto, assinala que os “socialistas russos e os comunistas chineses” encontraram na economia de mercado o mecanismo de enriquecimento material e inclusão social, sem a barreira da ideologia socialista.

Observa-se a continuidade do elogio aos poderes do capitalismo também na coluna “Capital Institucional”, de 06 de março de 2006, em que o colunista faz uma breve resenha do trabalho de Douglass North. Nesse espaço de O Globo, Guedes elogia a explicação do vencedor do Nobel, a qual atribui ao capitalismo ao crescimento qualitativo das nações que o adotam como regime econômico. Sobre as vantagens e potencial da economia de mercado, aponta que é superestrutura, baseada em sistemas de incentivos e coordenação descentralizada de suas práticas e instituições. Essa junção de fatores traria flexibilidade cuja vantagem se compararia ao campo genético no processo evolutivo.

Esse mote coaduna com a ideia da refundação do liberalismo. Com o escopo preservar a civilização ocidental, rechaçando qualquer paradigma que a coloque em risco desde a abertura do Colóquio Lippmann, em 1938. Esse, inclusive, é também um dos objetivos da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947. Dentro desse conceito, o que se observa, em uma leitura de Hayek, é sua concepção como “ordem estendida”, consequência de uma “evolução espontânea”, o que avalizou a superioridade da “sociedade aberta” sobre as “sociedades fechadas”. Novamente, é importante distinguir aqui o que se considera o tribalismo regido por uma moral e instintos primitivos (solidariedade, altruísmo) da sua “síntese” em uma sociedade livre de ideologias (Dardot *et al.*, 2021).

Cita-se a coluna “Santos e pecadores” (O Globo, 02/07/2012) como exemplo. Para além de apontar o fim da “era das religiões e ideologias”, defende o lugar permanente da cooperação, que a própria seleção natural se encarregou de estimular. A manutenção dessa, referida também como solidariedade em algumas colunas, é decorrente da evolução das civilizações. Ainda que seja proveniente da dinâmica que é interna às tradições, tem como característica uma constante adaptação e transformação enquanto conserva seus fundamentos. Concomitantemente, o mote de Guedes também passa por uma competição entre as culturas, que extinguirá algumas e tornará outras superiores (Brown, 2019).

Seria, portanto, a civilização ocidental uma forma mais ampla de se estabelecer os valores do capitalismo, mas ser estar atrelada a um tipo específico e geograficamente situado de cultura estabelecida pelo Ocidente. Ignora-se a falta de homogeneidade ou mesmo continuidade em sua constituição. É referenciada apenas como a síntese da “Grande Sociedade Aberta” (Dardot *et al.*, 2021).

Portanto, podemos apontar que o conceito mobilizado pelo intelectual público para delinear a “Grande Sociedade Aberta” não se contextualiza, estabelecendo-se a partir de uma economia capitalista ocidental. Como pressuposto principal para sua formação é necessário o abandono de crenças e ideologias que puguem uma intervenção na ordem social e política.

O intelectual abraça a noção de “evolucionismo cultural” para defender que a implementação do livre mercado deve definir, como um todo, a civilização. Em contraponto, as doutrinas marxistas, tal como socialismo e comunismo, apresentam-se como uma farsa superada. Como as religiões, são acusadas de aproveitar da noção de solidariedade para engajar o público, mas esse atributo sequer lhes pertence, pois é intrínseca a formação da Humanidade.

Assim, os impasses para o alcance dessa nova ordem podem ser traduzidos na manutenção de noções sociais, introduzidas em mandamentos totalitários do Estado. Essa persistência impede, na visão do colunista, que as noções de mercado passem a reger a sociedade como um todo.

Observado que Guedes estabelece pressupostos comuns aos autores neoliberais para defender uma revolução social e política, com o rompimento de alguns importantes pressupostos da formação da Humanidade (religião e ideologias), passa-se a analisar, na próxima subseção, de que forma ele espera que essa mudança seja alcançada.

3.1.2 A revolução neoliberal e o *homo oeconomicus*

A subseção anterior apresentou um sistema abordado por Guedes de forma a iniciar a sua percepção de ideal para a construção de uma nova ordem. Após se traçar esse paradigma a ser alcançado, o presente tópico busca entender quais são os conceitos chave para a sua concretização. Isto é, busca-se aprofundar as questões de rompimento já abordadas, assim como delinear as pretensões para o comportamento social e político advindos daquele.

Como primeiro ponto, observamos que o economista argumenta em torno da novidade que reside no sistema global. Aponta que a integração de mercados e tecnologias é um pouco crucial para a nova ordem, além de causar uma reação naqueles que não o acompanham. Ao não acompanharem as transformações, governos e velhas crenças devem optar por se transformam ou serem derrubados, como em uma revolução.

Essa noção de revolução apresentada pelo intelectual público é um ponto em comum com o que se anota da fala pública nas últimas décadas, monopolizado pelas elites econômicas e políticas. Tem-se, portanto, a presença de um discurso que reivindica a necessidade de um rompimento da ordem vigente para a abertura de uma nova racionalidade econômica (Laval, 2020).

Nesse sentido, Guedes escreve “A consolidação vem aí” para “O Globo”, em 24/07/2006. Para ele, essa revolução da tecnologia e a globalização dos mercados alterou o mundo para sempre. Dessa forma, passa a atualidade a ser definida pelas reiteradas aquisições e fusões de empresas na busca pela melhor competitividade, ampliando mercados e reduzindo custos, em uma competição em nível transnacional. Essa nova ordem seria a causa, portanto, da queda dos preços, através do processo de seleção por eficiência, mantendo o mercado aberto à entrada de novos competidores.

Nesse ponto, enxerga o economista a desnecessidade das leis antitrustes para a defesa da concorrência. Pelo contrário, a concorrência forçaria o mercado em uma concentração setorial que manteria a sua dinâmica, ao contrário do que era visto com os oligopólios, que se baseiam em modelos estáticos do equilíbrio geral.

Para o colunista, que mobiliza textos de Schumpeter e Thomas Friedman, seu ideal revolucionário será propiciado pela destruição criadora, que age sobre “o velho e menos eficiente”. Nesses termos, descreve como obsoleta a discussão entre o modelo político entre esquerda (ordem social mal construída) e direita (estado natural hobbesiano cruel) na coluna “Nem esquerda nem direita” (O Globo, 04/09/2006). Conclui que esse confronto ideológico de extremos seria atrasado e não se sustentaria quando a economia é colocada em “melhores fundamentos científicos”.

Ao defender a necessidade de uma “revolução” ou um “rompimento” com o passado em nome dos valores da modernidade, observa-se a noção que se trata de uma força anticonservadora e “antissistema”, que toma para si o monopólio da mudança e da reforma (Dardot; Laval, 2016). Nesse sentido, Guedes observa um atraso nessa revolução. Por meio de Karl Popper e Thomas Kuhn, observa o processo de aceitação de uma ideologia em meio a revoluções científicas, em que essas últimas alcançam impactos imediatos, enquanto os novos conceitos demoram a se estabelecer no meio social. Portanto, justifica-se a demora na implementação dos novos fundamentos científicos em várias áreas, tal qual na economia.

Essa noção científica para a revolução que pretende é reiterada em “A queda dos muros cognitivos” (O Globo, 09/11/2009). Para Guedes, as “ideologias radicais”, exemplificadas como o socialismo e o liberalismo clássico, estariam superadas. O centro do espectro político circularia entre liberais-democratas e socialdemocratas. O colunista defende que a revolução da teoria econômica segue inacabada pelo empecilho apresentado pelo socialismo, que persiste nas instituições mesmo com a queda da União Soviética como um exemplo de sua ineficiência.

É o que se anota de “A revolução inacabada” (O Globo, 18/09/2006), em que se tem como imperioso seguir os conselhos de Douglass North e Michael Porter acerca da necessidade de deixar as bases do socialismo que foram implementadas, como o seu quadro institucional inflexível. Só assim permitir-se-ia uma cultura de prosperidade, pois a globalização não deixará opção senão abandonar preceitos inadequados para terminar a revolução capitalista.

Nesse sentido, em uma das poucas vezes que o economista utiliza o termo “neoliberal” para narrar a política econômica que defende, destaca-se a coluna “A tarefa, o show e o vácuo” (O Globo, 23/04/2006). Aponta o intelectual que a política econômica se trata de uma ciência que não tem seu objetivo cumprido em uma economia que não seja “doutrinariamente liberal, neoliberal ou liberal-democrata”.

Para que sua implementação seja possível, requer também a responsabilidade dos cientistas sociais para fomentar um pensamento crítico independente que detecte, alerte e combata os instrumentos de concentração de poder de uma forma específica. Assim, em uma citação de Karl Popper e Lord Acton, reclama sobre a necessidade de propostas institucionais modernas e da manipulação da mídia nas eleições.

Ou seja, para tornar possível a “revolução neoliberal”, há o requerimento do emprego das ciências sociais e econômicas de forma a trazer consigo uma onda de mudanças. Essa característica é um indicativo de que o que se propõe é um experimento para realizar uma

“utopia”. Em um novo meio de dominação, há a conjunção de meios políticos e simbólicos (Bourdieu, 1998b).

Como consequência da revolução, tem-se, em “O risco e o medo” (O Globo, 13/03/2006), a repercussão de uma crise. O colunista aceita que ela decorra da “nova ordem social de crescente complexidade”, pois essa propicia um aumento de riscos próprios dos “efeitos da destruição criadora do capitalismo global”. Assim, de forma a ultrapassar essa noção crítica sobre a transformação necessária e desejável ao cumprimento de seus ideais, o colunista aponta a forma para a sua superação: as inovações financeiras. Essas seriam suficientes para a gestão de riscos, baseadas em ideais revolucionários, que não dependem da socialdemocracia.

Há uma recorrência do uso de Schumpeter quanto a tradução do capitalismo como a “destruição criadora³²”. A coluna “Sabores do capitalismo” (O Globo, 14/01/2008), a partir da noção de que o sistema econômico “não é monolítico”, toma os EUA, em 1990, como inspiração. Para o intelectual, o capitalismo deve ser dos empreendedores, deixando para trás a noção de capitalismo de Estado e a de oligarquias.

Dentro dessa mesma narrativa, observa-se as menções ao austríaco Karl Popper (1980), como na coluna “De nuvens e relógios”, O Globo, de 03 de abril de 2006. Com o uso reiterado desse autor nas colunas, demarca a ciência como uma influência liberalizadora, especialmente pelo seu antimarxismo. Analisa, a partir dessa concepção, a possibilidade de que conceitos não-físicos podem ser correlacionados a mudanças físicas. Isso porque as ideologias se tornam percepções e determinam as opções políticas, bem como o desempenho econômico de uma sociedade. Isto é, o descompasso entre os estereótipos ideológicos e o conhecimento científico se reflete na ineficiência dos mercados políticos e instituições improdutivas. Diante da falta de adaptabilidade, não há como prosperar.

Dessa forma, Paulo Guedes concorda com Douglass North sobre a definição de governos atrasados, estabelecendo qual definha e qual prospera pelos ensinamentos do economista americano:

[...] contrastar o arcabouço institucional em países como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão com o dos países do 3º Mundo ou com o daqueles no passado histórico em países industriais avançados deixa claro que esse arcabouço institucional é a chave crítica para o sucesso relativo das economias, tanto num dado momento como ao longo do tempo (North, 2018, pág. 69).

Assim, Paulo Guedes, em “A linguagem do declínio” (O Globo, 22/08/2011), atribui a nova ordem econômica mundial ao colapso da ordem socialista global com a ampliação e

³² Inclusive, esse é um título de suas colunas: “A destruição criadora”, O Globo, 24/05/2010.

integração dos mercados através da globalização. Ao comparar as trajetórias “eurasianas³³” com os ocidentais descreve o que acredita ser a chave para definir a prosperidade daqueles e a crise desses:

Acumulação de capital, educação, novas tecnologias, reformas institucionais, integração competitiva nos mercados globais, empreendedorismo e meritocracia: esta é a linguagem da ascensão econômica. Dinheiro barato, desvalorização da moeda, gastos públicos supérfluos, crises políticas e financeiras, desindustrialização e perda de competitividade, favorecimento a grupos de interesse: esta é a linguagem do declínio.

Sobre o declínio das economias avançadas, a coluna “À sombra de Keynes” (O Globo, 21/06/2010) é usada para criticar americanos e europeus, que enfrentavam uma crise econômica proveniente da bolha imobiliária dos EUA. Atribui aqueles os excessos financeiros creditícios, que tentavam dirimir com uma pedalada fiscal, e a esses os abusos nos orçamentos públicos, mas com o acerto da implementação das políticas de austeridade.

Para Guedes, como pode ser visto em “Desejos, frustrações e distúrbio sociais” (O Globo, 26/03/2007), é preciso uma harmonização das aspirações consumistas com o real potencial produtivo de um país. Isto é, mesmo a sociedade de consumo global, que amplia o horizonte das aspirações, deve ser acompanhada de reformas institucionais para a criação de riqueza, especialmente quanto as habilidades e capacitações da população.

Ao explorar os ideais de Paul Samuelson em “Formação deficiente ou hipnose?” (O Globo, 13/07/2008) defende o mercado diante da crise instaurada na época. Diante da instabilidade de preços, aponta-a como fruto da competição entre as recomendações de analistas econômicos e financeiros sobre a compra e venda de ações. Isto é, o valor da bolsa será estabelecido conforme essa análise competitiva, que observa as informações disponíveis. Resta, portanto, demonstrada, para Guedes, a ideia do mercado eficiente, uma vez que só é possível cientistas competentes prosperarem. Nesse ponto, a organização de bons economistas para estabelecer a via da mudança é essencial, pois são esses especialistas os “únicos que conhecem o futuro” (Laval, 2020, p. 236).

Ressalta-se, como se vê em “Perigosas utopias”, que Guedes reforça essa noção de mercado perfeito como hipótese científica e não como uma existência literal:

Os mercados são complexos mecanismos de transmissão de informações, de coordenação, de conhecimento, e esforços descentralizados, de cooperação econômica de grande escala entre bilhões de desconhecidos. E funcionam, ainda que precariamente, em ambientes extremamente dinâmicos, como sistemas não-lineares

³³ O intelectual público tratará como “eurásia” a China e “outros países asiáticos”, Índia, Rússia e países do Leste Europeu. Todos eles, de acordo com Guedes, seriam recém “convertidos” ao capitalismo como ordem econômica (“Mergulho ao passado”, O Globo, 08/05/2006).

bombardeados por enormes choques estruturais. Equilíbrio estável, expectativas racionais, informação completa e **mercados perfeitos são hipótese operacionais de uma metodologia científica. Tomadas literalmente, as fantasias de livre mercado só não são mais perigosas do que as utopias socialistas.** (O Globo, 09 de novembro de 2008, grifo nosso).

Passa-se, então, para as suas formulações para superar a crise, isto é, quais as inovações financeiras ou ideais revolucionários apontados pelo intelectual público. Em “O milagre possível”, de O Globo, em 04 de dezembro de 2006, Edward Prescott é referenciado para indicar o caminho do crescimento. Seus pilares são o fim das barreiras intervencionistas, do excesso de regulamentação e da manutenção de privilégios dos grupos de interesse organizados, que obstaculizam a modernização.

Outro preceito fundamental para a economia prosperar, de acordo com Guedes, é a autonomia dos bancos centrais, cuja intervenção se sobreporia às armadilhas políticas. Para o colonista, essa autonomia garante a ausência dos conflitos de substrato político, pois caberiam apenas aos bancos centrais traçar políticas fiscais sem intervenção do governo vigente. Logo, eles estariam imunes aos resultados eleitorais, respeitando os limites do endividamento público, por meio da imposição de regras fixas e agentes que possuiriam neutralidade política.

Como descrito pelo próprio economista, essa autonomia, na verdade, trata-se de um processo de despolitização. Com isso, torna-se possível que os burocratas, que exercem cargos dentro do Banco Central, passem a estipular política independentes do poder eleito, de forma que exercem a função política, mas sem qualquer vínculo com a razão democrática. É que reitera em diversas colunas, como “Pororoca na bolsa” (O Globo, 21/10/2005), “O susto e a culpa” (O Globo, 05/12/2005), “O custo do fogo amigo” (O Globo, 12/12/2005), “Despolitização da moeda” (O Globo, 29/10/2006), “A batalha dos juros” (O Globo, 07/05/2012), entre outras.

Essa despolitização pretendida pelo economista encontra-se em conformidade com o mote da racionalidade neoliberal para rejeitar as organizações de massa, deixando a cargo as políticas de experts, burocratas. A exaltação do indivíduo é a constante, não havendo qualquer interesse em manter o sentido comum, do bem geral. Trata-se de uma manifestação da liberdade, da melhor exploração das potencialidades do mercado (Dardot *et al.*, 2021). Nesse sentido, desativar os subsídios potencialmente causadores de instabilidade, que advém especialmente da própria democracia, é uma estratégia para garantir o livre curso das intenções destrutivas do capital (Afshar, 2020).

Em uma retórica que mobiliza a opinião pública contra os “desperdícios”, os “abusos” e os “privilégios” de agentes parasitários, burocratas, que se mantém à custa da população

honestas e trabalhadoras, pode-se descrever esse discurso apresentado como parte integrante do gerencialismo. Sua apresentação encontra-se dentro de uma reforma científica, ideologicamente neutra e benéfica a todos, em uma nova estrutura modernizante e audaciosa (Dardot; Laval, 2016).

Outras prescrições econômicas também aparecem nos discursos estudados. Em “Milton Friedman” (O Globo, 27/11/2006), o intelectual público elogia o economista norte-americano por estabelecer uma proximidade da política econômica com a ciência econômica. Ainda que trace a diferença entre elas, a segunda como um instrumento da realidade e a primeira como as prescrições para alterá-la, atribui o sucesso dessa às noções trazidas por aquela: “[...] taxas flexíveis de câmbio, do papel dos bancos centrais no combate à inflação, da transferência de renda aos pobres com programas de renda mínima e vale-educação são exemplos de prescrições cientificamente bem fundamentadas”.

O caráter científico da economia é retomado em “Samuelson, o economista dos economistas”, em que o ganhador do prêmio Nobel de 1970 é elogiado por aproximar as noções econômicas do campo matemático, capaz de desenhar uma teoria geral em um mundo de especializações. Como já ressaltado, Guedes, muitas vezes, aduz sobre a dinamicidade do capitalismo, contudo, usa Lagrange para afirmar que “existe apenas uma grande formulação de equilíbrio geral no sistema econômico”.

Em “Tudo depende das expectativas” (O Globo, 16/10/2011), o intelectual relembra suas bases da Universidade de Chicago, em que ressalta a impossibilidade de políticos manipularem as economias diante da racionalidade das empresas, trabalhadores, consumidores em de comportar racionalmente, sem aderir a manuseamentos artificiais e discricionariedades das autoridades.

O que se observa em Guedes, a partir dos discursos selecionados na presente subseção, é ter como maior entrave para a revolução neoliberal a deficiência do indivíduo em agir racionalmente, assumindo riscos e abandonando ideologias. Essa configuração é o que Foucault (2004), bem como Dardot e Laval (2016), apresenta como características do *homo oeconomicus*. Trata-se do indivíduo que está inserido na necessidade da pedagogia das competências, da disseminação e internalização dos novos valores para a produção do consenso, condutas e comportamentos esperados na “sociedade do conhecimento” e da competitividade globalizada (Dardot e Laval, 2016).

Logo, deve o sujeito, para Guedes, nessa nova ordem passar a ser voltado aos interesses do capital e incapaz de pensar no coletivo. Com isso, tem-se a garantia de que

governamentalidade do Estado passa a estar inserida no sentido de permitir o jogo econômico o mais livre possível (Foucault, 2004).

Nesse sentido, o intelectual é tanto resultado como meio de uma construção de certos tipos de homens para um determinado tipo de sociedade, (re) produzindo uma política global de adaptação à competição. Trata-se de uma noção de eugenia, que filtra o homem do novo milênio, com suas múltiplas competências e empreendedor de si mesmo, sem apego a antigas tradições (Dardot; Laval, 2016).

Ou seja, o colunista espera uma modernização do *modus vivendi e operandi*, de forma a converter a sociedade, em que ainda reside certo tradicionalismo ao mundo moderno. Guedes tem em seu discurso o rompimento com os costumes e eliminação das maneiras de ser e de fazer que repugnam a prioridade da eficácia e da racionalidade em todo o *ethos* social.

Esse ponto pode ser observado em seu repúdio, a partir do sistema e dos conceitos de utilidade que defende, não apenas ao socialismo ou comunismo, quanto à manutenção da “socialdemocracia” pelo mundo, estabelecendo o que espera do capital humano e da responsabilidade individual e descentralizada (Laval, 2004).

Com isso, observa-se uma recorrência de culpabilização constante dos problemas sociais e econômicos na intervenção do Estado. Ainda é mais acentuada quando se tratam de agentes públicos, que se revelam incapazes de certa racionalidade esperada, pois prejudicam o mercado, ainda que bem-intencionados, como se observará na próxima subseção.

3.2 O problema da bolha imobiliária

A presente subseção apresenta-se como uma ideia de como Paulo Guedes, um economista de formação neoliberal, reage a uma crise econômica³⁴, não apenas uma das maiores da História, comparada a do crash da bolsa de 1929, como também aponta como decorrência direta do neoliberalismo e seu preceito quanto à falta de regulamentação. Dessa forma, parte-se do questionamento: Guedes flexibilizará as noções e formulações neoliberais diante do colapso financeiro? Sobre o que ou quem cairá a culpa da crise?

A primeira publicação de Paulo Guedes sobre o tema está no presente em “O Globo”, em 18/04/2005, em que as quedas dos mercados acionários já indicavam a “primeira grande recessão mundial na era moderna”. Entretanto, o colunista garante que Alan Greenspan,

³⁴ Em boa parte dos textos de 2007, 2008 e 2009, Paulo Guedes trata sobre a bolha imobiliária nos EUA, que repercutiu em uma crise global, especialmente no ano de 2008.

Presidente do Banco Central dos EUA (*Federal Reserve Board*), apelidado de “Senhor dos Mercados”, esforçou-se para impedir uma crise financeira em contraponto à Europa e Ásia.

À época, Paulo Guedes considerava se tratar apenas de uma “flutuação cíclica”, que repercutiria em estagflação diante do crescimento global e da expansão da economia americana derivada de juros baixos, endividamento excessivo e bolha imobiliária. Esse excesso de crédito seria, portanto, fruto do paradigma do novo capitalismo globalizado que acreditaria em uma expansão infinita.

Já em 17/07/2006, intitulada como “O acerto de contas”, de “O Globo”, o economista já assenta discursos sobre o “declínio econômico dos Estados Unidos”, dada a taxa de juros baixa e a expansão do crédito, podendo culminar em um “crash do mercado imobiliário”. A visão acerca das ações de Alan Greenspan também altera sensivelmente, já que culpa o ex Presidente do Fed (*Federal Reserve Board*) de trair suas ideias, retardando a correção cíclica natural, o que permitiu a existência das bolhas no mercado. Essa noção crítica sobre Greenspan se acirrará, como pode ser visto em “A sinfonia da crise” (*O Globo*, 21/01/2008) ou mesmo “O crepúsculo de Greenspan” (*O Globo*, 05/01/2009).

No ano de 2007, o intelectual publica “O último da fila” (*O Globo*, 08/01/2007), em que aduz o momento que considera o catalisador da crise vigente: “o desabamento das bolsas e o colapso de investimentos em novas tecnologias e comunicações” entre os anos 2000-2001. Isso porque, a partir dele, o Banco Central norte-americano implementou a derrubada dos juros, o que permitiu o fenômeno da liquidez global e cooperou com o crescimento da China, além de aumentar os preços dos insumos. Assim, alude que os sólidos fundamentos econômicos estão sendo afetados pela dimensão financeira, conforme “A metamorfose” (*O Globo*, 05/03/2007), e culpabiliza diretamente as ações de expansão do crédito através de um sistema bancário estatizado dos EUA.

Ainda no mesmo ano, o economista comemora a estabilização brasileira em “Momento mágico” (*O Globo*, 19/03/2007) enquanto argumenta que a economia americana está enfrentando um novo choque de desaquecimento. O primeiro atingiu o setor de construção e o segundo alcança o mercado financeiro pelo inadimplemento das hipotecas. Continua Guedes em “Terceiro episódio” (*O Globo*, 30/07/2007) que o próximo estágio da crise é contaminar a massa de consumidores, em vista da impossibilidade do Fed em diminuir os juros diante do crescimento da economia com o valor mais alto.

Em “Por enquanto a crise é lá fora” (*O Globo*, 06/08/2007), o intelectual segue otimista, apesar do “crash” nas bolsas, pois não diagnostica o *crunch* no crédito, a pior das hipóteses em

sua visão. De acordo com ele, como analisado em “Terça decisiva” (O Globo, 17/09/2007), cabia a Ben Bernanke, o então presidente do Fed, se alinhar ao pensamento de Volcker, defendendo uma política monetária restritiva. Caso cedesse a pressão daqueles que pensam como com Greenspan, pelo afrouxamento da liquidez, não seria capaz de salvar a economia e causaria ainda mais desastres, ainda que não intencionalmente³⁵.

Em 2008, quando há o ápice da crise financeira ocasionado pela bolha imobiliária, Guedes publica “O quarto episódio” (O Globo, 07/01/2008). Anuncia, então, a derrubada do consumo norte-americano como mais um sintoma da bolha imobiliária, abalando a produção e o emprego, em uma ameaça de estagflação. O *crush* do crédito é confirmado em “O feiticeiro e seu aprendiz” (O Globo, 04/02/2008), que repete duras críticas às noções econômicas e à isenção de Alan Greenspan. O ex-presidente do Fed culpabilizou o contrato social contemporâneo da América, o esgotamento da mão-de-obra barata eurásiana e o excesso de poupança da Ásia e países árabes como causadores da crise no lugar de si mesmo.

Em “Ato falho” (O Globo, 17/03/2008), o colunista perde o otimismo, enfrentando a crise do mercado americano de forma mais séria, embora permaneça sob o mote de que Greenspan teria sido o principal causador do problema sistêmico através dos “excessos de expansão do crédito”. Guedes revela que a sua principal preocupação acerca da crise econômica se concentrava nas possíveis interpretações equivocadas que poderiam surgir para interpretá-la, como atribuir ao capitalismo uma noção de “perversidade” em “A crônica dos desavisados” (O Globo, 24/03/2008). Para o economista, resta claro que a culpa da crise global paira sobre uma só cabeça: Alan Greenspan ao “fornecer combustível para a expansão excessiva de créditos durante essa fase de implantação da infraestrutura financeira do capitalismo global”.

Nessa última coluna, volta a afirmar que a perfeição do mercado trata-se de um brilhante modelo mental para entender a realidade. Elogia especialmente quanto à sua infalibilidade, suas bases científicas e a pretensão de transformar economia e finanças em ciências exatas. Entretanto, esse conceito não pode ser encarado como um fato, pois os mercados refletem também as ações de pessoas despreparadas.

Sobre a necessidade de qualificação dos agentes que operam os mercados, o colunista continua em “Formação deficiente ou hipnose?” (O Globo, 14/07/2008) e “Mercados imperfeitos, autoridades mais ainda” (O Globo, 21/07/2008). Aduz que Greenspan teria se

³⁵ Recomenda-se também a leitura de “O falcão e a pomba”, publicado no jornal O Globo, em 10 de setembro de 2007.

recusado a cooperar com a ideia de mercado eficiente ao errar quanto ao processamento das informações, impedindo que os preços das ações espelhassem as condições macroeconômicas.

O intelectual público escreve sobre a opinião de Joseph Stiglitz a respeito da crise, discordando quanto às suas origens, pois o último credita as falhas “ao mercado supostamente perfeito”. Para Guedes, não se trata de um problema advindo dos “poderosos instrumentos de coordenação econômica em busca permanente de eficiência”, mas da contaminação com a avaliação errônea da parte humana do mercado. Dessa forma, permanece Greenspan como a autoridade norte-americana culpada pela crise global, novamente, diante de um “Fed extraordinariamente frouxo”.

Chamayou (2020) descreve esse mote como parte da teoria da crise. Uma vez que os neoliberais consideram o capitalismo essencialmente estável, autorregulador, as desregulamentações que o afetam devem ser causas exógenas. Nesse sentido, atribuem a politização da economia, por meio das autoridades públicas, as razões da afetação do mercado. Caso não houvesse essa interferência, não haveria crise, pois são apagadas as contradições internas do capitalismo.

Para o economista brasileiro, como pode ser visto em “A construção da crise” (O Globo, 29/09/2008), o problema pode ser resumido na expansão do crédito a juros baixos, que é sempre letal, pois leva ao *crunch* do crédito. Essa, inclusive, seria a causa das maiores crises financeiras sistêmicas da história moderna, que demonstram “o crítico desleixo das autoridades monetárias”.

Na coluna seguinte (“Escapando do buraco negro”, O Globo, 06/10/2008), há certa digressão acerca da culpa dessa ausência do Fed em detectar o problema da inflação através de um inimigo invisível. De acordo com o intelectual público, não houve consciência sobre o impacto da somatória da entrada no mercado de trabalho global de “eurasianos”, da redução de custo consequente das inovações tecnológicas e da queda competitiva de preços resultante da globalização.

Em algumas das colunas supracitadas, Guedes chega a esbarrar na ausência de regulamentação, contudo, é imperioso anotar a coluna “Entre a criatividade e a regulamentação” (O Globo, 21/11/2008). Através dessa leitura, que adota a obra de Hyman Minsky para abraçar a hipótese da instabilidade do capitalismo como parte de sua destruição criadora, a intervenção do Banco Central é vista como uma proteção diante da regulamentação adequada. Todavia, essa diminuição da possibilidade de um desastre financeiro seria interruptiva da criatividade inovadora e expansiva do capitalismo.

Essa análise de Guedes distingue-se bastante de Krugman, um dos autores mais utilizados nas colunas. Para o economista norte-americano, a desregulação financeira foi um estímulo para o aumento das operações especulativas, de curto prazo, em detrimento das de longo prazo, nos períodos em que a economia do mercado imobiliário parecia inabalável. É o que ocorreu, por exemplo, em dois atos normativos dos EUA: o Monetary Control Act, de 1980, que anulava a proibição dos bancos para pagar juros sobre diversos tipos de depósitos; e o Garn-St. Germain Act, promulgado em 1982, que reduziu as restrições quanto às formas de empréstimos que poderiam ser concedidas por eles (Krugman, 2012).

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) observam que a crise de 2008 como fruto da “governamentalidade neoliberal”, pois se tem um estilo de administração das economias e das sociedades fundamentado em uma forma genérica do mercado e da concorrência. Nesse sentido, desde o fim da década de 1970, os EUA já haviam implementado medidas que adotavam a generalização da concorrência entre as instituições bancárias e os fundos de investimentos. Com isso, há um conseqüente aumento dos níveis de risco, que se alastra pelo resto da economia para embolsar lucros especulativos colossais.

Não é esse o ponto de Guedes. Como se vê em “Crítico moderado” (O Globo, 17/11/2008) e “O estouro da boiada” (O Globo, 01/12/2008), o intelectual público indica a irracionalidade das multidões como a razão pela qual os economistas não conseguem prever o tamanho da crise, além de reiterar o despreparo de Greenspan. Assim, os investidores apresentariam um “comportamento de manada”, seguindo-se um dos outros sem saber o rumo ou direção, o que torna o comportamento da bolsa imprevisível.

Essa parte humana do mercado é o que o diferencia da hipótese de eficiência, baseada na racionalidade, de acordo com “A árvore do conhecimento” (O Globo, 02/02/2009) e “Animal spirits” (O Globo, 11/05/2009). A título ilustrativo, observa-se “Dubai or not to buy” (O Globo, 30/11/2009), em que Guedes revela que a construção da “Las Vegas no Oriente Médio” demonstra o “quão exótico são os investimentos quando o crédito é artificialmente farto e barato”.

A racionalidade esperada por Guedes para os operadores de mercado não difere da exposta por Mises. O economista austríaco define a ação humana por uma racionalidade mínima, mas suficiente para conduzir o homem a dedicar recursos a um escopo de melhoria da sua situação econômica. A finalidade da ação humana circunda-se em um plano individual de ação que impulsionará para a criação de empresas, eleição de objetivos e destinação de recursos (Dardot; Laval, 2016).

Ao desenhar o homem do “novo milênio”, Gary Becker aprofunda a leitura do comportamento humano ao viés econômico, incorporando todos os fenômenos sociais em uma racionalidade infalível, obedecendo sempre a leis de otimização sob as condições de tempo e orçamento (Romo, 2019). De acordo com Becker (1968), por exemplo, a análise da eficiência do combate ao crime depende da relação custo-benefício da infração penal. Isto é, haveria uma escolha racional do agente ao infringir a lei, observada pela compensação financeira. Trata-se puramente de um viés racional e econômico, que percebe o criminoso como alguém que analisa a vantajosidade financeira em face da pena imposta.

Nesse sentido, tem-se a ação humana em uma fórmula matemática, em que a oferta de crimes, isto é, o número de atos criminosos cometidos por um indivíduo depende de variáveis calculáveis. Para esse modelo de utilidade esperada do comportamento infrator, calcula-se, primeiramente o custo dado por: a probabilidade da detenção e a severidade da possível punição. Após, busca-se a relação de benefício, que observa: a renda disponível em atividades lícitas; a renda a ser auferida em outros crimes; a frequência de prisões; e a propensão ao risco. Essas últimas variáveis não são simples, mas funções de outras, tais como inteligência, idade, educação, histórico criminal, riqueza, criação familiar. Assim, seria possível prever os indivíduos propensos à criminalidade e aqueles que observarão a utilidade da abstenção (Becker, 1968).

Esse acirramento do homem econômico, de forma que, cada vez mais, ele passa de uma pessoa comum, capaz de falhar, para uma espécie de monstro antropológico, que se consubstancia em um homem acadêmico, está presente em Guedes. O colunista parece acreditar que um “economista de boa estirpe” estaria apto a antever, através da inserção de considerações teóricas, os seus resultados práticos, em uma exigência de racionalidade e coerência obrigatórias (Laval, 2020).

Guedes observa os financistas, alvo de suas críticas pelos seus excessos e irracionalidades, serem poupados dos prejuízos. Ao analisar que a opção do Tesouro norte-americano é “patrocinar a socialização das perdas” dos grandes bancos e, conseqüentemente, dos detentores dos títulos geridos pelas agências, tece críticas a essa política em “O custo da farra” (O Globo, 22/09/2008).

A solução pretendida pelo economista para o colapso financeiro encontra-se na necessidade da recuperação dos mercados acionários sob um argumento político: “um plano fiscal de auxílio financeiro a famílias com problemas de pagamento em suas hipotecas”. Em seu lugar, opta o governo dos EUA por estatizar duas agências hipotecárias dos EUA: Fannie

Mae e Freddie Mac. O economista observa essa ação como um “malsucedido experimento de governança corporativa” associado à má gestão do Fed.

Para entender mais acerca dessa “socialização das perdas”, recorre-se às colunas “Os ganhos dos financistas” (O Globo, 08/02/2010) e “Capitalismo’ para quase todos” (O Globo, 16/11/2009). Nelas, as perdas referidas são atribuídas aos financistas, incluindo o governo chinês e um bilionário russo. Esses agentes, conjuntamente com as atuações do Fed e das agências de crédito, são acusados também cometeram excessos ofensivos ao interesse público. Teriam eles faltado com transparência, incorrido no descaso de prazos entre ativos e passivos e excedido o endividamento. Todavia, tiveram seus bônus garantidos pela recuperação das instituições financeiras através da intervenção do modelo de recuperação dos EUA, que se concentrou em amparar os bancos. Assumindo essas perdas, o governo permitiu que os cidadãos pagassem as dívidas daqueles por meio dos impostos.

Assim, divide-se a narrativa apresentada por Guedes em dois pontos. Em primeiro lugar, tem-se a naturalidade da existência de crises no capitalismo, bastando que o Estado (plano fiscal) esteja presente apenas para recuperar a confiança no sistema econômico. Após, há uma crítica pela “socialização das perdas”, que não contabilizará os ganhos especulativos, em um sistema permissivo de lucro fácil, para distribuir os prejuízos e se recuperar da crise (Silva, 2010).

Isto é, ainda que faça parte da construção do intelectual público que as instituições estatais fossem transformadas em agentes mercadológicos para a correção da crise, o seu problema se concentra na “absolvição” dos financistas. Essa atuação estatal de comprar títulos em baixa para, futuramente, revendê-los na alta (Dardot; Laval, 2016) é vista, portanto, como uma ingerência estatal no mercado. A revolta do economista está na estatização e não na noção mercantil atribuída ao Estado.

O intelectual assume um tom de desconfiança quanto à recuperação do colapso financeiro também em “O fundo do poço” (O Globo, 15/06/2009). Ele frisa a importância de que a implementação de medidas intervencionistas não logrem em um novo “capitalismo de Estado” em “Agentes insuspeitos” (O Globo, 24/08/2009). Inclusive, em “Erro de diagnóstico” (O Globo, 03/08/2009), o colunista não acredita que as intervenções estatais para corrigir as falhas do mercado serão contínuas, pois se trataria de um erro extirpar a liberdade dos mercados.

A demarcação da ressurreição da ingerência estatal na economia é apontada em quatro atos. O primeiro e o segundo, respectivamente, tratam da dimensão geopolítica das companhias nacionais de petróleo e das empresas estatais atuantes no mercado financeiro. O terceiro, ainda

sob o olhar da intervenção estatal na economia, aborda as autoridades fiscais que atuam em conjunto com os bancos centrais em um acúmulo permanente de reservas internacionais. O quarto já observa as grandes companhias privadas “escolhidas” para garantir estabelecer sua dominância na economia doméstica, o que impede a competição com rivais estrangeiros. Porém, seriam também a manipulação de juros americana e a falsificação das taxas câmbio chinesas indícios do “moderno capitalismo de Estado”.

A divergência de posições da época abriu um amplo debate entre intervencionistas e “liberais”, em que os últimos acreditavam que o mercado resolveria os problemas por si só, enquanto a ação artificial do Estado agravaria a crise em um futuro próximo, acusando os interventores de “falsos capitalistas” (Silva, 2010). Essa posição pode ser fundamentada pelo uso forçado e forçoso do Estado. Ou seja, quando a solução conferiu um papel ativo ao Estado, observa-se uma narrativa alarmista contra o capitalismo (Dardot; Laval, 2016).

Em um discurso muito próximo ao que se vê em Guedes, os “verdadeiros liberais” acreditam que a crise tenha sido fruto da “insuficiência de capitalismo” dada pelas ações estatais. Trata-se das ações dos agentes públicos como a parte ineficiente e imoral dos mercados. Dessa forma, estariam atentos a qualquer praxe de excessiva regulamentação que impedisse as inovações próprias do sistema econômico (Silva, 2010).

Essa desconfiança quanto à recuperação do mercado pela gerência do Estado, a despeito dos sinais da recuperação da economia, marcou o discurso liberal que permanecia com a crítica quanto às medidas estatais implementadas. Embora admitissem que o pico do declínio global já havia passado, as transferências fiscais e monetárias viabilizadas pelo Estado eram o novo alvo das previsões catastróficas³⁶ (Silva, 2010).

Contudo, o que se anota como consequência da crise de 2008 é um fortalecimento de diretrizes e prescrições sob a forma de planos de austeridade implementados pelos Estados, que continuavam a promover a lógica da concorrência dos mercados financeiros (Dardot; Laval, 2016). Essas ações são assinaladas pelo intelectual público quando observa as reformas do sistema financeiro de Volcker como as ações que atacam as verdadeiras causas da crise no lugar das estratégias implementadas pelo Banco Central dos EUA.

Em “A segunda onda” (O Globo, 13/02/2011), “Vitória... de Pirro?” (O Globo, 20/02/2011) e “Mais inflação e menos crescimento” (O Globo, 07/03/2011), o intelectual alerta

³⁶ O erro de diagnóstico, ao atribuir a necessidade de intervenção do Estado ao fim do neoliberalismo e o início da regulamentação do mercado, não está presente apenas em Guedes, repetindo-se em vários economistas e autoridades políticas (Dardot; Laval, 2016).

para a pressão dos custos, que inflará os preços de toda a cadeia produtiva, como uma repercussão da política econômica contra cíclica exercida em todo o globo. Para Guedes, a economia norte-americana permanece errando ao deixar a taxa de juros próxima a zero, tentando evitar artificialmente o longo ciclo de crescimento. O economista acredita que essa conjuntura poderá ocasionar a bolha dos títulos públicos dos EUA, conforme “A Próxima Bolha” (O Globo, 15/08/2011), “Das inovações à ciranda financeira” (O Globo, 25/09/2011); “Choque De Visões” (O Globo, 10/09/2012) e “Bolhas Em Série” (O Globo, 23/09/2013).

Analisa também como ponto crítico, descrito em “Emitir até inflacionar”, o Fed manter sua política monetária expansionista baseada no índice de desemprego e não tem mais a inflação como meta operacional. Trata-se, para Guedes, de um equívoco e, baseado em Milton Friedman, aduz a impossibilidade da política monetária de manter juros baixos e de reduzir a taxa de desemprego por longos períodos.

De acordo com “Tempos incertos” (O Globo, 28/02/2011), há uma ruptura na ordem econômica mundial decorrente da globalização dos mercados. Dessa forma, apresenta-se como consequência inevitável “a desordem política e os distúrbios sociais”, trazendo consigo não apenas o fim da guerra ideológica, mas o início da disputa por recursos naturais. Conforme observado em “Não é o fim do mundo” (O Globo, 21/03/2011), a somatória das prescrições econômicas com os conflitos no Norte da África e Oriente Médio, que aumentaram o preço dos recursos naturais ainda mais, especialmente o petróleo, e com a crise no Japão, que desacelerou a economia, repercutiu em uma nova crise.

Sobre a guerra na Líbia, em “Guerra Por Óleo Ou Por Princípios?” (O Globo, 28/03/2011), Guedes parece acreditar que se trata de uma defesa dos princípios americanos, em uma obrigação moral das democracias ocidentais, em face de um ditador e seu sucessor, que teria impedido a continuação da guerra civil no país árabe. O que se repete em “O senso de um dever cumprido” (O Globo, 09/05/2011).

A causa da guerra ainda é apontada como a “ameaça da ascensão política do fundamentalismo islâmico”, o que se torna uma “oportunidade do mundo árabe rumo ao regime democrático”, descrevendo os novos tempos como “revolucionários”. Contudo, há espaço para uma crítica a Obama. Tal como Bush, ante a ausência de uma economia favorável para fundar sua reeleição, parece promover a guerra ao terrorismo, pois “quando as condições materiais não ajudam, é sempre possível recorrer as emoções como o medo, a insegurança, o patriotismo e a sede de justiça”.

Esse apoio à guerra pode ser melhor compreendida na leitura de “O Ocidente e seus inimigos” (O Globo, 16/04/2007). Essa coluna debruça-se sobre o choque cultural entre os países ocidentais e os que se opõe aos valores de sua civilização, tais como o “extremismo islâmico” e os “camicases japoneses”. Esses opositores defenderiam que o Ocidente, embora capaz de sucesso econômico e tecnologia avançada, seria insensível quanto à espiritualidade e a compreensão das demais culturas.

O triunfo dos valores, ideias e prática ocidentais repercutiriam em ressentimento, inferioridade e rejeição. Contudo, seria inegável a sua superioridade ocidental na guerra devido a “sua extraordinária capacidade de criação de riqueza” unida a “racionalidade científica, a iniciativa individual, a superioridade organizacional, o empreendedorismo, as inovações e as demais instituições das democracias liberais”.

Essa suposta superioridade ocidental perante outras civilizações alcança, no discurso neoliberal, China, África e América Latina, que teriam um modo de vida e comportamento depreciativos. Esses países devem, de acordo com Hayek, serem qualificados como “atrasados”, “primitivos”, “bárbaros”. Em um mote próximo ao apresentado por Guedes, Mises, em “Teoria e história”, afirma que, mesmo diante do ódio, desprezo, orgulho e conspirações dos não caucasianos, os homens brancos acumulam as realizações quanto as diversas áreas das ciências, métodos de governo e gestão industrial (Dardot *et al.*, 2021).

É importante anotar aqui que, embora estabeleça a relação de superioridade histórica do desenvolvimento do homem branco, Mises, assim como Guedes, não estabelece uma justificativa para políticas racistas ou de extermínio. As noções trazidas estariam mais próximas de um racismo de fato do que aquele estabelecido legalmente. Inclusive, há uma preocupação do economista austríaco em afastar a escravidão como forma possível de trabalho³⁷ (Dardot *et al.*, 2021).

Por fim, o último ponto sobre a crise econômica advinda dos EUA tem em “Exportando Crises” (O Globo, 18/07/2011) como há a influência da China na perpetuação da depressão. O intelectual destaca que o país asiático, ao comprar títulos americanos para a desvalorização

³⁷ Contudo, essa oposição é tratada de uma questão de produtividade do trabalho livre e não de uma questão moral. Essa noção é inclusive trazida quando Mises rejeita a violência oriunda da escravidão e adota uma posição neocolonial, ainda que denuncie os horrores do colonialismo. O papel civilizador da colonização e clichês racistas são amplamente utilizados por diversos autores neoliberais, o que demonstra em que termos o evolucionismo do neoliberalismo doutrinário pode chegar, admitindo o extremismo racista (Dardot *et al.*, 2021).

artificial de sua moeda, é o maior financiador dos EUA, de forma que sua exigência para com esses, quanto a responsabilização e o fim do ciclo do endividamento excessivo, não tem êxito.

Com isso, os norte-americanos manteriam os juros baixos, desvalorizando o dólar e exportando a crise para a China, que sustenta o câmbio baixo e destrói empregos pelo mundo, alastrando o colapso econômico. Em uma constante reiteração acerca da culpa chinesa quanto a crise de 2008, “Maior ou menor?” (O Globo, 12/05/2014) revela a atuação conjunta de dois fatores.

O primeiro é a inflação do patrimônio dos mais ricos pelo governo norte-americano através da sua política monetária e do salvamento da economia. O segundo encontra-se na competição asiática pelo mercado de trabalho, que travaria os salários dos mais pobres. Essa conjuntura de fatores teria causado o aumento da desigualdade e não o capitalismo, já que a política estatal protegeu os depósitos de financistas com retornos extraordinários de capital.

A análise acerca da influência do país asiático continental na crise global, bem como sobre o seu posicionamento perante a adoção da abertura econômica internacional ante a manutenção do regime político do país, será observada na próxima subseção.

3.3 O risco da China de capital aberto

A China aparece com recorrência nas colunas pesquisadas, embora, por muitas vezes, seja inserida dentro do contexto da “eurásia”, em conjunto com Índia, Rússia e países do Leste Europeu. Todos eles, de acordo com Guedes, seriam recém “convertidos” ao capitalismo como ordem econômica (“Mergulho ao passado”, O Globo, 08/05/2006).

O ponto principal sobre a contexto da China para o tratamento de Guedes está na observação do crescimento econômico do país durante o período que escreve, bem como a acusação de sua possível participação para a crise imobiliária de 2008. A investigação de seu posicionamento percorrerá a leitura que o economista faz sobre o regime político e econômico chinês.

Ressalta-se que não se pretende uma análise extensa sobre o contexto específico das colunas, mas de que forma o intelectual público observa as mudanças que ele mesmo aponta. Não se tem como objetivo ultrapassar o próprio universo apresentado nos discursos, mas analisar quais as discussões empenhadas pelo colunista.

Ao se observar, por exemplo, a coluna “Cachorro a grito “ (O Globo, 14/03/2005), que utiliza a obra de Mises para apontar a superioridade do capitalismo em face dos regimes

socialistas diante do progresso inequívoco dos países que adotam o primeiro, comprovando sua eficácia, Guedes toma o crescimento econômico chinês como exemplo.

Para o colunista, o socialismo é atraente, pois, tal como nas religiões, apresenta a solidariedade humana como base que resiste à ordem social moderna, impessoal, instável quanto aos valores e insegura economicamente. Essa solidariedade estaria presente nas transferências de renda para o tratamento da pobreza absoluta, da igualdade de oportunidades e para a proteção social de certos grupos, sendo a única herança do socialismo, pois como método de coordenação econômica seria uma “tragédia”. Assim, o capitalismo é, para Guedes, o regime mais eficiente, observando as “reformas liberais” tomadas pela China como o fator que permitiu o seu progresso material e aumentou a generosidade de tratamento inclusive com os animais.

Destaca o colunista em “A renascença asiática”, através da literatura de Paul Johnson e John Naisbitt, de 07 de abril de 2008, que o continente, comparando-o ao período da Renascença, é o novo expoente econômico e político do milênio por adotar os sete eixos da modernização. O primeiro seria a alteração de Estado-nação para extensas redes comerciais, o que repercute no segundo eixo, o abandono das tradições para a diversidade individual. O terceiro consubstancia na mudança de exportações para o consumo da classe média emergente, enquanto o quarto é a troca de áreas rurais para megacidades. A transformação da agricultura e manufaturas para as novas tecnologias, a extinção do planejamento central para a implementação da economia de mercado e a substituição da discriminação pela participação feminina são os últimos três.

Esses eixos de modernização podem ser claramente identificados também quando enumera Naisbitt (1983) dez megatendências, que se inicia na transformação da sociedade industrial para uma sociedade de informação globalizada, com o uso de alta tecnologia. Logo, deve ser lida como uma exaltação à organização econômica chinesa.

Esse mesmo elogio também está presente em “Quem pariu Mateus que o embale” (O Globo, 04/07/2005) em que define a Grande Sociedade Aberta como fruto das experiências evolucionárias até a presente síntese: “democracia, mercados e ação social descentralizada do Estado”. Nesse sentido, também Hayek (1985) será profundamente crítico à racionalidade construtivista, cuja orientação epistêmica derivaria do pensamento de Descartes e seria adotada pelo utilitarismo de Bentham e pelos socialistas. Isso porque o construtivismo traria a noção equivocada de que a mente humana seria capaz de dominar a complexidade do mundo, adotando a teoria evolucionista em seu lugar.

Hayek (1985, p. 44) identifica que algumas “divergências científicas, mas também as mais importantes divergências políticas (ou ‘ideológicas’) de nossa época, repousam, em última instância, em determinadas divergências filosóficas básicas entre duas escolas de pensamento”. Assim, separa em duas as escolas que consideram a estrutura das atividades humanas. A racionalista construtivista acreditaria na onipotência da mente humana, logo, as instituições, como a sociedade ou a linguagem, devem ser intencionalmente criadas e planejadas.

De outro lado, tem-se a corrente racionalista evolucionista, que reconhece as “limitações permanentes do nosso conhecimento factual” (Hayek, 1985, p. 6). Logo, a humanidade seria ignorante sobre a maioria dos fatos particulares que determinam os processos sociais. De forma diferente da anterior, não se tem o contrato social como um fato conhecido e ensaiado, mas uma ordenação da sociedade decorrente da própria evolução, que seleciona e preserva pela tradição as práticas que preponderam sobre as demais (Hayek, 1985).

Essa tradição institucionalizada é capaz de conferir a eficácia das ações. Portanto, o pensamento cartesiano, ao separar mente e natureza, termina por declarar a superioridade da primeira. Para Hayek (1985, p. 13), que adota a perspectiva evolucionista, a mente humana é sempre um produto do meio natural e social. Isto é, há uma constante adaptação e interação com as instituições sociais, sendo inconcebível a ideia de sua anterioridade.

A China, de acordo com o colunista, tal como o Chile, teria preferido a sua abertura econômica no lugar de começar pela abertura política, como fez Brasil e Rússia. Dessa forma, o país asiático alavancou o seu desenvolvimento sem se abalar “pelas legítimas pressões sociais da democracia emergente”. O elogio, contudo, não abrangerá a coluna “A democracia dos homens livres” (O Globo, 23/01/2006), em que há uma equiparação dos governos na “Rússia socialista, na Alemanha nazista e na China comunista” como regimes totalitários engendrados por intelectuais. Seriam esses governos tentativas de engenharia social e dirigismo econômico inspirados em Marx, mas que devem ser extirpados na nova ordem global, como as demais ideologias de um ideal coletivo.

Na Revista Época, em 14 de agosto de 2009, em “A perigosa ressurreição do capitalismo de Estado”, Guedes replica o discurso de Ian Bremmer. Haveria, tanto na Rússia, quanto na China, uma concentração de empresas, patrocinadas pelo governo, em face da necessária concorrência com companhias estrangeiras. Sob a forma de crédito farto, contratos favoráveis e subsídios para garantir um papel dominante na economia doméstica e vantagens oficiais seriam controladas por um pequeno grupo de oligarcas escolhidos pelo Estado, distorcendo os mercados globais.

Para Guedes, a abertura do mercado em países que representam a “ex-comunista eurásiana” implodirá em uma disputa internacional pela colocação no mercado de trabalho, como observado em “A guerra mundial pelos empregos” (O Globo, 05/06/2006). Dessa forma, esses países estariam em busca de inclusão social e econômica pelos mercados e não mais pelo Estado, como insistiriam a socialdemocracia.

Em 22 de fevereiro de 2012, “Abertos para negócios”, O Globo, o colunista escreve que a política econômica chinesa consiste nas suas exportações, cuja qual permitiu a inclusão social e urbanização alavancadas pelos mercados globais. Nesse ponto, ressalta em “O começo do capitalismo” (O Globo, 29/01/2012), que os chineses saíram da miséria através de sua inserção no mercado global. Dessa forma, ao se olhar para os “eurásianos”, não seria possível concluir que o capitalismo seria o responsável pelas desigualdades sociais. Essas decorreriam do “dinheiro barato e regulamentação frouxa”, cuja contribuição seria de financistas e políticos.

A taxa de câmbio artificialmente desvalorizada da China parece ser um problema a ser combatido em “O Mercantilismo Chinês” (O Globo, 04/01/2010), contudo, a resposta através da “retaliação protecionista” também é uma ameaça. Toma como resposta ao “roubo de empregos pela China”, em “A guerra cambial” (O Globo, 04/10/2010), a adoção das medidas anunciadas também na coluna “Câmbio asiático” (O Globo, 15/07/2007). Deve-se adotar a fórmula asiática, majorando o compasso de acumulação de reservas, o que reduziria o prêmio de risco do país, tal como fez a China, mas também deveria reduzir os juros através do congelamento dos gastos públicos.

Acrescenta em “Propriedades emergentes da nova ordem” (O Globo, 08/07/2007) a sincronização das flutuações cíclicas dada pelas “funções críticas das taxas flexíveis de câmbio na redistribuição de potencial de crescimento da economia global”. Nesse sentido, o Banco Central chinês, tal qual já fazia o japonês, interfere no processo natural de redistribuição do crescimento global, manipulando as taxas de câmbio através do acúmulo de reservas internacionais. Assim, a China manteria sua taxa de câmbio artificialmente baixa para estimular exportações e proteger sua indústria nacional das importações. Dessa forma, o país asiático conseguiria “roubar fatias de crescimento e de emprego”.

Em uma nova onda de elevação de preços dos recursos naturais em face da queda dos salários, Guedes publica “O mistério do preço da comida” (O Globo, 28/04/2008). Nessa coluna, deixa claro o “culpado” por essa inflação: a inclusão de eurásianos no mercado global. O colunista chega a citar o “exército industrial de reserva chinês, na melhor tradição marxista” em “Invasão asiática”, publicado em O Globo, dia 02 de junho de 2008. Dessa forma, a

socialdemocracia em todo o mundo não resistiria à pressão do “capitalismo selvagem” dos asiáticos, que teriam mão-de-obra abundante e excesso de poupança. Esses, em troca de sua inserção na economia global, aceitam baixos salários e pequenos lucros.

A receita do sucesso econômico da China é repetida em “As rotas para o emprego” (O Globo, 12/07/2010), em que a ditadura comunista teria sucesso material e longevidade política graças a sua integração com o capitalismo global. A indisposição para alterar sua política cambial, conforme “Muralha de fogo” (O Globo, 08/11/2010), demonstraria que a China é um obstáculo para a geração de empregos em todo o mundo.

Em “Os cúmplices” (O Globo, 23/06/2008), Guedes compara os asiáticos a formigas e os americanos a cigarras, trazendo consigo a noção simbiótica de um sistema que produz excessivamente e de outro que excede nos gastos. Os países da Ásia acumulariam riquezas sob a forma de infraestrutura, títulos, propriedades, reservas e de capital humano, em uma forma de “capitalismo mercantilista” enquanto era prioritário gastar para os financistas americanos. Contudo, a simbiose estaria esgotada, como aludido em “Pontes de papel e alicerces do futuro”, culminando no colapso financeiro de 2008 (O Globo, 23/11/2009).

Nesse mesmo sentido, “O estímulo ao risco excessivo” (O Globo, 15/09/2008) traz a ideia de que os detentores dos fundos de renda fixa americanos eram os bancos centrais asiáticos e árabes. Quando a crise explodiu, fazendo com que o Tesouro injetasse capital para evitar o resgate desses títulos, houve a socialização das perdas através dos norte-americanos.

Essa mesma retórica é reiterada em “Mundo em chamas” (O Globo, 25/10/2010), acrescentando que a integração da China representa um “desafio existencial aos abusos cometidos pela civilização ocidental”. Em meio à crise econômica ocasionada pela bolha imobiliária dos EUA, a coluna “O fim dos sonhos” (O Globo, 13/04/2009) chama a atenção para as economias em ascensão no sistema internacional serem as não democráticas, como Rússia e China.

Através de John Gray e Robert Kagan, Guedes aduz que a crença nas democracias liberais deve ser mais cética na nova ordem mundial, questionando se os regimes democráticos conseguiriam alcançar, em razão de poder e disposição para regular o futuro, regimes autocráticos. Essa descrença na democracia volta a aparecer dia 1º de junho de 2009, na coluna semanal em O Globo, intitulada como “Bons princípios ante um futuro incerto”, em que retoma as liberdades que devem estar presentes em uma democracia liberal, perguntando-se se ela sobreviverá as crises econômicas.

Sobre o que constituiria uma democracia liberal, o intelectual público escreve que ela abarcaria os direitos que refletem as liberdades individuais clássicas, como a propriedade, a segurança pessoal, a liberdade de escolha quanto à preferência política, crença, prática econômica, orientação sexual e imprensa livre. Esses princípios, de acordo com ele, garantem o sentido da existência humana, refletindo sobre a crise econômica dos EUA, vigente à época, como um possível retorno do mundo ao totalitarismo, especialmente a América Latina com as novas experiências socialistas ao “mercantilismo eurasiático”.

Em 15 de fevereiro de 2010, a publicação “A crise fiscal do Ocidente” replica Humphrey Hawksley, da rede britânica BBC, cuja afirmação é a decadência da democracia, especialmente pela discussão sobre direitos humanos e liberdade, pois é a China próspera com sua política real. O declínio dos valores ocidentais, em vista de seus excessos, também está presente em “Das inovações à ciranda financeira” (O Globo, 26/09/2011), enquanto a China prospera. Em “A China e nós” (O Globo, 12/03/2012) e “Apagão nos portos” (O Globo, 25/03/2013), o colunista reitera que, embora a desaceleração da economia chinesa afete o Brasil, os problemas do país concentram-se internamente.

Ao escrever “Rumo à civilização desconhecida” (O Globo, 31/01/2010), o colunista já havia sugerido a necessidade de uma adaptação “das modernas democracias liberais” para se moldar a nova ordem global, realizando “eficientes reformas para fortalecer a competitividade ocidental diante do choque econômico e da guerra mundial de empregos já deflagrada”.

Essa denominação de “democracia liberal” é comum ao movimento neoliberal, que aceita o regime político como um bem desde que ele esteja sob as bases da máxima da livre-escolha individual e da propriedade privada. Essa democracia é puramente procedimental, pois o poder do Estado é limitado e há subordinação dos poderes Executivo e Legislativo ao Estado de Direito (Dardot et al., 2021).

A soberania popular, por outro lado, representa o sufocamento da liberdade, em uma forma demagógica que requer o rebaixamento de todos os sujeitos, pensados individualmente, à vontade de uma maioria autoritária. Essa última chamada de “democracia socializante” (Dardot et al., 2021).

Para tratar desse tipo de democracia, a próxima subseção trará o exemplo da Europa e de como o euro parece ser capaz de enfrentar esse mal.

3.4 Socialdemocracia e o euro

Paulo Guedes dedica uma parte de suas colunas para analisar a situação europeia diante da crise iniciada pela bolha imobiliária. A crítica de Paulo Guedes encontra-se na análise da sociedade e da justiça social, expressa nos Estados europeus como um todo, em contraposição à liberdade, tal qual foi observado no desenho acerca da racionalidade neoliberal.

Tendo em vista que já foi observado o seu descontentamento para com a socialdemocracia nas subseções anteriores, a reflexão se desloca para as consequências de sua manutenção e as formas de solucionar os problemas que encontra. Nesse sentido, o objetivo do presente tópico é observar como o intelectual público tratará o regime político do continente e quais serão suas soluções para ele.

Nesse sentido, Guedes defende que a globalização extirpará a socialdemocracia do mapa, como visto em “A sentença e o algoz” (O Globo, 27/03/2006), pois não conseguirá competir com a China mantendo sua cultura inflexível diante da necessidade da reforma de sua legislação trabalhista. Essa manutenção das “tradições corporativistas do sindicalismo e do funcionalismo público” estaria condenando a França ao desemprego em massa. Observa que a recusa das centrais sindicais e organizações estudantis, sob a forma de atos violentos e de uma greve nacional, fundamenta-se na manutenção de seus privilégios.

Essa crítica ao papel desses agentes públicos se debruça sobre um racionalismo e na crença de poder governar a sociedade e a economia, alimentando as ilusões sobre o planismo, centrismo e socialismo. Reforçariam a ideia de um “coletivismo” necessário enquanto os interesses reais dos indivíduos não são atendidos. Esses regimes de corrupção generalizada e permuta serviriam apenas aos interesses dos grupos eleitoreiros na medida das vantagens particulares concedidas, favorecendo a miragem da justiça social. A propagação quanto à existência dessa leva a um sistema totalitário formado por essas elites, que chantageiam permanentemente o poder político. Com isso, o resultado é um Estado opressor, que atravessa os interesses individuais em nome de uma coletividade amorfa (Dardot *et al.*, 2021).

Portanto, esse privilégio aludido por Guedes está presente no discurso neoliberal quando delinea a concepção da sociedade por meio dos laços sociais como um problema a ser solucionado, especialmente o cultivo do bem comum. Os Estados de bem-estar passam a ser acusados de interferir no mercado de forma a criar "dependência" e "arrogância" equivocadas desses agentes. Parte-se da noção de que impostos são roubo e não de como eles sustentam a vida comum e coisas públicas (Brown, 2019).

Nesse mesmo prisma, sobre a necessidade de abandono das crenças socialdemocratas, citamos novamente a coluna “A crença e seus sacrifícios” (O Globo, 02/07/2007). Guedes

equipara os efeitos delas sobre a economia, a política e a moral a queda dos astecas. Anota como “primitivos rituais de sacrifício” o exagero de impostos, juros altos, obrigações previdenciárias, legislação trabalhista, fragilização dos partidos e das instituições políticas. Soma-se, ainda, os escândalos de corrupção, que repercutem em um excesso de gastos públicos sem que o Estado proveja as funções clássicas de segurança, transformando-se em um agente parasita.

O autor de maior inspiração para o tom de desconfiança desse Estado “protetor” pode ser apontado como Hayek. Essa noção de sociedade como a construção de paternalistas, racionalistas e tiranos arrogantes, que acreditam ter a capacidade de cogitar e regê-la. Entretanto, seriam incapazes de permitir a necessária liberdade e tradição para a ordem e evolução espontâneas da humanidade. Trata-se de um salvamento do mercado da moral quanto aos desenhos da justiça social (Brown, 2019).

O economista austríaco oferece uma crítica à socialdemocracia em fundamentos epistemológicos, ontológicos, políticos, econômicos e morais. A noção de social é tida como desleal, ameaçadora, vazia, ilusória, destrutiva e desonesta, construída por uma "fraude semântica". A justiça social seria apenas uma forma de controle da existência coletiva, um símbolo da tirania. Essa falsa busca comum de fins compartilhados seria, na verdade, um disfarce para o poder coercitivo do governo (Brown, 2019).

Essa romantização, idealização do que a sociedade consiste é vista como perigosa por Hayek. Essa eleição de valores para a sociedade é fomentada pelo Estado, o que legitima a extensão de seu alcance e de seu poder coercitivo. Essa crença de que a sociedade é composta por mais do que processos espontâneos cria a noção de que ela pode ser manejada e mobilizada como um todo. Essa seria a base do totalitarismo (Brown, 2019)

Em “Reformas liberais em vitrines socialistas” (O Globo, 28/03/2005), o economista cita Ludwig Erhard para elogiar o “crescimento econômico autossustentado engendrado por reformas liberais” da Alemanha, em que foca na necessidade de criação de um ambiente competitivo. O pilar central estaria fundado na guerra ao monopólio, cartéis, bem como qualquer esforço que tente minar a competição, tal qual os sindicatos.

Essa exaltação pode ser justificada pela política alemã implementada que determina que os progressos sociais devem decorrer da ordem concorrencial somada à estabilidade monetária, e não como objetivos em si mesmos. O país adotava um modelo nacional de “economia social de mercado” até os anos 1970, que instituía políticas a favor dos assalariados, em um modelo mais próximo do sindicalismo. Essa nova política redistributiva mais ampla estendia as

prestações sociais através de um peso maior dos impostos, o que foi confrontado por Erhard. A partir dos anos 1980, o “desvio social da economia social de mercado” seria eliminado (Dardot; Laval, 2016).

A contestação dos pilares da socialdemocracia, inclusive a oposição entre liberalismo político e econômico, abrange a extensão da democracia política. Rechaça-se o reconhecimento de direitos sociais, que definem certa cidadania social, como complemento e reforço da cidadania política clássica (Dardot; Laval, 2016). A Alemanha passa a ser então o símbolo da consagração das reformas neoliberais, orquestradas por Eucken.

A coluna nomeada de “A armadilha social-democrata” contrapõe a Inglaterra à França, em que a primeira teria a tradição da liberdade e a segunda da democracia (igualdade). A tradição inglesa se consubstanciaria na evolução empírica das instituições, enquanto a francesa seria revolucionária, de engenharia e planejamento que desenhariam instituições utópicas. Através dessa abordagem, a coluna trata sobre a “euroesclerose” que teria evitado a completa integração dos mercados do bloco europeu, em que seria marcado pelo: “nacionalismo, o racismo contra imigrantes, o funcionalismo público, os sindicatos e o protecionismo”.

Assim, para aderir totalmente à União Europeia, a França precisaria realizar reformas na previdência social e flexibilizar os mercados de trabalho de forma a permitir a livre movimentação de mão-de-obra e capitais. Sem isso, a Europa não conseguirá alcançar os EUA quanto ao desenvolvimento econômico e a França permanecerá como a “pátria da democracia” sem, contudo, possuir a liberdade necessária para escapar da “armadilha socialdemocrata”.

Dardot et al. (2021) observam essa contraposição dos valores de igualdade e liberdade é utilizada para retomar divisões profundas e duradouras entre a sociedade (raciais, sociais e culturais), o que resulta em uma forma singular de guerra civil. Muitas vezes o termo igualdade é trocado por justiça social ou mesmo socialismo. Com a polarização, dá-se sentido ao ódio e ao ressentimento quanto ao poder do Estado. Esse é o verdadeiro sentido da liberdade neoliberal.

Sobre o problema trazido pelos “governos nacionais em nome dos contribuintes”, Guedes elenca os problemas da utópica socialdemocracia em “Hora da verdade” (O Globo, 06/12/2010). “Empreguismo, corporativismo, inchaço do setor público, benefícios e aposentadorias irrealistas engordaram sem limites os orçamentos públicos” encabeçam a lista de problemas. Nesse momento, parece ao colunista que o euro deve ser extinto por desagradar a todos os países integrantes, permitindo crédito fácil e abusos de financistas e socialistas.

A guerra fiscal será, portanto, uma substituição à luta de classes, como uma forma de deslocamento para o Estado e seu orçamento. A definição de qual será a destinação da receita, seu tamanho e quem serão seus contribuintes também fazem parte dela. O confronto principal se substanciará sobre os interesses sociais divergentes, em que a luta de classes se prolonga com uma luta sobre tributações (Chamayou, 2020).

O mote sobre a crise das finanças públicas se ancorará em explicações diversas. A mais constante no neoliberalismo é sobre as instituições públicas estarem sobrecarregadas, enfraquecendo os regimes políticos. Trata-se como uma deficiência da democracia de bem-estar social. O limite estaria então em um orçamento equilibrado através de uma estratégia constitucional. Estabelecendo-se uma meta política para o orçamento, o que se tem é uma intervenção despolitizante nas regras de formação das escolhas públicas (Chamayou, 2020).

Isto é, a partir do discurso de que o Estado estaria hipertrofiado, que haveriam déficits orçamentários abissais e que setor público estar "rigorosamente fora do controle", os orçamentos não poderiam ficar a cargo da política democrática. A norma constitucional, portanto, institui regra restritiva externa superior aos comandos políticos (Chamayou, 2020, p. 356).

Para além disso, Milton Friedman parte do pressuposto de que o aumento de despesas causa, conseqüentemente, o aumento de impostos. Assim, percebe que a fiscalidade e os programas sociais, embutidos nas despesas obrigatórias das empresas privadas, se resumem em um peso para o mercado. Tem-se, portanto, no déficit do orçamento público, que leva a contenção de despesas, uma oportunidade para extirpar o custeamento de políticas sociais por meio das contribuições privadas (Chamayou, 2020).

Isso se deve especialmente ao fato de que os parlamentares se recusarão a votar em um aumento que enfurecerá o seu capital eleitoral. Ou seja, alude a questão orçamentária a uma vinculação mais política do que econômica. Trata-se de uma limitação governamental técnica ajustada para tornar financeiramente tributária a avaliação das políticas por meio dos mercados das obrigações reinantes. Tem-se, portanto, a completa subordinação da política ao mercado (Chamayou, 2020).

Em "O vírus que chegou ao Brasil" (O Globo, 14/11/2005), a coluna descreve como a Europa vive em um "aparente paradoxo", pois, embora seja o berço da civilização ocidental, apresenta uma falta quanto à dinâmica do crescimento econômico. Define a "euroesclerose" como a: "falta de sintonia das classes políticas nacionalistas com os requisitos da nova ordem

global”, o que expõe a fragilidade da economia europeia ao mercado global de comércio, o que se repete em “Uma desaceleração estrutural” (O Globo, 04/06/2012).

Com a economia transnacional, houve a equalização dos preços dos fatores de produção, que pressionou os salários para baixo da mão de obra, resultante também da aceleração dos processos migratórios. Logo, a Europa, sem as reformas necessárias para flexibilizar o seu mercado, apresentou crescimento medíocre e incapacidade de gerar novos empregos.

Em “Hora de despertar” (O Globo, 26/04/2010), Paulo Guedes aduz que a nova ordem econômica mundial fez com que a Europa percebesse a necessidade de mudanças diante da falta de fundamentos econômicos sustentáveis na socialdemocracia. Embora revele que o problema não está na formação do euro, em “O paraíso perdido” (O Globo, 03/05/2010) observa que a moeda em comum trouxe crédito fácil e barato a todos.

Isso permitiu que os países europeus não enfrentassem, a princípio, os seus exageros quanto aos gastos públicos, a rigidez do mercado de trabalho, a abusividade dos benefícios sociais e a discriminação contra imigrantes. Contudo, quando houve escassez de crédito, dada a crise mundial, a moeda única impôs uma disciplina fiscal para a correção desses excessos. Com a adoção do euro, gregos devem se submeter a mesma taxa de câmbio dos alemães, ainda sob a ameaça de deflação.

Em “Inflar ativos ou reestruturar dívidas?” (O Globo, 09/05/2010), Paulo Guedes compara EUA e Europa quanto à forma de lidar com a crise. Enquanto os americanos tentam subir os preços através de pedaladas fiscais, tentando corrigir o endividamento excessivo, os europeus atuam com a austeridade monetária exigida pela Alemanha e a disciplina fiscal pelo euro. Ressalta o colunista que o euro, como moeda continental, não é capaz de abranger problemas de todos os países do bloco, razão pela qual caberá a reestruturação das dívidas da Europa.

Contrapondo o pensamento de Milton Friedman e Robert Mundell acerca do euro, admite o segundo como uma autoridade maior sobre o assunto em “Especulações sobre a morte do euro” (O Globo, 11/01/2010). Nessa coluna, ele rechaça o ceticismo de Friedman quanto à resistência da moeda única europeia durante a crise econômica. Embora o economista norte-americano assista razão sobre a motivação política da criação da moeda sendo, portanto, uma construção artificial, vê no euro bons fundamentos econômicos.

A crise europeia se consubstanciaria nas “promessas de bem-estar de uma classe política irresponsável” e não sobre o euro é repetida em “Expulsos do paraíso” (O Globo, 27/06/2011). De acordo com Guedes, o sistema bancário europeu temia o contágio de calotes dos governos

nacionais, diante da situação fiscal da Grécia. Contudo, esse problema seria conscrito à disciplina fiscal grega e não sobre a força da moeda única.

Acreditando no enfraquecimento das ideologias e utopias na Europa, o colunista vê na moeda única um experimento formidável que atravessa a “supremacia política, militar e econômica dos americanos”, em “As duas Europas” (O Globo, 07/06/2010). Para ele, não haveria colapso do euro, mas dos fundamentos da socialdemocracia europeia.

Haveria uma divisão da Europa, em que de um lado está a Alemanha, com sua política de austeridade, de outro, Portugal, Itália, Espanha e Grécia aparecem como exemplos de desequilíbrio fiscal e descompasso entre a política salarial e produtividade. O governo grego é reiteradamente alvo de críticas, como narrado em “Castigo dos deuses” (O Globo, 29/06/2015). Para Guedes, os gregos trocaram a sabedoria ética sobre a “vida boa” por uma exigência socialista de “vida mansa”.

A forma pela qual a Europa lida com a crise econômica ocasionada pela bolha imobiliária é tema da coluna “Mundo em chamas” (O Globo, 25/10/2010). O economista brasileiro aduz que foram cometidos excessos tanto pelos financistas anglo-saxões quanto pela socialdemocracia, ao financiar redes de solidariedade para sustentar a civilização atual. Em um elogio às medidas de austeridade implementadas pelos britânicos, aduz a necessidade de sua implementação para “pagar a conta”. São exemplos de ações do Reino Unido para não mais “viver do Estado, ou seja, de impostos pagos pelo trabalho alheio”: a demissão em massa de funcionários públicos, elevação da idade mínima para aposentadoria e cortes de benefícios sociais diversos (previdência, auxílios, seguro-desemprego).

A disciplina alemã é exaltada em “Déjà vu” (O Globo, 19/09/2011) pela prática de austeridade fiscal e monetária, mantendo sua taxa de desemprego baixa. Com isso, tem-se que há dificuldade de implementação de operações para o salvamento de outras nações a curto prazo. Sem o elemento de flexibilização do câmbio nacional, também não é possível escapar da disciplina fiscal do euro. Contudo, questiona o papel esperado das autoridades para o salvamento da crise, pois foram elas a causa dessa.

Assim, novamente defende que a crise econômica não afetou o euro, mas apenas demonstrou a “irresponsabilidade financeira da socialdemocracia europeia”. Em “O Mediterrâneo” (O Globo, 14/11/2011), aduz que o erro paira sobre os financistas, que acreditaram na igualdade de condições de países distintos apenas por adotarem a mesma moeda, atribuindo a todos o mesmo risco de crédito. Em vista dos alemães serem os controladores do

Banco Central Europeu, não enxerga o colunista a possibilidade de emissão da moeda, como observa em “A crise segue...lá fora” (O Globo, 28/11/2011).

Nessa parte, o colunista não expressa qualquer preocupação acerca de contextos ou mesmo consequências sociais, diferenciando os países apenas pelo seu fator econômico, muitas vezes referido como parte cultural dos países. A retórica acerca da política internacional, observado o endividamento de algumas nações pertencentes ao mesmo bloco, traz consigo a concepção monista, considerando-as como agentes morais completos, com uma responsabilidade coletiva. Ignora-se as relações de classe e de poder que se tem dentro de cada Estado e suas diferenças. A distinção discursiva cinge-se entre “nações que têm a sua casa em ordem” e as que “não fizeram os seus trabalhos de casa”. As últimas, portanto, não devem se queixar acerca da sua sujeição a “medidas enérgicas”.

Esses países, como a Grécia, são taxados como “preguiçosos” e devem buscar o merecimento da solidariedade dos “países honestos”, como a Alemanha ou o Reino Unido. Para tanto, devem proceder com as reformas prescritas, de acordo como o exemplo destes, ainda que não abracem toda a sua amplitude (Streeck, 2014).

De acordo com “Corpos nus” (O Globo, 18/12/2011), ao contrário dos americanos, os alemães teriam se preocupado em “exercer pressões de ajustes orçamentários sobre os demais governos europeus”, em uma demonstração da exigência fiscal da moeda única. Nesse ponto, a eficiência da autoridade fiscal europeia em contraposição das políticas fiscais nacionais é a razão da permanência do euro.

Streeck (2014), através da leitura de Polanyi, demonstra que o euro representa a forma como uma sociedade, altamente heterogênea, pode ser transformada em uma experiência baseada em uma ideologia político-econômica. A moeda única não capta a diversidade de estruturas, instituições e tradições incluídas na integração. Elimina-se a desvalorização cambial como instrumento da política nacional, pois exige um modelo econômico e social único em todos os países.

O euro pressupõe e causa a possibilidade de uma convergência rápida das ordens sociais e dos modos de vida dos países aderentes. Ademais, é a força motriz da expansão universal dos mercados, substituindo os Estados e suas políticas pelos mecanismos autor reguladores do mercado, sob forma de certa violência (Streeck, 2014).

A integração dos mercados através da moeda desenha políticas baseadas em um modelo de povo/nação puramente imaginários, ficcionais, baseados em uma doutrina pura do capitalismo de mercado. Com isso, tem-se reformas prescritas por tecnocratas e economistas

universais incapazes de lidar com a realidade fática: os Estados nacionais, reunidos no euro, não respeitam constantemente o princípio do politicamente correto ou do economicamente racional (Streeck, 2014).

Como consequência de uma ação espontânea e descoordenada, observada de forma muito mais natural do que uma sociedade de mercado, tem-se défices orçamentais, endividamento público e bolhas de crédito e de preços. Não é possível realizar um sistema que abrange diversidade de nações e consiga com que todos os países acompanhem o compasso da racionalização capitalista dos seus modos de vida. Em reduzidas opções de instrumentos políticos à disposição para se defenderem, o que se observa é a acumulação progressiva das disfunções sistêmicas que ameaçam destruir o sistema estatal europeu (Streeck, 2014).

A austeridade estabelecida é disposta através de incentivos racionais, que minam de forma sistêmica a capacidade nacional de articulação e a possibilidade de aleatoriedade política. As reformas seriam o primeiro passo para a aceitação da expropriação política. A lógica do mercado é primeiro imposta para ser posteriormente aceita como verdade universal (Streeck, 2014).

Essa é a marca do neoliberalismo, que pode ser autoritário, mesmo sem impor uma ditadura ou Estado autoritário. A União Europeia é baseada em uma lógica política autoritária através do seu constitucionalismo de mercado, revelado em suas normas “comunitárias” que prevalecem sobre o direito estatal nacional. Hayek já havia firmado a necessidade de a soberania do direito privado ser garantida por um poder forte. O Banco Central Europeu (BCE), por exemplo, não representa nada além de mecanismos de decisão subtraídos a todo controle democrático em escala supranacional (Dardot *et al.*, 2021).

Em mais uma exaltação à síntese representada pela “Grande Sociedade Aberta”, e a superação das “ideologias radicais, vê nas eleições francesas, sob o título da coluna “Sarkozy” (O Globo, 07/05/2007), temas realmente importantes para o aperfeiçoamento institucional. De acordo com o intelectual público, a eleição foi decisiva quanto a criminalidade, imigração, desemprego entre jovens, falta de crescimento e reformas institucionais em face da globalização.

A desilusão com a política tradicional dos europeus, que passaram a evitar esquerda (socialista) e direita (conservadora) também é observada em “O abandono das urnas” (O Globo, 13/06/2011). O economista defende que a maior representação dessa descrença e da falta de representatividade política, principalmente entre os jovens, estaria na ausência de votantes na Espanha.

A coluna “Conflito de gerações” (O Globo, 29/07/2013) traz um lamento do intelectual sobre a herança deixada para os jovens, que repercute na alta taxa de desemprego enfrentada por esses. Seriam as instituições inadequadas, como as garantias trabalhistas e previdenciárias, a razão da destruição da capacidade de geração de emprego das nações. Os mais velhos são acusados de serem despreparados, egoístas e irresponsáveis ao impor o legado institucional da socialdemocracia aos jovens.

Em “Alívio e esperança” (O Globo, 18/06/2012) Guedes já anotava que, embora o eleitor já tenha percebido o falso dilema entre austeridade e crescimento, o comando político europeu ainda pertence a “demagogos obsoletos”. Na mesma publicação, elogia o Acordo de Antofagasta, enquanto o Mercosul permaneceria atolado em suas práticas populistas.

A Aliança do Pacífico representada por México, Colômbia, Peru e Chile prescreve a “livre circulação de mão de obra, de capitais, de bens e serviços, além da integração de redes educacionais”. Já o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) estaria preso em disputas tarifárias e combates comerciais de menor importância, afundado no “socialismo bolivariano”.

A próxima subseção tratará acerca do bloco econômico sul-americano, os países que o integram e a diferença entre as representações presentes na América Latina.

3.5 A representação da América Latina

Como já apresentado anteriormente, entende-se, para essa pesquisa, Paulo Guedes como um intelectual de direita, razão pela qual a configuração política da América Latina se apresenta como um ponto importante sobre seu posicionamento. Chaloub (2020) descreve que o discurso contrário a América Latina não é apenas centro da ultradireita brasileira contemporânea, mas também parte da construção da identidade política de Guedes. Concomitantemente à adesão irrestrita à cultura norte-americana, há uma preocupação, desde o século 19, quanto à “latino-americanização” do Brasil, o que levaria o país à desordem, anarquia e crise.

O que ocorre frequentemente é um problema da falta de contextualização e no tratamento quanto às especificidades nacionais para o tratamento da América Latina como um todo. A título ilustrativo, embora Chile e Argentina tenham experiências inspiradas pelas teorias da Escola de Chicago, há traços que contradizem o projeto econômico, com diferenças sensíveis de temporalidade e amplitude das reformas (Dardot *et al.*, 2021).

A partir dessas noções, questiona-se qual América Latina Guedes terá como referência para escrever suas colunas? Quais são suas preocupações e anseios quando observa os regimes políticos e econômicos implementados pelos países vizinhos?

Em “Raízes Do Socialismo Bolivariano” (O Globo, 19/10/2009 e 26/10/2009), Paulo Guedes revela simpatia pela figura de Simón Bolívar e compreensão quanto à solidariedade com os países vizinhos e às oposições de Chávez em relação à elite corrupta, incompetente e insensível com a miséria. Contudo, teme a tragédia de reengenharia social representada pelo socialismo bolivariano, além de uma possível guerra purificatória com países que se recusarem a aderir ao chavismo, como a Colômbia.

Retoma-se novamente a coluna “Sarkozy” (O Globo, 07/05/2007) para exemplificar o pensamento do intelectual público acerca do socialismo. Para ele, trata-se de uma ideologia radical e obsoleta, com vocação totalitária, que possui como única contribuição a solidariedade dada pela ação descentralizada do Estado em uma rede de proteção social. Contudo, apresenta como exceção de sua decadência popular, as “variantes exóticas” do bolivarianismo de Chávez e a boliviana de Morales, como uma “versão neo-indígena, ainda em fase de experimentação”.

Em um uso da literatura de Marx, “Bolívar y Ponte”, Guedes acusa o líder inspirador do movimento com o seu nome de ambicionar um comando napoleônico na região, possuindo uma postura covarde, brutal e canalha de um ditador. Marx é descrito como antibolivariano dadas as suas críticas quanto às manobras militares e motivações políticas. O autor alemão seria radicalmente contra o autoritarismo e atos antidemocráticos de Bolívar.

A repetição desse personagem histórico, que representa uma tragédia no passado, seria uma farsa no presente. O economista brasileiro acusa Chávez de desorganizar a economia, convocar plebiscito para alterar a constituição, evitar a alternância no poder, refrear os poderes Judiciário e Legislativo, eliminar os partidos opositores, controlar os meios de comunicação, formar milícias armadas e interferir politicamente nos países vizinhos.

Destaca novamente a farsa do movimento bolivariano em “O maior de todos” (O Globo, 09/12/2013), garantindo que houve o afundamento das instituições políticas, sociais e da economia venezuelana, tal como ocorreu em Cuba. Nesse mesmo ínterim, estaria o governo da Argentina, que teria seu poder revezado apenas por militares e por partidos peronistas.

O socialismo bolivariano é apresentado como uma doença latina do século XXI em “Socialismo tardio” (O Globo, 20/08/2012). Nela, Guedes anota a concentração de poder político, a estatização da economia e o controle da mídia como “sintomas clássicos de um exacerbado socialismo nacionalista”. Essas características seriam típicas de regimes totalitários, tanto de esquerda, quanto de direita, em um caminho da servidão, em uma clara referência a Hayek.

Na mesma coluna, o brasileiro, inspirado³⁸ no livro de Edgar Morin intitulado “Cultura e barbárie europeia”, denuncia Mussolini como socialista, apontando que o movimento na Itália que o elegeu, tal como o da Alemanha hitlerista, chamava-se “nacional-socialismo”. Nesse sentido, o argumento do colunista extrapola o que é apontado por autores neoliberais. Ao definir socialismo e nazismo, Hayek indica apenas a congruência da extirpação da liberdade: “duas faces da mesma moeda totalitária”. Isso porque ele sugere que o fascismo/nazismo e o socialismo partem, essencialmente, da intervenção do Estado na economia. O autor austríaco, inclusive, chega a declarar que: "apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna" (Anderson, 1995).

A coluna “A pretensão fatal” (O Globo, 02/01/2006) reclama que a “solidariedade, por nossa identidade latino-americana” resulta na simpatia e compreensão por figuras como Fidel, Chávez e Morales. Contudo, o discurso “socialista populista” não pode ser atribuído ao desenvolvimento econômico e só pode ser defendido por “desonestidade intelectual, ignorância econômica ou cegueira ideológica”. Aqui, mais uma vez, se reitera o argumento acerca do socialismo ser insuficiente para estabelecer a cooperação humana que resulta no progresso civilizatório.

Ressalta-se que “Pretensão fatal” é também o título da obra de Hayek, em que o austríaco define como ilusão racionalista a ideia de que o Estado é capaz de definir a princípio a melhor ordem social. Nesse sentido, tece críticas às reformas sociais que fizeram nascer o Estado-providência. Em uma substituição às religiões, as massas esperariam do Estado uma salvação onipotente. A cada reivindicação concedida, um novo movimento em nome da igualdade seria incentivado e o poder estatal enfraquecido (Dardot *et al.*, 2021).

Ainda sobre a inversão de valores, cujo objeto de exaltação é o bolivarianismo e de depreciação é Thatcher, observa-se a coluna “De santos e tomates” (O Globo, 15/04/2013). As lamentações por Chávez, que havia falecido recentemente, não fazem sentido para Guedes. O ex Presidente teria ressuscitado uma ideologia nefasta, deixando o país sem saída. Enquanto isso, o desprezo pela ex Primeira-Ministra do Reino Unido revela a ausência do reconhecimento

³⁸ Nesse ponto, trata-se apenas de uma interpretação de Guedes sobre o livro de Edgar Morin. Na verdade, o autor francês historiciza Mussolini, que, antes de se filiar ao fascismo, abraçou o socialismo. Inclusive, o anticomunismo/antimarxismo dos regimes implementados na Itália e na Alemanha pelos ditadores citados pelo colunista são apontados por Morin (MORIN, E. Cultura e barbárie europeias. Coleção Epistemologia e Sociedade. Direção: Antônio Oliveira Cruz. Tradução: Ana Paula de Viveiros. Instituto Piaget, Lisboa, 2007). Acerca dessa junção trazida pelo colunista e sua disseminação pelo Brasil, recomenda-se o artigo: DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. A ideologia nacional-socialista: o revisionismo e o nazismo de esquerda/The national-socialist ideology: the revisionism and the left-wing nazism. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 14, n. 49, p. 17-37, 2020.

do resgate dos ingleses, que estavam atolados na utopia do bem-estar social, marcada pelo intervencionismo, sindicalismo, populismo e socialismo.

A crítica a Chávez ganha mais fôlego em “A estética fascista” (O Globo, 12/11/2007), em que o venezuelano é acusado de realizar uma política de massas, apelando para as emoções, de forma próxima ao exposto por Paxton, em “A anatomia do fascismo”. Acusa o Presidente da Venezuela de demonizar o capitalismo internacional e particularmente da liderança econômica americana, o que também seria uma marca do seu fascismo. Baseado na mesma obra, através da coluna “A marcha da insensatez bolivariana”, publicada na revista *Época* em 07 de dezembro de 2007, enumera os sinais do que ele chama de “estrangulamento da democracia venezuelana”:

Sintoma número 1

O presidente Hugo Chávez brada diante das câmeras de TV: “Foi uma vitória de m...!”. Referia-se à vitória da oposição no plebiscito que rejeitou sua proposta de reforma constitucional.

[...]

Sintoma número 2

Os chefes das Forças Armadas venezuelanas reafirmam seu apoio a Chávez aos gritos de “Pátria, socialismo ou morte!”.

[...]

Sintoma número 3

O fechamento da RCTV e a ameaça de abertura de processo contra a rede de TV CNN por “incentivar seu assassinato”.

[...]

Sintoma número 4

A demonização do capitalismo internacional e particularmente da liderança econômica americana.

[...]

Sintoma número 5

Líder, povo, identidade, poder e Constituição “bolivarianos”.

[...]

Sintoma número 6

Militantes chavistas espancando universitários e opositores.

Esse também é o mote de “Fome de poder” (O Globo, 07/01/2013), em que Guedes revela o culto à personalidade que mantém Fidel e Chávez no poder, em uma representação tal qual a de Lênin no mausoléu da Praça Vermelha. A degeneração de sistemas políticos “socialistas” ou “bolivarianos” tem como sinal a falta de transparência, que escondeu o estado de saúde dos Presidentes da Venezuela e de Cuba, que é definida como uma medida do “enorme apetite de poder”.

A contraposição entre democracia e “capitalismo de Estado” aparece em “Deu errado?” (O Globo, 10/03/2014), pois haveria reflexos econômicos diante da hegemonia de partidos únicos pela América Latina. Enumerando as democracias do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e

México), as elogia por aprofundarem sua integração no mercado global através de reformas modernizantes, com elevadas taxas de crescimento.

Enquanto isso, o “nacional-socialismo bolivariano”, implementado por Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina permanecem em um atraso político, com práticas degenerativas. Neste ponto, defende que suprimir a democracia e praticar o capitalismo de Estado não é o caminho da prosperidade, mas sim a junção de democracia, mercados e políticas públicas de bem-estar social.

Esse pensamento também está exposto em Hayek (1977), em que seria o Estado um empecilho para a implementação da sociedade de mercado. Isso porque ele vê a política como um mercado, que negocia interesses particulares de grupos organizados. Trata-se da imposição de certos grupos de interesses coletivos sobre os interesses reais dos indivíduos. Quando a supremacia do direito não mais sustenta as instituições democráticas, seriam essas conduzidas pela “ditadura plebiscitária”.

É interessante anotar acerca dessa associação de Guedes entre o fascismo e a política bolivariana. Dardot *et al.* (2021) descrevem como a dominação neoliberal, através da literatura de Mises, apoia-se sobre práticas neofascistas de governo, como o culto à personalidade; a legitimação de práticas racistas, xenofóbicas e machistas; a associação com milícias armadas; a utilização de forças estatais contra opositores; e o abuso do Estado de Direito como método de governo. Essas características descritas por Guedes para referenciar Chávez são aplicáveis a nova governamentalidade neoliberal e seu processo de desmantelamento da democracia.

Contudo, os autores franceses, ao contrário do economista brasileiro, ressaltam que não se deve confundir esses fatores de identificação das formas mais autoritárias do neoliberalismo com o fascismo histórico. Embora esses elementos possam ser encontrados, por exemplo, no trumpismo ou mesmo no bolsonarismo, de forma ainda mais acentuada, há especificidades nas configurações políticas do neoliberalismo contemporâneo (Dardot *et al.*, 2021).

Faltariam elementos importantes como a existência de um único partido, a proibição à oposição, e a mobilização das massas em organizações hierárquicas obrigatórias, em certo corporativismo profissional, além de liturgias de uma religião secular e o ideal de “cidadão-soldado” dedicado completamente ao Estado total, entre outros fatores. Trata-se, portanto, de uma generalização pouco pertinente (Dardot *et al.*, 2021).

A coluna “Mergulho no passado” (O Globo, 08/05/2006) revela que Guedes acredita na integração econômica global como ponto chave da América Latina. Ao se deparar com a notícia da nacionalização das operações de gás e petróleo da Bolívia, aduz que a atitude cultural da

região é de negação e resistência quanto ao “papel do Estado ser relativamente modesto a assuntos sociais”.

A utilização da obra de Mises para rebater o socialismo é recorrente, mas frisa-se a coluna “O senhor dos anéis” (O Globo, 15/05/2006), em que Hugo Chávez (Presidente da Venezuela) e Evo Morales (Presidente da Bolívia) são descritos como “socialistas, revolucionários, nacionalistas e estatizantes”. A política nos países é definida como uma busca de “poder em nome do amor e da solidariedade”.

Essa mesma crítica volta a ser trazida em “A ascensão das massas”, de 11 de março de 2007, com trechos de José Ortega y Gasset, para ressaltar a preocupação da perda da autoridade no mundo moderno. A Revolução Francesa representaria um perigo para a manutenção da democracia, pois ou o regime anterior foi restaurado ou insurgiu a tirania decorrentes do pânico e desorganização social, indicando a ineficiência de uma possível salvação proporcionada pela tradição.

Nesse ponto, alinha-se tanto a Schumpeter (2017), quanto Ortega y Gasset (1962), pois todos argumentam que foi o fenômeno das massas o responsável pela formação dos sistemas totalitários. Schumpeter (2017) ressalta que os membros de partidos políticos podem ser facilmente transformados em uma massa e levados a um estado de insensatez.

Retoma-se aqui que Paulo Guedes foi um dos Chicago boys que atuou no Chile durante a ditadura Pinochet, que, conquanto tenha sido de curto prazo a sua vivência na universidade do país, tem nele um marco de consagração de seus ideais de tal forma que, conforme descrito pelo próprio Paulo Guedes, em 29 de abril de 2011, para sua coluna no jornal “O Globo”, intitulado “Descontrolado”.

Descreve o intelectual que “havia elaborado modelos macroeconômicos em que as falhas do mercado eram corrigidas por políticas públicas” como um sacrilégio em meio ao “melhor Departamento de Economia em todo o mundo”. Mais uma vez, o colunista, ao citar o Chile, em sua época ditatorial, não tece qualquer crítica sobre o regime, aludindo sempre sobre a liberdade econômica do país, da consagração dos valores neoliberais e do êxito quanto ao crescimento econômico em um curto espaço de tempo.

Hayek, ao ser questionado sobre a ditadura chilena, já havia expressado pensamento semelhante ao entender a desnecessidade de um regime democrático a prima vista, pois a liberdade econômica estaria sempre em primeiro plano e, se não era possível estabelecê-la sem um regime autoritário, a democracia não se demonstraria primordial (Chamayou, 2018).

Ao observarem as primeiras experiências de governo neoliberal, Dardot *et al.* (2021) demonstram que o intervencionismo estatal é a regra para sua aplicação. Ao contrário das prescrições de Friedman, a junta militar chilena foi um Estado intervencionista de grande eficiência. Essa forma de “liberalismo autoritário”, sob o argumento da necessidade de “desestatização”, utiliza-se do direito para manter a ordem de mercado dentro do próprio Estado, assim como estender a sua lógica a todas as relações sociais.

Chamayou (2020) revela que a experiência chilena teve como prática recorrente a tortura no interrogatório dos prisioneiros políticos, o desemprego de trabalhadores por razões políticas, muitos reduzidos a miséria, detenções arbitrárias, execuções, entre outras violações a direitos fundamentais. Contudo, Pinochet foi homenageado por Friedman e Hayek. O “ditador liberal” era tido como um “mal menor”, que será apenas transitória até concluir sua tarefa. A livre escolha deveria se concentrar no mercado e não em um procedimento político, como a democracia.

Observa-se, então, a contradição mais recorrente do neoliberalismo. A necessidade da função do Estado como interventor, planejando e organizando, da democracia liberal, impedindo uma democracia ilimitada (totalitária). Continua, entretanto, a sua função política limitada, sem jamais poder cercear a liberdade econômica do capital (Chamayou, 2020).

Dardot *et al.* (2021) historicam o período entre 15 e 19 de novembro de 1981 a realização de um congresso regional da Sociedade Mont-Pèlerin no Chile. Nesse encontro, os principais representantes de diversas correntes do neoliberalismo mundial denunciavam o “perigo democrático”, enquanto admiravam a nova ordem instaurada por Pinochet. Independentemente da corrente neoliberal, era uníssona a ideia de que a democracia é uma possível ameaça para a liberdade e a civilização.

Convencidos de que as reformas mais fundamentais para a implementação do mercado livre só poderiam ocorrer sob a forma regimes autoritários, a ocupação alemã foi lembrada através do sucesso da reforma de Ludwig Erhard. A conclusão pela necessidade de um regime não democrático ressoa na caracterização da tomada do poder pelos militares chilenos como “justificada e inevitável” (Dardot *et al.*, 2021).

Carlos Francisco Cáceres³⁹ sequer via como possível o retorno a um “regime democrático ilimitado”, pois esse teria sempre como consequência a “demagogia e decomposição moral”. Não se tratava de um Estado fundado sobre os direitos humanos

³⁹ Membro da Sociedade Mont-Pèlerin, que ocuparia o cargo de presidente do Banco Central do Chile (1982-1983) e de Ministro da Fazenda (1983-1984).

essenciais ou cuja função fosse resguardar o bem comum. Disposto a estabelecer o Chile como paradigma histórico, inspirado pelas ideias de Hayek, estaria deixando para trás um país vítima de um parlamentarismo, de uma política próxima ao coletivismo, para ser salvo por um golpe violento que estabeleceria as condições políticas e constitucionais da liberdade (Dardot *et al.*, 2021).

O antidemocratismo é a base do neoliberalismo, pois ele tem como princípio basilar a contestação abrupta do ideal de soberania do povo na época moderna. Trata-se de uma questão central da sua teoria impedir a realização da democracia, pois é vista como o centro do grande perigo para as sociedades, o “coletivismo”, razão pela qual é constantemente deslegitimada. A “democracia de massa” é uma prática política a ser neutralizada. A demofobia neoliberal pode ser vislumbrada nos planos teórico e governamental e é capaz de justificar e legitimar a violência desde que salve a ordem concorrencial (Dardot *et al.*, 2021).

O rígido controle da soberania popular é apresentado como uma medida essencial para evitar o “Estado total”, que estende sua ingerência a todas as esferas da vida para atender os grupos de interesse (privilegiados) que dele dependem. Isto é, quando saldos eleitorais ou mobilizações populares põem os preceitos do mercado livre em risco. Contudo, a sua forma limitada é amplamente aceita (Dardot *et al.*, 2021).

O sufrágio universal torna possível a massas se apropriarem do poder do Estado, tomando para si os poderes públicos e suprimindo o problema da produção de riqueza pela reivindicação contígua da repartição entre as classes menos beneficiadas. Com isso, há o empobrecimento do Estado, com anarquia ou demagogia socialista, que só pode ser defendido pelo poder ditatorial (Dardot *et al.*, 2021).

Tal como Hayek (1977), que inclusive é citado no jornal O Globo, na coluna “Não se perde a liberdade de uma vez só”, de 18 de novembro de 2007, a aversão de Guedes a regimes não democráticos mostra-se bem mais contundente quando observa regimes socialistas, cuja conciliação com a democracia seria utópica e tenderiam para ditaduras, comparando-os ao nazismo e fascismo, cuja pretensão foi exatamente deter o avanço do socialismo na Europa, sendo, portanto, “duas faces da mesma moeda totalitária”.

É nesse mesmo tom que assume que o governo de Chávez, em 14 de janeiro de 2013, chamado de “Atropelo bolivariano”, é “constitucionalmente ilegítimo, ainda que popular”. A maior crítica cinge-se na instalação de um regime fechado na Venezuela e ao atentado às instituições democráticas, que deixam de ser independentes. Para o colunista, o movimento socialista bolivariano abarcaria também Cuba, Bolívia, Equador e Argentina, como citado em

“Erro ou ousadia”, de 29 de abril de 2013 e “Deu errado? ”, de 10 de março de 2014, também publicadas no O Globo.

Em “América bolivariana” (O Globo, 08/05/2005), Guedes marca um traço que lhe parece comum a toda a elite cultural brasileira e ao governo: o antiamericanismo combinado com a simpatia pelo socialismo populista e “obsoleto” de Chávez e Fidel. Nesse ínterim, o colunista faz questão de ressaltar que esse “preconceito” não marca a cultura do nosso país, pois milhares de brasileiros arriscam a vida para trabalhar nos EUA e não na “América bolivariana”.

Ao descrever a disputa diplomática entre os presidentes Chávez (Venezuela), Correa (Equador) e Ortega (Nicarágua), de um lado, e Uribe (Colômbia), de outro, Guedes, em “Chipanzés e bonobos” (O Globo, 10/03/2008), sustenta que a “trinca socialista liderada por Chávez” pretende derrubar um governo democrático por meio das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). O economista acusa o Equador de “estimular exércitos guerrilheiros em países vizinhos”, ainda que reconheça que a crise se iniciou com a invasão da Colômbia, através de uma operação militar, no território equatoriano.

Para o intelectual público, Uribe ameaçaria os interesses de Chávez ao lutar contra o terrorismo paramilitar que expande o “socialismo bolivariano”, em que alerta sobre uma possível guerra “entre países pobres como os nossos”. Contudo, ressalta o argumento da solidariedade e empatia como uma herança biológica capaz de trazer esperança para a resolução do conflito. O Chile, entretanto, oferece o extremo oposto dos demais países da América Latina para Guedes. O economista não poupa elogios ao país cujo experimento neoliberal antecedeu, inclusive, a própria Europa ou mesmo os EUA.

Em “Chile: construindo uma sociedade aberta” (O Globo, 16/01/2006), Guedes celebra o país como um caminho a ser seguido, observadas as o modelo econômico liberal implementado pelos economistas advindos da Universidade de Chicago. Dessa forma, os chilenos conseguiram uma alta taxa de crescimento dada pela:

[...] integração competitiva na ordem econômica globalizada, a austeridade fiscal, o banco central independente, o câmbio flexível, as reformas da legislação trabalhista e da previdência e a concentração de gastos públicos nas funções críticas do Estado (segurança, saúde, educação) e na remoção das desigualdades sociais (foco na remoção da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades) [...]

Portanto, a diferença entre o crescimento do Brasil e do Chile não seria contingente ao regime político adotado por cada um, já que ambos, naquele momento, já tinham passado pela redemocratização. O ponto chave do governo chileno seria a adoção das medidas liberais que

permitia que a esquerda do país apenas corrigisse as desigualdades, sem afetar o processo de criação de riqueza.

O modelo econômico liberal do Chile, “arquitetado por economistas de Chicago” é novamente reiterado na coluna “Nos trilhos da Grande Sociedade aberta” (O Globo, 18/01/2010). O seu sucesso econômico seria o resultado da junção de sua integração na ordem econômica mundial, austeridade fiscal, independência do banco central, câmbio flexível e redução da atuação do Estado através das privatizações, gastos públicos em funções críticas, deixando a remoção das desigualdades sociais a cargo a cargo da promoção de igualdade de oportunidades.

A discussão eleitoral do Chile teria passado apenas para “a dosagem da ação social do Estado na remoção das arestas deixadas pelo mercado”, mantendo-se o modelo econômico liberal, inclusive pelos partidos de esquerda. Nesse ponto, a socialdemocracia atenua as desigualdades de oportunidades através das políticas públicas, desde que não ameace o processo de criação de riqueza.

Na oportunidade em que a “fossilização da política, a estagnação da economia e a interrupção da dinâmica da mobilidade social” foi observada, os eleitores chilenos conscientes inclinam-se para a eficiente liberal-democracia, representada por Piñera.

O que se anota na experiência chilena é a implementação de um quadro jurídico e institucional, que revela uma concorrência aberta e generalizada, em favor do qual a conduta dos indivíduos será profunda e permanentemente transformada. O que se forma é uma lógica dominante que disciplina os indivíduos pelo mercado (Dardot *et al.*, 2021).

O elogio ao Presidente chileno também está presente em “De Chávez a Piñera” (O Globo, 25/01/2010). Contrapondo-o com Fidel e Chávez, admite que há dois extremos no espectro político da América Latina. Sem a classificação entre “direita” e “esquerda”, acredita em um conceito evolucionário para a construção de um capital institucional moderno. Trata-se de uma alternativa aos socialistas e socialdemocratas, que repetem erros do passado, representando Piñera como o caminho certo para a construção da “Grande Sociedade Aberta”.

Dardot *et al.* (2021), assim como Chamayou (2020), tem em Piñera um exemplo de “despolitização” da economia e da constitucionalização do direito privado, que estabelece uma “democracia protegida”. Preocupado em isolar a democracia da política, o Presidente chileno busca “destronar a política”.

É o que se vê na reação do Presidente do Chile ao “estallido de outubro” (18/10/2019), que é caracterizado por ser um movimento horizontal, sem líderes políticos ou chefes. Em uma

verdadeira dimensão de revolução popular, inédita por sua duração e intensidade, fez brotar a sociedade chilena, em toda a sua diversidade, ruidosamente no espaço público (Dardot *et al.*, 2021).

Contudo, apenas dois dias após o começo dos protestos, Piñera declara estado de guerra para restaurar a ordem contra um “inimigo poderoso, implacável, que não respeita nada nem ninguém e que está pronto para fazer uso da violência e da delinquência sem limite algum”. Desencadeia-se um processo de violência estatal contra os cidadãos (Dardot *et al.*, 2021).

Essa guerra civil, instaurada sob a retórica de combate ao inimigo interno, é resultado de uma reação da oligarquia neoliberal contra o movimento que ameaçava diretamente a sua dominação. Em 25 de outubro de 2020, o movimento resultante do estalido traz a reivindicação de um novo texto constitucional diante de uma consciência aguda de que a Constituição de Pinochet bloqueava toda possibilidade de uma verdadeira alternativa política. Contudo, quando os partidos tentaram canalizar o movimento a seu favor, de forma que elaborassem o novo texto constitucional, foi massivamente reprovada (Dardot *et al.*, 2021).

Dessa forma, enfraquece-se o movimento popular, que engendrou a necessidade de mudança, mas que, em vista da reprise da formação do texto constitucional pela parcela que visa manter o *status quo*, se vê sob a falsa ideia de alteração na política. A sociedade, então, retorna, incapacitada, ao silêncio pretendido pela governamentalidade neoliberal.

Com a rejeição da integração via Alca pelo Brasil, descrita como uma rejeição moral dos intelectuais brasileiros pela cultura norte-americana, há uma nova comparação entre Chile e Brasil em “Sem fôlego” (O Globo, 22/01/2007). Os chilenos estariam à frente na formulação de suas políticas públicas, em que recusam acordos econômicos por possuir fornecedores mais eficientes, não bastando os ganhos pelo aumento do comércio regional. Esses acordos bilaterais esvaziariam o potencial ganho através do Mercosul.

A integração do bloco econômico sul-americano aparece em “O peso-real e as reformas” (O Globo, 14/04/2008). Para Guedes, a ausência de avanços nas reformas demonstra que os governos socialistas e socialdemocratas instalados na América Latina aprisionam a região em uma visão de mundo equivocada. Em um avanço contínuo dos gastos sociais, recusam-se a realizar as mudanças necessárias nas instituições obsoletas, que obstam a melhoria das condições de vida da população.

O peso-real, moeda única latino-americana, meta da integração continental, seria a chave para o início do ciclo de reformas. Os países convergiriam, a partir de sua adoção, quanto

às políticas tributárias, trabalhistas e previdenciárias, dando início a uma dinâmica de crescimento.

Ainda sobre o Mercosul, escreve “O eixo da integração continental” (O Globo, 20/08/2010), em que acredita na integração latino-americana através da adoção do “peso-real”, a ser adotada como parte da modernização institucional de toda a região.

Continua o raciocínio em “Lula 3: a missão” (O Globo, 23/08/2010), em que o Presidente, já reeleito, deveria se concentrar na integração econômica continental rumo ao peso-real. Essa seria a chave, inclusive, para a recuperação econômica de Argentina e Venezuela, afundadas na demagogia Kirchner e Chávez. O papel do Brasil na união da moeda seria equivalente ao da Alemanha, enquanto a Venezuela ocuparia a posição da Grécia. A desvalorização do peso-real, dadas as políticas de Chávez, tornaria o nosso país ainda mais competitivo.

Nessa representação, o intelectual público não toma o cuidado para não fazer do neoliberalismo um modelo econômico “desprovido de toda singularidade nacional”. Sem se preocupar com as reais condições da América Latina, ignora o processo de adaptação às condições dadas em cada país para estabelecer essas posições (Dardot *et al.*, 2021). Acerca das reformas que Paulo Guedes considera necessárias para a modernização do Brasil, bem como o regime implementado, o próximo capítulo abordará com maior profundidade.

4 CAPÍTULO 3: SOBRE O BRASIL IDEAL

Diferentemente do que foi apresentado no segundo capítulo, a presente seção busca observar as ideias de Paulo Guedes em sua relação com o contexto sócio-político nacional. Para evitar repetições, não se preocupa em debater, de forma geral, o significado da oposição à socialdemocracia ou mesmo aos sindicatos. O que será apresentado são suas interpretações sobre o Brasil, sua sociedade e História, recorrendo-se a conceitos do que já foi delineado.

O principal objetivo dedica-se a inserir o intelectual público na ordem política e social a que pertence. Para tanto, as análises, embora partam do que está relatado nos discursos, terão uma perspectiva fundada nos principais pontos do neoliberalismo no Brasil. Isto é, pretende-se demonstrar em que termos Guedes converge ou se distancia de grupos hegemônicos em cada época e em diferentes demandas.

Também não se deixará de se colocar a posição do economista em diferentes governos pelos quais seus discursos transitam. Contudo, não se abordará de forma apartada cada um deles, mas sim como uma forma de exemplificar as críticas ou prescrições inseridas nas colunas.

Para tanto, a primeira subseção apresentará uma retórica que é bastante repetida em Guedes, assim como por diversos autores que representam o pensamento sócio-político de sua época: as noções de atraso e da necessidade de modernização.

4.1 Da retórica do atraso à modernização

É importante ressaltar para a compreensão desse capítulo que Paulo Guedes escreve durante os governos Lula, a partir da metade do primeiro mandato, e Dilma, até o impeachment. Sua concepção do regime político adotado no Brasil divide-se em duas formas. A primeira é o que ele chama de “Antigo Regime”, sistema politicamente fechado ou regime militar de 1964 a 1985. Após, ele passa a chamar de “Nova República” e ressalta sempre a persistência da socialdemocracia como regime político eleito no Brasil.

Em comum a todos os regimes elencados no país, há sempre o tom de crítica à forma de implementação do sistema econômico. Ademais, o intelectual alude bastante sobre a importância de suas opiniões, que seriam reconhecidas tanto em âmbito estatal, quanto na ordem social. Portanto, a presente subseção concentra-se em analisar três diferentes aspectos. Será investigado sob quais parâmetros Paulo Guedes funda sua concepção de atraso, assim como sua inserção sociopolítica nos contextos que critica e quais são suas soluções para modernizar o país.

As críticas ao “Antigo Regime” podem ser anotadas com mais detalhes em “Raízes do atraso” (O Globo, 28/10/2013). A herança deixada pelos militares consistiria no excesso de burocracia, regulamentação, empresas estatais e bancos públicos. Também persistiriam o fechamento da economia através do controle dos preços, excesso de impostos, concentração de gastos públicos em infraestrutura física e no âmbito federal e baixo investimento em educação.

Como consequência do período de 1964-1985, o colunista aponta que o país sofreria com a alta inflação, a enorme dívida pública e a concessão de privilégios. Ademais, como a socialdemocracia, em nome da governabilidade, manteve acordos com políticos conservadores, não vislumbra escapatória desse modelo. Nesse sentido, conclui que a transição democrática não foi capaz de enfrentar esses problemas.

Escreve Paulo Guedes que, no último governo militar, presidido por Figueiredo, Mário Henrique Simonsen, Ministro do Planejamento, havia pedido sua demissão por considerar o “esforço desenvolvimentista insano”. Enquanto isso, o intelectual público teria criticado ferozmente o governo em jornais e na televisão, pois considerava a política macroeconômica inadequada, ganhando destaque por isso.

Diante disso, o colunista relata que sua participação na organização econômica do Brasil foi requerida próxima à transição democrática. O convite teria se dado através de Delfim Netto, como narra em “A primeira sondagem” (O Globo, 31/03/2014). O economista ocuparia um cargo na diretoria vaga no Banco Central, de acordo com a conversa que teve com o presidente à época da instituição. Alertado de que sua reputação estaria em risco, a recusa, mas conta como a primeira vez do seu envolvimento com a política.

Essa posição de Guedes é semelhante ao que é observado, de forma mais genérica, no comportamento político de alguns influentes líderes empresariais. Embora não reste dúvida no apoio desses na implementação e manutenção do regime militar-autoritário pós-64, a atuação na redemocratização se alinha às manifestações que exigem o retorno da abertura política (Rava, 2010).

Tendo apenas como guia a lógica da ação individual do *homo oeconomicus*, esses empresários desenvolvem suas preferências em conformidade com o processo de funcionamento do mercado. Isto é, é o interesse econômico que torna decisivo o seu comportamento político para apoiar ou criticar o regime imposto. Logo, o que se observa quanto à adesão da elite empresarial brasileira no processo de transição política é sua ligação com a crise de Estado, ocorrida em meados da década de 1970, especialmente formada pela crise fiscal (Rava, 2010).

Esse grupo assume, portanto, a narrativa de que a crise havia se iniciado quando a implementação de políticas públicas se mostrava incapaz de atender as demandas sociais, especialmente com o peso da estrutura estatal formada ao longo dos governos militares. Em sua perspectiva, não haviam mais resultados econômicos positivos pós milagre econômico (1968-1974). Passam, então, a fomentar uma crítica à “estatização” (Rava, 2010).

Nesse mesmo sentido, já no início da “Nova República”, com Tancredo Neves, o intelectual público relata sobre outro convite recebido para integrar a equipe do Banco Central por indicação de Simonsen, em “O enigma” (O Globo, 27/07/2009). O desafio era a formação de um programa de estabilização inflacionária. O colunista aponta que já defendia a reforma do Estado e do regime fiscal, mas não apresenta maiores detalhes sobre a sua atuação política.

Paulo Guedes anota a importância de suas colocações acerca do governo federal em 1987 ao escrever “XXI Fórum Nacional” (O Globo, 18/05/2009). Nessa coluna, o economista elogia a existência da instituição fundada pelo ex Ministro João Paulo dos Reis Velloso, bem como da sua participação no fórum de desenvolvimento. Relata que o corte das contribuições oficiais para a instituição ocorre diante de suas críticas ao plano econômico implementado. Dessa forma, reformula o fórum de desenvolvimento conjuntamente com o ex Ministro com o foco educacional.

A noção acerca da transição democrática é melhor elucidada em “Tancredo: ‘É proibido gastar!’” (O Globo, 20/03/2005). O economista relembra que o “regime politicamente fechado” militar era dotado de “dirigismo econômico” que preferia a acumulação de capital físico, através de um planejamento central, por meio das estatais. A abertura política deu início a priorização da “acumulação de capital humano”, que é exemplificada pelas políticas de saúde, educação e saneamento.

Analisa Guedes que, embora a ação social descentralizada fosse exigida e deflagrada pela Constituição de 1988, a reforma fiscal não foi pertinente. As “novas e irreversíveis pressões sociais, inerentes à democracia” sobre os recursos públicos não tiveram como resposta a reforma do Estado. Diante dos “excessos sociais” da Constituição, restou um aumento descontrolado de gastos públicos, com o uso excessivo de freios monetários, que permitiram a hiperinflação.

A coluna “A mãe de todos os corruptos” (O Globo, 12/06/2005) explica que a escolha política pela esquerda após o Regime Militar parecia óbvia pelo seu lema de democracia e justiça social, mas se demonstrou como uma rota populista e demagógica para a hiperinflação, a moratória da dívida externa e violações a contratos. Nesse sentido, o economista critica o

Plano Cruzado, apontando-o heterodoxo populista cujos resultados seriam a moratória da dívida externa e o congelamento da dívida interna. Ao não aderir às reformas, Sarney representaria a transição incompleta para a Grande Sociedade Aberta.

Paulo Guedes, em “O novo eixo de poder”, de 13 de novembro de 2006, defende que o verdadeiro eixo de modernização estaria no campo econômico. Os agentes do atraso, em uma promoção constante de gastos públicos, atacariam a independência do Banco Central, impediriam a descentralização federativa e conservariam as organizações sindicais e a legislação e encargos trabalhistas. Teriam como objetivo manter seus privilégios através de um Estado centralizado e intervencionista.

Na mesma coluna, Guedes apresenta um modelo que exige uma limitação do Estado para exercer suas funções clássicas (segurança e justiça) e suas atribuições modernas (educação e rede de proteção social) com eficiência e de forma descentralizada em um choque de produtividade. Sem isso, como ele observa em “Um novo ambiente” (O Globo, 21/10/2013), há um atraso institucional que incapacita o país de realizar o seu potencial crescimento sustentável.

Retoma-se a coluna “De fantasias e ameaças” (O Globo, 18/12/2006), para apontar que, embora Guedes observe que a redemocratização tenha trazido a tolerância, a socialdemocracia é apontada como ineficiente diante dos desafios da globalização, industrialização, desemprego aberto e baixo crescimento. As “variantes de um mesmo regime econômico dirigista” persistiriam em uma política de intervenção estatal, excesso de gastos públicos, contínuo endividamento externo e interno, hiperinflação e, como face oculta, a corrupção. Como solução, o colunista aponta a reforma do modelo econômico.

É importante ressaltar aqui que Paulo Guedes não faz alusão a um plano econômico, indo além. Em “Entre o passado e o futuro” (O Globo, 16/05/2011), ele compara o Plano Cruzado e o Real. Ambos são tratados como “equivocos no equacionamento das formidáveis pressões por gastos sociais de uma democracia emergente”. Não seriam esses suficientes para combater a reincidência inflacionária como comprovam as duas décadas e meia de baixo crescimento. De acordo com o economista, em “Descida ao inferno” (O Globo, 25/11/2013), os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II não conseguiram combater a inflação no Brasil, o que deveria ser corrigido por meio das reformas.

Em “A dívida trilionária” (O Globo, 06/02/2006) e “Herança genética” (O Globo, 11/09/2006), o Guedes alude que, após o Plano Real, a dívida pública era sanável apenas com as privatizações das estatais. Entretanto, as gestões que se sucederam aumentaram

excessivamente os gastos públicos, principalmente com funcionários, aposentadorias, juros e Bolsa-Família. Essa má gestão das finanças públicas seria decorrente de anos de socialdemocracia.

O que se observa do último governo FHC, que é o alvo das críticas de Guedes, é a produção de um déficit na balança de rendas como reflexo do Plano Real, que desvalorizou artificialmente a moeda por mais de quatro anos. A aproximação da insolvência externa tornou-se uma ameaça maior com o ciclo recessivo internacional na mesma época, recorrendo ao FMI por mais duas vezes (Seki, 2016).

Contudo, Massimo (2013) anota que é possível inferir que esse crescimento da relação dívida/PIB no Brasil durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso não decorre da expansão dos gastos públicos, como se poderia inferir. O problema reflete, na verdade, a política de juros e de câmbio adotada por ele. A política macroeconômica fazia-se necessária para sanar as finanças da União e dos estados e municípios. Mesmo diante do objetivo da implementação da responsabilidade fiscal do Plano Real, as políticas adotadas provocaram um aumento da dívida pública.

Explica-se esse resultado através das contradições da estratégia perseguida pela União quanto à gestão macroeconômica. A aprovação do Plano Real, através do apoio político, era necessária, mas só haveria êxito se a dívida pública dos outros entes fosse federalizada. Com isso, tem-se o problema do aumento da dívida sem que haja maiores gastos (Massimo, 2013).

Para corrigir esses problemas, o planejamento econômico de Guedes, quando assessorava a candidatura de Guilherme Afif, parece ao colunista ser mais abrangente, já em 1989. Em “De Chávez a Piñera” (O Globo, 25/01/2010), revela que, ao elaborar o plano econômico do candidato, registrou a necessidade da autonomia do Banco Central no combate à inflação, o regime de câmbio flexível e a exigência de superávit primário no orçamento fiscal.

Em 10 e 17 de janeiro de 2011, o intelectual público escreve sobre a “Vanguarda do atraso” em O Globo, em que aborda como o principal problema do país a continuação, de governo em governo, após a redemocratização, da socialdemocracia. A falta de uma agenda positiva demonstraria a transição incompleta do Antigo Regime, que termina por manter programas obsoletos no governo. Essa é a mesma retórica apresentada em “O fim de uma era” (O Globo, 08/08/2005) e “Dragagem do pântano” (O Globo, 26/04/2009).

Em 06 de março de 2006, na segunda coluna que publica para o jornal O Globo, intitulada de “E as reformas? ”, Paulo Guedes ressalta a importância de “uma profunda reforma liberal-democrata” no país. Seriam três os seus pilares: a livre iniciativa, a economia de mercado

e a ação social descentralizada do Estado. Para o colunista, a transição democrática brasileira já estaria equacionada, mas a questão orçamentária ainda é um desafio, em que teria perdido o país as condições favoráveis com o fim do Regime Militar. Faltaria ao Brasil opções políticas, durante as eleições, que freassem os gastos públicos, a carga tributária e o endividamento excessivo.

Guedes, em “Da recuperação cíclica ao crescimento” (O Globo, 04/09/2005), apresenta as reformas como a solução para a recuperação da dinâmica interna de crescimento. O primeiro ponto do colunista é a formação da cultura para o progresso econômico, conforme David Landes e Hernando De Soto. A cultura defendida aqui deve ser “economicamente relevante a superestrutura jurídica e contratual”. Trata-se da defesa do sistema legal de propriedade privada e toda a estrutura que comporta a mobilização do capital no processo produtivo de forma a democratizar os mercados financeiros.

A justificativa das reformas também pode ser encontrada em “Pela Vida Empresarial” (O Globo, 24/04/2005). Para Guedes, o excesso de impostos e juros aumentam os gastos públicos, o que cria um ambiente hostil para a classe empresarial competitiva, visionária e motivada, repercutindo na baixa geração de emprego e renda. Os empresários são içados a componentes essenciais para organismos econômicos como o capital humano, o mercado de capitais e o sistema financeiro.

Através de Barbara Tuchman, reitera que há insensatez ou perversidade na recusa da mudança por meio das reformas na socialdemocracia, em “A dimensão moral” (O Globo, 25/08/2014). Defende o intelectual, através de uma citação de Prescott, a remoção de obstáculos como: o viés estatizante; o excesso de regulamentação e de arrecadação; e a preocupação contra os lucros. Seriam esses os principais pontos a serem enfrentados para que empresas consigam se desenvolver. Essas reformas internas seriam, portanto, a saída para elevar a produtividade dos fatores de produção, corrigindo as distorções na economia.

A primeira reforma seria a política, dado o sistema degenerado, a oportunidade pela crise e a ausência de conteúdo doutrinário pelos partidos, aos quais atribui constante infidelidade, legendas de aluguel e um desempenho pobre na democracia. A dimensão econômica abarcaria a reforma do Estado, para enxugar os gastos públicos. Soma-se, ainda, a reforma fiscal, que deve descentralizar; a reforma tributária, para sanar os impostos elevados e disfuncionais; a reforma trabalhista, dada a obsoleta legislação; e a reforma da previdência, para exterminar os encargos sociais proibitivos.

Como exemplos de evidência empírica da dinâmica de crescimento resultante da adoção dos princípios da economia de mercado, Paulo Guedes cita a reestruturação dos EUA com Reagan e da Inglaterra com Thatcher. Dentre os países periféricos, indica como modelo o Chile nos últimos vinte anos e os milagres econômicos de Rússia, China e Índia.

É notável a diferença de críticas direcionadas aos países “de economia avançada”, em uma situação de desaceleração econômica, para o que é conjecturado o Brasil. É o que se observa quando escreve “O milagre possível”, em 04 de dezembro de 2006, referindo-se ao crescimento econômico exuberante que a economia do país apresentava à época. Mesmo com bom desempenho econômico, conforme o próprio autor da coluna avalia, não escapa de críticas o governo brasileiro.

O intelectual reporta o fenômeno como limitado diante da ausência de eficiência do país ao explorar suas possibilidades de produção, nos termos de Edward Prescott. O colunista evidencia um obstáculo ao crescimento, de forma que não desloca a sua fronteira de produção, mas apenas a atinge, consolidado nas suas barreiras intervencionistas. São elas: o excesso de regulamentação e a manutenção de privilégios dos grupos de interesse organizados.

Ao escrever “Crenças errôneas” (O Globo, 31/08/2016), inspirado em Douglass North, o colunista ressalta novamente que o baixo crescimento econômico está atrelado às instituições deficientes. Ao permanecerem sem as reformas, há uma continuação dos interesses daqueles que se beneficiam com o excesso de gastos públicos e da irresponsabilidade fiscal. Permanece a presença, portanto, de um Estado centralizado, hipertrofiado e disfuncional, cuja estagflação na economia e corrupção permanecem em desfavor de um novo regime fiscal.

O maior temor de Guedes quanto ao futuro é que, diante da crise econômica global ocasionada pela bolha imobiliária dos EUA, haja a ameaça do protecionismo estatal. Diante da política implementada pelos países latino-americanos, observa a degeneração de suas democracias através de experiências socialistas. Os bons princípios praticados pelo IMIL seriam importantes para evitar o caos econômico, repressão política e da mídia oriundos dos países vizinhos.

Nesse mesmo viés, o intelectual público escreve “Bons princípios ante um futuro incerto” (O Globo, 01/06/2009) para enaltecer a representação do Instituto Millenium. O principal objetivo de sua fundação seriam os alicerces da civilização ocidental, que incluem “democracias representativas, as economias de mercado, o estado de direito, as liberdades individuais” (propriedade, segurança, liberdade política, religiosa, sexual, de informação e

prática econômica). Soma-se também a defesa das redes institucionais de solidariedade (família, religiões, filantropia e ação descentralizada do Estado).

Vê Guedes, em “A farra do crédito” (O Globo, 22/10/2012), o Brasil escapar da crise global, mas estaria o governo brasileiro, lentamente, cometendo os mesmos erros que levaram os países ao colapso econômico. Aponta que os juros já estariam baixos no limite, com a expansão de crédito público através de operações parafiscais e o “desligamento dos radares inflacionários”. Todavia, comparado aos países latino-americanos, o país estaria no caminho certo, como visto em “Caminhos diversos” (O Globo, 29/10/2012). Embora todas as instituições sejam imperfeitas, como democracia, mercado, estado de direito, imprensa livre e moeda, não representaria o retrocesso visto na Bolívia.

Entende-se mais sobre as expectativas do economista para o Brasil com a leitura da coluna “O desafio da produtividade” (O Globo, 16/07/2012). Não se trata de defender a aplicação de, em suas palavras, “remédios contracíclicos convencionais”, dados os efeitos transitórios desses. O que defende é o aumento da capacidade produtiva, a remoção da ineficiência e da má alocação de recursos de forma dinâmica. Esse choque de produtividade exigido só seria alcançado com “reformas de modernização” e evitaria a desindustrialização proveniente da competição com o “capitalismo eurasiático”.

Ressalta-se, assim, a importância que Guedes atribui às noções que apresenta sobre as reformas. Tratam-se de prescrições, análises e recomendações para o âmbito político direcionadas ao beneficiamento do país de forma que passe a atender suas demandas sociais. Assim, em vista da centralidade nos discursos dessas noções para a consolidação de um país inserido na síntese da Grande Sociedade Aberta, passaremos a observar cada âmbito em separado.

4.2 Reformas do Estado (política, administrativa e fiscal)

As reformas do Estado são abordadas sob diferentes aspectos pelas colunas de Paulo Guedes. Contudo, de forma ampla, seu discurso coaduna com a justificativa da adoção da agenda neoliberal a uma crise de Estado, que deveria ser solucionada com as reformas. Seria por meio dessa que aquele retornaria às suas funções básicas, desviadas com a ampliação da presença estatal no setor produtivo, como já apresentado em Guedes. A crise fiscal e da inflação decorreriam, portanto, diretamente do excesso de intervenção econômica exercido pelo Estado (Druck, 2021).

Dessa forma, tem-se a premissa de que Estado precisaria ser reconstruído. Contudo, passa-se a delinear os argumentos trazidos pelo colunista para a redefinição do papel estatal e de que forma combaterá a intervenção no mercado. Baseando-se na noção de recuperação da “governança”, o presente tópico analisa três aspectos importantes para a sua garantia: o aumento da governabilidade (legitimidade para governar); a delimitação do tamanho e das funções do Estado (privatizações, “publicização” e terceirização); e a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões do governo (solução da crise fiscal) (Druck, 2021).

Nesse sentido, essa subseção pretende demonstrar de que forma Paulo Guedes almeja essas reformas em sua face política, administrativa e fiscal. Quais são os principais argumentos de Guedes para que essas reformas sejam implementadas? O economista possui um discurso próximo ao que pode ser visualizado em outros intelectuais de direita?

Nos termos usados em “Corrida ao futuro” (O Globo, 09/01/2006), para “a regeneração do processo político exige a correção da hipertrofia do Estado”. Portanto, a primeira reforma seria a política, que libertaria o país da hegemonia social democrata. Após ela, decorreriam as reformas do Estado (administrativa), fiscal, tributária, trabalhista e da Previdência. Passa-se a observar, portanto, os fundamentos e concepções da reforma política, elencada por Guedes como a primeira e mais importante para a continuação das reformas no país.

Em “Cadê a agenda positiva?” (O Globo, 16/10/2006), Paulo Guedes estabelece essa reforma sob três pontos. O primeiro é o estabelecimento da fidelidade partidária. Dessa forma, o Congresso ganharia funcionalidade na tramitação das demais reformas, passando a ser coordenada pelos partidos e não pelas convicções pessoais de cada deputado e senador. O segundo é a implementação de um critério do desempenho político para a ocupação de espaços no governo seria capaz de estabelecer uma política mais ativa no Brasil. Isto é, na medida em que os partidos votassem a favor das reformas, seriam incumbidos de implementá-las. Por fim, continua o intelectual, como terceira medida, seria necessário o enxugamento administrativo, que permitiria a ampliação da interlocução política. Em meio a esse choque de gestão, a descentralização de recursos e atribuições de estados e municípios. Dessa forma, a reforma fiscal seria central para a descentralização da ação social do Estado e combateria os excessos dos gastos públicos, da ineficiência, corrupção, impostos excessivos e juros elevados.

Contudo, anota um entrave na execução dessa agenda ao indicar que toda a classe política brasileira carrega a estirpe socialista, que ou não acredita ou se envergonha das reformas liberais necessárias. Essa seria uma marca do atraso do país, pois a competição global

trata também acerca da eficiência e qualidade dos governos. A socialdemocracia estaria intrinsecamente ligada ao intervencionismo, corrupção e estagnação.

À essa hegemonia, sem a devida polarização eleitoral, Guedes alude Gramsci na política brasileira em diversos momentos, como em “Fadiga eleitoral” (O Globo, 25/02/2013). Puglia (2018) assume que o uso de Gramsci é uma forma comum de observação do mundo político brasileiro para aqueles que tomam a posição contrária ao cenário que se estabeleceu com a democratização brasileira. Anota-se uma atribuição a pretensa hegemonia da esquerda não só do mundo intelectual, como também do Poder Executivo da União. O uso da retórica gramsciana constrói um quadro interpretativo próprio, em que pode ser anotada uma hegemonia no plano político e cultural nacional.

O intelectual público, nesse sentido, tem a mesma observação que uma parte dos intelectuais da direita brasileira acerca da estratégia gramsciana apresentar-se como um perigo à democracia brasileira, subvertendo seus valores e corroendo seus fundamentos. O uso de Gramsci se dá, portanto, pela observação do domínio absoluto da realidade social de forma que permite que o discurso seja debatido, sem, contudo, apresentar oposição (Puglia, 2018).

Isto é, a utilização de Gramsci de Paulo Guedes admite que a hegemonia só é possível diante de certo sacrifício do grupo dirigente de ordem econômico-corporativa, o que observa como atendimento às “pressões sociais”. Assim, o economista brasileiro pondera que faz parte do controle do aparelho estatal, de forma a garantir o exercício do poder, o reconhecimento dos interesses particulares de diferentes grupos sociais, realizando concessões.

Logo, Guedes assente que há a conciliação dos interesses e das tendências dos grupos sobre os quais o poder será exercido, o que também inclui as reformas que pretende. Contudo, considera que falta equilíbrio de interesses entre os grupos de pressão. Acredita o colunista que essa balança entre os grupos deve pender para a concretização de maiores mudanças econômicas, que atendem objetivos de longo prazo. Em sua concepção, em nome da manutenção do poder, os políticos teriam um medo exacerbado das pressões eleitorais, em uma busca pela popularidade a curto prazo.

O colunista reitera que o medo da derrota eleitoral estaria pondo em risco o domínio político sobre o núcleo decisivo da atividade econômica. Isto é, as concessões deferidas aos grupos de pressão social seriam muito maiores do que as que possibilitariam o crescimento econômico do país. Para que isso seja sanado, considera Guedes que deve a socialdemocracia abandonar essa constante oposição apenas pelo poder e permitir, em seu lugar, que o debate político passe a ser travado com os “liberais-democratas”.

Portanto, como aponta Puglia (2018), em sentido contrário de certos intelectuais da “nova direita”, que defendem um totalitarismo na hegemonia, Paulo Guedes não ignora acordos e reconhecimento dos interesses particulares na disputa por poder. Inclusive, por diversas vezes, o economista aponta as mudanças da política econômica como remendos. Sua oposição ocorre pela falta de radicalidade nas alterações, recomendando a implementação de reformas estruturais para o alcance de objetivos a longo prazo, ainda que desagrade o eleitorado.

Também em sentido oposto do que Puglia (2018) anota sobre os intelectuais de direita, que se colocarão como vítimas marginalizadas pelo *establishment*, Paulo Guedes é enfático sobre sua importância. Essa autoimagem de resistência é rechaçada para dar lugar a um discurso de incompetência de seus opositores. Não se trata aqui de uma atuação forçada pelas circunstâncias no sentido “contra hegemônico”. A defesa do livre mercado e da necessária diminuição da abrangência estatal de Guedes está baseada em parâmetros científicos, demonstrando o seu conhecimento superior e aduzindo a “falta de vontade política”. Ou suas propostas são desconhecidas ou são ignoradas por não serem capazes de trazer vantagens eleitorais.

É o que se observa em “FHC x LULA”⁴⁰ (O Globo, 11/04/2005). Nela, a socialdemocracia é acusada de praticar reformas liberais de forma lenta para não perder seus eleitores, mas, dada a sua inevitabilidade, as fomentam para não gerar uma crise econômica. Dessa forma, quando Fernando Henrique Cardoso defende as reformas trabalhista, da Previdência e tributária, a flexibilização dos orçamentos públicos e a independência do BC, demonstra que houve falta de vontade política para a realização dessas enquanto era Presidente ou mesmo Ministro da Economia de Itamar Franco.

Na mesma coluna, o economista alerta sobre o problema de a pressão eleitoral ser capaz de decidir o destino do país. Behring (2018) refere-se a essa reclamação como um paradoxo ortodoxo. Isso porque o que se pode anotar é uma exigência de que haja um Estado forte o bastante para a condução do ajuste direcionado ao crescimento do mercado, pois espera um comportamento autônomo do poder político, inclusive para tomarem decisões impopulares.

⁴⁰ A maior crítica nessa coluna não está em Lula, o “socialista por prática sindical e partidária”, mas em FHC, o “socialista por formação intelectual”. O último é reiteradamente chamado de “sociólogo” e tem destacada sua formação distinta de um economista, especialmente quanto a ausência da matemática como linguagem da ciência, mas gozaria de mais prestígio ao demonstrar familiaridade com termos econômicos, ainda que não os assimile. Resta mais evidente em “Reescrevendo biografias” (O Globo, 10/08/2009, assim como “Nossos heróis (I) e (II)” (O Globo, 20/12/2010 e 27/12/2010), a razão pela qual Guedes tem sua maior crítica em FHC. Teria o ex-Presidente tucano perdido a oportunidade de passar as reformas modernizantes pelo Congresso, preferindo a emenda constitucional que viabilizou sua reeleição. O Plano Real, para o colunista, oportunizou que o Brasil se tornasse “o paraíso dos rentistas e o inferno dos empreendedores” em vista dos juros e câmbio elevados durante a implementação do programa de estabilização.

Basta, para o intelectual público, que as decisões sejam tecnicamente justificáveis. Nesse sentido, há uma associação entre autonomia e distanciamento. Devem os governos cederem as relações do mercado, mas não às demandas eleitorais. Trata-se de uma esperada atuação autocrática em nome da eficácia, que irá requerer, de forma recorrente, o uso de medidas provisórias, bem como a oposição a movimentos sociais dissonantes (Behring, 2018).

Para o intelectual público, diante da ausência de diversidade de conteúdo (especialmente sobre política econômica), a democracia é reduzida a uma disputa de poder pelo poder. Para sua resolução, necessária, portanto, a reforma política. O debate público e as alianças partidárias demonstrariam que o Brasil segue preso a um modelo econômico dirigista em vez de acelerar as reformas, que não se apresentariam como pauta política no país, decidindo-se apenas em quem comanda o atraso. Repete-se em “Mentes e corações” (O Globo, 05/04/2010) e em “Máquina de moer adversários” (12/04/2010) para rechaçar uma política de “capitalismo de Estado” dirigida por uma “tecnoburocracia administrativa centralizada”.

Paulo Guedes acrescenta ainda que a democracia não deve se apresentar sem um limitador ao poder governamental, pois isso se tornará a medida de sua corrupção. Faltaria aos governos que se seguiram ao “Antigo Regime” a capacidade de “corrigir as disfunções de um Estado moldado em um regime politicamente fechado”, como discutido em “Crise política, solução política” (O Globo, 11/07/2005).

Nesse mesmo íterim, “Corrupção e dirigismo” (O Globo, 20/06/2005) compara o Brasil à União Soviética, já no seu fim, em vista da corrupção e estagnação econômica comum. Para o colunista, a democracia brasileira, embora competitiva, não possui conteúdo. Apresenta a democracia como “apenas o método de decisão pela maioria, sem entrar no mérito da doutrina política e econômica”.

Em mais um ponto sobre a interpretação da política alinhada ao pensamento de esquerda no Brasil, ressalta-se também a ausência no discurso do colunista do ódio ao Partido dos Trabalhadores. Esse ponto em comum a diversos intelectuais da “nova direita”, identificado por Chaloub e Perlatto (2016), só pode ser compreendido quando atribuída uma noção totalitária no uso de Antonio Gramsci pelo PT, o que não é o caso de Guedes.

Inclusive, em “A máquina da corrupção” (O Globo, 25/07/2005), o colunista defende a permanência de Lula no poder mesmo diante dos escândalos de corrupção, indicados como “crimes indiscutíveis contra a democracia”. Isso porque o problema seria estrutural e não do Presidente. Dessa forma, a única correção possível seria a reforma política seguida da de Estado. Observe-se que Guedes reconhece Lula não apenas como um presidente legitimamente

eleito, como também observa que os problemas de seu governo não devem ser atribuídos à sua persona ou ao partido político que representa. O problema é maior do que um partido. O que o economista aponta é um defeito sistêmico, que só será corrigido mediante as reformas.

Em outro exemplo, a coluna “Quem pariu Mateus que o embale” (O Globo, 03/07/2005), o economista aponta que, embora a crise política seja ocasionada pelas práticas do PT e partidos aliados, deve essa ser responsabilidade de toda a classe e não apenas de um partido. Nesse sentido, a estagnação econômica e a corrupção demonstrariam, mais uma vez, a necessidade de uma reforma política para concluir o ciclo de modernização no campo do debate doutrinário.

Em Guedes, há uma contínua associação entre o tamanho do Estado e a corrupção, como pode ser anotado de forma mais explícita em “Manual da cleptocracia” (O Globo, 28/05/2007) para defender a reforma política. Apresentada como um “sintoma da escalada dos gastos públicos”, a corrupção para Guedes possui quatro efeitos. O primeiro seria o “desencantamento da classe política”, o que deforma o regime democrático. O uso das verbas públicas para financiar empresas privadas enquanto, mutuamente, essas financiam os candidatos na eleição de forma a manter os seus privilégios só seria possível diante do tamanho do Estado e seu grau de intervenção.

O segundo seria a deformação das políticas públicas. Faltaria a disputa de recursos públicos, com distintas prioridades. Contudo, os programas político-partidários preocupam-se apenas com a apropriação indébita de recursos, financiando empreendimentos privados e carreiras políticas. O terceiro e quarto efeitos podem ser definidos como a distorção do funcionamento da economia de mercado. O favorecimento de alguns empresários gera a ausência de competição, sobrando tributos e desemprego. As empresas privilegiadas não têm seu sucesso decorrente do capitalismo de massa, não criando valores para os consumidores.

Em “Transição incompleta” (O Globo, 29/06/2009) e “Guilhotina midiática”, Guedes explora mais o tema diante dos escândalos de corrupção do Senado. Tal qual a inflação seria fruto de fundamentos fiscais, monetários e cambiais, a corrupção seria resultado da hipertrofia do Estado, da centralização administrativa, da estrutura partidária e da legislação eleitoral. Os fatores da sucessão dos escândalos políticos estão associados a uma cultura de privilégio, empreguismo, nepotismo e a falta de transparência, em um coronelismo anacrônico.

Nesse mesmo viés, a coluna “Corrupção sistêmica” (O Globo, 23/05/2005) roga pela necessidade de o Brasil implementar uma reengenharia institucional para não permitir uma

herança cultural de demagogia, corrupção e impunidade. Ao fazer uso de “As Lutas de Classe na França (1848-1850)”, título de Marx, ressalta a importância do equilíbrio orçamentário.

Não há como não apontar Guedes como um antimarxista, conforme já aludido no segundo capítulo desse trabalho. Entretanto, há o uso constante do filósofo alemão para defender a necessidade da diminuição do Estado e da extirpação da corrupção sistêmica, além de atacar a governamentalidade por alianças políticas vazias, como em “Sem medo do futuro” (O Globo, 20/09/2010) ou em “Criaturas do pântano” (O Globo, 23/02/2009) ou mesmo “Controlar gastos e promover reformas” (O Globo, 26/03/2012).

Ferreira (2018) aponta que essa retórica da centralidade do combate à corrupção foi utilizada, em diversos momentos, para despolitizar o debate social, tal como durante o golpe de 64 no Brasil, pelos militares. O uso histórico dessa acepção se dá principalmente em momentos críticos do conflito social. Esse mote é, portanto, frequentemente alimentado pela mídia, pois garante a reverberação de suas notícias ao vender o horror do cotidiano. Soma-se a isso a reiteração pelo sistema político-eleitoral, que induz um medo generalizado de piora para tornar possível um controle socioespacial (Ferreira, 2018).

Nesse sentido, haveria um fator coercitivo no uso desse discurso, pois direciona um caminho a ser seguido ou se terá um resultado desastroso. Trata-se, em um sentido gramsciano, de uma reprodução em massa que termina por formar a cultura nacional. Logo, diante da supremacia dessa ideia, amplamente valorizada por diversos intelectuais, tem-se a perfectibilização das circunstâncias de sua ampla disseminação (Ferreira, 2018).

Reduz-se, portanto, a classe política a um bando sem ética e escrúpulos. Não se observa, nessa perspectiva, qualquer debate sobre a fomentação das políticas públicas, restando reduzida a pequenos momentos pontuais da vida política, que são protagonizados, em grande parte, pela cena parlamentar e personalista. A figura do político passa a ser associada a uma imagem caricatural que se concentra sobre vícios e desvios, de pouca ou nenhuma serventia à sociedade (Ferreira, 2018).

É o que se observa na coluna “A extinção das espécies” (O Globo, 31/10/2005), em que a hipertrofia do Estado não apenas teria permitido a expansão dos gastos públicos, mas também corrompido a classe política brasileira. Com isso, houve a degeneração das coligações partidárias e o impedimento de uma concorrência doutrinária antagonista entre socialdemocratas e liberais-democratas.

Essa ausência de representatividade política, que se repete em Guedes, como visto em “Dos papas renascentistas e das reformas” (O Globo, 18/07/2005), justifica a sua desconfiança

diante da ineficiência em governar restar presente tanto no que ele chama de “esquerda social democrata e direita conservadora”. Ou seja, além de não se sentir representado na esfera política, tem no Estado a sua principal desconfiança, assumindo que as instituições públicas sejam incapazes de distribuir recursos, apontando que a classe política traveste meios de fortalecer sua carreira individual de política pública.

Com isso, proporciona-se uma maior passividade do eleitor, que distancia sua realidade social às práticas políticas, conformando-se com as políticas oferecidas. Sua revolta é direcionada apenas quanto ao envolvimento das verbas públicas. Não há aqui uma tendência a reivindicações pela implementação de políticas importantes. A ideia recorrente é de uma “crise ideológica, política e partidária” que tem solução através de uma análise economicista e determinista (Ferreira, 2018).

O uso está sedimentado sobre os interesses que cercam as práticas políticas, como o corporativismo, sem uma análise aprofundada das medidas aprovadas que se refletirão na realidade social. Ademais, essa quebra de confiança sobre o mundo político seria também um problema para o mercado, que passa a contar com adjetivos subjetivos, como otimista ou desconfiado (Ferreira, 2018).

É o que Dardot e Laval (2016) estabelecem como parte da racionalidade neoliberal, em que os limites de cada instituição deixam de ser importantes, atribuindo ao mercado a amplitude de governar os homens e a si mesmo. Não cabem discussões, portanto, sobre quais seriam as atribuições das ações do governo político, dos direitos sociais, do mercado ou mesmo da utilização do cálculo da utilidade para tanto. Basta que o mercado esteja “satisfeito” e o restante deve se moldar em sua conformidade.

Ademais, o contínuo esforço do colunista em disseminar essa ligação entre tamanho do Estado e corrupção está diretamente relacionado ao campo da linguagem e da repetição. O significado dado à corrupção como a raiz de todo o atraso, político e econômico, é usado pela sua consagrada hegemonia ideológica. Já está posta uma associação de práticas corruptas apenas no uso da máquina pública. Essa construção retórica de convencimento não tem, primordialmente, um compromisso com a verdade dos fatos, bastando o consenso (Ferreira, 2018).

Isso torna possível que haja uma maior adesão ao seu discurso sobre a necessidade de reformas. A crise já é um ponto de consenso, não precisa ser fomentada. Através desse ponto em comum, a sua sugestão de resolução aparece como uma parte da lógica: se há uma crise política pela corrupção, então ela deve ser resolvida através da reforma (Ferreira, 2018).

Nesse sentido, Harvey (2008) utiliza-se de Gramsci para tratar do processo de “neoliberalização”. O autor aponta que só é possível ao modo de pensamento se tornar dominante quando propõe um aparato conceitual capaz de mobilizar sensações e instintos comuns, assim como valores e desejos. Deve ser visualizada diante das possibilidades inerentes ao mundo social que se habita. Uma vez bem-sucedido, o aparato conceitual se incorpora ao senso comum, não sendo mais alvo de críticas ou questionamentos sobre sua validade.

Importa ainda ressaltar que esses interesses corporativos que Guedes defende, em diversos momentos, o que inclui empresas que seriam privilegiadas por estarem próximas aos governantes, encaixa-se no mote da defesa da privatização das estatais, conforme Boito (2007).

Isso porque o modelo neoliberal atinge de forma desigual os diferentes setores empresariais. Seu maior objetivo não é a prosperidade de quaisquer empresas (Boito, 2007), afinal há uma linha definidora do que são “verdadeiros empresários” e os que não o são, conforme já observado em Guedes. Para prosperar, as empresas devem vencer pela competitividade, sem contar com incentivos governamentais.

Ao privatizar as empresas estatais, aumenta-se o lucro e patrimônio de grandes empresas, que são capazes de tomar para si a fatia do mercado que passa a estar disponível. Empresas de pequeno e médio porte não têm sequer chances de tomar parte desse processo. Ademais, a camada burocrática, que antes controlava essas empresas, passa a ser amplamente rechaçada (Boito, 2007).

Cabe essa pequena digressão aqui em vista dos discursos de Guedes não se apresentarem, como referido por Ferreira (2018), uma posição contrária à corrupção sem questionar as parcerias entre o público e o privado. Não é o caso do objeto dessa pesquisa. O intelectual público estudado aponta para o privilégio de empresas que são escolhidas para atuar junto à Administração Pública. Contudo, como ponto em comum ao que é abordado por Ferreira (2018), ele não se preocupa com o fato de que os investimentos requeridos em logística, por exemplo, tragam um custo a mais para o Estado, que privilegia a concentração de renda e acúmulo de capital.

Para exemplificar melhor, recorre-se à coluna do dia 10 de julho de 2007, da Edição n. 477 da Revista Época, com o título de: “Sobre heróis e vilões nos novos tempos”. Nela, ele confronta a desvalorização mundial da classe política em contraponto à enfática celebração dos empreendedores a cada alta dos preços em bolsa graças às ondas dos fluxos internacionais de capitais. Apontada como uma tendência da nova economia global, aduz que não mais se

firmaria sobre os governantes ou empresas privilegiadas, mas pelos “verdadeiros empresários”, que carregariam consigo o poder de mudança que o mundo e o capitalismo necessitam.

Nesse sentido:

[...] As conexões políticas, e não a excelência do desempenho econômico, passam a determinar o sucesso dos empreendimentos. Maus políticos desviam recursos para pseudo-empresários.

O favorecimento desses falsos empreendedores é custeado pela extração de impostos que derrubam a dinâmica de crescimento interno, destroem empregos e desestimulam investimentos que teriam ocorrido dentro das regras de mercado. É por essas e outras que, para a opinião pública brasileira, os políticos são os vilões dos novos tempos. O atual episódio que envolve a presidência do Senado é um claro exemplo de todas essas conseqüências: o desencanto com a classe política, o enfraquecimento das instituições e as suspeitas de tráfico de influência (grifó nosso).

O contraponto entre políticos, bem como demais grupos privilegiados, e empresários é constantemente reforçado, demonstrando a superioridade destes sobre aqueles. Traz consigo severa crítica a toda classe política, ainda que representantes de lados antagônicos, o que nos leva a crer novamente sobre a sua descrença na legitimidade e capacidade dos governantes, julgando o Estado como pouco democrático, intervencionista, ineficiente e corrupto.

Druck (2021) escreve que essa valorização e contraposição entre políticos e empresários e a noção das vantagens competitivas trazidas pelas políticas públicas devem-se à transformação radical do Estado. Isso porque o incentivo à concorrência é inserido de tal forma que deve estar contido também em sua reestruturação interna e de suas políticas, de forma a trazer para a ação pública os valores da empresa privada.

Essa nova prática de governo sugerida encaminha a ação política para um modelo mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor. Trata-se de uma equivalência empresarial para aumentar a eficácia e reduzir os custos no âmbito estatal. Há uma subversão do reconhecimento dos direitos sociais ao status de cidadão através da noção empregada de mercadoria às instituições públicas (Druck, 2021).

Parte da lógica neoliberal a necessidade de privatizações de empresas públicas e da redução do Estado, o que inclui as políticas públicas universais, além de uma necessidade de implementação de reformas do Estado, que visam introduzir no serviço público o modelo gerencial do setor privado (Druck, 2021).

Todas essas reformas são elaboradas e sugeridas para a administração pública de forma a associar o cidadão a um consumidor, que precisa adotar uma lógica empresarial-gerencial. Não mais haveria espaço para o Estado de direitos, dando lugar a ótica da prestação de serviços sociais, em uma lógica mercantil (Druck, 2021).

A Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, no Brasil é inspirada no movimento da “Nova Gerência Pública”. As escolas da *Public Choice* e *New Public Management* tratam o funcionário público como um agente econômico igual a qualquer outro, pautado em seus interesses pessoais e não no interesse geral, de forma calculada e racional. Com isso, não há separação entre esfera pública e privada (Druck, 2021).

É o que se vê em 21 e 28 de outubro de 2013, quando o colunista escreve “Um novo ambiente” e “Raízes do atraso” para debater a necessidade de ruptura com o modelo político implantado à época. Aduz a necessidade de extinguir as alianças políticas que se alternavam no poder em nome da governabilidade, incapaz de cortar os privilégios herdados do “regime militar”.

Em “A despolitização da moeda” (O Globo, 30/10/2006), Guedes assume que o país possui um Banco Central autônomo, que institucionalizou a despolitização da moeda, o que permitiu um controle da taxa de inflação. Essa funcionalidade não é refletida na classe política. Seriam, para tanto, necessárias duas cláusulas de fidelidade partidária. Propõe então a perda de mandato para evitar trocas oportunistas de partido e o princípio da votação em bloco nas matérias, após deliberação interna.

Acerca desse tema, a coluna “Retrato de um homem político” (O Globo, 02/04/2007) ressalta a importância da fidelidade partidária através da leitura da obra de Stephan Zweig. Sobre o prisma de uma recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral que passa a embasar o processo de perda de cargo eletivo por desfiliação partidária, elogia a mudança⁴¹.

Em “A marca da boa política” (O Globo, 14/09/2009), tem-se como importante para o processo político decisório em uma democracia representativa que haja:

[...] poderes independentes, muito bem assessorados por especialistas, decidem de forma descentralizada em suas esferas de atuação. Em uma economia de mercado, da mesma forma, mecanismos descentralizados de coordenação dos recursos permitem o uso mais eficiente das habilidades, das informações e dos conhecimentos dispersos entre os indivíduos.

A boa política, portanto, são redes descentralizadas e bem informadas, com base em especialistas com excelência comprovada. Ao contrário do processo decisório excessivamente centralizado e conseqüentemente desinformado, marca da degeneração política típica dos regimes totalitários.

⁴¹ Essa decisão jurisprudencial será responsável por diversas Resoluções do TSE, tal como a de n. 22.260, de 25 de outubro de 2007; n. 22.733, de 11 de março de 2008, entre outras. O ponto principal acerca dessas resoluções diz acerca do cargo do mandato eletivo pertencer ao partido e não ao candidato, assim como a infidelidade partidária constituir causa para perda de mandato, exceto quando houver justa causa. Em 2008, o TSE resolverá que a perda de mandato por infidelidade não pode ser objeto da disciplina estatutária, assim como não se aplica a candidatos eleitos pelo sistema majoritário, como os que exercem cargo do Poder Executivo. Todas essas informações podem ser encontradas no Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar do próprio TSE, na Resolução n. 22.610/2010.

Logo, o elogio de Guedes aos três poderes será voltado apenas à atuação do Judiciário, que tornaria “inevitável a reforma de nossas práticas políticas”, impedindo a impunidade ante os atos de corrupção. Isso pode ser visto em “O despertar do Judiciário” (O Globo, 28/02/2010), “Justiça e cidadania” (O Globo, 01/10/2012), “Casa de loucos” (O Globo, 24/12/2012), “Faltam os olímpicos” (O Globo, 21/01/2013) e “Avanço das instituições” (O Globo, 18/11/2013). Assim, diante da ausência da reforma política pretendida pelo colunista, a atuação dos magistrados seria uma forma de deter a obscuridade e obscenidade política.

A independência dos poderes, como parte da construção da Federação, também consta nessas colunas. Em “Erro ou ousadia” (O Globo, 29/04/2013), a tentativa da Comissão da Câmara de submeter as decisões do Supremo Tribunal Federal ao Congresso como uma emenda constitucional é a principal crítica do economista. Seu principal ponto é que se trata ou de uma busca pela impunidade dos atos de corrupção ou da falta de transparência política ou é um atentado à Justiça, comparado ao que ocorreu na Bolívia.

Quando observa que o Judiciário não condena os políticos envolvidos nos atos de corrupção, Guedes acredita que também haverá sua queda perante a opinião pública. Só seria o STF creditado como “agente de regeneração das práticas políticas” em caso de não prevalecer a técnica e a impunidade, devolvendo a iniciativa aos políticos, como visto em “Supremo em julgamento” (O Globo, 16/09/2013) e “Esperanças renovadas” (O Globo, 07/10/2013).

A importância do Poder Judiciário é melhor colocada em “Ainda falta muito IV” (O Globo, 30/06/2014). Nela, aponta o trabalho de garantir constitucionalmente o funcionamento das instituições de uma economia capitalista. É preciso a consciência do impacto econômico das interpretações constitucionais, promovendo marcos regulatórios estáveis para garantir a confiança dos empreendedores e atrair investimentos.

Conforme já aludido neste trabalho, o modelo neoliberal orienta as instituições para os mercados em uma contínua reafirmação sobre a necessidade de reformar o Estado. Ao fomentar instituições inovadoras e competitivas para respaldar os mercados, tem-se a noção do significado acerca da “boa governança”. Ela deve garantir o funcionamento de uma economia de mercado, de forma a assegurar os direitos de propriedade, o cumprimento contratual, a transparência das práticas institucionais e o combate à corrupção (Correa; Gonçalves, 2021).

A exigência de instituições fortes, eficazes e capazes de se contrapor ao poder arbitrário dos Estados tem no judiciário uma peça fundamental. Sua atuação deve estar voltada para garantir os direitos de propriedade e fazer cumprir contratos. Assim, o Consenso de Washington apresentou à América Latina a proposta de uma reforma judicial (Correa; Gonçalves, 2021).

Isso pode ser observado, por exemplo, quando Paulo Guedes escreve sobre a rejeição das contas de Dilma pelo TCU, por unanimidade, na coluna “O império da lei” (O Globo, 12/10/2015). Seria essa a demonstração do controle orçamentário da Lei de Responsabilidade Fiscal. O descontrole de gastos públicos no segundo mandato da Presidente é observado como a razão de seu futuro impeachment e a explicação do porquê Levy, Ministro da Economia, não consegue impor uma política de controle da inflação.

Nesse sentido, reforçamos aqui que o apelo de Guedes é pela necessidade das reformas, não sendo o seu maior foco a disputa entre os políticos. Embora o colunista se ancore no enfrentamento político para traçar suas principais ideias, a sua pretensão é de que a iniciativa privada tome a frente da máquina pública que pauta a discussão. Ou seja, o problema da corrupção concentra-se no aparelhamento público e não em quem exerce o poder. Bastaria que o setor privado tomasse a frente para garantir a eficácia no cumprimento das funções (Ferreira, 2018). Logo, ainda que se mostre favorável ao impeachment de Dilma, não se trata de um posicionamento em desfavor dela, mas de uma amostra de sua certeza: o Estado está excessivamente inchado.

A coluna “Estabilidade sem crescimento” (O Globo, 26/06/2005) aponta que para o fim da corrupção não é só necessária a redução do número de partidos e fortalecer as legendas através de cláusulas de barreira de 5% e fidelidade partidária. Seria também sobre o governo conseguir conquistar todos os grandes partidos como aliados. Com isso, haveria a reforma administrativa, que enxugaria os ministérios e os cargos de confiança.

Nesse sentido, a burocracia passa a ser analisada como mais um encargo para inchar e elevar o custo do Estado. A noção de bem-estar social, na verdade, seria uma forma de preservar interesses e privilégios individuais. Logo, a monopolização dos serviços públicos não só não pode ser justificada, como também é a razão pela qual não há estímulo para a melhoria de seu desempenho, pois não há concorrência para sua atuação. A ideia é de que haja a substituição da burocracia pela eficiência privada, que transforma os gestores em empreendedores (Druck, 2021).

Ademais, ao abraçar a governança corporativa das empresas submetidas à lógica financeira, o Estado se subordina aos interesses do capital financeiro. Como é o último que detém o monopólio do julgamento da ação pública, o critério passa a ser os seus interesses econômicos. Dessa forma, a parceria público-privada é permanente e ditará a política econômica a ser adotada, o que inclui não apenas a retirada da intervenção do Estado, mas a mudança do papel de seu corpo administrativo (Druck, 2021).

Nesse mesmo sentido, a reforma administrativa seria dada pela profissionalização dos cargos públicos, observada a coluna “O crepúsculo de uma crença” (O Globo, 25/06/2007). As contratações por nomeações denunciariam uma moeda de troca por apoio do Congresso. Embora defenda as contratações por concurso público, alude que o ponto principal está na mudança da noção de que os gastos públicos possam ser benéficos.

Contudo, diante dos escândalos de corrupção, o intelectual acredita que essa crença não mais se sustentará na sociedade brasileira. Esse é o mesmo mote de “A crença e seus sacrifícios” (O Globo, 02/07/2007), acentuado pelo tratamento do Estado como “agente parasitário”. Repete-se na coluna “Purificação pelas urnas” (O Globo, 17/08/2009).

O discurso acerca da ineficiência dos serviços públicos e de seu alto custo se volta aqui para a sua terceirização e a redefinição do estatuto do funcionalismo público e suas formas de contratação. Dessa forma, a reforma gerencial ou administrativa está intrinsecamente ligada à diminuição do tamanho do Estado e o aumento da governança. Isso porque ela é caracterizada como a transformação de uma administração pública burocrática em uma administração pública gerencial (Druck, 2021).

Nesse ponto, a Constituição de 1988 é um obstáculo a ser superado, pois regula para a função Estatal um formalismo, excesso de normas e rigidez de procedimentos típicos da administração burocrática. Há a normatização do controle de processos e não de resultados (Druck, 2021).

Ademais, a legislação que regula as relações de trabalho no setor público estaria ultrapassada, principalmente pelo seu caráter protecionista, que inibe o “espírito empreendedor”. Como consequência, o que anota, com as reformas da década de 1990, é um processo de precarização do trabalho dos servidores públicos, o que repercute na qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade (Druck, 2021).

Através desse discurso de ineficiência dos serviços públicos e o alto custo para a sua manutenção, tem-se um programa político para transformar servidores públicos em privados através do uso dos moldes da iniciativa privada. A terceirização e a redefinição do estatuto do funcionalismo público e de suas formas de contratação são apresentadas como a solução para a busca pela eficiência (Druck, 2021).

O elemento concorrência passa a ser inserido como um incentivo ao bom desempenho, pois garante a subordinação dos trabalhadores aos valores do mercado, guiando sua conduta. A estabilidade do vínculo não se justifica mais, o que também extirpa a ética de cooperação e solidariedade no trabalho (Druck, 2021).

Sob a égide da modernização do Estado, o empreendedorismo no setor público é incentivado como a chave de adaptação das novas demandas sociais. A inovação da gestão demanda uma postura proativa, que deve alterar a cultura das organizações administrativas para o gerencialismo. Nesse sentido, a inovação é apresentada como o impulso do desenvolvimento econômico e o molde pela qual seguirá o novo sujeito, em uma cultura de empreendedorismo corporativo (Druck, 2021).

Para a transformação defendida por Guedes, deve haver também o abandono de uma estrutura de governo “gerencialmente caótica”, com um acúmulo de ministérios. Permaneceria com uma estrutura “politicamente desarticulada”, o que revela a incapacidade administrativa pelo excesso de centralização de recursos e atribuições. Assim, a reforma administrativa e a fiscal são unidas através do mesmo mote: a necessidade de repasse a gestões estaduais e municipais, como descrito em 11 de janeiro de 2016, em “De cima a baixo” e em 17 de dezembro de 2007, em “Juntando os cacos”

Assim, a reforma ministerial deveria transcender interesses políticos de curto prazo, em que estaria associada a uma mudança na estrutura administrativa do Estado, como se vê em “Males antigos” (O Globo, 17/03/2014). A reforma administrativa segue vinculada à reforma fiscal em “Reforma ministerial” (O Globo, 16/01/2012). Ambas seriam fruto das “mudanças na própria estrutura administrativa do Estado”. Guedes observa que a centralização burocrática é o que permite a concentração de recursos financeiros no poder federal e de poder político.

Utilizando-se de Tocqueville, Guedes alude que os EUA conseguiram evitar um processo degenerativo dos seus ideais ao realizar a descentralização administrativa e atribuir um menor peso político ao governo central. Destaca-se, contudo, que não se trata aqui do uso da reflexão tocquevilliana acerca da importância do associativismo como parte da descentralização administrativa. Se para o autor francês havia um desígnio de um sentimento comum nas associações voltado para a promoção do bem-estar coletivo refletirá na promoção do bem-estar individual, para o colunista esse não é o seu principal ponto.

O que se aponta aqui é uma divisão do pensamento de Tocqueville. Quando o autor de “A democracia na América” atribui aos cidadãos a responsabilidade pela administração das demandas locais, tem-se um ponto importante. O fato de que isso repercutiria em uma prática associativa, o que incrementaria a interdependência individual é rechaçado. A conclusão final, contudo, é a mesma: por meio da harmonia (solidariedade natural) na sociedade, cada cidadão obterá segurança na realização de seus objetivos (individuais).

Nesse sentido, a descentralização do Estado é o mote central para a utilização de Tocqueville. O que Guedes pretende é que haja uma redefinição da intervenção governamental, bem como diferentes formas de prover políticas públicas, particularmente na área social. Trata-se de uma noção bem diferente daquela trazida por Tocqueville, que via na descentralização uma ponte para o fortalecimento da democracia e do próprio Estado pela capacidade de representação.

A discussão sobre a retomada do Pacto Federativo está muito mais próxima, na agenda neoliberal, de uma transformação da burocracia em um corpo universalista e insulado da competição política do que do reforço da democracia. Não se trata aqui de formar um sistema político nacional para coordenar e fomentar ações efetivas para atender as exigências sociais. A questão da compatibilização da abertura econômica com a integração social é puramente mercadológica (Souza, 1997).

É o que se anota da coluna “Colossal retrocesso” (O Globo, 22/03/2010). Guedes rechaça a ideia da adoção de um regime de partilha e não de concessão para a distribuição dos royalties. Para ele, isso significaria deflagrar uma guerra federativa em torno dos investimentos de empresas privadas e estatais ao invés de inseri-las em processos licitatórios (competitivos). Ademais, a mudança do regime significaria a menor distribuição.

É também o mote de “Indo com muita sede ao poço” (O Globo, 29/03/2010), acrescentando que a destinação final desses recursos deve ser a educação através de políticas públicas de execução descentralizada. Assim, primeiro deveria se obter os investimentos necessários para extrair e transportar o pré-sal. Com essa renda, prevê o aumento dos recursos públicos, acelerando as receitas dos impostos. Por fim, com a descentralização dos valores arrecadados, caberia os investimentos distribuídos entre os entes federativos, mas com a mesma função.

Portanto, os ideais vistos em Guedes, observados o mapeamento de conceitos e conteúdos mais precisos sobre os limites do Estado, contempla reflexões de Nozick, Rawls, Buchanan e Tullock, pois repensa o Estado como um não-Estado no sentido habitual do termo (Souza, 1997). Isso porque suas justificativas concentram-se na ordem econômica, observando os ganhos em termos de eficiência alocativa que a descentralização permite. Ele defende que isso permitirá a maior diversidade nos serviços públicos, que terão uma competição intraorganizacional para incentivar a geração de inovações (Melo, 1996).

A defesa de Guedes está reduzida ao fim das contribuições não compartilhadas, que seriam a causa da concentração do poder político e da “compra do apoio parlamentar”. Isto é,

o mecanismo de partilha não seria voltado a uma competição dos entes, pois remunera o estado produtor, além de contar com a tributação e participações governamentais. A emenda acerca da distribuição dos royalties, que passa a ser por regime de partilha, é um exemplo da falta de vontade política para a mudança, como anota em “A União deve ceder” (O Globo, 03/10/2011).

Deve ser reforçado que, nesse sentido, a definição primordial da descentralização supõe a transferência de competência para os entes subnacionais, mas não a distribuição de poder, até mesmo porque ela não é automática. Embora a noção de descentralização contemple questões financeiras, institucionais e organizacionais, a agenda neoliberal a percebe apenas como essa nova repartição de competências, enquanto a socialdemocracia pretende a reestruturação de poder (Souza, 1997).

Guedes defende que a descentralização dos recursos traria a solução para o problema da concentração de poder econômico e influência política no governo federal. Dessa forma, os escândalos de tráfico de influência seriam sanados e haveria articulação política, através de uma agenda em comum aprovada pelo Congresso, com estados e municípios. É o que observa Guedes em “A descentralização do poder” (O Globo, 06/06/2011) e “O resgate da Federação” (O Globo, 20/06/2011). Em “Nova oportunidade” (O Globo, 30/04/2012), Guedes arguiu que a Constituição Federal de 1988 exige a “redefinição dos parâmetros para a distribuição de recursos orçamentários, sob pena de extinção dos Fundos de participação dos Estados e dos Municípios”.

Trata-se de um modelo de “*competition surrogate*”, que promoveria a competição e eficiência alocativa. Com isso, surgem mecanismos de controle sobre o governo. A competição pelas finanças públicas deve propiciar a vitória da maior vantagem comparativa em responder à diversidade de preferências dos grupos da população (Melo, 1996).

Quando se anota a descentralização em três dimensões (financeira, administrativa e programática), entre empresas e setor público, o que se verifica é um processo de terceirização. Trata-se de um processo de modernização gerencial da gestão pública, abraçando a questão da eficiência e a redução do setor público (Melo, 1996).

Nesse sentido, o intelectual público traça um paralelismo: tal qual como teria ocorrido na França, anteriormente à Revolução de 1789, caberia a reforma administrativa, com a descentralização dos recursos federais, para evitar a decapitação em praça pública do Congresso. Deveria, portanto, o Legislativo reconstruir sua credibilidade através de uma proposta sobre a divisão do orçamento público para o exercício adequado de suas funções e responsabilidades.

Em “O desafio da classe política” (O Globo, 11/09/2005) argui que a classe política tem o dever de conduzir as populações ao processo de integração da nova ordem mundial. O desafio do regime democrático em aparar as arestas da desigualdade de oportunidades é amplificado pela globalização. Aduz a necessidade de que haja uma ação social descentralizada do Estado para manter a eficácia e a competitividade das políticas públicas, que refletem a qualidade de governos na competitividade global.

Nesse sentido, para além da dimensão social, Guedes vê um problema político e econômico. Deveriam as elites se concentrarem no aumento da produtividade através da educação, capital e tecnologia. O crescimento da economia informal e do fluxo migratório seriam evidências da baixa qualidade das políticas públicas brasileiras. A resposta para sua melhora estaria na reforma fiscal. Esse é o mote de “A deseducação das elites” (O Globo, 24/10/2005).

Em 20 de dezembro de 2007, para a revista *Época*, o intelectual público escreve “Governo bom é governo barato”. Acusa a hipertrofia no governo federal, mantida por contribuições, de evitar o compartilhamento dos recursos públicos com Estados e municípios. Novamente, a classifica como uma administração pública gerencialmente caótica, ressaltando a existência de um excesso de ministérios e a ausência de articulação política. Faltaria, portanto, sintonia entre estados e municípios pela excessiva centralização e a falta de foco na execução, o que só seria resolvida por meio de uma reforma fiscal que redefinirá o pacto federativo.

Para o colunista, como observa-se em “Transição incompleta” (O Globo, 10/12/2012), até mesmo as contribuições sociais deveriam ser compartilhadas no processo de descentralização política e administrativa”. A redução de impostos, cuja receita é partilhada, diminui ainda mais o valor disponível para estados e municípios. Para equilibrar, o governo federal aumenta as contribuições sociais, concentrando a renda em seu favor.

Entretanto, mesmo diante da maior receita da União ser oriunda das contribuições sociais, há a determinação legal de que a receita livre é de apenas 10% do orçamento. É por essa razão que o governo federal passa a fomentar apenas iniciativas que visavam reter parcelas das transferências constitucionais aos estados e municípios, bem como retirar parcelas dos recursos que compõem as fontes dessas transferências (Azevedo; Melo, 1997).

Nesse sentido, ressalta-se como Guedes rechaça o uso de verbas públicas, quando há a distribuição orçamentária, para “se fazer política”. Em “Falta para enchentes, sobra para política” (O Globo, 09/01/2012) e “A guerra federativa” (O Globo, 19/03/2012), o seu principal ponto é que a concentração de receita faz com que as políticas não sejam direcionadas de

maneira correta, mas por interesses políticos. A União não seria capaz de reduzir sua arrecadação através da diminuição de contribuições não compartilhadas. No entanto, ao estimular o consumo, utiliza-se da renda de estados e municípios, diminuindo ainda o poder econômico e aumentando a dependência dos demais entes federativos em relação ao governo central.

Adentra-se um pouco mais acerca da reforma fiscal observadas as colunas que reiteram a importância da distribuição dos ganhos com a extração de petróleo. Sob uma possível criação de uma nova estatal para gerir os recursos do pré-sal, recentemente descoberto à época de “Do óleo à educação: uma alquimia possível” (O Globo, 01/09/2008) e “Acima da camada de sal” (08/09/2008), posiciona-se contrário. Sua principal ideia é transformar os recursos públicos oriundos da extração de petróleo em royalties para estados e municípios.

Defende novamente a importância da distribuição desses recursos em “Política construtiva” (O Globo, 21/09/2009) através de um marco regulatório defendido pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. A iniciativa é vista pelo colunista como uma “lição de como representantes regionais podem contribuir para a transparência, a legitimidade e a boa qualidade das decisões políticas em assuntos de interesse nacional”. Essa “ação social descentralizada do Estado” através do Fundo de Participação Especial” tem menção das colocações de Joaquim Levy sobre sua importância.

Acerca do papel crítico do regime fiscal para o sucesso econômico do país, Paulo Guedes, em “O BC e a guerra mundial por empregos” (O Globo, 21/04/2008), defende um crescimento sustentável. Para ele, embora o Brasil praticasse uma taxa de câmbio “suja”, tal qual os “asiáticos”, o país não conseguirá um bom desenvolvimento econômico se insistir na expansão de gastos públicos. Aponta que a resolução da inflação, diante da ausência da reforma, é a implementação de uma política monetária que estabelece níveis de juros mais altos e taxa de câmbio mais baixa, o que é traduzido como letal para o mercado.

Em um ponto mais técnico, o economista aponta que os regimes monetários e cambial são semiautomáticos, conforme as regras de retroalimentação e ajustes pré-estabelecidos, logo, não são controláveis. Entretanto, defende que o domínio do âmbito fiscal não é só possível, como também, uma vez ajustado, é apresentado como mais eficaz para o controle da inflação. Como solução, o colunista sugere o regime fiscal mais robusto (ausência de encargos sociais e trabalhistas) somado à acumulação de reservas (educação, capital e tecnologia) para o aumento de sua competitividade.

Assim, Paulo Guedes, em “Entre a economia e a ética” (O Globo, 10/04/2006), explica três fatores que colaboraram para que o primeiro mandato de Lula fosse economicamente favorável. O primeiro é atribuído à sorte de uma economia mundial em crescimento. O segundo seria a despolitização e independência do BC, através de Palocci e Meirelles. O último é oportunista, pois explora o ciclo político através do assistencialismo e paternalismo, com aumento do salário mínimo, aposentadoria, pensão, transferências e gastos públicos. O maior problema eleitoral para a reeleição estaria, dessa forma, na falta de transparência.

A importância da autonomia do Banco Central para o projeto neoliberal é firmada por sua representação de uma garantia de que a política monetária será conduzida sempre de modo a honrar o pagamento do serviço da dívida, além de premiar, com juros reais, os possuidores de papéis públicos. Nesse sentido, a DRU funciona em conjunto, como instrumento poderoso para reduzir o papel social do Estado logrado pela Constituição de 1988. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal contribui para assegurar que os papéis emitidos por instâncias inferiores do Poder Executivo também sejam prioritariamente pagos (Paulani, 2006).

É importante anotar que a reverência do intelectual não estará sob o prisma do cargo de Presidente, como se vê em “Dever cumprido” (O Globo, 29/11/2010). Nela, o colunista se refere ao “excelente desempenho” de Henrique Meirelles à frente do Banco Central. A importância da atuação de Meirelles estaria no controle da inflação, mesmo diante das pressões políticas e sindicais, dos ciclos de aumento dos juros, do expansionismo fiscal e das críticas. Guedes o descreve imbuído de “profissionalismo, senso de missão e patriotismo”.

A economia do primeiro mandato de Lula é elogiada também em “Momento mágico” (O Globo, 19/03/2007), inclusive diante da crise financeira causada pela bolha imobiliária dos EUA:

Enquanto o mundo mergulha no esforço de desaceleração, o Brasil colhe os frutos do trabalho de estabilização promovido pela antiga equipe econômica (Antonio Palocci, Marcos Lisboa, Joaquim Levy, Affonso Bevilacqua), hoje reduzida ao bunker do Banco Central, onde resiste isolado o presidente Henrique Meirelles.

Resta mais claro em “A disputa” (O Globo, 21/11/2005) que a predileção de Guedes é maior por Palocci. Isso se deve ao fato de que o Ministro da Fazenda de Lula defendia uma consolidação de um regime de austeridade fiscal através de uma rigorosa política fiscal de longo prazo. Em uma crítica a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que defenderia a expansão dos gastos públicos para cooptar eleitores diante da proximidade das eleições.

Convém lembrar aqui que também foi no primeiro mandato de Lula a conclusão da reforma da Previdência Social de FHC, que passou a abranger funcionários públicos. Em um

ciclo de mudanças para a entrada do Brasil no circuito da valorização financeira, tem-se também a nova Lei de Falências (aprovada em fevereiro de 2005, com privilégios de recebimento do credor financeiro) e o reforço na autonomia do Banco Central. Soma-se a isso, o aumento da DRU (Desvinculação de Recursos da União), que se prorroga para além de 2007, com a sua extensão para os níveis estadual e municipal (Paulani, 2006).

Acerca das reformas sociais, que incluem a da Previdência Social, observa-se na próxima subseção os termos pelos quais ela ocorreu, assim como as colocações de Paulo Guedes sobre o tema. Também serão aprofundadas as noções da tributação no país e das políticas de austeridades.

4.3 Reformas sociais (trabalhista, da Previdência Social e tributária)

O ponto principal das colunas pontuadas nessa subseção está na consideração das excessivas intervenções do Estado na economia, especialmente nos setores produtivos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, ao impor uma série de direitos, inclusive trabalhistas, será severamente rechaçada por Paulo Guedes. Coadunando com a ótica neoliberal exposta por Seki (2016), o discurso aponta o excesso de regulações e taxações não permitem uma maior flexibilização do livre trânsito de capitais.

É importante salientar que, no momento que Guedes escreve as colunas, já haviam sido implementadas as reformas de FHC, após a consolidação do Plano Real. Uma delas foi a mudança no sistema previdenciário, que era estruturado predominantemente pelo regime de repartição simples. Constituía-se em um monopólio do Estado através da solidariedade intergeracional, cujo equilíbrio atuarial e financeiro dependia dos índices de crescimento, emprego e rendimento médio dos trabalhadores (Paulani, 2006).

Os obstáculos circundariam não apenas sob a proteção ao livre trânsito das contratações e demissões, dadas as indenizações impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas principalmente quanto à previdência pública. A Previdência é vista como um monopólio estatal de um mercado de baixo risco em vez de permitir a financeirização desses valores, que deveriam ser tratados como investimentos (Seki, 2016).

Portanto, o objetivo dessa subseção é perquirir quais são os principais incômodos de Guedes perante a ordem brasileira no tempo em que se encontram os seus discursos. Isto é, quais são as problematizações que o intelectual público traçará sobre as políticas sociais que observa? Quais são suas proposições para reformar a legislação trabalhista, previdenciária e tributária?

Em um resumo, a coluna “De remendo em remendo” (O Globo, 18/05/2015) traz os cinco pontos que o intelectual público critica a Previdência Social. O primeiro é englobar a assistência social. O segundo é elevar os encargos do trabalho formal. Em terceiro lugar, conserva privilégios da classe política e do funcionalismo público. O quarto ponto concentra-se na dissipação de recursos em um “ineficiente e corrupto sistema público de repartição, em vez de cumular fundos para investimentos num sistema privado de capitalização”. E, por fim, por impedir a reforma trabalhista. De acordo com o economista, a Previdência Social estaria quebrada antes do envelhecimento da população, por ser uma das mais caras e menos eficientes do mundo. O gasto do Brasil com a seguridade social por pessoa seria um múltiplo de sua renda per capita.

Em “Tudo errado na Previdência” (O Globo, 16/05/2005), o intelectual público revela que a instituição brasileira é a mais cara do mundo quando observados os benefícios e gastos com bem-estar sobre o percentual do PIB ou sobre a renda *per capita*. O principal erro está em misturar assistência social com previdência, seguido de alíquotas elevadas de contribuição, o que termina por reduzir as possibilidades de emprego formal e impedir a reforma trabalhista. Observa que o sistema mantém os privilégios do funcionalismo público em relação aos trabalhadores das empresas privadas. Acusa, ainda, o sistema de ser corrupto e ineficiente, que dissipa recursos ao invés de acumular fundos para investimento em um sistema privado de capitalização.

O intuito basilar da reforma de Guedes seria não apenas a criação de empregos com a diminuição de encargos sociais, o que aumentaria a base de contribuição, como também transformar “trabalhadores em capitalistas”. No novo regime proposto, haveria participação nos lucros das empresas por meio das ações adquiridas por seus fundos de capitalização. A geração de empregos também estaria garantida pela dinâmica de acumulação de capital decorrente do aumento de investimentos, em uma dinâmica interna de crescimento. A reforma estrutural não se confundiria com remendos como o corte de benefícios, ampliação da idade de aposentadoria ou contribuições do funcionalismo.

Nesse sentido, a transformação de trabalhadores em capitalistas pode ser traduzida, portanto, na financeirização do capital do trabalhador, que passa a ser investidor de sua renda. Ele deve estar disposto a investir em seu próprio futuro e ser integral e exclusivamente responsável por isso. Observe-se aqui que Paulo Guedes defende uma reforma para além do que foi aprovada no governo Lula. Para ele, não bastam as mudanças no regime. Sua defesa é

pelo fim da Previdência Social financiada e gerida de forma pública. Para ele, o mercado deveria regular a forma pela qual se dará a garantia de futuro dos empregados.

Ao contrário do que alerta Paulani (2006) sobre a redução dos postos de trabalho através dessa medida, o intelectual público segue o sentido oposto. Sem adentrar de como haveria esse aumento do trabalho formal para além da dinâmica do próprio capital, traz a previdência privada como uma solução para o desemprego.

Reformar a Previdência, portanto, transformaria os trabalhadores em “sócios da prosperidade com participação no lucro das empresas por meio das ações adquiridas por seus fundos de capitalização”. Dessa forma, os trabalhadores tornam-se capitalistas, “acumulando riqueza e financiando o progresso”. Ademais, aumentariam os postos de trabalho, o que aumentaria os investimentos e a acumulação de capital pela poupança popular.

Esta posição macro política se encaixa perfeitamente no conceito neoutilitarista do Estado apresentado por Evans (1993), inclusive acerca da culpabilização daquele. Seria, portanto, a ganância dos políticos e burocratas apenas como consequência de um estrangulamento, pela própria burocracia, do espírito empreendedor da sociedade e do desvio desse em atividades privadas de intermediação de interesses.

Dessa forma, o Estado não deve só ser mínimo, mas deve ser submetido aos agentes econômicos, já que seria incapaz de atuar como um agente do desenvolvimento, dando lugar a políticas para dar plena autonomia às forças do mercado. Qualquer ato positivo do Estado representaria uma ameaça à ordem econômica livre, já que as autoridades utilizam esses benefícios para privilegiar seus apoiadores ou para privilegiar grupos favorecidos, o que torna qualquer tipo de criação de subsídio, empréstimo, exigência de licença, tarifa, apenas um estrangulador da capacidade operacional das forças do mercado (Evans, 1993).

O intelectual público ainda aduz, reforçando a concepção utilitarista do mundo, que se deve formar uma ordem social evolutivamente a partir das normas e das instituições que conferem uma maior produção, um maior tempo de vida, uma maior capacidade de transformar a natureza (Hayek, 1983), imbuídas de uma lógica competitiva não vale apenas para o âmbito econômico, mas para todas as normas e instituições, como racionalidade global.

Ou seja, o Estado apenas resulta desta ordem espontânea competitiva, sendo possível apenas enquanto útil aos indivíduos e competitivo com as demais instituições. É um exemplo de utilização útil o monopólio da coerção ou o Estado como sendo fundamentalmente o aparato repressivo da sociedade. O que não puder atender às premissas, não deve ser função do Estado (Hayek, 1983).

Em várias colunas, Paulo Guedes aponta que “a arma de destruição em massa dos empregos brasileiros” são os excessos de encargos sociais e trabalhistas. Embora sua maior defesa dos empregos esteja mais consoante à reforma do Estado, reitera que é na legislação trabalhista, organização da Previdência Social e incidência de tributos que estaria localizado a fonte do desemprego.

É o que se anota, por exemplo, de “Arma de destruição em massa” (O Globo, 08/03/2010). O colunista não se preocupa em delinear sobre no que consistiria os excessos sociais e trabalhistas, embora acrescente um parágrafo inteiro para descrever como o aumento dos gastos públicos reduz os investimentos e destrói empregos. Alude que a socialdemocracia escolhe a criação de empregos e a inclusão social pelo Estado enquanto amplia os obstáculos para o setor privado ocupar essa função. Dessa forma, apresenta os encargos sociais e trabalhistas como “proibitivos”.

Ao aumentar o custo de mão-de-obra, o governo excluiria o Brasil do caminho de integração competitiva à economia mundial, como observado na coluna “As rotas para o emprego” (O Globo, 12/07/2010). Assim, os brasileiros seguiriam excluídos social e economicamente dos mercados formais de trabalho, em uma prática reiterada de marginalização e impedidos de contribuir com a Previdência Social.

Em “Trincheira anacrônica” (O Globo, 27/04/2015) Guedes reitera que a criação de empregos pelo setor privado é o principal mecanismo de inclusão social. Defende que há uma excessiva dificuldade para regulamentar a terceirização das atividades de trabalhadores dentro de uma empresa. Em mais de uma década de proposição da medida sem sua promulgação, seria mais um exemplo de como a agenda social democrata é obsoleta.

Transferir ao setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado é um marco de suma importância para o neoliberalismo. Nesse viés, há uma generalização das privatizações e da descentralização das funções. A publicização é observada quando a atividade, conferida uma função ao setor público, deve ser organizada de forma não estatal se a execução de serviços não envolvesse o exercício de poder do Estado, como a educação, saúde, cultura (Druck, 2021).

Para o colunista, como pode ser visto em “Tempo perdido” (O Globo, 11/05/2015), há uma tentativa de manutenção de padrões de vida irrealistas no lugar da implementação de políticas autossustentáveis de crescimento. Com isso, a revisão da legislação salarial, caracterizada como obsoleta, diante dos encargos sobre a mão de obra, seria possível com a universalização da poupança previdenciária, pois a tornaria financeiramente viável.

Diante da falta de competitividade da mão-de-obra, o Brasil não conseguiria alta empregabilidade como visto em “O pacote e a dúvida” (O Globo, 09/04/2012). Seria o país marcado pela sua mão de obra desqualificada. Os altos custos oriundos de sua legislação obsoleta eliminam “os benefícios da mão de obra barata”. Sua premissa é de que o Brasil possui “qualificação do capital humano” não satisfatória para atender setores mais especializados. Sem a reforma apropriada, o país estaria condenado a uma manipulação macroeconômica, que permitiria um afrouxamento das políticas monetária e fiscal apenas de forma oportunista, conforme os ciclos políticos, dada sua proximidade com a eleição.

Essa ligação entre empregabilidade e formação do capital humano aparece na coluna “A próxima fronteira” (O Globo, 19/12/2005). A defesa da educação de qualidade seria importante para oportunidades de emprego, produtividade de mão de obra, absorção de novas tecnologias, distribuição de renda e qualidade de vida. A diferença da qualidade da educação do ensino fundamental e médio para o superior estaria na ênfase das políticas públicas dada no segundo. As redes privadas de boa qualidade e alcance nacional seriam das escolas, enquanto as faculdades forneceriam ensino de baixa qualidade. Já as escolas públicas estariam em situação precária, enquanto as universidades federais e estaduais teriam boa qualidade apesar da falta de verba.

Essa noção de capital humano é cunhada diante de diversas crises no sistema neoliberal, em que o desemprego e a precariedade das relações de trabalho passam a ser alavancas da disciplina do sujeito em direção ao mercado. No lugar das reivindicações salariais e sindicalização, tem-se a busca pela maior qualificação profissional. Inclusive, a gestão das empresas passa a desenvolver novas práticas que requerem avaliações quantitativas repetidas de seus assalariados transformadas em prêmios individualizados (Dardot; Laval, 2016).

Há, portanto, uma inversão do sentido da obediência. Não se tratam de procedimentos formais e ordens hierárquicas, mas de exigências de prazo e qualidade impostas pelo cliente-empregador. Essa individualização do desempenho e das gratificações permite ainda uma relação de concorrência entre os empregados. Com isso, há uma conseqüente descentralização das negociações com a contratualização de relações sociais, além da imposição de avaliações e padrões de qualidade para obter resultados cada vez mais individualizados (Dardot; Laval, 2016).

O que se passa a direcionar o sentido final do estabelecimento de ensino é a produção em massa, que não mais está atrelado aos valores culturais ou mesmo educacionais, mas sim no valor dos produtos dessa organização: o capital humano. Para poder garantir a melhor

satisfação da demanda de seus consumidores, a escola deve garantir que estejam preparados para o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que demonstram a proteção de seus alunos quanto ao sistema. A falha não pode ser atribuída a eles ou ao sistema de ensino, mas às cobranças externas, em provas criadas por autoridades que não permitem uma aprovação em massa. Nesse viés, a autonomia do sistema educacional é cada vez mais requerida para que se possa adaptar cada vez mais ao livre mercado (Laval, 2019).

Para Paulo Guedes, a revolução educacional ocorreria quando “princípios para a busca de uma vida melhor” fossem ensinados na escola. Para o rompimento do “círculo vicioso do despreparo e da pobreza na sociedade de conhecimento” seria necessário que os professores corrigissem os erros e passassem a observar o conteúdo educacional lecionado, conforme a coluna “*Pega os peixe, não os emprego*” (O Globo, 23/05/2011).

Para entender um pouco melhor sobre a noção de reforma educacional do colunista, a coluna “Um futuro melhor” (O Globo, 14/05/2012) descreve a sua ênfase “na responsabilidade pessoal pelo autoaperfeiçoamento”. O ensino passaria a ser descentralizado, personalizado e interativo.

O que se vê, portanto, é a defesa do concorrencialismo dinâmico de Hayek e Von Mises, cuja ênfase é a rivalidade. Essa competição interminável alimenta um comportamento próprio do ambiente mercantil e financeiro em todas as esferas. Há uma constante busca na valorização do capital maior do que a dos demais competidores. Surge, portanto, um sujeito auto educador e autodisciplinado (Dardot; Laval, 2016).

É esperada uma racionalidade do agente, que deve assumir os riscos das decisões tomadas. São os mecanismos de mercado os responsáveis por garantir esse efeito disciplinador sobre o sujeito. Isto é, o poder está nas práticas e nas disciplinas auto impostas, em que os indivíduos devem se autogovernar em direção ao crescimento de seu capital (Dardot; Laval, 2016).

Nesse sentido, há uma construção do sujeito neoliberal, que tem como objetivo a utilização do cálculo racional de maximização de seu próprio capital humano, como um empreendedor de si. Essa relação de autogoverno engendra um cálculo das variáveis-chave desse processo. Trata-se de uma defesa da meritocracia, em uma incessante necessidade de valorizar-se enquanto capital humano (Dardot; Laval, 2016).

Assim, esse empreendedorismo de si mesmo não tem qualquer ligação com a conceituação de empresário, apresentada por Schumpeter, pois não há qualquer promoção ou desenvolvimento de inovações para transformar o capitalismo. Pelo contrário, a ideia firmada

aqui é de manutenção, aproveitando-se da diferença entre os preços dos fatores de produção e dos produtos. São essas situações de mercado impostas que levam o sujeito a buscar um aprendizado constante para se adequar a esse ambiente incerto. Nesse sentido, a educação deve ser direcionada para a formação para o mercado de trabalho, sob a égide do progresso e da modernidade do sistema educacional (Dardot; Laval, 2016).

Observada que a colocação do indivíduo no mercado de trabalho, tem-se na sua associação e coletividade também um problema a ser tratado. Em “Na rota do emprego” (O Globo, 20/04/2009), o colunista defende que os sindicatos são apenas “plataformas de defesa de grupos de interesses setoriais específicos” em uma “espécie de divisão de acesso à classe política”. Isto é, não estariam os sindicatos preocupados com o desemprego no Brasil, nem mesmo acerca do tamanho do mercado informal. Sob a bandeira de classes (trabalhistas) privilegiadas, negociariam direitos apenas para os seus representados, ainda que prejudicassem o restante do país que não está inserido nessa elite.

A coluna “Se Dilma e o Congresso quiserem gerar empregos” (Época, 08/01/2011) demonstra não acreditar que os partidos políticos, tal como os sindicatos, por exemplo, possuam legitimidade ou mesmo veracidade aos interesses coletivos que representam. Nesse mesmo íterim, a coluna “A dança da chuva para derrubar a taxa de juros” (Época, 16/03/2009):

Os sindicalistas dançaram na frente do Banco Central, em Brasília, queimando um boneco com a foto de seu presidente, Henrique Meirelles, após uma grotesca e primitiva manifestação de selvageria, um ritual de espancamento com paus, chinelos e socos. As tribos patronais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), repetiram suas habituais reprovações ao Banco Central pelo ritmo presumivelmente lento da queda dos juros. Estruturas arcaicas de suposta representação de trabalhadores e empresários, esses sindicatos são na verdade plataformas de defesa de grupos de interesse e uma espécie de divisão de acesso à classe política (grifo nosso).

Escreve Guedes a coluna “Chantagem política” (O Globo, 29/05/2006) sobre o discurso de Tarso Genro (Ministro das Relações Internacionais) sobre a reeleição de Lula. Para o colunista, a fala poderia sinalizar que a atuação de movimentos sociais repercutiria no resultado eleitoral. Questiona o significado dos termos “justiça social” e “direitos sociais”. Quando a justiça não se trata do cumprimento e exigência das leis aplicáveis a toda sociedade, decorrente do próprio Estado de Direito, defende que há o uso demagógico da palavra “social”. Tratar-se-ia, portanto, de uma fraude semântica, de uma inversão da justiça e do direito. Essa violação seria comum também com uso do termo “popular” para destruir o significado de democracia. Esse uso do “social” seria baseado em um desejo de solidariedade legítimo dos cidadãos.

Nesse sentido, continua Guedes, o governo usaria os impostos para promover a igualdade de oportunidades e a assistência social através de políticas públicas de transferência de renda. Mas o uso dos “direitos humanos” e “justiça social” resta em organizações criminosas (PCC) ou equivocadas (MST), que permanecem em constante descumprimento da lei sem punição. O Estado estaria cooptado por esses movimentos sociais que seriam capazes de chantageá-lo e intimidá-lo politicamente enquanto abre mão de suas funções clássicas. Dessa forma, estaria incapacitado de garantir as vidas e a propriedade dos cidadãos brasileiros. A violação abarcaria o direito, a justiça e a liberdade de escolha eleitoral em pleno regime democrático.

Como já descrito anteriormente neste trabalho, Paulo Guedes não se afasta da ciência. Pelo contrário, tem nela a sua razão para acreditar nos novos moldes econômicos. Com aspirações em Descartes, procura na razão da ciência exata respostas para os seus questionamentos. Baseia-se também bastante em fundamentos biológicos, utilizando de Darwin para traçar uma noção da natureza humana, essencialmente solidária. Esses fundamentos pautam essencialmente suas noções acerca das concepções sociais, como apresentado no primeiro tópico do segundo capítulo desse trabalho.

O pensamento de Guedes aqui pode ser associado à noção de que a única forma de igualdade é a exposta no direito privado, que estabelece deveres e direitos iguais a todos, não possuindo a capacidade de minar a liberdade. Hayek (1983), em “Os Fundamentos da Liberdade”, demonstra que a liberdade é um princípio da civilização ocidental constantemente ameaçado. Apenas a iniciativa individual é capaz de tornar o homem um ser completo e realizado em si mesmo.

Atender a propósitos particulares não pode ser um objetivo do Estado de Direito, que deve observar os indivíduos através da assunção de suas capacidades e riscos, tal qual uma empresa. Portanto, sua premissa deve ser unidirecional, capaz de atender a todos, sem qualquer exclusividade ou privilégio. Uma vez que interfira no poder decisório de cada indivíduo, o que há é um Estado autoritário, que não permite que haja o progresso da civilização através de sua ordem espontânea (Hayek, 1983).

É nesse mesmo íterim que o intelectual público registra em 12 de junho de 2006, também no jornal, a coluna “Movimentos anti-sociais”, aduzindo o financiamento da união para movimentos como o MST e o MLST. Acusa as organizações de não prestarem a qualquer utilidade pública, esvaziadas de significado social, mas estruturadas por uma “extorsão de recursos públicos pela chantagem econômica”. Logo, elas violariam a democracia

representativa e a economia de mercado, ampliando o corporativismo e o sindicalismo de elite, que retalha o Estado e ataca os orçamentos públicos.

Não só não mais cabe a noção da união de trabalhadores, como os seus interesses seriam puramente econômicos. Nesse sentido, Guedes une diversos movimentos sociais em um mesmo processo corporativista decorrentes de uma velha ordem dirigista que a socialdemocracia tem recusado a reformar. Haveria certa condescendência com essas organizações, que extorquiriam o governo:

O processo é o mesmo do sindicalismo de elite (CUT, Força Sindical, CGT) que se abastece no FAT, como os industriais se abasteciam no BNDES, os ruralistas no Banco do Brasil, os pensionistas nos fundos previdenciários das estatais e os financistas no excessivo endividamento do setor público, retalhando financeiramente um Estado indefeso.

Assim, não se atribui aos governos petistas um fortalecimento dos movimentos sociais, mas uma contínua reconfiguração desses. Tem-se um discurso comum, marcado pela mesma retórica apresentada por Paulo Guedes: indignação com a situação econômica e anseio de ruptura com as “velhas” formas de organização e de fazer política. É nesse sentido que crescem a organização em redes, fóruns, frentes e coletivos para articulação de demandas em detrimento do enfraquecimento desses movimentos. Essa nova construção da sociabilidade é pautada na autonomia e horizontalidade em sua organização (Gohn, 2018).

Nesse sentido, tem-se o contexto das Jornadas de Junho como uma demonstração dessa nova forma de organização social. As manifestações populares são abordadas por Guedes em “Novos tempos” (O Globo, 24/06/2013). Ele descreve-as fomentadas pela indignação com os políticos e com os serviços públicos. A perda de legitimidade diante da opinião pública seria decorrente do mensalão e da Proposta de Emenda Constitucional 37, como uma forma de demonstração de tentativa de impunidade. A maior reclamação seria, portanto, pela decência da classe política brasileira.

Assim, descreve as manifestações não apenas como uma indignação contra o governo Dilma contra a corrupção e impunidade, mas dirigida a toda classe política. É o que se anota de “Jogo de perde-perde” (O Globo, 16/03/2015). Defende em “Na medida certa” (O Globo, 17/08/2015) que, diferentemente de organizações sindicais, cujas propostas são sempre pela ordem e gritaria, os protestos são caracterizados como parte de uma festa cívica, de natureza pacífica.

Embora não se possa apontar a criminalização dos movimentos sociais, há sem dúvida um combate à legitimidade de suas ações. Se os movimentos sociais não podem reivindicar as pautas da solidariedade e a democracia não pode se filiar a elas, resta, então, para o colunista

que a democracia se una aos mercados. Soma-se a isso a ação social descentralizada do Estado que consiga atender a todas as misérias sociais. Não exclui a solidariedade humana, mas tem nos benefícios da concessão de transferência de renda o modo mais eficiente para aqueles que foram deixados para trás pelo mercado, como exposto em “A síntese para o progresso”, publicado no jornal em 03 de julho de 2007.

Para além de grupos sindicais e movimentos sociais, que exerceriam pressões políticas para conquistar parte da renda nacional ou mesmo os empresários e grupos de interesse em busca de favores especiais, os programas de renda mínima são inseridos na pauta da seguinte forma:

Programas de renda mínima, bolsa-família e bolsa-escola são gastos inteiramente legítimos sob a óptica da democratização dos orçamentos públicos, embora devessem ser implementados de forma descentralizada. Da mesma forma que as modernas empresas transnacionais desenham estratégias globais implementadas localmente, as políticas públicas podem ter concepção federal, mas devem ser implementadas por mecanismos de gestão estaduais e municipais.

Logo, assume o colunista uma posição favorável à “lógica de prestação de serviços”, mas contrário à extorsão de recursos contra o restante da sociedade. Em “Novos tempos, novos riscos” (O Globo, 23/04/2007), embora tenha como principal tema a abertura do mercado da bolsa de valores a diversas empresas brasileiras, também cita a política de crédito. Para ele, a função dos bancos estaria regenerada, deixando para trás os financistas e atuando em prol dos empresários, quando permite a maior oferta de crédito, “particularmente, ao crédito habitacional aos setores de baixa renda”. Descreve essa atuação bancária como “um fenômeno de extrema importância para a geração de renda e a criação de empregos, que veio para ficar”.

Segundo Boito (2012), tem-se aqui a principal diferença entre o governo de Lula e FHC: a função social do Estado. Nesse sentido, o petista preocupa-se com políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda, aumentando a capacidade de consumo das populações de baixa renda. De outro lado, há também a elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para financiar empresas nacionais com juros baixos e política externa de apoio às empresas brasileiras. Com isso, há um balanceamento entre as medidas para manter a demanda em tempos de crise e ampliação dos investimentos do Estado em infraestrutura.

Paulo Guedes observa a dissonância entre a produtividade e as políticas de expansão de crédito público e de juros baixos, como pode ser observado em “A farra do crédito”, publicado em 22 de outubro de 2012, e em “Efeitos ocultos”, de 27 de maio de 2013. Explica o colunista

que, embora essas políticas visam derrubar a inflação, resultam apenas no rápido aumento do endividamento, no excesso de liquidez e em uma crise econômica decorrente.

Em “Educar é a solução” (O Globo, 03/09/2012), o colunista reafirma a importância do acesso ao crédito e das políticas públicas de redistribuição de renda, contudo “é fundamental evitar excessos, como os praticados nos Estados Unidos quanto na Europa, a ponto de ameaçar sua própria sustentabilidade”. O que deve haver é uma concentração do investimento em “capital humano”, pois é o fator que melhora a produtividade de sua população, aumentando empregos, salários, competitividade industrial e prosperidade. O mercado de consumo deveria ser transformado em um mercado de produção em massa.

Ademais, ressalta Guedes em “Do consumo à produção em massa” (O Globo, 31/03/2008):

As transferências de renda, pensões, aposentadorias e o crédito consignado são fatores transitórios que podem deflagrar, mas não garantem uma ampliação sustentável da nova classe média. O aprofundamento desse fenômeno depende da recuperação de uma dinâmica interna de crescimento, com base no aumento da produtividade do trabalhador brasileiro.

Esse aumento de produtividade pode se iniciar com a desregulamentação e reformas de impacto imediato. A redução dos encargos sociais e trabalhistas permitiria a transferência da mão-de-obra de empregos informais de baixa produtividade para empregos formais de maior produtividade. Essa “inclusão” social, do biscate informal para um emprego de carteira assinada, é quase sempre impedida por legislação inadequada.

Rechaçando, novamente, programas de criação de empregos públicos, escreve “Os empregos e os políticos” (O Globo, 22/12/2008). Essas medidas que deveriam ser emergências cultuam no país acordos políticos que sancionam o “empreguismo”. De acordo com o economista, a desconsideração da classe política quanto a inclusão social pelos mercados está expressa na legislação trabalhista, nos encargos previdenciários, tributários e nos juros pagos pelas empresas. Essa permanência dos empregos públicos atrapalha a formação de um ambiente propício a novos empreendimentos.

Ao escrever “Bem-vindos ao passado” (O Globo, 01/04/2013) lamenta pelos trabalhadores domésticos que tiveram os seus direitos trabalhistas e previdenciários equiparados por uma emenda constitucional. Guedes admite que a ideia do fim da informalidade causará a inclusão social desses trabalhadores. Entretanto, os impactos econômicos sobre a nova legislação acarretarão em um problema para as famílias brasileiras, cuja oneração se dará da mesma forma que com os empresários, dado o “circo dos horrores da legislação trabalhista e do regime previdenciário”, assim como “o inferno dos conflitos trabalhistas”.

Há, portanto, novamente a pretensão de uma “modernização” do Estado, que não mais é o responsável pelo desenvolvimento econômico social. Trata-se de mero gerenciamento, com a promoção e regulação, do desenvolvimento da produção de bens e serviços (Druck, 2021).

Essa ligação profunda entre o “Estado provedor” e a reclamação constante sobre o excesso de tributação ocorre pela assunção do Estado como responsável pela criação de políticas públicas para reduzir a desigualdade social, o que é financiado por meio da tributação. Com a arrecadação fiscal, é possível a implementação de programas sociais e fornecimento de bens públicos e semipúblicos (Costa, 2019).

Nesse mesmo íterim, a coluna “O caminho íngreme do Estado provedor” (Época, 24/07/2010), em uma análise acerca da escassez do trabalho no Brasil, confere o desemprego ao Estado e culpabiliza os brasileiros que recebem dinheiro por meio de políticas públicas, atribuindo a elas um caráter assistencialista. Reforça-se a necessidade do que Guedes chama de “descentralização da ação social do Estado” e do término do “Estado provedor”.

Para o colunista, extirpar do setor público a função de ser o “principal instrumento para a criação de empregos e a inclusão social dos pobres brasileiros” é essencial. A intervenção estatal seria a principal causa do desemprego em massa que termina por deformar a Previdência Social e gerar “a necessidade sistêmica do assistencialismo nos orçamentos públicos, muito além da hipertrofia nas despesas financeiras e do empreguismo crônico”. Sua acusação termina com “milhões de brasileiros vivem com o dinheiro público” entre a “criação de privilégios no passado e de dependência para o futuro”.

Defende Paulo Guedes que essa seria, portanto, a “maior falha genética de todos os programas de estabilização, inclusive o celebrado Plano Real”. Em sua visão bastaria que os impostos fossem derrubados, assim como os gastos públicos, para que a competitividade brasileira e o crescimento econômico fossem restaurados. No Brasil, a vantagem comparativa na produção agrícola, por exemplo, seria perdida diante da ausência da vantagem competitiva nos mercados globais pela falta de infraestrutura física e logística voltada à indústria. Seriam dois fatores problemáticos.

O primeiro estaria na imposição pelo governo federal de uma regulamentação inadequada e altos custos para novos investimentos, atuando em prol de grupos de interesses privados e não a favor dos empreendedores. Dessa forma, o orçamento público já teria sido consumido pelo excesso de gastos públicos com saúde, educação, saneamento e programas sociais de transferência de renda, como aduz em “Apagão nos portos”, publicado em 25 de março de 2013 e “Um novo teste”, de 13 de maio de 2013.

Para o colunista, tanto o “crédito fácil”, exposto também em “Falta confiança”, de 04 de fevereiro de 2013, os programas sociais de transferência de renda, cujo orçamento constituiria em metade das despesas do governo federal, aumentam os gastos públicos. Ademais, exerceriam o mesmo papel em uma socialdemocracia: estimular a demanda na economia, sem, entretanto, garantir o crescimento a longo prazo, que seria subsidiado pelo aumento de produtividade resultantes dos investimentos em infraestrutura para o setor industrial.

Paulo Guedes relata a melhoria dos fundamentos macroeconômicos a partir de meados dos anos 1990, de acordo com “O novo papel dos financistas”, de 1º de agosto de 2010, como o fenômeno que tornou possível que as políticas públicas, voltadas à ampliação de crédito tanto ao consumidor quanto o imobiliário às classes mais baixas. Essas políticas deveriam, sob seu olhar, serem financiadas pela captação de recursos externos, atraídos pelo baixo custo de capital para empresas listadas na bolsa, de forma a tornar aqueles os orquestradores do crescimento brasileiro.

Ressalta novamente a contraposição entre competitividade e programas de transferência de renda em “Transferir ou criar riqueza? (O Globo, 19/07/2010). Inicia sua retórica com a notícia de que cem milhões de brasileiros vivem com o dinheiro público. Traduz sua preocupação na degeneração do processo político e não das exigências em gastos sociais refletidas nos orçamentos públicos. Para ele, o excesso de recursos repassados, na verdade, reflete que a o futuro do militante, sindicalista e do político parece mais promissor, dado o investimento público, do que carreiras seguidas por estudantes, trabalhadores e empreendedores.

Esse mote também é defendido em “O labirinto” (O Globo, 22/11/2010), em que Guedes compreende os programas de transferência de renda e de assistência social como um desdobramento do processo de redemocratização. Logo, são vistos como uma preocupação com o capital humano brasileiro sob as dimensões da saúde, educação e moradia. Portanto, a expansão dos gastos públicos é atacada quanto às alianças com “políticos, grupos de interesse e correligionários ativistas”.

Dessa forma, ante a importância da existência dos programas de transferência de renda, como abraçado por Milton Friedman, é necessário “aumentar sua eficácia e reduzir o desperdício com a intermediação da classe política”. Dessa forma, credita a popularidade da socialdemocracia ao “monopólio político da solidariedade” em “Contra a miséria” (O Globo, 06/05/2013).

Sua principal defesa é que o Estado forneça apenas o mínimo existencial digno para todas as pessoas. Nesse viés, a liberdade alcança todas as searas da vida do homem. Não se trata apenas da liberdade de mercado, mas sobre todo o indivíduo, em seu corpo, mente, crenças, desejos. Nesse sentido, o Estado não pode exercer um controle sobre os bens das pessoas, de forma a violar os direitos individuais, como a propriedade privada. Deve apenas regular a necessidade da abstenção de comportamentos que invadam a seara de terceiros, impedindo que haja uma violação da liberdade. Isto é, são incabíveis regras de uso da propriedade por seu próprio dono, mas deve ser impedida a invasão ou usurpação dessa por outros (Nozick, 2011).

Os direitos sociais não são função do Estado. Garantir saúde, lazer, educação, previdência social e transporte faz parte de uma prestação de serviços e não de um conjunto de direitos. Para receber essa prestação de serviços, devem as pessoas os contratarem para que possam usufruir. A responsabilidade do Estado em arcar com os custos do seu benefício diretamente significa encarecer a vida civil, assim como violar a liberdade e a isonomia (Nozick, 2011).

Os valores presentes na transformação dos direitos sociais são eficiência, produtividade e qualidade. Os serviços públicos devem ser orientados pela cultura gerencial das organizações. Trata-se de um controle de resultados e não de processos. O Estado precisa ser capaz de flexibilizar e agilizar os serviços para o melhor atendimento do “cidadão-cliente” (Druck, 2021).

Através de Michael Porter, Guedes aponta a melhor estratégia competitiva na coluna “O caminho da prosperidade” (O Globo, 02/02/2012). Ele defende que as vantagens competitivas dependem de forma basilar da qualidade das políticas públicas em uma economia moderna. Ao enumerar essas políticas, cita a reforma fiscal e tributária, bem como investimentos e regulação da infraestrutura e logística para fomentar as cadeias produtivas.

Ressalta-se, portanto, que as políticas públicas referidas por Guedes não se tratam de uma iniciativa estatal voltada ao social, mas de investimentos públicos e de prescrições legais direcionadas ao setor econômico de forma a aumentar a sua produtividade. A sua principal noção de prosperidade do país tem como viés “o empreendedorismo e a inovação”, que garantirá a melhora dos aspectos sociais, sempre a cargo do mercado.

O discurso do colunista se alinha com as noções das políticas sociais do governo Thatcher, com forte conteúdo privatista ou mesmo modelo radical de descentralização e privatização das políticas sociais no Chile sob Pinochet. Isso porque não há uma defesa do

suporte estatal para a autonomia do indivíduo, deixando as preocupações sociais relevantes a cargo apenas desse (Souza, 1997).

Não há também um deslocamento do foco para uma questão de "natureza moral" em detrimento da questão econômica. Pelo contrário, os valores morais que estimulavam a solidariedade no seio da sociedade civil são naturais, e, com isso, o auxílio "aos miseráveis" pode depender também de iniciativas individuais de ajuda mútua. A extinção do gigantesco sistema burocratizado de taxaço e provisão de serviços deve ser reduzido ao necessário, sem invadir o âmbito do mercado (Souza, 1997).

A descentralização defendida aqui tem uma forma radical, cujo objetivo é reduzir o Estado às suas funções mínimas. Embora o mercado não seja descrito como perfeito, ele é colocado como a instituição de maior confiabilidade, que será o menor dos maus quanto aos modos de regulação. Dessa perspectiva, descentralizar significa a efetiva transferência das responsabilidades públicas ao setor privado, que levará em conta a eficiência e o lucro (Souza, 1997).

As regras morais de sociedade são impostas de forma que se atribui, individualmente, as possibilidades sociais a que o sujeito está inserido. As regras de solidariedade ainda vigem, assim como a igualdade de oportunidades próprias do ideário liberal. Nesse sentido, basta desempenhar um bom trabalho em suas obrigações cívicas de cidadão responsável, especialmente com as obrigações para com o trabalho, que restarão apenas os poucos excluídos que "o mercado deixa para trás" (Souza, 1997).

A forma como a "guerra cambial" está associada à "guerra por empregos" pode ser encontrada em "A guerra cambial" (O Globo, 04/10/2010), "Falta a dimensão fiscal" (O Globo, 11/10/2010) e "Heranças do Antigo Regime" (O Globo, 01/11/2010). Nessas colunas, Paulo Guedes defende que o câmbio baixo utilizado pelo governo brasileiro é um recurso válido, mas de efeito moderado. Acredita que a mudança para um regime fiscal robusto seja a resposta para o enfrentamento do colapso econômico mundial. Deveria o país adotar juros baixos e desvalorizar o real para acelerar o ritmo do crescimento econômico.

Faltaria ao Brasil a maior mobilidade de capitais somada à diminuição dos gastos públicos. Ao investir dinheiro público na criação de empregos, há um aumento dos juros, com atração de capital externo, derrubada da taxa de câmbio, desestímulo às exportações com consequente repercussão negativa da produção nacional frente aos importados.

O problema das prescrições econômicas seria o favorecimento dos contratantes de empréstimos e não dos credores. Isto é, com a alta taxa de inflação e o câmbio alto, tem-se a

desvalorização do dinheiro. Esses mecanismos devem demonstrar o comprometimento político de forma a comportá-los para favorecer o pagamento desses créditos (Seki, 2016).

O que se vê aqui é uma defesa pela neutralidade da estrutura tributária, pois os impostos não devem provocar distorções nos preços e nas decisões econômicas. Enquanto os impostos diretos incidem diretamente sobre a renda dos indivíduos e empresas e sobre a riqueza acumulada, os indiretos, ao contrário, afetam a todos igualmente, pois incidem sobre fatos econômicos gerais (Brami-Celentano; Carvalho, 2007).

O que é recomendado pelo modelo neoliberal é a troca da observação da distribuição de renda através dos impostos para o gasto público. Para tanto, não há maior taxaço daqueles que obtêm rendas mais altas, pois gera despesas decorrentes do processo fiscalizatório e regulatório e poucos resultados. O que deve ser propiciado pelo Estado é a responsabilidade fiscal sobre os gastos sociais e não sobre as despesas com os juros sobre a dívida pública (Brami-Celentano; Carvalho, 2007).

A coluna “Pão e circo” (O Globo, 04/05/2009) reclama sobre a excessiva carga de impostos, encargos trabalhistas e falta de administração profissional como causas da crise econômica dos clubes desportivos e das instituições educacionais. A falta de regulamentação adequada traria como consequência a ausência de recolhimento dos tributos pelo Estado, que endividou as instituições, inclusive no futuro.

É importante anotar aqui que Guedes, reiteradamente, admite as contribuições da Previdência Social como uma forma de imposto, inserindo-as na reforma tributária. Nesse sentido, aponta-se a coluna “Empregos para todos” (O Globo, 20/07/2009). Unindo os impostos, contribuições e encargos sobre o salário, retoma o mote de que são causa da falta de produtividade.

Aduz, na mesma coluna, que o corte dos impostos atendeu apenas a interesses privados, de elites sindicais, sem se preocupar com a inclusão social dos desempregados. Esses seriam melhor atendidos com investimentos em capital, tecnologia e educação. A obsoleta legislação trabalhista incluiria também a incidência de impostos sobre a contratação de mão-de-obra. A desoneração do trabalho repercutiria no aumento da produtividade e ganho em competitividade, de forma que “o regime fiscal⁴² e previdenciário são indissociáveis”.

⁴² É importante destacar aqui que o regime fiscal não deve ser confundido com a reforma fiscal. Ao se tratar de regime fiscal, o que se coloca são as noções das prescrições econômicas, como taxa de juros e câmbio. Como se já foi delineado, a defesa da reforma fiscal aborda a descentralização dos recursos públicos, ou seja, da distribuição dos valores arrecadados por meio de impostos aos entes estatais (Federação, Estados-membros e Municípios).

O problema dos excessos de impostos afligiria o país desde o Império, tendo levado a Inconfidência Mineira, conforme narra “Livro de Tiradentes” (O Globo, 14/04/2014). Todavia, ao contrário dos americanos, cuja rebelião das colônias permitiu o seu livramento, ainda assombra a economia brasileira a quantidade de tributos a serem pagos.

Ressalta-se que essas noções de excesso quanto ao número de impostos e os privilégios sobre os cortes de impostos encaixa-se com a visão neoliberal quanto à necessidade de simplificação da tributação, sobretudo a indireta, que incide, por exemplo, sobre o valor agregado. São rechaçadas políticas de diferenciação de alíquotas e as isenções ou favorecimentos, pois essas são feitas com propósitos sociais ou de desenvolvimento. Sua defesa reside no menor número de impostos possível, o que permitiria a facilitação quanto ao controle e à fiscalização fiscal. Nesse sentido, haveria uma ampliação da base de incidência do imposto sem os custos gerados por isenções e alíquotas diferenciadas (Brami-Celentano; Carvalho, 2007).

A ausência da reforma tributária é apontada como a causa do desemprego de forma reiterada. Como um fator que encareceria excessivamente as empresas, impedindo-as de crescer, a diminuição da carga de tributos é vista como uma resposta à “guerra mundial por empregos”. É o que anota, a título de exemplo, de “Na rota do emprego” (O Globo, 20/04/2009).

Após aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda e renunciar bilhões em Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo aumentou também a lista dos produtos isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Nesse sentido, defende o colunista:

Agora sabemos todos que o excesso de impostos, particularmente tecnicamente mal construídos, como o IPI, derruba a produção, reduz o poder de compra dos salários e destrói empregos. A redução desses impostos permite a queda dos preços dos veículos automotivos, da linha branca de eletrodomésticos, ampliando vendas, sustentando a produção e protegendo os empregos.

Na coluna “Guerras no vácuo do Congresso” (O Globo, 31/08/2009) explicita que a Receita Federal deveria formular a proposta da reforma tributária diante da falta de mobilização do Senado. Essa reforma, a ser formulada pelo setor técnico, consistiria em simplificar os impostos, reduzir as alíquotas e ampliar a base de incidência.

Para além do aumento do custo de trabalho para as empresas, que repercute diretamente no salário e no mercado de trabalho, Guedes também defende em “Presente de Natal” (O Globo, 05/12/2011):

[...] temos impostos indiretos abusivos, aumentando os preços para os consumidores e baixando as margens de lucro dos varejistas e dos produtores. Já é hora de pensarmos em uma reforma fiscal abrangente. Não há outro modo de garantir o crescimento sustentável e a geração de empregos que buscamos de pacote em pacote.

Em “Governo bom é governo barato” (Época, 20/12/2007), Guedes explica como o acordo político do Senado garantiu uma “trégua na escalada tributária dos últimos 20 anos”, marcada, especialmente, pela derrubada da prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a aprovação da Desvinculação de Recursos da União (DRU).

Crítico feroz do que ele chama de “marca registrada da gestão social democrata que se reveza no poder”, Guedes elogia a importância da dimensão fiscal por meio da reforma, pois, para ele, freia a exigência da ampliação das políticas sociais, “financiada sucessivamente por descontrolada emissão de moeda, endividamento em bola-de-neve e uma formidável escalada tributária”. Nesse sentido, também não se observa em Guedes uma busca pela equidade tributária, mas pela diminuição de sua carga de forma que apenas financie as funções básicas do Estado.

Em “O pacote e a dúvida” (O Globo, 90/04/2012), alude como o “manicômio tributário” brasileiro faz com que pequenas e médias empresas não sobrevivam ao mercado, diminuindo a taxa de emprego. O problema não seria a tributação desigual entre essas empresas e suas concorrentes de grande porte, conforme aludido por Gobetti e Orair (2016) ou Castro (2014). Para o colunista, o problema se concentra nos encargos trabalhistas e previdenciários.

Nesse ponto, o que se vê em Guedes tem uma certa proximidade com o que é colocado por Massimo (2013) sobre a crise do Estado. A falência na administração de políticas da União federativa não possui, primordialmente, um vínculo doutrinário. Ao demonstrar que o Estado permanece em constante descontrole financeiro, em que não é capaz de gerir seu orçamento, sua moeda ou sua dívida, a solução a ser adotada é neoliberal. O discurso habitual não é apresentado em uma forma ideológica, é apenas o arquétipo que importa para que seja executado de fato, conforme as circunstâncias objetivas do Estado em crise (Massimo, 2013).

A falta de conceitos teóricos em nada atrapalha o argumento. Pelo contrário, sem a indexação de certa ideologia ou de uma doutrina específica, torna-se mais difícil uma contra argumentação. Sem maiores explicações sobre a profundidade dos fatos e noções apresentadas, em um alto grau de generalidade, as respostas se bastam para defender substantivos chave do neoliberalismo (Massimo, 2013).

Como ponto em comum, anota-se que, sob nenhum contexto, o colunista explicitará os conceitos-chave tratados. É como se a matéria já estivesse dada no mundo fático, sem carecer de maiores elucidações. Todavia, o intelectual público preocupa-se em apontar suas referências,

indicando autores neoliberais consagrados, assim como obras que os tenham inspirado, tal como Hannah Arendt.

Isso pode ser justificado porque Guedes tem uma preocupação em solucionar problemas fáticos na maioria de suas colunas. Conforme Massimo (2013), essa aproximação de um tratamento dogmático mais de suas opiniões fará seu discurso soar como “mais neoliberal” do que, por exemplo, o de Bresser-Pereira.

Nesse sentido, aponta Massimo (2013), a noção neoliberal de Estado versus mercado será bem mais demarcada no discurso ideológico, a exemplo de Paulo Guedes neste trabalho. Ainda será possível perceber um conjunto relativamente uniforme de ideias, concepções, juízos e opiniões dos defensores do neoliberalismo, quer sejam eles pragmáticos ou ideológicos.

Nesse ponto, ressalta-se novamente a proximidade dos argumentos dos discursos analisados neste trabalho. O fato de serem classificados como ideológicos não impede a utilização de certos argumentos pragmáticos. É o que pode ser visto a oposição entre Estado e mercado é realçada nas concepções das relações entre Estado e sociedade. Ao formular as razões da presença de gargalos à modernização econômica e em seu prognóstico sobre cenários de democratização, Paulo Guedes também se preocupa em apontar reflexos na vida dos brasileiros (Massimo, 2013).

A tese da ingovernabilidade aprofunda-se e busca causas políticas e sociais que precedem a irregularidade das contas públicas. A causa social estaria na fragmentação dos interesses empresariais. Soma-se a ela a perda de capacidade estatal e a consequente incompetência das autoridades econômicas em coordenar as expectativas entre os agentes, causando, de forma recorrente, a hiperinflação. As soluções apresentadas por ela também são práticas, concretas e eficazes. Tal qual a primeira causa, o que se reforça é a necessidade da eficiência do Estado através das reformas neoliberais (Massimo, 2013).

A preocupação aqui concentra-se na ordem e razão da funcionalidade das instituições políticas brasileiras. Trata-se de uma tentativa de racionalizar a crise política e econômica de acordo com a política-institucional da democracia brasileira. Seu primeiro alarde é quanto à desordem monetária, que passa a ser observada pelo seu desajuste na ordem sociocultural e será solucionada sob o enfoque da política (Massimo, 2013).

Ou seja, o Estado não funciona porque não condiz com a realidade social que rege. Logo, devem haver prescrições, recomendações e soluções políticas para a compatibilidade das instituições sociais ao desenho institucional. As colocações são fatalistas: não se tratam de ajustes, mas de profundas reformas, que devem ser orientadas para o mercado. São os

especialistas ou, tal como colocado por Guedes, os “economistas de boa estirpe” que trarão as soluções disponíveis de como capacitar as instituições estatais para o que é requerido pela sociedade. É exigida uma alteração no exercício da autoridade política para solucionar a crise. O processo de formular e executar suas políticas em conformidade com a nova economia mundial ainda permanece com o Estado (Massimo, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é preciso reforçar a representação de Paulo Guedes como um intelectual público. Sua representação dentre os grandes empresários brasileiros e sua escrita, de forma muito contundente, sobre parte das suas representações e divergências políticas em publicações de grande circulação, tornam seus discursos relevantes para se entender uma das formas que o neoliberalismo se apresenta no Brasil a ponto de salvaguardar a candidatura de Jair Bolsonaro perante o mercado financeiro.

Nesse sentido, o objeto da pesquisa não concerne sobre a faceta do intelectual firmado em sua própria bolha, como projetado no Instituto Millenium, inserido dentro de uma rede de amplo apoio, mas com disseminação concentrada. Trata-se não apenas de um intelectual que possui conhecimentos específicos associados a uma agência da sociedade civil para tratar apenas de problemas setoriais, mas de como o seu discurso trata de problemas públicos diversos da agenda política e social na grande mídia.

Através de sua própria apresentação, como um “economista de boa estirpe”, diferenciando-se daqueles que carecem de uma melhor formação, como é apresentada a ex Presidente Dilma ou mesmo o ex Presidente do FED (Alan Greenspan), Guedes pode ser vislumbrado sob o aspecto de um “especialista competente” dentre os intelectuais públicos.

Seus discursos, de forma geral, não possuem uma perspectiva técnica, o que poderia tornar incompreensível a sua linguagem e diminuir o seu alcance. Sua proposta é apresentar, com o que ele acredita tratar-se de certa neutralidade, fugindo de ideologias clássicas - como o socialismo e aspectos do conservadorismo brasileiro-, um Brasil melhor, mais eficiente e competitivo.

A formação de Guedes como economista é essencial para tanto, pois tem nela parte de sua legitimidade, em uma forma de intelectual do mercado. Ademais, possui duas credenciais que se relacionam: é um agente conhecido entre o meio de empresários, o que advém de sua própria classe social e de sua atuação no mercado financeiro, bem como tem algumas inserções políticas, ao longo de sua vida pública. Por meio dessa autoridade para falar na esfera pública sobre assuntos sócio-políticos, conclui suas análises e posições sob a forma de um especialista, amplamente validado por suas experimentações.

Ao propor a leitura das colunas sob o prisma do neoliberalismo, firmou-se uma preocupação de demonstrar que essa ideologia hegemônica assume uma diversidade de facetas. Para correlacionar o discurso de Paulo Guedes à racionalidade neoliberal e estabelecer sob qual

espectro dessa doutrina ele filia seus discursos, o trabalho parte de uma análise descritiva, que se inicia pelos sistemas e conceitos de utilidade para o alcance da estabilidade, como ponto de chegada da própria evolução da sociedade.

Condizente com a doutra neoliberal, Guedes idealiza a “Grande Sociedade Aberta” como uma imposição da nova ordem mundial para a sobrevivência dos governos. Esse projeto se apresenta de forma a extirpar as funções sociais do Estado, cuja regulamentação se apresente por meio do mercado, imparcial e sem ideologias. Essa síntese da humanidade insere-se dentro da noção da revolução neoliberal, trazendo consigo como solução para diversos problemas sociais e políticos um novo arcabouço institucional moderno que se insira no livre mercado.

Sua análise na esfera internacional demonstra o alcance que suas noções mercadológicas tem sobre sua visão de mundo. Nesse sentido, ressalta-se a forma pela qual ele discorda de Krugman sobre a responsabilidade quanto a crise imobiliária. Embora concorde com o economista norte-americano sobre o encharcamento de crédito, apenas esse observa de forma crítica a desregulamentação das instituições financeiras dos EUA, apontando como uma causa do *crash* do mercado.

O brasileiro, entretanto, além de culpabilizar os agentes estatais e o comportamento irracional dos financistas, segue preocupado em defender o capitalismo. Para ele, a observação da falha do mercado deve ser traduzida em uma displicência humana/política/estatal. Ademais, o aumento da desigualdade não só não é decorrente do sistema capitalista e suas contradições, como está nos “excessos políticos” ou mesmo na concorrência desleal com os “eurasianos”.

Isto é, o problema econômico reside no Estado, ou na condução das autoridades, ao exercer mais funções do que deveria, assim como rechaça a sua presença, inclusive, para superar a crise. Sob nenhum aspecto, a regulamentação é uma solução possível. Pelo contrário, esse tipo de intervenção estatal é tratado como uma forma de frear a criatividade empresarial necessária para a constante evolução do capitalismo.

Ao avaliar o desenvolvimento econômico da China, o intelectual apresenta uma dicotomia importante. De um lado, o país deve ser elogiado pela abertura econômica, preferindo essa à abertura política de forma sensata. De lado outro, sua política interna é problematizada. Apontada como a maior ameaça para economia mundial, as ações chinesas para manter seu crescimento são rechaçadas. Ao não seguir um espelhamento de prescrições econômicas do mercado internacional, a política chinesa seria desleal, embora eficaz.

Sob um outro olhar, ainda que permaneça a prevalência da financeirização da vida política, encara a socialdemocracia europeia como uma questão que pode ser solucionada com

o euro. Isso porque a constituição econômica da Comunidade Europeia conseguiria, a longo prazo, terminar com o problema dos “excessos sociais” e “manutenção dos privilégios”. Com isso, traz uma solução econômica para as escolhas políticas do continente europeu.

Outra ameaça a ser combatida encontra-se na América Latina. O “socialismo bolivariano” é tratado como uma farsa, em que a política marxista é revisitada aqui como uma faceta do totalitarismo. Esse é, em suas opiniões, um caminho a ser não apenas evitado pelo Brasil, mas que também deveria ter em sua política interna um posicionamento que demonstrasse a contrariedade quanto à implementação desse regime.

As relações mantidas entre o governo brasileiro e esses países, entretanto, não são apontados como um problema quando travadas no Mercosul. Inclusive, a sugestão de Guedes é que haja a adoção da moeda única, pois essa conjuntura poderia tornar o Brasil uma liderança econômica no bloco, tal qual a Alemanha na UE.

No mesmo subcontinente, o Chile se apresenta como um caminho a ser seguido de acordo com Guedes. A contradição entre liberdade política e econômica é, mais uma vez, colocada em questão. A prioridade do economista é que o Brasil se torne um expoente econômico, utilizando o espelho das reformas chilenas desde Pinochet.

Nesse mesmo sentido, ao ser observada a inserção sócio-política do intelectual na Ditadura Militar e na redemocratização brasileira, suas principais críticas voltam-se para os problemas financeiros que são perpetuados quando implementada a socialdemocracia pela Constituição Federal de 1988. A reforma política não ganha destaque em seus discursos, remanescendo, mesmo após a troca de regime, a retórica do atraso fundamentada no tamanho do Estado enquanto a modernização exigiria reformas para seu enxugamento.

Quando apontadas as suas razões para a reforma do Estado, observa-se que há um certo “isolamento” de suas posições quanto a outros intelectuais de direita brasileiros: sua autoimagem não é de uma figura marginalizada. Também não resta configurado um “antipetismo” nos discursos estudados. Ele, inclusive, rechaça a ideia de que haja diferença significativa entre os partidos políticos, razão pela qual reitera que os governos petistas não devem ser combatidos individualmente.

O problema da ordem política para Guedes encontra-se caracterizado, inclusive por ele mesmo, como um problema sistêmico, que só pode ser sanado diante da ruptura com a socialdemocracia e o início de uma ordem “liberal democrata”. Embora reconheça os princípios econômicos que deseja em “remendos” nas políticas implementadas, deduz que haja um impasse de uma maior transformação. Para ele, haveria uma ignorância colocada, pois não seria

causada apenas pelo desconhecimento da necessidade das reformas, mas também pelo medo da derrota eleitoral.

A fraqueza política é amplamente reiterada não apenas para a manutenção no poder, mas pelas vantagens financeiras que ele oferece. Assim, o intelectual público mobiliza Gramsci e Marx para traçar uma despolitização do discurso por meio da retórica da corrupção, comum a muitos intelectuais de direita. Ao demonstrar o alto custo do Estado, tem em sua causa a ineficiência política, enquanto a lógica empresarial poderia trazer os resultados pretendidos.

Sua visão da superioridade empresarial em relação ao meio político estende-se a empresas contratadas pela administração pública. Isto é, Guedes não ignora que empresas atuam em conjunto com o setor público para a prática de políticas públicas, sendo também alvo de suas críticas. Essas empresas não estão inseridas na nova lógica que deseja, reclamando uma transformação mais radical no Estado. Diminuir o custo estatal é de tamanha importância que empresários que auxiliam em algum tipo de aparelhamento administrativo passam a pertencer a mesma categorização dos políticos.

A lógica de despolitizar as tomadas de decisão, atribuindo a essas a lógica financeira, não está por completo excluída da realidade brasileira. Guedes elogia a autonomia do Banco Central, especialmente durante o governo Lula, pois traz consigo a despolitização da moeda e das decisões das prescrições econômicas. Seus elogios ao governo são marcados pela atuação do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, dando-lhes o crédito pela aprovação e reeleição do presidente petista.

Enquanto isso, critica a política orçamentária que parece insuficiente aos seus olhos para desafogar os custos da própria estrutura administrativa. Mesmo diante de uma lei (LRF) que fixa um teto de gastos, relata que há uma constante quebra desses patamares cuja solução encontra-se na atuação do Judiciário, desde que cumpra com o seu propósito. Através da atuação desse poder regulador, observa como positiva a despolitização dos processos decisórios pela aplicação “neutra” da lei. Nesse sentido, haveria um freio das decisões políticas, que tomaria como certa a proteção das instituições, da economia capitalista e de seus investidores.

Guedes propõe uma reforma fiscal, que objetiva frear os altos custos da estrutura administrativa, através da descentralização dessa. Tem no Estado brasileiro uma estrutura inchada, ineficiente e incapaz. Considera que a eficiência alocativa é alcançada através da terceirização, o que inibiria também a questão da corrupção. A competição de um ambiente privado, que deve se provar como capaz de forma constante, substituiu as noções de um Estado

preocupado em atender demandas sociais que seriam resolvidas pelo mercado se não houvesse a sua interferência.

Acerca dos direitos sociais impostos pela Constituição Federal, são três os seus principais objetos que estão expostos na legislação brasileira. Elas se encontram na Previdência Social e legislação trabalhista, ambas inseridas como políticas públicas, bem como nos tributos, meio pelo qual são financiadas. Em resumo, as três noções apresentam-se como encargos aos brasileiros, que devem ser aliviados pelas transformações da ordem socialdemocrata.

Sua proposição de reforma da Previdência Social tem em sua privatização o objetivo de transformar “trabalhadores em capitalistas”. Seu ideal é separar assistência social (que contém diversas políticas públicas) da Previdência. A noção de *homo oeconomicus* pode ser associada ao regime privado em substituição que é proposto, pois a aposentadoria dos trabalhadores dependerá apenas das ações desses. Basta a esses investir parte do valor recebido como salário e lucrar com a sua participação em financiamentos de empresas. Tem-se um empreendedor de si mesmo, cujo ciclo de crescimento é uma consequência natural.

As colunas solucionam o problema do desemprego através de três estratégias. Em primeiro lugar, a terceirização dos empregos públicos tornaria o mercado mais competitivo e traria uma maior oferta de empregos privados. Os incentivos girariam em torno da alta capacitação do trabalhador, que começaria a auferir uma maior renda ao aumentar o seu nível de competitividade, repercutindo em sua valorização no mercado. Por fim, com a diminuição necessária dos encargos sociais, haveria uma maior disponibilidade de vagas. Isto é, à medida em que o custo de empregador diminui, haveria oferta maior de empregos.

A intervenção dos sindicatos não é bem-vinda por Guedes. Aponta as instituições sindicalistas como parte da política tradicional. Tratam-se, em seu posicionamento, de entidades dotadas de privilégio, que devem ser combatidas. Incapazes de representar interesses comuns a todos os trabalhadores, legitimam apenas as vantagens de seus enquanto os fóruns e redes “independentes” possuem legitimidade.

Para o economista, deve a lógica da prestação de serviços prevalecer no lugar das políticas públicas. Nesse ponto, ele acredita que a eficiência das empresas, unida à diminuição da “intermediação política”, trará apenas vantagens. A competição entre os diversos prestadores trará uma melhor qualidade e menor custo do que hoje é ofertado pelo Estado.

Da mesma forma, as políticas de crédito e de assistência implicam em uma função social do Estado indesejada. No lugar dessas interferências no mercado, para resolver o problema do

desemprego e falta de renda no Brasil, bastaria que o Estado se voltasse a atender as demandas da educação, que deve ser voltada para o mercado de trabalho.

Ademais, todas essas ingerências estatais na economia causam um excesso de impostos a serem suportados, na sua visão, especialmente pelos empresários. Toda a diminuição das políticas públicas permitiria uma simplificação da tributação e, conseqüentemente, dos impostos indiretos que são cobrados das pessoas jurídicas. Embora a reforma que propõe seja pertinente a implementação da neutralidade para a cobrança de impostos de forma a evitar a maior carga conforme a renda, a presença dos encargos sociais é o seu principal problema com a tributação.

Acredita-se que a idealização do intelectual público para o Brasil está bem delimitada. A solução de todos os problemas elencado por ele parecem se encontrar em uma só perspectiva: a reforma completa da política econômica estabelecida no país. A implementação da socialdemocracia no Brasil é o seu principal ponto para que a manutenção do atraso do país, quanto da falta de desenvolvimento econômico, se perpetuasse. Em uma interpretação da realidade social e política brasileira, o colunista anseia por um Brasil que utiliza uma moeda única, realiza reformas “liberais” e enfraquece o regime de excessivos direitos sociais implementados, especialmente, pela Constituição Federal.

Essas noções mercadológicas e estritamente econômicas podem ser colocadas para qualquer autor que possa ser lido como neoliberal. Contudo, Paulo Guedes vai além. Não se tratam de acordos políticos e noções que possam ser trazidas de pouco a pouco. Ele exige uma radicalidade na transformação do Estado.

Logo, nesse ponto, retorna-se às noções apresentadas no Capítulo 1, para firmar que todos esses ideários demarcados no trabalho podem ser filiados ao libertarianismo moral. O enxugamento do Estado pretendido por Guedes não é rateado em nenhuma das colunas trabalhadas. Tem-se na economia o único agente político que importa.

Observa-se que a financeirização da vida pública está presente desde o momento em que acusa um único agente de conseguir causar uma crise de dimensões globais, aludindo que o erro não poderia ser atribuído ao mercado ou ao sistema capitalista, até em sua defesa do BCE, da moeda única para o Mercosul e nos elogios ao governo Lula.

Essa extensão da racionalidade econômica a todas esferas da sociedade é uma noção que se delineia nos discursos de Paulo Guedes, o que se aponta como um ponto marcante do neoliberalismo. Acumula-se, ainda, a perspectiva de superioridade empresarial em face de uma

classe política decadente e corrupta, sugerindo a despolitização das decisões econômicas em amplo aspecto.

Destaca-se também a sua reiteração da necessidade de desregulamentação dos agentes econômicos, em vista da superioridade do mercado em face da coisa pública, excessivamente burocrática. Em uma lógica de austeridade para todas as políticas públicas, não há espaço para um cidadão que não seja o próprio consumidor e empreendedor de si mesmo. Tem as prescrições econômicas acima de qualquer política, rechaçando as noções de direitos sociais.

Não pode ser observada uma preocupação do intelectual público com o fenômeno da desdemocratização descrito como consequência do neoliberalismo. Pelo contrário, a defesa de Guedes é que a ausência de liberdade política é um “mal menor”, observadas as colocações sobre a China e o Chile. Mesmo no Brasil, ele é enfático em afirmar que a democracia precisa de um limitador.

Nesse sentido, a observação da trajetória, das posições e tomadas de posição de Paulo Guedes abarcaram a bibliografia acerca do neoliberalismo que deseja um Estado ultramínimo. O que se pode observar foi o envolvimento dos principais ideais da racionalidade neoliberal em todas as configurações geopolíticas que o colunista foi confrontado.

É nesse ponto que, mais uma vez, se diferencia de diversos intelectuais da extrema direita. O economista não busca o retorno de um *status quo*, pois observa que há a conciliação de diversos interesses para mantê-lo. Como principal mote, anota-se que a aplicação das prescrições econômicas neoliberais e políticas de austeridade estendeu-se por todo o período abarcado dos discursos. Esse afinilamento de direitos sociais, que passam a ser mercantilizados, faz com que o discurso de Guedes tenha ainda mais força. O que pretende é uma modificação que elimine por completo o peso (financeiro) do Estado, da sociedade na economia.

Acerca da linguagem utilizada, entende-se que a comunicação de Guedes não se apresenta com características técnicas. Caracteriza-se suas pontuações de forma direta, com pouca ou quase nenhuma sutileza para as suas pretensões. Seu discurso é marcado por apontamentos que não exigem de seu leitor uma inserção completa nos contextos que correlaciona.

Aliás, dentro do objeto da pesquisa, o intelectual evita adentrar em cenários que exigiriam maiores inserções das questões que analisa. Em grande parte das colunas utilizadas, quando observa uma notícia ou fato do momento em que escreve, o faz por meio de aspas ou de outra forma de discurso indireto. Não parece ser sua intenção aprofundar em “questões

menores” do que erros sistêmicos ou da necessidade de ruptura imediata da ordem socialdemocrata.

Conforme apontado nesse trabalho, a racionalidade neoliberal não tem como marca a contextualização de seus ideais, característica também anotada sobre os intelectuais de direita. De forma semelhante, foi possível observar que não foram abordadas nas colunas, extensivamente, as formas e técnicas políticas concretas que levam a configuração do Estado brasileiro naquele momento. Isto é, o mote dos momentos políticos e sociais referidos pode ser concentrado na perpetuação de um sistema atrasado. Sua apresentação dos problemas visualizados e soluções requeridas podem ser descritas, nesse sentido, como preocupadas com o todo absoluto e não com variações de uma mesma ordem (o Estado social).

Por fim, é preciso esclarecer que esse estudo, embora pareça extensivo, não teve como escopo de exaurir os temas das colunas ou mesmo de analisa-las sobre contextos específicos. Com isso, diversos pontos foram deixados de lado. Como exemplo, podemos tomar o estudo de suas colocações sobre as Jornadas de Junho no Brasil, a Operação Lava-Jato, entre outros momentos políticos importantes no Brasil durante o período.

Também não foram analisadas as falas em que Paulo Guedes utiliza o conservadorismo ou mesmo o reacionarismo como ponte para estabelecer sua retórica, embora um momento ou outra tenha sido brevemente citado. Nesse sentido, embora o trabalho possa servir de bússola para um mapeamento do panorama de transformações que tornaram possível sua indicação como Ministro da Economia no governo de Jair Bolsonaro, ele não se preocupou em fazer essa análise. Observadas suas credenciais e representações sócio-políticas, pode-se entender com mais clareza porquê Guedes foi apontado como “fiador”, durante a eleição enquanto exercia o cargo.

Ademais, pressupõe-se que essas falas não podem ser espelhadas em seus discursos como Ministro da Economia, que merecem um estudo próprio. Isso porque o contexto foi de extrema relevância para fundamentar esse trabalho por inteiro, não podendo se atribuir o governo de Bolsonaro como semelhante de quaisquer perspectivas apresentadas aqui. Não se buscou aqui entender a trajetória do intelectual como um todo. Nesse sentido, recomenda-se um trabalho mais amplo para entender as suas colocações como parte integrante do governo.

REFERÊNCIAS

- AFSHAR, Y. A gerência vai à guerra. Prefácio à edição brasileira. In: CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**. Uma genealogia do liberalismo autoritário. Tradução: Letícia Mei. Ubu Editora, 2020.
- ALMEIDA, M. H. T. **Pragmatismo por necessidade**: os rumos da reforma econômica no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 213- 234, 1996.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Neoconservadorismo e liberalismo**. *IN*: SOLANO, E. (org.) O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos CEBRAP**, p. 131-148, 2009.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de investigación. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-61.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, 2022.
- _____. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.
- _____; Côrtes, Mariana. Brasil, neoliberalismo híbrido. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, 2022.
- ANDRADE, R. de. Hayek: a contraposição liberal. *In*: CARNEIRO, R. (Org.). **Os Clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997. p.56-89.
- ANDRADE, Eric Santos; MOTA, Maurício Jorge Pereira da. Pensamento juspolítico liberal: desdobramentos da filosofia de Hayek e Nozick e o direito à moradia. **Revista Quaestio Iuris**, v. 14, n. 04, p. 2010-2030, 2021.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- AZEVEDO, Sérgio de; MELO, Marcus André. A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 12, p. 75-100, 1997.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BECK, T; KOTZ, H. H. Ordoliberalism: A German oddity? CEPR Press, London, 2017.
- BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.
- BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1998.
- BOWEN, Glenn. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, vol. 9, n. 2, pp. 27-40. 2009.
- BOITO, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica marxista**, v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996.
- _____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- _____. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006.
- _____. **Reforma e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Unesp, 2018.
- _____. Os atores e o enredo da crise política. *In*: SINGER, A. (et al.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- _____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.
- _____. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus editora, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. São Paulo: Presença, 2007.

BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 44-53, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, pp. 231 a 269.

_____. Ideias e Argumentos para o Estudo dos Ideais Políticos no Brasil. *IN*: Martin, C. B.; Lessa, R. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: Ciência Política. São Paulo: Anpocs, 2010.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad. Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

_____. **American Nightmare**: Neoliberalism, Neoconservatism and Dedemocratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, 2006.

_____. **Undoing the demos**: Neoliberalism's Stealth Revolution. Cambridge: The MIT Press, 2015.

CANANI, Ney. **Política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)**: continuidade e renovação de paradigma nos anos 90. UFRGS, Editora, 2004.

Capelato, Maria Helena Rolim. Intelectuais latino-americanos: o “caráter nacional” em questão. **Anos 90**, v. 16, n. 29, p. 59-79, 2009.

CANDIDO, A. “Prefácio”. *In*: Miceli, S. **Intelectuais à brasileira**, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política externa**: fatos e perspectivas. *Política Externa* –vol. 2-N.º 1 - Junho 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Neoliberalismo, guerra híbrida e a campanha presidencial de 2018 (Neoliberalism, Hybrid Warfare and the 2018 Presidential Campaign). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo (SP), v. 42, n. 1, p. 261-291, 2020.

CAVALCANTE, Sávio Machado. Valor, renda e " imaterialidade" no capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 115-130, 2014.

_____. Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, v. 39, 2015.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, p. 40-74, 2018.

_____; Pinto, Gustavo Louis Henrique. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 135-155, 2021.

CHALOUB, J. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, 2020.

_____. Crítica e crise: A banalidade do golpe no Brasil contemporâneo. **Insight Inteligência**, ed. 90, 07 de outubro de 2020. 2020b.

_____. A economia política dos bacharéis udenistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 1-18, 2017.

_____; Perlatto, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. Anpocs, 2015.

_____. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Revista Insight Inteligência**, n.72, 2016.

_____; Lima; Pedro. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

_____; Lynch, Christian. A Constituição de 1988 e os regimes políticos. In: _____. **Interpretações contemporâneas do Brasil**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/Aldeia, 2023, p. 92-109.

CHAMAYOU, G. **La société ingouvernable**. Une généalogie du libéralisme autoritaire. Paris, La fabrique, 2018.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. IN: PIRES, Roberto Rocha C. **Implementando Desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

_____ *et al.* **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. Editora Elefante, 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, 2021.

EVANS, Peter B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de economia contemporânea**, v. 2, n. 2, 1998.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, p. 346-363, 2019.

FERREIRA, Fernanda Abi Chahin de Oliveira. A retórica despolitizante da corrupção e a dialética da grande e pequena política: uma narrativa sobre o espetáculo neoliberal. **Rev. Sem Aspas, Araraquara**, v. 7, n. 1, p. 49-67, jan./jun., 2018.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. Boitempo Editorial, 2000.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Naissance de la biopolitique**: Cours au Collège de France, 1978-1979. Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Michel Senellart. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIEDMAN, Thomas. **O Lexus e a Oliveira**. São Paulo: Objetiva, 1999.

GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial**: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. Cad. Metrop., 2015 17(33), p. 265–296, maio 2015.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GERRING, John; COJOCARU, Lee. **Case-Selection: a Diversity of Methods and Criteria**. Boston: Draft, 2015.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas**. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, no. 136, fev, 2016.

GRAMSCI, A. **Edição Crítica dos Quaderni del Carcere**. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.

_____. **Cadernos do cárcere**, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. 9.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho para a servidão**. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

_____. **Direito, Legislação e Liberdade**. Vol. 3, Visão, 1985.

HERMIDA, Jorge Fernando; Lira, J. de S. **Estado e neoliberalismo no Brasil (1995-2018)**. Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional, v. 13, n. 35, p. 38-63, 2018.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Companhia das Letras, 2019.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IANNI, Octávio. **A Globalização e o Retorno da Questão Nacional**, Primeira Versão nº 90, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2000.

IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 2, p. 238–248, abr. 2011.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KRUGMAN, Paul R. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Tradução de Afonso Celso Da Cunha Serra. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

_____. Um basta à depressão econômica!: propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KYDLAND, Finn E. e PRESCOTT, Edward. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa – O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

_____. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEITE, Larissa Maciel; RAIMUNDO, Lício da Costa. Neoliberalismo, educação e capital humano: Pilar da desconstrução da ordem democrática. **RBEST - Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 3, 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do espetáculo e do divertimento. *In*: LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **REVISTA UFG**, v. 13, n. 11, 2011.

MACPHERSON, Crawford Brough. **The Life and Times of Liberal Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research. **Political Analysis**, v. 14, n. 3, p. 227-249. 2006.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo editorial, 2015.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *IN*: REVISTA GERMINAL. Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 133-153, 2013.

MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização?. **São Paulo em perspectiva**, v. 10, p. 3, 1996.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MISES, Ludwig Von. **As Seis Lições**. (e-book). Tradução Maria Luiza Borges. Hayek College. 1979.

_____. **Liberalismo segundo a Tradição Clássica**. São Paulo, Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

_____. **Ação Humana**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.

MIROWSKI, Philip. **Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown**. Londres: Verso, 2014.

_____; Plehwe, Dieter. **The Road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MORAES, R. C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

NAISBITT, John. **Global paradox**. New York: William Morrow, 1994.

_____. **Megatrends; megatendências**. São Paulo: Livros Abril/Círculo do Livro, 1983.

NORTH, Douglass C. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Herreira Filho. 2ª edição. "Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1962.

PASSIANI, Enio. **Figuras do intelectual: gênese e devir**. Sociologias, v. 20, p. 16-47, 2018.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107.

PECK, Jamie. **Constructions of Neoliberal Reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010a.

_____. Zombie Neoliberalism and the Ambidextrous State. **Theoretical Criminology**, v. 14, n. 1, 2010b.

_____; Theodore, Nik; Brenner, Neil. Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession. **The South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 2, 2012a, pp. 265-88.

_____. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 92, 2012b, pp. 59-78.

PERLATTO, Fernando. Intelectual Público. **Teoria e Cultura**, v. 10, n. 1, 2015.

_____. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. **Ler História**, n. 75, p. 89-109, 2019.

PEROZO-SUÁREZ, Daniel Alberto; SILVA, Vinícius Figueiredo. Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico. *IN: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS VARGINHA*, 15 a 17 de novembro de 2021.

PETRAS, James. Brasil: capitalismo extrativo e o grande retrocesso. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2013, p. 69-116.

PINKER, S. **Os anjos bons da nossa natureza**: por que a violência diminuiu. Tradução Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POPPER, K. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **A Sociedade aberta e seus Inimigos**. Belo Horizonte, Itatiaia, 3 edição 1998.

PORTER, M. **Competição**. Estratégias Competitivas Essenciais. São Paulo: Editora Campus, 1999, p. 168-170.

PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

RAVA, Ben-Hur. Empresários e transição democrática. Os interesses de classe na Constituinte de 1987/1988. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 47 n. 188 out./dez. 2010.

ROMO, Héctor Guillén. La deshomogenización del discurso neoliberal: del rdoliberalismo alemán al ultraliberalismo austro-estadounidense. **Economía UNAM**, v. 16, n. 47, p. 140-186, 2019.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, p. 6-19, 2011.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. As Conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. O papel público de escritores e intelectuais. *In*: Moraes, Dênis (Org.). **Combates e utopias**. Os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2004

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, série "Os economistas", 1982.

SEKI, Allan Kenji. Discurso novo-desenvolvimentista, governo neoliberal: o PT e o aprofundamento da dependência e da financeirização das relações sob o capital. *Educação e Políticas em Debate*, v. 4, p. 362-375, 2016.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. *In*: SERRANO, F. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.179-222.

SILVA, Bruno Mattos. **A desregulamentação dos mercados financeiros e a crise global**: lições e perspectivas. Brasília: Senatus, v. 8, n. 2, p. 14-28, 2010.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**. A crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos Cebrap**, v. 92, 2012, pp. 35-56.

SOUZA, M. T. A. de. Argumentos em Torno de um "Velho" Tema: A Descentralização. **Dados**, v. 40, n. 3, p. 377-412, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade, 1987. 597p.

ANEXO I - Publicações O Globo

Quadro 1 - Publicações O Globo

N.	DATA	TÍTULO
1.	28/02/2005	SÓ FALTAM OS PATOS
2.	07/03/2005	E AS REFORMAS?
3.	14/03/2005	CACHORRO A GRITO
4.	21/03/2005	TANCREDO: "É PROIBIDO GASTAR!"
5.	28/03/2005	REFORMAS LIBERAIS EM VITRINES SOCIALISTAS
6.	04/04/2005	FORA DAQUI O FMI
7.	11/04/2005	FHC X LULA
8.	18/04/2005	A AMEAÇA DA ESTAGFLAÇÃO
9.	25/04/2005	PELA VIDA EMPRESARIAL
10.	02/05/2005	SALA DE ESPELHOS
11.	09/05/2005	AMÉRICA BOLIVARIANA
12.	16/05/2005	TUDO ERRADO NA PREVIDÊNCIA
13.	23/05/2005	CORRUPÇÃO SISTÊMICA
14.	30/05/2005	A ARMADILHA SOCIAL-DEMOCRATA
15.	06/06/2005	REFLEXÕES SOBRE A NOVA ORDEM
16.	13/06/2005	A MÃE DE TODOS OS CORRUPOTOS
17.	20/06/2005	CORRUPÇÃO E DIRIGISMO
18.	27/06/2005	ESTABILIDADE SEM CRESCIMENTO
19.	04/07/2005	QUEM PARIU MATEUS QUE O EMBALE
20.	11/07/2005	CRISE POLÍTICA; SOLUÇÃO POLÍTICA
21.	18/07/2005	DOS PAPAS RENASCENTISTAS E DAS REFORMAS
22.	25/07/2005	A MÁQUINA DA CORRUPÇÃO
23.	01/08/2005	A DEMOCRACIA NO BRASIL
24.	08/08/2005	O FIM DE UMA ERA
25.	15/08/2005	A ÉTICA DO BANDO
26.	22/08/2005	SEM BURATTI NO PALOCCI
27.	29/08/2005	HUMANISMO CIENTÍFICO
28.	05/09/2005	DA RECUPERAÇÃO CÍCLICA AO CRESCIMENTO
29.	12/09/2005	O DESAFIO DA CLASSE POLÍTICA
30.	19/09/2005	O ENIGMA DE CORTEZ
31.	26/09/2005	A GRANDE ONDA
32.	03/10/2005	POROROCA NA BOLSA
33.	10/10/2005	CRINDO RIQUEZA NAS FAVELAS
34.	17/10/2005	CRIME E CASTIGO

35.	24/10/2005	A DESEDUCAÇÃO DAS ELITES
36.	31/10/2005	A EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES
37.	07/11/2005	MULA-SEM-CABEÇA E ATERRISSAGEM SUAWE
38.	14/11/2005	O VÍRUS QUE CHEGOU AO BRASIL
39.	21/11/2005	A DISPUTA
40.	28/11/2005	DOS CÉUS E DA TERRA
41.	05/12/2005	O SUSTO E A CULPA
42.	12/12/2005	O CUSTO DO FOGO AMIGO
43.	19/12/2005	A PRÓXIMA FRONTEIRA
44.	26/12/2005	O ESPÍRITO DO NATAL
45.	02/01/2006	A PRETENSÃO FATAL
46.	09/01/2006	CORRIDA AO FUTURO
47.	16/01/2006	CHILE: CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE ABERTA
48.	23/01/2006	A DEMOCRACIA DOS HOMENS LIVRES
49.	30/01/2006	INVASÕES BÁRBARAS
50.	06/02/2006	A DÍVIDA TRILHONÁRIA
51.	13/02/2006	ONDAS DE GLOBALIZAÇÃO
52.	20/02/2006	PRISIONEIRO DE CRENÇA DO PASSADO
53.	27/02/2006	MACONDO
54.	06/03/2006	CAPITAL INSTITUCIONAL
55.	13/03/2006	O RISCO E O MEDO
56.	20/03/2006	PRISÕES COGNITIVAS
57.	27/03/2006	A SENTENÇA E O ALGOZ
58.	03/04/2006	DE NUENS E RELÓGIOS
59.	10/04/2006	ENTRE A ECONOMIA E A ÉTICA
60.	17/04/2006	MOINHO CIRCULAR
61.	24/04/2006	A TAREFA, O SHOW E O VÁCUO
62.	01/05/2006	CHOQUE DE GESTÃO X CHOQUE DE INCLUSÃO
63.	08/05/2006	MERGULHO NO PASSADO
64.	15/05/2006	O SENHOR DOS ANÉIS
65.	22/05/2006	TURBULÊNCIA E CAOS
66.	29/05/2006	CHANTAGEM POLÍTICA
67.	05/06/2006	A GUERRA MUNDIAL PELOS EMPREGOS
68.	12/06/2006	MOVIMENTOS ANTI-SOCIAIS
69.	03/07/2006	A SÍNTESE PARA O PROGRESSO
70.	10/07/2006	MENINOS CONFUSOS
71.	17/07/2006	O ACERTO DE CONTAS
72.	24/07/2006	A CONSOLIDAÇÃO VEM AÍ
73.	31/07/2006	HAVERÁ SEGUNDO TURNO

74.	14/08/2006	A LARGADA
75.	21/08/2006	OS SETE SÁBIOS
76.	28/08/2006	CORAÇÃO DURO, MIOLO MOLE
77.	04/09/2006	NEM ESQUERDA NEM DIREITA
78.	11/09/2006	HERANÇA GENÉTICA
79.	18/09/2006	AQ REVOLUÇÃO INACABADA
80.	25/09/2006	DESZEQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE
81.	02/10/2006	NÃO HÁ CRISE, HÁ DEMOCRACIA
82.	09/10/2006	É HORA DE MUDANÇAS
83.	16/10/2006	CADÊ A AGENDA POSITIVA?
84.	23/10/2006	HÁ PERIGO DE PIORAR?
85.	30/10/2006	A DESPOLITIZAÇÃO DA MOEDA
86.	06/11/2006	VÁCUO POLÍTICO, DESAFIO ADMINISTRATIVO
87.	13/11/2006	O NOVO EIXO DO PODER
88.	27/11/2006	MILTON FRIEDMAN
89.	04/12/2006	O MILAGRE POSSÍVEL
90.	11/12/2006	REPÚBLICA DOS PEDINTES
91.	18/12/2006	DE FANTASIAS E AMEAÇAS
92.	25/12/2006	POR UM MUNDO MELHOR
93.	01/01/2007	O DESAFIO DA EDUCAÇÃO
94.	08/01/2007	O ÚLTIMO DA FILA
95.	15/01/2007	ESPÉCIE EM EXTINÇÃO
96.	22/01/2007	SEM FÔLEGO
97.	05/02/2007	TODOS VERDES
98.	12/02/2007	TREVAS
99.	19/02/2007	O CHAMADO DAS BOLSAS
100.	05/03/2007	A METAMORFOSE
101.	12/03/2007	A ASCENÇÃO DAS MASSAS
102.	19/03/2007	MOMENTO MÁGICO
103.	26/03/2007	DESEJOS, FRUSTRAÇÕES E DISTÚRBIOS SOCIAIS
104.	02/04/2007	RETRATO DE UM HOMEM POLÍTICO
105.	09/04/2007	PÁSCOA, CIÊNCIA E FÉ
106.	16/04/2007	O OCIDENTE E SEUS INIMIGOS
107.	23/04/2007	NOVOS TEMPOS, NOVOS RISCOS
108.	30/04/2007	A AGONIA DE UM SISTEMA VIVO
109.	07/05/2007	SARKOZY
110.	14/05/2007	O MUNDO SEM FÉ (I)
111.	21/05/2007	O MUNDO SEM FÉ (II)
112.	28/05/2007	MANUAL DA CLEPTOCRACIA

113.	04/06/2007	A QUEDA PODERIA SER MAIOR
114.	18/06/2007	NOVOS INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO
115.	25/06/2007	O CREPÚSCULO DE UMA CRENÇA
116.	02/07/2007	A CRENÇA E SEUS SACRIFÍCIOS
117.	09/07/2007	PROPRIEDADES EMERGENTES DA NOVA ORDEM
118.	16/07/2007	CÂMBIO 'ASIÁTICO'
119.	30/07/2007	TERCEIRO EPISÓDIO
120.	06/08/2007	POR ENQUANTO A CRISE É LÁ FORA
121.	13/08/2007	O 'CRASH' MACHUCA, O 'CRUNCH' MATA
122.	20/08/2007	AS ROTAS DO CONTÁGIO
123.	03/09/2007	É CONSTRUÇÃO, NÃO CONSPIRAÇÃO
124.	10/09/2007	O FALCÃO E A POMBA
125.	17/09/2007	TERÇA DECISIVA
126.	24/09/2007	SEMEANDO FRUSTRAÇÕES
127.	01/10/2007	TEMPO PRECIOSO
128.	15/10/2007	CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E CRIAÇÃO DE RIQUEZA
129.	22/10/2007	25 DE OUTUBRO
130.	29/10/2007	25 DE OUTUBRO II
131.	05/11/2007	25 DE OUTUBRO III
132.	12/11/2007	A ESTÉTICA FASCISTA
133.	19/11/2007	NÃO SE PERDE A LIBERDADE DE UMA SÓ VEZ
134.	03/12/2007	O ALQUIMISTA E SEU MESTRE
135.	10/12/2007	A BATALHA DO CPMF
136.	17/12/2007	JUNTANDO OS CACOS
137.	24/12/2007	O ESPÍRITO DO NATAL
138.	07/01/2008	O QUARTO EPISÓDIO
139.	14/01/2008	SABORES DO CAPITALISMO
140.	21/01/2008	A SINFONIA DA CRISE
141.	04/02/2008	O FEITICEIRO E SEU APRENDIZ
142.	11/02/2008	CONFISSÕES À SOMBRA DA JAQUEIRA
143.	25/02/2008	ÉTICA, EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS
144.	03/03/2008	FUSÕES ANTE A AMEAÇA EXTERNA
145.	10/03/2008	CHIMPANZÉS E BONOBO
146.	17/03/2008	ATO FALHO
147.	24/03/2008	A CRÔNICA DOS DESAVISADOS
148.	31/03/2008	DO CONSUMO À PRODUÇÃO EM MASSA
149.	07/04/2008	A RENASCENÇA ASIÁTICA
150.	14/04/2008	O PESO-REAL E AS REFORMAS
151.	21/04/2008	O BC E A GUERRA MUNDIAL POR EMPREGOS

152.	28/04/2008	O MISTÉRIO DO PREÇO DA COMIDA
153.	12/05/2008	O SEPERÁVIT FISCAL E O FUNDO SOBERANO
154.	19/05/2008	EM BUSCA DA COORDENAÇÃO
155.	02/06/2008	INVASÃO ASIÁTICA
156.	09/06/2008	A IMIGRAÇÃO E A GUERRA POR EMPREGOS
157.	16/06/2008	CRONOLOGIA DA CRISE
158.	23/06/2008	OS CÚMPLICES
159.	30/06/2008	DARWIN
160.	14/07/2008	FORMAÇÃO DEFICIENTE OU HIPNOSE?
161.	21/07/2008	MERCADOS IMPERFEITOS, AUTORIDADES MAIS AINDA
162.	28/07/2008	EMOÇÕES NAS BOLSAS
163.	04/08/2008	O GIGANTE SOCIALISTA
164.	11/08/2008	O ETERNO RETORNO
165.	18/08/2008	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
166.	01/09/2008	DO ÓLEO À EDUCAÇÃO: UMA ALQUIMIA POSSÍVEL
167.	08/09/2008	ACIMA DA CAMADA DE SAL
168.	15/09/2008	O ESTÍMULO AO RISCO EXCESSIVO
169.	22/09/2008	O CUSTO DA FARRA
170.	29/09/2008	A CONSTRUÇÃO DA CRISE
171.	06/10/2008	ESCAPANDO DO BURACO NEGRO
172.	13/10/2008	A DANÇA DA CHUVA
173.	20/10/2008	CRISES CONSTRUÍDAS PODEM SER EVITADAS
174.	27/10/2008	ZERAR O DÉFICIT E TRAVAR OS JUROS
175.	03/11/2008	ENTRE A CRIATIVIDADE E A REGULAMENTAÇÃO
176.	10/11/2008	PERIGOSAS UTOPIAS
177.	17/11/2008	CRÍTICO MODERADO
178.	01/12/2008	O ESTOURO DA BOIADA
179.	08/12/2008	A CRISE E O CRÉDITO
180.	15/12/2008	O CRESCIMENTO E AS BOLSAS
181.	22/12/2008	OS EMPREGOS E OS POLÍTICOS
182.	29/12/2008	FELIZ ANO-NOVO
183.	05/01/2009	O CREPÚSCULO DE GREENSPAN
184.	12/01/2009	NADANDO PELADO?
185.	26/01/2009	O FLAGELO DOS BANDEIRANTES A ÁRVORE DO CONHECIMENTO
186.	02/02/2009	A ÁRVORE DO CONHECIMENTO
187.	16/02/2009	A PROFECIA
188.	23/02/2009	AS CRIATURAS DO PÂNTANO
189.	02/03/2009	SAINDO DO PÂNTANO
190.	09/03/2009	CADA MACACO NO SEU GALHO

191.	23/03/2009	REESCREVENDO A BIOGRAFIA
192.	06/04/2009	O BRASIL NO G-20
193.	13/04/2009	O FIM DOS SONHOS
194.	20/04/2009	NA ROTA DO EMPREGO
195.	27/04/2009	DRAGAGEM DO PÂNTANO
196.	04/05/2009	PÃO E CIRCO
197.	11/05/2009	ANIMAL SPIRITS'
198.	18/05/2009	XXI FÓRUM NACIONAL
199.	25/05/2009	INVESTIMENTOS PARA UM FUTURO MELHOR
200.	01/06/2009	BONS PRINCÍPIOS ANTE UM FUTURO INCERTO
201.	15/06/2009	O FUNDO DO POÇO
202.	29/06/2009	A TRANSIÇÃO INCOMPLETA
203.	06/07/2009	GUILHOTINA MIDIÁTICA
204.	20/07/2009	EMPREGOS PARA TODOS
205.	27/07/2009	O ENIGMA
206.	03/08/2009	ERRO DE DIAGNÓSTICO
207.	10/08/2009	REESCREVENDO BIOGRAFIAS
208.	17/08/2009	PURIFICAÇÃO PELAS URNAS
209.	24/08/2009	AS AGENTES INSUSPEITOS
210.	31/08/2009	GUERRAS NO VÁCUO DO CONGRESSO
211.	07/09/2009	NOVIDADES ELEITORAIS
212.	14/09/2009	A MARCA DA BOA POLÍTICA
213.	21/09/2009	POLÍTICA CONSTRUTIVA
214.	28/09/2009	UMA CONVERSA SOBRE ELEIÇÕES
215.	05/10/2009	A BARBÁRIE NA HISTÓRIA
216.	12/10/2009	A BARBÁRIE NA HISTÓRIA II
217.	19/10/2009	RAÍZES DO SOCIALISMO BOLIVARIANO
218.	26/10/2009	RAÍZES DO SOCIALISMO BOLIVARIANO II
219.	09/11/2009	A QUEDA DOS MUROS COGNITIVOS
220.	16/11/2009	CAPITALISMO' PARA QUASE TODOS
221.	23/11/2009	PONTES DE PAPEL E ALICERCES DO FUTURO
222.	30/11/2009	DUBAI OR NOT TO BUY
223.	14/12/2009	O SERTÃO VAI VIRAR MAR
224.	21/12/2009	SAMUELSON, O ECONOMISTA DOS ECONOMISTAS
225.	28/12/2009	O SIGNIFICADO DE UMA VIDA
226.	04/01/2010	O MERCANTILISMO CHINÊS
227.	11/01/2010	ESPECULAÇÕES SOBRE A MORTE DO EURO
228.	18/01/2010	NOS TRILHOS DA GRANDE SOCIEDADE ABERTA
229.	25/01/2010	DE CHÁVEZ A PIÑERA

230.	01/02/2010	RUMO À CIVILIZAÇÃO DESCONHECIDA
231.	08/02/2010	OS GANHOS DOS FINANCISTAS
232.	15/02/2010	A CRISE FISCAL DO OCIDENTE
233.	01/03/2010	O DESPERTAR DO JUDICIÁRIO
234.	08/03/2010	ARMA DE DESTRUIÇÃO EM MASSA
235.	15/03/2010	PRÊMIO AO EMPREENDEDORISMO
236.	22/03/2010	COLOSSAL RETROCESSO
237.	29/03/2010	INDO COM MUITA SEDE AO POÇO
238.	05/04/2010	MENTES E CORAÇÕES
239.	12/04/2010	MÁQUINA DE MOER ADVERSÁRIOS
240.	26/04/2010	HORA DE DESPERTAR
241.	03/05/2010	O PARAÍSO PERDIDO
242.	10/05/2010	INFLAR ATIVOS OU REESTRUTURAR DÍVIDAS?
243.	24/05/2010	A DESTRUIÇÃO CRIADORA
244.	07/06/2010	AS DUAS EUROPAS
245.	14/06/2010	A ÉTICA E AS 'ESQUERDAS'
246.	21/06/2010	À SOMBRA DOS KEYNES
247.	05/07/2010	DA ESPECIALIZAÇÃO À BARBÁRIE
248.	12/07/2010	AS ROTAS PARA O EMPREGO
249.	19/07/2010	TRANSFERIR OU CRIAR RIQUEZA?
250.	26/07/2010	TEMAS WAGNERIANOS
251.	02/08/2010	O NOVO PAPEL DOS FINANCISTAS
252.	16/08/2010	DIONÍSIO
253.	23/08/2010	LULA 3: A MISSÃO
254.	30/08/2010	O EIXO DA INTEGRAÇÃO CONTINENTAL
255.	06/09/2010	O FUTURO É A EDUCAÇÃO
256.	20/09/2010	SEM MEDO DO FUTURO
257.	27/09/2010	FABRICANDO FANTASMAS
258.	04/10/2010	A GUERRA CAMBIAL
259.	18/10/2010	FALTA A DIMENSÃO FISCAL
260.	25/10/2010	MUNDO EM CHAMAS
261.	01/11/2010	HERANÇAS DO ANTIGO REGIME
262.	08/11/2010	MURALHA DE FOGO
263.	22/11/2010	O LABIRINTO
264.	29/11/2010	DEVER CUMPRIDO
265.	06/12/2010	HORA DA VERDADE
266.	13/12/2010	A COLISÃO DE DOIS MUNDOS
267.	20/12/2010	NOSSOS HERÓIS
268.	27/12/2010	NOSSOS HERÓIS II

269.	03/01/2011	LIDERANÇA E REFORMA
270.	10/01/2011	A VANGUARDA DO ATRASO I
271.	17/01/2011	A VANGUARDA DO ATRASO II
272.	24/01/2011	ROMPIMENTO AUSPICIOSO E INOVADOR
273.	07/02/2011	GRANDES BANCOS NUNCA PERDEM
274.	14/02/2011	A SEGUNDA ONDA
275.	21/02/2011	VITÓRIA...DE PIRRO?
276.	28/02/2011	TEMPOS INCERTOS
277.	07/03/2011	MAIS INFLAÇÃO E MENOS CRESCIMENTO
278.	21/03/2011	NÃO É O FIM DO MUNDO
279.	28/03/2011	GUERRA POR ÓLEO OU POR PRINCÍPIOS?
280.	04/04/2011	QUAL A ÂNCORA?
281.	11/04/2011	O FASCISMO DO BEM
282.	18/04/2011	QUEM TOMA CONTA DA INFLAÇÃO?
283.	25/04/2011	DESCONTROLADO
284.	09/05/2011	O SENSO DE UM DEVER CUMPRIDO
285.	16/05/2011	ENTRE O PASSADO E O FUTURO
286.	23/05/2011	PEGA OS PEIXE, NÃO OS EMPREGO'
287.	06/06/2011	A DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER
288.	13/06/2011	O ABANDONO DAS URNAS
289.	20/06/2011	O RESGATE DA FEDERAÇÃO
290.	27/06/2011	EXPULSOS DO PARAÍSO
291.	04/07/2011	VERDE-AMARELOS
292.	11/07/2011	OS DOIS GRANDES SISTEMAS DO MUNDO
293.	18/07/2011	EXPORTANDO CRISES
294.	01/08/2011	OCIDENTE EM TRANSE
295.	08/08/2011	O LONGO PRAZO CHEGOU
296.	15/08/2011	A PRÓXIMA BOLHA
297.	22/08/2011	A LINGUAGEM DO DECLÍNIO
298.	29/08/2011	POR QUE TANTA TIMIDEZ?
299.	05/09/2011	MUDANÇA DE RUMOS
300.	12/09/2011	CAVALO DE PAU
301.	19/09/2011	DÉJÀ VU
302.	26/09/2011	DAS INOVAÇÕES À CIRANDA FINANCEIRA
303.	03/10/2011	A UNIÃO DEVE CEDER
304.	17/10/2011	TUDO DEPENDE DAS EXPECTATIVAS
305.	24/10/2011	CORRUPÇÃO E CONFLITOS NO VÁCUO DO LEGISLATIVO
306.	31/10/2011	ESPERANDO EM VÃO
307.	07/11/2011	A FAXINA CONTINUA

308.	14/11/2011	O 'MEDITERRÂNEO'
309.	28/11/2011	A CRISE SEGUE...LÁ FORA
310.	05/12/2011	PRESENTE DE NATAL
311.	12/12/2011	O ENIGMA DA SOCIAL-DEMOCRACIA
312.	19/12/2011	CORPOS NUS
313.	26/12/2011	REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA E A FÉ
314.	02/01/2012	FELIZ 2012!
315.	09/01/2012	FALTA PARA ENCHENTES, SOBRA PARA A POLÍTICA
316.	16/01/2012	REFORMA MINISTERIAL
317.	23/01/2012	ABERTOS PARA NEGÓCIOS
318.	30/01/2012	O COMEÇO DO CAPITALISMO
319.	06/02/2012	JANELA DE OPORTUNIDADE
320.	20/02/2012	CARNAVAL
321.	27/02/2012	AS FACES OCULTAS DA CRISE
322.	05/03/2012	ESFORÇOS IMODERADOS PARA EFEITOS MODERADOS
323.	12/03/2012	A CHINA E NÓS
324.	19/03/2012	A GUERRA FEDERATIVA
325.	26/03/2012	CONTROLAR GASTOS E PROMOVER REFORMAS
326.	02/04/2012	O CAMINHO DA PROSPERIDADE
327.	09/04/2012	O PACOTE E A DÚVIDA
328.	16/04/2012	MITO OU AMEAÇA?
329.	30/04/2012	NOVA OPORTUNIDADE
330.	07/05/2012	A BATALHA DOS JUROS
331.	14/05/2012	UM FUTURO MELHOR
332.	28/05/2012	DO TRIBALISMO À TRANSPARÊNCIA
333.	04/06/2012	UMA DESACELERAÇÃO ESTRUTURAL
334.	11/06/2012	ALICERCES ABALADOS
335.	18/06/2012	ALÍVIO E ESPERANÇA
336.	25/06/2012	MUITO GOVERNO E POUCA SOLIDARIEDADE
337.	02/07/2012	SANTOS E PECADORES
338.	09/07/2012	INTEGRIDADE E DISCERNIMENTO
339.	16/07/2012	ALTERNATIVA EÓLICA
340.	23/07/2012	O DESAFIO DA PRODUTIVIDADE
341.	30/07/2012	A VEZ DO JUDICIÁRIO
342.	06/08/2012	TODO PODER CORROMPE
343.	13/08/2012	HORA DE DECISÃO
344.	20/08/2012	SOCIALISMO TARDIO
345.	27/08/2012	LEVANDO...PARA ONDE?
346.	03/09/2012	EDUCAR É A SOLUÇÃO

347.	10/09/2012	CHOQUE DE VISÕES
348.	17/09/2012	EMITIR ATÉ INFLACIONAR
349.	01/10/2012	JUSTIÇA E CIDADANIA
350.	08/10/2012	O BODE EXPIATÓRIO
351.	15/10/2012	ERA DOS EXCESSOS
352.	22/10/2012	A FARRA DO CRÉDITO
353.	29/10/2012	CAMINHOS DIVERSOS
354.	05/11/2012	BUSCANDO O EQUILÍBRIO
355.	12/11/2012	ÓLEO DA DISCÓRDIA
356.	19/11/2012	CAÇA AOS RICOS'
357.	26/11/2012	VETE, DILMA!
358.	03/12/2012	DO VETO AO PACTO
359.	10/12/2012	TRANSIÇÃO INCOMPLETA
360.	17/12/2012	MARCHA LENTA
361.	24/12/2012	CASA DE LOUCOS
362.	31/12/2012	O SABER LIBERTA
363.	07/01/2013	FOME DE PODER
364.	14/01/2013	ATROPELO BOLIVARIANO
365.	21/01/2013	FALTAM OS OLÍMPICOS
366.	28/01/2013	IMPOSTOS DEMAIS
367.	04/02/2013	FALTA CONFIANÇA
368.	11/02/2013	LOUCURA DE CARNAVAL
369.	18/02/2013	CAINDO NA REAL
370.	25/02/2013	FADIGA ELEITORAL
371.	04/03/2013	TRAGÉDIA ELEITORAL
372.	18/03/2013	CANIBAIS NA JUSTIÇA
373.	25/03/2013	APAGÃO NOS PORTOS
374.	01/04/2013	BEM-VINDOS AO PASSADO
375.	08/04/2013	ESQUECIDOS DE NOVO
376.	15/04/2013	DE SANTOS E TOMATES
377.	22/04/2013	O DILEMA DE DILMA
378.	29/04/2013	ERRO OU OUSADIA
379.	06/05/2013	CONTRA A MISÉRIA
380.	13/05/2013	UM NOVO TESTE
381.	20/05/2013	NOVAS FRONTEIRAS
382.	27/05/2013	EFEITOS OCULTOS
383.	03/06/2013	ROBERTO CIVITA
384.	10/06/2013	EM FOGO BRANDO
385.	17/06/2013	BANCOS QUEBRADOS

386.	24/06/2013	NOVOS TEMPOS
387.	01/07/2013	LUZES ACESAS
388.	08/07/2013	BRASÍLIA FAMINTA
389.	15/07/2013	NUNCA ANTES
390.	22/07/2013	CRENÇAS ERRÔNEAS
391.	29/07/2013	CONFLITO DE GERAÇÕES
392.	05/08/2013	VAMOS VENCER
393.	12/08/2013	TEMPOS DIFÍCEIS
394.	19/08/2013	DÓLAR EM ALTA
395.	02/09/2013	LENTE DISTORCIDAS
396.	09/09/2013	BURACO MAIS EMBAIXO
397.	16/09/2013	SUPREMO EM JULGAMENTO
398.	23/09/2013	BOLHAS EM SÉRIE
399.	30/09/2013	NOVAS EXIGÊNCIAS
400.	07/10/2013	ESPERANÇAS RENOVADAS
401.	21/10/2013	UM NOVO AMBIENTE
402.	28/10/2013	RAÍZES DO ATRASO
403.	04/11/2013	INDÚSTRIA SITIADA
404.	11/11/2013	CHOQUE NA EDUCAÇÃO
405.	18/11/2013	AVANÇO DAS INSTITUIÇÕES
406.	25/11/2013	DESCIDA AO INFERNO
407.	09/12/2013	O MAIOR DE TODOS
408.	16/12/2013	FELIZ 2016? NADA DISSO
409.	23/12/2013	A FESTA CRISTÃ
410.	30/12/2013	FELIZ 2014!
411.	06/01/2014	DELICADAS TRANSIÇÕES
412.	13/01/2014	FALTA DE COMPROMISSO
413.	27/01/2014	ECOS DE DAVOS
414.	03/02/2014	CHAPA QUENTE
415.	10/02/2014	REVOLUÇÃO EM CURSO
416.	24/02/2014	ESTOURO DA BOIADA
417.	03/03/2014	CELEBRAÇÃO DA VIDA
418.	10/03/2014	DEU ERRADO?
419.	17/03/2014	MALES ANTIGOS
420.	24/03/2014	SAINDO DE MANSINHO
421.	31/03/2014	A PRIMEIRA SONDAÇÃO
422.	07/04/2014	TEMAS ELEITORAIS
423.	14/04/2014	LIVRO DE TIRADENTES
424.	21/04/2014	CRIMES DE OPINIÃO

425.	05/05/2014	BEM-VINDO, PRESIDENTE
426.	12/05/2014	MAIOR OU MENOR
427.	19/05/2014	A CULPA É DO DIABO
428.	26/05/2014	BECO SEM SAÍDA
429.	02/06/2014	FALTA DE ARTICULAÇÃO
430.	09/06/2014	AINDA FALTA MUITO
431.	16/06/2014	AINDA FALTA MUITO II
432.	23/06/2014	AINDA FALTA MUITO III
433.	30/06/2014	AINDA FALTA MUITO IV
434.	07/07/2014	VAMOS PARA CIMA
435.	21/07/2014	SINAL DE BARBÁRIE
436.	28/07/2014	SINAL DE BARBÁRIE II
437.	04/08/2014	PERSISTÊNCIA NOS ERROS
438.	11/08/2014	MALAS DE DINHEIRO
439.	25/08/2014	A DIMENSÃO MORAL
440.	01/09/2014	VENTOS DE MUDANÇA
441.	08/09/2014	CRISE DE CONFIANÇA
442.	15/09/2014	A FORÇA DO MITO
443.	22/09/2014	APETITE SEM PREPARO
444.	29/09/2014	A NOVA POLÍTICA
445.	06/10/2014	A NOVA ONDA
446.	13/10/2014	A TSUNAMI DA OPOSIÇÃO
447.	03/11/2014	MAIS DO MESMO
448.	10/11/2014	DILEMA DE DILMA
449.	17/11/2014	O GRANDE DESPERTAR
450.	24/11/2014	O GRANDE DESPERTAR II
451.	01/12/2014	ÓTIMA ESCOLHA
452.	08/12/2014	CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE
453.	15/12/2014	ÍMPIOS PAPAS E A REFORMA
454.	22/12/2014	FELIZ NATAL
455.	29/12/2014	ABISMO MORAL
456.	05/01/2015	ESTOURO DA BOIADA
457.	12/01/2015	POR DENTRO OU POR FORA?
458.	19/01/2015	INFLAÇÃO CORRETIVA
459.	26/01/2015	FALTA CONFIANÇA
460.	16/02/2015	APOSTA NAS INSTITUIÇÕES
461.	23/02/2015	DA TRAGÉDIA À FARSA
462.	02/03/2015	FORA DE HORA
463.	09/03/2015	CÂNCER INSTITUCIONAL

464.	16/03/2015	JOGO DO PERDE-PERDE
465.	23/03/2015	CHOQUE DOS PODERES
466.	30/03/2015	2015 NÃO ACABOU
467.	13/04/2015	PEÇA DECISIVA
468.	20/04/2015	ESCOLHA INADIÁVEL
469.	27/04/2015	TRINCHEIRA ANACRÔNICA
470.	04/05/2015	PEDRAS NO CAMINHO
471.	11/05/2015	TEMPO PERDIDO
472.	18/05/2015	DE REMENDO EM REMENDO
473.	25/05/2015	QUEM ACREDITA?
474.	01/06/2015	MARCHA DA INSENSATEZ
475.	08/06/2015	DESEMPREGO NA VEIA
476.	15/06/2015	VERDADE E POLÍTICA
477.	22/06/2015	FIM DOS TEMPOS
478.	29/06/2015	CASTIGO DOS DEUSES
479.	06/07/2015	CADÊ AS LIDERANÇAS?
480.	13/07/2015	OPERAÇÃO ABAFA
481.	20/07/2015	PACTO ROMPIDO
482.	27/07/2015	DA EVOLUÇÃO À REVOLUÇÃO
483.	03/08/2015	DESCRENÇA E IMPUNIDADE
484.	10/08/2015	BOA SORTE, PRESIDENTE
485.	17/08/2015	NA MEDIDA CERTA
486.	24/08/2015	STARTUP RIO
487.	31/08/2015	CRENÇAS ERRÔNEAS
488.	07/09/2015	CADA VEZ MAIS DIFÍCIL
489.	14/09/2015	CORREÇÃO DE ROTA
490.	21/09/2015	ENTRE COLLOR E SARNEY
491.	28/09/2015	EM BUSCA DE FÔLEGO
492.	05/10/2015	A VELHA POLÍTICA
493.	12/10/2015	O IMPÉRIO DA LEI
494.	19/10/2015	REPÚBLICA DAS BANANAS?
495.	26/10/2015	DESCONTROLE DE GASTOS
496.	02/11/2015	CHAPA QUENTE
497.	16/11/2015	PONTE PARA O FUTURO
498.	23/11/2015	AINDA É TEMPO
499.	30/11/2015	NADA É POR ACASO
500.	07/12/2015	TERCEIRA VIA
501.	14/12/2015	CORRUPÇÃO E DÉFICIT
502.	21/12/2015	CÁLCULOS POLÍTICOS

503.	04/01/2016	FARSA OU TRAGÉDIA?
504.	11/01/2016	DE CIMA A BAIXO
505.	18/01/2016	MALES ANTIGOS
506.	25/01/2016	FACES DA TRAGÉDIA
507.	01/02/2016	JATOS DE LAVAS
508.	15/02/2016	JANELA PERDIDA
509.	22/02/2016	DESEMPREGO EM MASSA

Fonte: Acervo O Globo

ANEXO II - Publicações Época

Quadro 2 – Publicações Época

N.	DATA	TÍTULO
1.	09/07/2007	SOBRE HERÓIS E VILÕES NOS NOVOS TEMPOS
2.	06/08/2007	PAULO GUEDES E A ESTABILIDADE DO PAÍS
3.	20/08/2007	É HORA DE IR EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO
4.	17/09/2007	A SAÍDA DA CRISE ESTÁ NA MÃO DE BERNANKE
5.	01/10/2007	UM IRRESISTÍVEL CONVITE PARA A FESTA
6.	29/10/2007	A EXUBERÂNCIA DAS AÇÕES E SEUS RISCOS
7.	12/11/2007	VAMOS TORCER PELO BANCO CENTRAL DOS EUA
8.	26/11/2007	A QUEDA DO DÓLAR EM QUATRO ATOS
9.	10/12/2007	A MARCHA DA INSENSATEZ BOLIVARIANA
10.	20/12/2008	GOVERNO BOM É GOVERNO BARATO
11.	07/01/2008	O CAPITALISMO BOM E O CAPITALISMO RUIM
12.	21/01/2008	O MAESTRO DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL
13.	04/02/2008	VIVEMOS A MAIS GRAVE CRISE DO PÓS-GUERRA
14.	18/02/2008	A LANTERNA NA PROA PARA A CRISE AMERICANA
15.	03/03/2008	UMA NOVA DINÂMICA DE CRESCIMENTO
16.	17/03/2008	EM VOLTA DO BURACO FUNDO, TUDO É BEIRA
17.	31/08/2008	A CRISE PODE SER BOA PARA OS INVESTIDORES
18.	14/04/2008	POR UMA MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA
19.	28/04/2008	A FALHA GENÉTICA QUE NOS IMPEDE DE CRESCER
20.	12/05/2008	O RETORNO DO BRASIL À LUZ DO DIA DO MERCADO
21.	19/05/2008	UMA MUDANÇA PARA NÃO MUDAR
22.	26/05/2008	A ERA DA PREOCUPAÇÃO
23.	09/06/2008	QUANDO OS DOIS PUXAM A CORDA PARA O MESMO LADO
24.	23/06/2008	NÃO SOMOS OS CULPADOS PELA INFLAÇÃO MUNDIAL
25.	07/07/2008	A CONTA DA FARRA CHEGOU PARA TODOS: É A INFLAÇÃO
26.	21/07/2008	OS MERCADOS SÃO DEMASIADO HUMANOS
27.	18/08/2008	É COMO CONSERTAR O TELHADO EM DIA DE CHUVA
28.	01/09/2008	COMO EXTRAIR E INVESTIR A RIQUEZA DO PETRÓLEO
29.	15/09/2008	FED, FANNIE E FREDDIE: UMA TRINCA DO BARULHO
30.	29/09/2008	O VÍCIO DO CRÉDITO FÁCIL ESTÁ POR TRÁS DAS CRISES
31.	13/10/2008	COMO O GOVERNO PODE DEFENDER O BRASIL DA CRISE
32.	27/10/2008	UMA CHANCE PARA O REAL VIRAR MOEDA FORTE

33.	10/11/2008	OS CANDIDATOS AO TRONO QUE JÁ FOI DO DÓLAR
34.	24/11/2008	É HORA DE MUDAR DE MENTALIDADE
35.	08/12/2008	PEDRAS NOS RESPONSÁVEIS, APLAUSOS AOS IMPRUDENTES
36.	22/12/2008	O INÍCIO DA GUERRA MUNDIAL PELOS EMPREGOS
37.	31/12/2008	2009 SERÁ O ANO DA DEPRESSÃO GLOBAL?
38.	02/02/2009	É A REFORMA TRABALHISTA OU FICAR NADANDO PELADO
39.	16/02/2009	O SONHO DE FAZER UM BRASIL MELHOR
40.	02/03/2009	COMO DEMITIR MENOS E CRIAR EMPREGOS NA CRISE
41.	16/03/2009	A DANÇA DA CHUVA PARA DERRUBAR A TAXA DE JUROS
42.	30/03/2009	INVESTIR EM EDUCAÇÃO, SAÍDA PARA A CRISE
43.	10/04/2009	SUPERAR A CRISE DEPENDE DE NOSSA ATITUDE
44.	25/04/2009	AS REFORMAS SÃO MELHORES QUE SÓ REDUZIR IMPOSTOS
45.	09/05/2009	ESCOLA E ESPORTE MERECEM SER SALVOS COMO BANCOS
46.	23/05/2009	O DESAFIO PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL
47.	05/06/2009	A SOCIEDADE PRECISA ENCONTRAR NOVOS RUMOS
48.	20/06/2009	O CAMINHO PARA ATINGIR O CRESCIMENTO SUSTENTADO
49.	18/07/2009	É HORA DE ACABAR COM A CHACINA EMPRESARIAL
50.	01/08/2009	O MAPA PARA UM INVESTIMENTO EXCELENTE
51.	17/08/2009	A PERIGOSA RESSURREIÇÃO DO CAPITALISMO DE ESTADO
52.	31/08/2009	CONTRA O ANTIGO REGIME, A MÃE DE TODAS AS REFORMAS
53.	14/09/2009	DECISÕES CENTRALIZADAS, MARCA DA POLÍTICA RUIM
54.	28/09/2009	A IMPUNIDADE CORRÓI A CONFIANÇA NOS MERCADOS
55.	10/10/2009	O CAPITAL QUE VAI REVOLUCIONAR A EDUCAÇÃO
56.	26/10/2009	NEGÓCIOS À ESPERA DA RESSURREIÇÃO
57.	09/11/2009	CAPITALISMO PARA TODOS, MENOS PARA OS FINANCISTAS
58.	21/11/2009	A PREVIDÊNCIA ENTRE OS REMENDOS E O POPULISMO
59.	05/12/2009	O BOM PESSIMISMO DE UM GANHADOR DO NOBEL
60.	09/01/2010	UMA CELEBRAÇÃO DA VIDA E DA CONSCIÊNCIA
61.	23/01/2010	NOSSA DEMOCRACIA É COMO UM SACI-PERERÊ
62.	06/02/2010	BOATOS SOBRE A MORTE DO EURO SÃO PREMATUROS
63.	20/02/2010	LIÇÕES DA EUROPA, DOS EUA E ATÉ DA VENEZUELA
64.	06/03/2010	O QUE É NECESSÁRIO PARA LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO
65.	22/03/2010	POR QUE PRECISAMOS DE OUTROS EIKES
66.	02/04/2010	O DINHEIRO DO PRÉ-SAL TEM DE IR AONDE O POVO ESTÁ
67.	19/04/2010	É HORA DE ENFRENTAR O LEVIATÃ BRASILEIRO
68.	01/05/2010	DOIS EXEMPLOS QUE O BRASIL NÃO PODE SEGUIR

69.	17/05/2010	A ERA DAS RESSACAS NA ECONOMIA MUNDIAL
70.	29/05/2020	DUAS FERAS AMEAÇADORAS E QUEM PODE NOS SALVAR
71.	12/06/2010	OS PAÍSES RICOS À BEIRA DE UM SEGUNDO ABISMO
72.	12/07/2010	NOSSAS EMPRESAS TÊM FOME DE NEGÓCIO
73.	24/07/2010	O CAMINHO ÍNGREME DO ESTADO PROVIDOR
74.	09/08/2010	COMO ENTENDER OS LUCROS DOS BANQUEIROS
75.	21/08/2010	A POPULARIDADE DE LULA A SERVIÇO DA MODERNIZAÇÃO
76.	06/09/2010	O QUE PODEMOS GANHAR COM NOSSOS VIZINHOS
77.	20/09/2010	UM PAÍS CONGESTIONADO EMPERRA OS NEGÓCIOS
78.	02/10/2010	OS IGUAIS SE ENFRENTAM PARA QUE NADA MUDE
79.	16/10/2010	EXPLODIU A GUERRA MUNDIAL – POR EMPREGOS
80.	29/10/2010	O VOTO INOCENTE, EM MEIO À CRISE MUNDIAL
81.	13/11/2010	OS GOVERNOS DO G20 CONTRA VOCÊ – ATÉ O NOSSO
82.	27/12/2010	BEM QUE O MINISTÉRIO DA FAZENDA PODIA COLABORAR
83.	11/12/2010	A CRISE QUE ASSOMBRA AS DEMOCRACIAS LIBERAIS
84.	08/01/2011	SE DILMA E O CONGRESSO QUISEREM GERAR EMPREGOS
85.	22/01/2011	POR QUE O TRABALHADOR ESTÁ MAL PROTEGIDO
86.	05/02/2011	DUAS FRENTES DE COMBATE PARA O GOVERNO DILMA
87.	19/02/2011	UMA VITÓRIA DO GOVERNO CONTRA A INFLAÇÃO
88.	04/03/2011	O QUE ACONTECE QUANDO A COMIDA É POUCA E CARA
89.	19/03/2011	ATÉ ONDE CHEGA O EFEITO DA TRAGÉDIA NO JAPÃO?
90.	02/04/2011	O MINISTÉRIO DA FAZENDA COM A FACA NA MÃO
91.	16/04/2011	UM GOVERNO MANETA E DUAS LEBRES FUJONAS
92.	30/04/2011	O JEITO BRASILEIRO (E ERRADO) DE CRIAR EMPREGOS
93.	14/05/2011	É O TERRORISMO, ESTÚPIDO!
94.	28/05/2011	A BUSCA PELA FELICIDADE NAS SALAS DE AULA
95.	11/06/2011	AS BOLSAS NO NOVO CENÁRIO DA ECONOMIA
96.	25/06/2011	COMO O PETRÓLEO PODE AJUDAR NA REFORMA FISCAL
97.	09/07/2011	POR TRÁS DA ONDA DE FUSÕES E AQUISIÇÕES
98.	23/07/2011	EUA E EUROPA, DERROTADOS NUM JOGO DE ASFIXIA
99.	06/08/2011	A REAÇÃO DA ECONOMIA QUE NÃO SOUBE ATACAR
100.	20/08/2011	A ECONOMIA GLOBAL PEDE REMÉDIO E GANHA UÍSQE

Fonte: Revista Época